



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Edonilce da Rocha Barros

**ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR E ADAPTAÇÃO A UMA DINÂMICA TERRITORIAL
DE DESENVOLVIMENTO**

O Caso dos Perímetros de Irrigação no Vale do São Francisco, Semi-
árido Brasileiro.

Tese de Doutorado

FLORIANÓPOLIS-SC

2007

Edonilce da Rocha Barros

**ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR E ADAPTAÇÃO A UMA DINÂMICA TERRITORIAL
DE DESENVOLVIMENTO**

O Caso dos perímetros de irrigação no Vale do São Francisco, Semi-
árido brasileiro.

Tese apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina como um dos pré-requisitos para a
obtenção do grau de doutora em Ciências Humanas,
área de concentração Sociedade e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira
Co-Orientador: Prof. Dr. Jean-Philippe Tonneau

FLORIANÓPOLIS-SC

2007

Ao meu irmão Osvaldo, o nosso sábio **Bagu** (*in memoriam*) que participou do começo, mas não pôde ver o fim. Tinha mais sabedoria que conhecimento, pois o *saber se aprende com os mestres, a sabedoria só com o corriqueiro da vida* (Cora Coralina).

AGRADECIMENTOS

O sentido do agradecimento é de compartilhar com as pessoas e Instituições por elas representadas, os resultados de um processo de trabalho. Assim considerando, haveria uma lista imensa de nomes. Mas tenho a certeza que todas aquelas pessoas que foram cúmplices desta jornada, direta ou indiretamente, sabem que sou eternamente grata pelo apoio recebido, desde as entrevistas concedidas, um telefonema em momentos preciosos, às atenções mais singularizadas. Sublinho aqui somente alguns nomes cujas presenças, contribuições e apoios foram determinantes para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço ao professor **Paulo Freire Vieira** que escolhi para me orientar, não só pelo nome que lhe identifica com nosso grande educador Paulo Freire, mas porque ele é um grande mestre. Obrigada, professor, por ter sido parte decisiva na construção e finalização deste trabalho. O meu olhar e a minha atenção para com os recursos naturais da nossa “Terra-Pátria” passam a ser diferentes depois de ter apreendido seus ensinamentos ao longo desse doutorado.

À **Jean-Philippe Tonneau**, do *Centre Internationale en Recherche Agronomique pour le développement* (CIRAD), co-orientador desta tese e do estágio na França. Esta foi mais uma caminhada de trabalho juntos, dentre muitas outras já realizadas. Seu apoio e sua amizade foram decisivos para a conclusão deste trabalho, principalmente na reta final quando já estava me faltando a garra de continuar. Triste de nós se não fossem as tecnologias digitais para quebrar a distância que separa a França do Brasil. Obrigada, do fundo do meu coração.

Às famílias agricultoras do perímetro Mandacaru que nos permitiram conhecer com mais profundidade suas histórias de vidas nos fornecendo os elementos essenciais de entendimento da dinâmica de desenvolvimento do agropólo Juazeiro-BA /Petrolina-PE. As análises que compõem o conteúdo deste trabalho são resultantes de muitos dos seus depoimentos e das observações direta das suas práticas cotidianas. Incluem aqui também os depoimentos dos profissionais da assistência técnica, dos agentes administrativos de todos os perímetros. Meu muito obrigada,

espero que os resultados deste trabalho contribuam para reverter a situação de crise da agricultura familiar vivida nos perímetros irrigados.

Agradeço também às famílias agriculturas do Perímetro irrigado de Gharb (Marrocos), cuja convivência com elas me fez conhecer de perto uma cultura tão particular. Em nome de Marcel Kuper, pesquisador do CIRAD em Marrocos, agradeço a todos os professores e estudantes do INA (Instituto Nacional de Agronomia), assim como aos técnicos do ORMVAG pelo suporte prestado no período do estágio naquele País.

À Marion BARRAL e Sophie le JEUNE, estudantes do INA-PG (França) cuja participação na pesquisa de campo foi fundamental para o aprofundamento das questões referentes ao perímetro Mandacaru.

Aos membros da banca – professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora Ghislaine Duque, do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); professora Maria José Reis, da Coordenadoria do Centro Pedagógico da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)/UFSC, ao professor Lauro Francisco Mattei, do Centro Sócio-Econômico da UFSC, além dos suplentes professor Maurício Roque Serva de Oliveira, do Centro Sócio-Econômico da UFSC e Claire Marie Thuillier Cerdan, do CIRAD – por, gentilmente, terem aceitado compor a banca de avaliação desta tese.

Aos professores e colegas do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC com quem, além de compartilhar as aulas, compartilhei atividades de descontrações como jantares à moda baiana, italiana, alemã, sinalizando que somos mesmos plurais. Estendo os agradecimentos ao pessoal da Secretaria do curso.

À Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) pela liberação das minhas atividades profissionais para a realização do doutorado. Sei que a lacuna deixada na Gerência Regional de Juazeiro (BA) foi preenchida pelos colegas que lá continuaram. Meus agradecimentos especiais, extensivos a todo pessoal administrativo.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que além da liberação das atividades acadêmicas me concedeu uma bolsa para a realização do curso. De modo especial agradeço ao pessoal do Programa de Pós-Graduação (PPG) pela atenção e apoio prestado na fase de realização do curso e aos colegas do Departamento de Ciências Humanas (DCH) Campus III – Juazeiro(BA), assim como a equipe de apoio técnico/administrativo.

À Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), nas pessoas de Carlos Alberto Mouco e Joselito Menezes da 6ª Superintendência Regional, por todo o suporte dado no decorrer da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida para a realização do estágio doutorado na França.

Ao CIRAD por ter me acolhido para a realização do estágio na França e ter me oportunizado extrapolar as fronteiras daquele País e conhecer uma experiência de desenvolvimento rural em Marrocos, como complementação ao estágio em seu Centro. Agradeço toda acolhida dos pesquisadores e do pessoal de apoio com quem convivi durante meu *séjour* no *Campus Internationale du Baillarguet*.

Quatro anos não foram somente de construção de conhecimentos e troca de saberes, mas foi também de construção de amizades particulares que se entrelaçam entre comentários, apoios, sugestões e críticas ao trabalho e afetividades. Carolina Andion (Carol), Ana Lúcia Verdasca (Aninha) Cristina Rocha (Cris), Maurício Serva, Silvana e João B. da Silva, por muitas razões vocês fazem parte destas novas amizades construídas.

Aos meus amigos de outros mares que de perto ou de longe acompanharam esta jornada, dando-me muito apoio lá e cá: Michèle BÈGUE, Jean e Domi POUDEVGNE, Maryse e Paul FROMEN, Beatriz TONNEAU, Patrick e Agnes CARON, Denis e Geneviève SAUTIER e à família CERDAN, especialmente às crianças. Sou-lhes muito grata.

À minha mãe, que considero a força motriz que me faz arriscar e conquistar novos vãos. *Mainha*, em sua pessoa eu agradeço a amizade, o apoio e a confiança de toda família, os amigos e parentada que compensaram as minhas constantes ausências, fazendo-lhe companhia.

RESUMO

O objetivo geral desta tese foi analisar uma dinâmica territorial de desenvolvimento ocorrida no Submédio São Francisco (SMSF), região Nordeste do Brasil, bem como compreender a capacidade de adaptação da agricultura familiar (AF) a essa dinâmica. Tendo o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) como a base do enfoque analítico foi realizada uma síntese dessa literatura. O perímetro Mandacaru serviu de base para a aplicação do modelo de análise da tese. O estudo de caso foi a estratégia de pesquisa adotada por ser indicado para examinar acontecimentos contemporâneos nas abordagens de pesquisas qualitativas. O recorte espacial do estudo corresponde aos limites dos perímetros irrigados localizados em Juazeiro-BA e Petrolina-PE, implantados com a política de modernização da agricultura dos anos 1970. A “experiência” dos perímetros irrigados do SMSF, analisada como uma trajetória de desenvolvimento é ilustrativa da evolução da agricultura familiar no desenvolvimento do mundo rural brasileiro. Constatou-se que os agricultores familiares mesmo enfrentando grandes dificuldades se adaptaram às inovações tecnológicas de produção agrícola que lhes foram impostas. Porém, esta condição não favoreceu e nem fortaleceu a AF no território. Ao contrário, a AF vem vivenciando uma crise, principalmente após o vazio deixado pelo Estado, quando esse se afastou da gestão dos perímetros considerando-os emancipados. A crise constatada na AF nos perímetros irrigados não está relacionada somente ao afastamento do Estado, mas principalmente ao modelo de projeto implementado que visava transformar a agricultura familiar em agricultura patronal por meio de decisões autoritárias e assistencialistas. O que ocorreu, de fato, foi um forte processo de “descampesinização” (perda de autonomia e identidade), dos agricultores familiares. Todos os conhecimentos, todos os saberes tradicionais desses agricultores passaram a não ser válidos, pela força do discurso da modernidade. Sistemas de produção mais próximos de um modelo camponês e ecologicamente prudentes não foram discutidos. Conclui-se ressaltando que se nada for feito para reverter o atual quadro da AF nos perímetros irrigados no curto prazo, as unidades familiares de produção correm o risco de serem apropriadas pelas empresas capitalistas que podem transformar os perímetros em áreas quase exclusivas de monoculturas. A contramão desse quadro seriam as áreas destinadas à AF se constituírem em “espaços” de operacionalização efetiva dos princípios do desenvolvimento territorial sustentável. Para isso, teriam que contar com o suporte das políticas públicas. Neste sentido, a política de irrigação passaria de uma ação setorial para uma estratégia sistêmica de desenvolvimento, com inclusão social, eficiência econômica em termos macro-sociais e valorização e proteção do patrimônio natural, em especial o Rio São Francisco ou o “Velho Chico” - um patrimônio do povo brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento, dinâmica territorial, irrigação, agricultura familiar, políticas públicas.

ABSTRACT

The general purpose of this thesis was to analyze a territorial dynamic of development occurred in the *Submédio* San Francisco (SMSF), in the Northeast region of Brazil, and to understand the family agriculture's (FA) capacity of adaptation to this dynamic. The base of the analytical approach was the sustainable territorial development (STD). Thus, STD's literature synthesis was carried out. The Mandacaru perimeter served as base for the application of the analysis model for this thesis. Case study was the research strategy chosen as it enables to examine contemporary events with qualitative approaches. The spatial extension of the study corresponds to the limits of the irrigated perimeters located in Juazeiro (state of Bahia) and Petrolina (state of Pernambuco), adopted with the agriculture modernization politics in the years 1970. The "experience" of the SMSF's irrigated perimeters, considered as a development trajectory, is illustrative of the evolution of family agriculture in the development of Brazilian rural world. It was evidenced that the peasants, even facing great difficulties, adapted themselves to the technological innovations of agricultural production which were imposed to them. But this condition did not favored and neither made stronger the FA in the territory. As opposed, the FA is living a crisis, mainly after the empty space left by the State, when it moved out from the management of the perimeters, considering them emancipated. The FA crisis in the irrigated perimeters is not related only to the moving out of the State, but mainly to the project model implemented, which aimed to change the family agriculture in patronal agriculture by means of authoritarian and assistants decisions. What occurred, in fact, was a strong process of "despeasantation" (family farmers' loss of autonomy and identity). All these peasants' traditional knowledges became invalid through the power of modern speeches. No production systems derived from a peasant model, more adjusted to natural resources conservation policies was considered. We conclude by emphasizing the fact that if nothing is done to revert the FA crisis in the irrigated perimeters, there is a strong risk, at short term, that the family production units be appropriated by the private companies who will transform the perimeters into monocultures areas. The opposite direction would be to transform the perimeters into "spaces" of true sustainable territorial development. For this, it is necessary to count on public policy support. Irrigation policies could pass from a sectorial action to a strategy of sustainable territorial development with social inclusion, economic efficiency in macro-social terms and valuation and protection of the natural patrimony, in special of San Francisco River or "*Velho Chico*" – a Brazilian people's patrimony.

Key-words: Development; territorial dynamic; irrigation; family farmers; public policy

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da teoria mobilizada, método empregado e Fenômenos sociais abordados.....	43
Figura 2 – Fluxograma das conexões transescalares da governança territorial....	76
Figura 3 – Divisão político-administrativa da Bacia do São Francisco.....	113
Figura 4 – Região Semi-Árida no Nordeste brasileiro.....	119
Figura 5 – Localização do perímetro Mandacaru.....	162
Figura 6 - Croqui do perímetro Mandacaru e utilização da “área de sequeiro”.....	170
Figura 7 - Representação do sistema de irrigação do perímetro Mandacaru.....	173
Figura 8 -. Representação do espaço socioprodutivo de Mandacaru.....	181
Figura 9 – Trajetória dos sistemas produtivos em Mandacaru.....	200
Figura 10 – Atividades de preparo do solo e capina à tração animal.....	206
Figura 11 – Frutas semi-perenes de boa rentabilidade cultivadas no perímetro Mandacaru.....	216
Figura 12 -. Circuito de comercialização das frutas, verduras e legumes Produzidos no perímetro Mandacaru.....	222
Figura 13 - Unidade do tipo 1 A – Lote de 7 ha irrigáveis.....	229
Figura 14 - Unidade do tipo 1 B – 10 ha locados em lotes diferentes.....	233
Figura 15 - Unidade do tipo 2 – Lote de 10 ha irrigáveis.....	231
Figura 16 – Unidade do tipo 3 – Lote de 6 ha irrigáveis.....	235
Figura 17 - Unidade do tipo 4 A – Lote de 8 ha irrigáveis.....	236
Figura 18 - Unidade do tipo 4 B – Lote de 8 ha irrigáveis.....	237
Figura 19 - Unidade do tipo 5 A – Lote de 10 ha irrigáveis.....	238
Figura 20 - Unidade do tipo 5 B – Lote de 6 ha irrigáveis.....	239
Figura 21 - Unidade do tipo 6 – Culturas anuais e rebanho ovino.....	241
Figura 22 - Modelo de exploração da unidade do tipo 7 (10 ha irrigáveis e 18 há de área de sequeiro).....	242
Figura 23 - Localização Geográfica do Pólo Petrolina/Juazeiro.....	251
Figura 24 - Localização dos perímetros públicos de irrigação no Agropólo Petrolina/Juazeiro.....	254
Figura 25 - Municípios que compõem o agropólo Juazeiro/Petrolina.....	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução teórica do desenvolvimento sustentável dos organismos internacionais.....	65
Quadro 2 - Tipologia dos fatores de concorrência espacial.....	79
Quadro 3 – Diferença entre propriedades patronais e familiares.....	85
Quadro 4 – Coeficientes técnicos de mão-de-obra das principais culturas perenes exploradas no Vale.....	148

Quadro 5 – Coeficientes técnicos de mão-de-obra das principais culturas anuais exploradas no Vale.....	148
Quadro 6 – Demonstrativo da exploração produtiva e econômica dos agricultores familiares no perímetro Mandacaru, em 2005.....	212
Quadro 7 - Demonstrativo da exploração produtiva e econômica dos agricultores familiares do perímetro Mandacaru, em 2006.....	213
Quadro 8 – Síntese da tipologia das unidades familiares identificadas em Mandacaru.....	225
Quadro 9 – Área colhida, em hectares, das primeiras culturas cultivadas nos municípios do pólo Petrolina/Juazeiro.....	265
Quadro 10 – Cooperativas, associações e distritos dos perímetros irrigados do pólo Petrolina/Juazeiro.....	288

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Panorama das diferenças básicas entre modos de produção camponesa e empresarial.....	94
Tabela 2 – Áreas dos perímetros públicos de irrigação em operação, sob Jurisdição da Codevasf em Juazeiro e Petrolina.....	142
Tabela 3 – Exportações de uvas no Vale do São Francisco.....	146
Tabela 4 - Exportações de mangas no Vale do São Francisco.....	147
Tabela 5 – Características dos perímetros públicos de irrigação de Petrolina e Juazeiro.....	256
Tabela 6 – Área plantada e produção das principais fruteiras no SMSF.....	271
Tabela 7 – Evolução da área plantada com cultura da manga (2000-2005).....	272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da área colhida no perímetro Mandacaru (2000-2006).....	217
Gráfico 2 – Evolução da produtividade das principais culturas no Mandacaru (2000-2006).....	217
Gráfico 3 – Distribuição da renda por culturas no perímetro Mandacaru (2006).....	218
Gráfico 4 – Situação da área cultivada no perímetro Mandacaru (2006).....	218
Gráfico 5 – Evolução dos preços médios dos produtos agrícolas no perímetro Mandacaru (2000-2006).....	219
Gráfico 6 – Evolução da produtividade das principais culturas no perímetro Mandacaru (2000-2006).....	219
Gráfico 7 – Comparação entre área cultivada das principais culturas perenes e semi-perenes no perímetro Mandacaru.....	220
Gráfico 8 – Representação espacial da fruticultura no SMSF.....	273
Gráfico 9 – Comportamento dos preços da AMACOCO e do CEASA-Juazeiro (2005-2006).....	283
Gráfico 10 – Evolução da renda no perímetro Mandacaru (2000-2006).....	285

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACOPIM - Associação dos Colonos do Perímetro Irrigado de Maniçoba
ADENE – Agencia de Desenvolvimento do Nordeste
AF – Agricultura Familiar
AFRUPEC - Associação dos Fruticultores do Perímetro Curaçá
AGROVALE – Agroindústria do Vale do São Francisco
AMACOCO – Água de coco do Amazônia Ltda
APMB - Associação dos Pequenos Produtores de Manga Brasil do Perímetro Irrigado Maniçoba
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CEAGESP – Centro de Abastecimento Geral de São Paulo
CAMPIB - Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro
CAMPIMA - Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Maniçoba
CAMPIC – Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação Curaçá
CAMPIM - Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Mandacaru
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
CIRAD – *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CEPAL – Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
COMFRUMAN - Cooperativa Mista de Fruticultores de Maniçoba
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CVSF – Companhia do Vale do São Francisco
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOC – Denominação de Origem Controlada
DS – Desenvolvimento Sustentável
DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FADE – Fundação de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
FUNRURAL – Fundo Nacional de Previdência Rural
GTDN – Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFOCS – Instituto Federal de Obras Contra as Secas
INA PG – Institut National Agronomique Paris-Grignon
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IOCS – Instituto de Obras Contra as Secas
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MI - Ministério da Integração Nacional
OCDE – Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento

OMC – Organização Mundial do Comércio
ORMVAG – l’Office Régional de Mise en Valeur Agricole
ONG – Organização Não Governamental
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PME – Pequenas e Médias Empresas
PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização da Biodiversidade Biológica Brasileira
PRONAF – Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Incentivos a Agricultura do Nordeste
PROVALE – Programa Especial do Vale do São Francisco
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste
PPP – Parceria Público-Privada
PIF – Programa Integrado da Fruta
PLANTEC – Planejamento e Engenharia Agrícola
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SINTAGRO – Sindicato dos Assalariados das Empresas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SMSF – Submédio São Francisco
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UPROPIC - União dos Produtores do Perímetro Curaçá
URV – Unidade Referencial de Valor
VALEXPORT – Associação dos Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
Listas.....	xi
Lista de siglas e abreviatura.....	xiv
SUMÁRIO.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	19
<i>Considerações preliminares.....</i>	<i>19</i>
<i>Situação-problema.....</i>	<i>23</i>
<i>Modelo de análise.....</i>	<i>34</i>
<i>Questões norteadoras e hipóteses de trabalho.....</i>	<i>38</i>
<i>Objetivos gerais.....</i>	<i>39</i>
<i>Objetivos específicos.....</i>	<i>40</i>
<i>Tecendo os procedimentos metodológicos.....</i>	<i>40</i>
<i>Coleta de dados.....</i>	<i>44</i>
<i>Estruturação dos capítulos.....</i>	<i>48</i>
CAPÍTULO 1-ELEMENTOS PARA UMA SISTEMATIZAÇÃO EXPLORATÓRIA DO CONHECIMENTO DISPONÍVEL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	51
1.1 DA IDEOLOGIA ECONOMICISTA AO ENFOQUE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	53
1.1.1 Desenvolvimento: um (velho)novo paradigma.....	53
1.1.2 Afinal, o que é desenvolvimento?.....	57
1.1.3 Debate sobre a viabilidade do enfoque de desenvolvimento sustentável.....	60
1.2 DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	68
1.2.1 Considerações acerca do significado do conceito de território.....	68
1.2.2 A emergência do conceito de desenvolvimento territorial.....	70
1.2.3 Processo de especificação dos ativos e recursos territoriais.....	77

1.3 A AGRICULTURA FAMILIAR VISTA COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	83
1.3.1 Agricultura familiar: um conceito em construção.....	83
1.3.2 Agricultura familiar <i>versus</i> campesinato.....	86
1.3.3 (Re)estruturação e (re)afirmação da identidade camponesa.....	91
1.3.4 Agricultura familiar e a redescoberta de sua “condição camponesa” na rota do DTS.....	96
2.3.5 Agricultura Familiar e Integração Rural-Urbana.....	100
CAPÍTULO 2 - AS CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DO AGROPÓLO JUAZEIRO/PETROLINA NO SMSF: ESPAÇO, RECURSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	104
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	107
2.1.1 A dinâmica de desenvolvimento do SMSF e a política de criação do agropólo Juazeiro-Petrolina.....	107
2.2 ESPECIFICIDADES E CONDICIONANTES HISTÓRICOS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO (SMSF).....	111
2.2.1 O contexto socioambiental.....	111
2.2.2 O Semi-árido na Bacia.....	116
2.3 CONDICIONANTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO VALE.....	120
2.3.1 A colonização e a pecuária.....	120
2.3.2 A dinâmica dos sistemas de produção.....	123
2.4 A AÇÃO DO ESTADO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	128
2.4.1 Um potencial a ser valorizado.....	128
2.4.2 O planejamento de estratégias de desenvolvimento para o Nordeste...	132
2.4.3 A escolha da irrigação como elemento prioritário da estratégia de desenvolvimento.....	136
2.4.4 A Codevasf como ator-chave do desenvolvimento do SMSF.....	139
2.5 O AGROPÓLO JUAZEIRO/PETROLINA: QUAL DINÂMICA TERRITORIAL?	144
2.5.1 A dependência crônica no novo território.....	144
2.5.2 Os condicionantes da concepção e da implementação de um projeto inadequado.....	154

CAPÍTULO 3 - PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PERÍMETRO MANDACARU E DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	159
3.1 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PERÍMETRO MANDACARU E DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	161
3.1.1 o ordenamento territorial do perímetro.....	161
3.2 O PERÍMETRO: A TERRA E O SISTEMA DE IRRIGAÇÃO.....	165
3.2.1 Qualidade dos solos e a lógica de implementação do projeto.....	165
3.2.2 O estatuto fundiário dos lotes e do perímetro.....	166
3.2.3 A ocupação da área de sequeiro.....	168
3.2.4 Sucessão e função social das terras: processos que não se completam.....	170
3.2.5 O sistema de irrigação.....	172
3.2.6 O Distrito de irrigação.....	176
3.3 O PERÍMETRO MANDACARU VISTO COMO UM ESPAÇO DE VIDA: A INFRA-ESTRUTURA SOCIOPRODUTIVA.....	179
3.3.1 A infraestrutura físico-social.....	179
3.3.2 A Campim como “instituição-chave”.....	181
3.4 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS AGRICULTORES DE MANDACARU....	184
3.4.1 Origem, processos de seleção e formação dos agricultores.....	184
3.4.2 A trajetória de migração das famílias.....	190
CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE MANDACARU E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	193
4.1 A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NO PERÍMETRO MANDACARU.....	194
4.1.1 Os ciclos de produção.....	194
4.2 GESTÃO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA.....	202
4.2.1 Recrutamento da mão-de-obra em função dos ciclos produtivos.....	202
4.2.2 Os equipamentos das unidades produtivas.....	204
4.2.3 A gestão Atual da mão-de-obra.....	206
4.2.4 A recriação da parceria como alternativa de financiamento da produção.....	208
4.2.4 Panoroma das principais culturas.....	212
4.2.5. Os circuitos de comercialização.....	220

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE UNIDADES FAMILIARES DO PERÍMETRO MANDACARU.....	224
4.3.1 Processo de diferenciação das unidades produtivas em Mandacaru....	224
4.3.2 Descrição das unidades identificadas e dos sistemas de produção.....	227
4.3.3 A performance das unidades de produção.....	242
CAPÍTULO 5 - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS DINÂMICAS DO AGROPÓLO JUAZEIRO/PETROLINA.....	249
5.1 A DESAPROPRIAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DO “TERRITÓRIO IRRIGADO”	251
5.1.1 O ordenamento do agropólo Juazeiro/Petrolina para implantação dos perímetros.....	251
5.1.2 O processo de aquisição dos lotes e de (des)construção identitária.....	254
5.2 EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NOS PERÍMETROS IRRIGADOS (1970-2005).....	262
5.2.1 A AF nos perímetros irrigados e a evolução dos sistemas de produção.....	262
5.2.2 Diversificação e heterogeneidade das unidades produtivas.....	270
5.2.3 (In)viabilidade de um modelo de produção subordinado ao capital.....	275
5.3 AS MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	278
5.3.1 O papel do Estado e a modelagem das organizações dos agricultores	278
5.4 A POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO AGROPÓLO JUAZEIRO/JUAZEIRO.....	289
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	294
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	309
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Considerações preliminares

Colocar-me diante de um objeto de estudo que não é estranho para mim foi bastante desafiador. Primeiro porque faço parte de uma família camponesa, uma testemunha viva da complexidade embutida na busca de dinamização do meio rural. Depois, como agente de desenvolvimento rural, ao lidar com esta questão por mais de vinte anos.

Aqui relembro certa vez, quando fui convidada para participar de um programa intitulado “Comecei do Zero” em uma rede de TV nacional, em São Paulo, perguntei para a pessoa que fez o convite: para falar do quê? Ela respondeu: de sua trajetória de vida¹. A primeira resposta foi negativa, o que fez a produção investir mais uma vez, convencendo-me finalmente a participar do programa. Aceitei, mas em dúvidas sobre o que iria falar. Ao chegar ao auditório/estúdio repleto de convidados, percebi a responsabilidade assumida. Estavam naquela mesma condição de convidados o ator Osmar Prado e o psicanalista Roberto Shinashiki, o que me causou surpresa. Perguntei-me o que estava fazendo ali, porém, ao receber o microfone, após ter escutado os depoimentos dos outros convidados, vi que o meu “começar do zero” tinha um significado real.

Naquele momento, a primeira imagem vinda de minha infância foi a de estar acompanhando os meus pais de um lugar para outro em busca da sobrevivência. Passei a narrar a minha trajetória de vida, comparando-a com a história de Fabiano, da obra de Graciliano Ramos, “Vidas Secas”, e com as figuras de barro do mestre Manoel Vitalino – escultor popular nordestino –, “os retirantes”.

Éramos eu, meu pai, minha mãe, minha irmã caçula, o jegue com as

¹ Este convite foi feito após minha aparição no programa “Gente Que Faz”, da extinta Fundação do Grupo Bamerindus, apresentada pela Rede Globo de Televisão no dia 25 de fevereiro de 1995.

poucas tralhas que tínhamos, a nossa cachorra, que também se chamava “Baleia”. Caminhávamos nas estradas poeirentas do sertão como retirantes. Era assim cada ano, da fazenda da beira do rio para a fazenda da caatinga numa sazonalidade – inverno/verão – típica de todos os povos pastores do mundo. Meu pai cuidava do gado do fazendeiro como vaqueiro e criava um pequeno rebanho de gado – formado da quarta que recebia como seu salário anual – e pequenos animais (caprinos, principalmente, porcos, galinhas etc.), além de praticar uma pequena lavoura de subsistência para partilhar com parentes, vizinhança e qualquer um que chegasse pedindo ajuda. O irmão mais velho tinha partido para São Paulo, como tantos outros jovens nordestinos faziam na busca de trabalho; a segunda filha mais velha morava na cidade com um tio, e nós, os três menores, acompanhávamos os pais. Essa era uma das muitas estratégias que, como camponeses, utilizávamos para nossa reprodução social. Ressalto que retrato aqui a década de 1960.

Na década de 1980, quando iniciei minhas atividades profissionais como técnica da extensão rural (ex-Emater/BA), trabalhei no Nordeste com os “pequenos produtores” rurais. No início dessas atividades profissionais, procurava “ajustar” ou “re-estruturar” as famílias rurais relocadas pela Barragem de Sobradinho na região do Submédio São Francisco, em Sento Sé (BA). Eram “pequenos produtores” que viviam da agricultura nas vazantes do rio e da pesca: os chamados “beiradeiros”; os outros, viviam da criação extensiva em campo aberto e da agricultura de “sequeiro”, os chamados “catingueiros”. Naquele momento, eles tinham de re-aprender a lidar com os recursos naturais (bióticos e abióticos) do novo território.

Minha família fazia parte desse contingente populacional que fez uma nova mudança, ou “migração compulsória” (REIS, 2005), desta vez forçada pelas políticas desenvolvimentistas as quais cortaram as raízes de tantas famílias, cobrindo com as águas do “progresso” – Lago de Sobradinho – suas histórias de vida, entendidas como suas referências essenciais.

Na seqüência, trabalhei com os “pequenos produtores” da região do feijão, em Irecê (BA), tendo como objetivo ajudá-los a reorganizar e recompor seus sistemas de produção, desfeitos também pela “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1982) dos anos 1970.

Finalmente, em Juazeiro (BA), trabalhei com os “camponeses do sertão”, no coração do semi-árido. Aqui, comecei a formatar meu plano de pesquisa para buscar explicações mais convincentes dessa experiência de vida e de trabalho. Ainda nesta mesma fase, tive a oportunidade de acompanhar os “pequenos produtores” do vale do Salitre – afluente do Rio São Francisco – cujos sistemas de produção eram baseados na diversificação: irrigação com técnicas simples, criação de pequenos animais, agricultura de sequeiro e venda direta de sua produção na “feira-livre” da sede municipal. Esses agricultores foram os primeiros, no início da “modernização” da agricultura no vale a sofrerem os impactos das políticas desenvolvimentistas que implicaram até na “morte do rio” (rio Salitre). Minha dissertação de mestrado retrata essa realidade².

Em Juazeiro, tive a oportunidade de trabalhar dois anos nos perímetros de irrigação, prestando uma consultoria a Codevasf. Neste período, convivi com os colonos (agricultores familiares) e pude compartilhar o dilema da instabilidade de seus sistemas de produção. No exercício dessa prática, sempre tive a curiosidade de compreender as razões das crises e fracassos das unidades de produção familiar nesses perímetros. Embora houvesse uma política agrícola favorável (disponibilidade de terras, água e a presença permanente do Estado com grandes investimentos), a agricultura familiar instalada nesses perímetros não conseguiu se consolidar.

A partir desta constatação, comecei a delimitar o objeto dessa pesquisa, tendo em vista o processo de seleção para ingresso no Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O caráter interdisciplinar do curso foi o elemento motivador da minha opção ao ter a convicção de que fenômenos complexos vão além de

² Intitulada: Pequenos produtores frente a novas condições de (re) produção no Vale do Salitre, a dissertação faz referência às transformações que ocorreram no Vale, com a chegada dos empresários do Sul e Sudeste do Brasil. Apelidados localmente de “japoneses” em oposição aos “salitreiros” – os antigos proprietários, esses novos empreendedores incentivados pela política de modernização da agricultura dos anos 1970 adquiriram pequenas faixas de terra na margem do rio e empreenderam uma nova dinâmica na região. Os impactos na vida dos “salitreiros” foram de imediato, sendo um deles a expropriação dos “pequenos produtores” que venderam suas terras e se transformaram em assalariados rurais, Barros (1992).

interpretações monodisciplinares. Considero ter sido uma oportunidade de retomar os elementos empíricos da minha trajetória de vida (pessoal e profissional), para assumir novos desafios teóricos e práticos, como educadora e pesquisadora, ao acreditar na possibilidade da construção de um novo projeto de sociedade, que valorize ao mesmo tempo a condição humana e a gestão ecologicamente prudente dos recursos naturais.

Assim, justifica-se esta pesquisa e o seu caráter interdisciplinar, pois tem a intenção de trazer novas informações que sirvam de apoio para a montagem de projetos específicos, para os agricultores familiares desse território e o redirecionamento de políticas nacionais mais abrangentes, que culminem com um processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

A intenção foi avaliar a dinâmica de desenvolvimento implementada pelo Estado na região, contribuindo para o avanço da teoria do desenvolvimento territorial e de uma agricultura sustentável, em especial nas áreas irrigadas. Considero que a agricultura familiar tem um papel importante nesse processo já que esta pesquisa visa também contribuir para o fortalecimento de políticas públicas, com enfoque no desenvolvimento territorial sustentável do Semi-árido, ampliando a rede de pesquisadores interessados pelo tema.

Recolocar a situação da agricultura familiar inserida nos perímetros públicos de irrigação, cuja lógica de produção tem sido baseada na racionalidade econômica, nos pareceu mais que conveniente para produzir esta pesquisa, principalmente por perceber que tanto o território como os atores sociais - os "colonos" - foram construídos no bojo das políticas setoriais desenvolvimentistas dos anos 1960-70, e seus efeitos hoje merecem ser avaliados. Espera-se retirar dos seus resultados finais os ensinamentos para o fortalecimento das atividades profissionais, o reforço do debate acadêmico e orientações para a formulação de políticas públicas com o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.

Situação-problema

A região do Submédio São Francisco (SMSF) é uma das cinco regiões da bacia do São Francisco, no Semi-árido do Nordeste brasileiro. Ela se apresenta como uma ilustração quase perfeita das políticas de modernização dita “conservadora” que vigoraram a partir dos anos 1950, “quando se pode dizer que se inicia no Brasil o planejamento sistemático da economia pelo Estado” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 87), sob a orientação da recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas. A idéia era que a indústria passaria a liderar o processo de desenvolvimento econômico e a agricultura teria o papel de “financiar” o processo de substituição das importações e de prover matérias-primas para a indústria nacional (emergente) e alimentar a população urbana do País (op. cit.).

Durante muito tempo, as atividades econômicas preponderantes desenvolvidas na região giraram em torno do consórcio gado-pecuária-lavouras alimentares, sendo a pecuária bovina o elo mais forte dessa cadeia produtiva³. A pecuária comandou esta cadeia do início do terceiro quartel do século XIX até o final dos anos 1970 (BRASIL, 2005). A partir da segunda metade do século XX, o SMSF se submeteu a uma acelerada e expressiva transformação mediante a construção de novas territorialidades (ANDRADE, 2003; 1995), principalmente no último quartel do século, ao apresentar uma outra dinâmica, porém marcada por fortes contradições econômicas e desequilíbrios socioambientais.

Essa política tentou, prioritariamente, resolver o problema da baixa produção e produtividade da agricultura brasileira por um processo de intensificação para responder às demandas emergentes da sociedade

³ Cadeia produtiva (*filière*) é uma seqüência de operações que conduzem à produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementaridade e são determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise, a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação (ZYLBERSZTAJN, 2000).

(crescimento demográfico, aumento do nível de consumo por indivíduo, diversificação dos serviços, vontade de exportação). Primeiro e, sobretudo, tratava-se de aumentar a produção e o rendimento por trabalhador e por unidade de superfície ou efetivo, com um objetivo de ganho de eficácia via recurso ao capital.

Nesse processo, a agricultura familiar (AF), ou “pequena produção” teve o papel de produzir alimentos baratos e matérias-primas. Fornecer mão-de-obra e ser consumidora de produtos industrializados para o setor agrícola, tais como máquinas, implementos agrícolas, insumos químicos etc. Essa condição deixou a agricultura dependente da indústria por esta ser competitiva (baixo custo de produção). Outrossim, com o avanço do capitalismo no campo ocorreu um acelerado processo de concentração de terras, reduzindo a participação das pequenas propriedades no valor total da produção, principalmente entre 1970 e 1980. Da mesma forma, verificou-se uma diminuição expressiva da população rural, por meio da migração para os centros urbanos, atraída pelos empregos gerados ou não com a instalação das agroindústrias. Esse modelo funcionou até o momento da consolidação do processo de industrialização, pois com o processo da mecanização no campo (expansão das áreas agricultáveis, diminuição da mão-de-obra contratada), a rentabilidade foi assegurada pelo setor industrial (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O resgate da trajetória histórica de formulação das políticas agrária e agrícola do Brasil permite-nos constatar que a agricultura familiar, ou seja, aquela produtora de alimentos, sempre foi negligenciada pelas políticas públicas, ocupando um lugar secundário no sistema de produção. No Nordeste, os agricultores, “trabalhadores de condição” (moradores e parceiros) priorizavam, não por sua vontade, mas pelas condições impostas pelos fazendeiros, o preparo das áreas de produção de algodão e, depois, as de pastagens, ou seja, comida para o gado e fibra para tecelagem eram mais importantes do que a segurança alimentar das camadas pobres.

Surgiram, portanto, dessas raízes históricas os conflitos e as contradições em torno da AF, gerados pela concentração de terras e favorecimento, por meio de políticas subsidiárias, de novos grupos econômicos que começaram a investir no setor rural e expandiram suas atividades,

direcionando-as para as demandas do mercado. Tal fato mostra o predomínio dos interesses dos latifundiários e dos grandes empresários rurais e agroindustriais na definição das políticas públicas direcionadas ao setor rural, com o apoio incondicional do Estado, pautadas numa racionalidade econômica e em detrimento da racionalidade socioambiental (LEFF, 2006).

No SMSF, a ação do Estado ocorreu por meio de políticas públicas baseadas nessas “orientações teóricas”⁴ desenvolvimentistas (modernização conservadora). Aqui, a estratégia escolhida foi a do aproveitamento do potencial hídrico para o suprimento de energia e para a irrigação⁵, superando o tradicional consórcio gado-algodão-lavouras alimentares. Esse consórcio, ao longo da história, foi prejudicial aos pequenos agricultores pelos baixos preços pagos ao seu trabalho e aos seus produtos, e pelos impactos socioambientais negativos, principalmente o efeito das queimadas e a degradação da qualidade dos solos.

Submetida a um estilo de desenvolvimento, a região do SMSF passou por diferentes transformações ao longo do tempo. A ação do Estado resultou na implantação de infra-estruturas estratégicas (barragens, hidrelétricas, redes de transportes e de comunicação etc.), de incitação para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, tendo em vista a transformação do padrão técnico das atividades agrícolas e a instalação de agroindústrias geradoras de emprego.

Trata-se de um estilo de “desenvolvimento” questionável. O sucesso econômico do território é real. Por exemplo, a elevação do PIB de Petrolina saltou de 712 dólares em 1970 para 1.474 dólares em 1993. Sua participação no PIB total do Estado de Pernambuco passou de 1,5% em 1970 para 3,5% em 1993 (CORREIA; ARAÚJO; CAVALCANTI, 2000). Esses dados são indicativos de crescimento econômico, mas sem distribuição de riqueza, pois a pobreza persiste como um fenômeno impactante na região. Tomando os dados do

⁴ “Orientações teóricas” é um termo definido por Giner e Guzmán (1980) como um conjunto de idéias e enfoques que servem de guia para elaboração de estratégias teóricas e metodológicas a pesquisadores, analistas e implementadores de políticas socioeconômicas para realizar suas atividades, no contexto de uma conjuntura histórica e produto de um contexto intelectual e político.

⁵ Há, no Brasil, cerca 2,9 milhões de hectares irrigados, o correspondente a 6,4% da superfície total cultivada de 45,0 milhões de hectares. O trabalho de Geoprocessamento da Codevasf estimou que a área total irrigada no Vale do São Francisco é de 333 mil hectares (CODEVASF, 2001).

Produto Interno Bruto-PIB

é possível verificar crescimento no volume de mercadorias e serviços produzidos nos espaços semi-áridos. Mas as novas e mais modernas atividades econômicas neles induzidas 'tanto as agrícolas como as não-agrícolas' ainda não se constituíram em substitutas para o vazio deixado pela desestruturação do complexo gado-algodão-lavouras alimentares [...] (BRASIL, 2005, p. 10).

A agricultura irrigada é a tradução mais visível na paisagem da ação do Estado e é também a fonte principal da riqueza do território. De fato, as culturas irrigadas exerceram uma influência considerável na elevação do PIB, principalmente pelas principais culturas que atendem tanto ao mercado interno como ao externo. Em 2003, a manga e a uva provenientes da região do SMSF representaram cerca de 90% e 99%, respectivamente, das exportações brasileiras de frutas.

A exportação de frutas no SMSF é um dos fatores-chave da consolidação de um pólo agroindustrial no território. Inicialmente denominado de **pólo de desenvolvimento Juazeiro-BA/Petrolina-PE**, ao longo dos anos, conforme o dinamismo econômico recebeu outras denominações: **pólo da fruticultura irrigada ou pólo de exportação de frutas tropicais**. Neste trabalho, vamos considerá-lo simplesmente como **agropólo Juazeiro/Petrolina** visto que seu crescimento econômico é um fato evidente, principalmente pela geração de milhares de empregos transitórios e permanentes. A irrigação no vale do São Francisco gera em torno de 250 mil empregos diretos. Segundo Silva, Resende e Silva (2000, p. 50)

Para sustentação desse crescimento contribuíram não apenas as transformações ocorridas na agricultura - relativas à introdução de novas culturas e novas técnicas de cultivo, que se tornaram viáveis pelas modernas tecnologias de irrigação disponíveis - mas também o surgimento de outras atividades complementares à agricultura irrigada, relativas à instalação de um dinâmico parque agroindustrial.

Esse dinamismo foi ocasionado pelas firmas agroindustriais instaladas no agropólo, com destaque para as grandes empresas diversificadas, sendo a maior delas a Agrovale (no ramo sucroalcooleiro, com cerca de 4.000 empregos

diretos) e a da Vitivinicultura⁶ (para produção de vinhos finos que já atingiu o mercado internacional) (CODEVASF, 2005a; SILVA; RESENDE; SILVA, 2000; SILVA, 2001).

Toda essa situação contribuiu para um processo de urbanização intensa e desordenada nos dois maiores municípios do agropólo (Juazeiro-BA/Petrolina-PE). Nesses dois municípios – sede do pólo – os índices de crescimento tanto populacional, quanto do PIB são muito superiores em comparação aos demais municípios da região e do próprio agropólo.

O desenvolvimento das atividades do setor de serviços também se ampliou consideravelmente nas duas últimas décadas. Houve uma evolução significativa do sistema de educação, principalmente no nível da formação superior nos dois municípios. Atualmente são oferecidos mais de trinta cursos diferenciados nas áreas de engenharia, administração, agronomia, pedagogia, direito, medicina e comunicação, dentre outros. Expandiram-se as redes bancárias e hospitalares. O aeroporto ganhou *status* internacional como uma via de escoamento da produção, saindo vôos diretos para a Europa. Ampliaram-se também as vias de acesso rodoviário, interligando a região ao Sul e ao Norte do País. Houve a ocorrência de avanços significativos nos setores de educação, saúde e infra-estrutura de transportes, excepcionalmente nas duas cidades (Juazeiro e Petrolina). Embora os benefícios sejam proporcionados a um maior número de cidadãos, a riqueza gerada ainda permanece concentrada numa pequena elite local e em grandes investidores externos.

Para ressaltar esses fatos, verifica-se que no período de 1980/1991 a taxa de crescimento urbano de Juazeiro foi de 4,28% e de 2,92% entre 91/2000; a rural foi estimada em -1,39% e 5,00%. Em relação ao PIB, a taxa média de crescimento anual, no período de 1990/96 foi de 1,9% (BAHIA, 2002). Em 2004, o PIB per capita do município foi estimado em 4.798 (IBGE, 2007). O IDH do município nas décadas 1970/80/91 e 2000 foi de 0,459; 0,518; 0,559; e 0,612,

⁶ O investimento neste setor até 2005 foi em torno de 90 milhões de dólares. Atualmente, existem no pólo sete vinícolas em funcionamento e mais cinco em implantação. São 800 ha já ocupados, com uma previsão de 1.500 ha passando de uma produção de 8 milhões de litros por ano para 30 milhões/anos. Torna-se, portanto, o segundo maior pólo vinícola do país (CODEVASF, 2005a).

respectivamente.

Conforme os resultados preliminares do IBGE na contagem de população 2007, a população de Juazeiro atualmente é de 208,299 habitantes. Em relação ao município de Petrolina, no período de 1970 a 1996, a taxa de crescimento econômico foi de 7,26% ao ano; e a de crescimento populacional, no período de 1970 a 2000, de 4,29% ao ano. Em relação ao PIB, em 1975 a renda per capita foi de US\$ 75.012.015 (6 vezes a média dos outros municípios de Pernambuco); em 1996 foi US\$ 464.166.029 – 15 vezes a média dos outros municípios pernambucanos (CODEVASF, 2005a). Em 2004, o PIB per capita do município foi estimado em 6.508 (IBGE, 2007). A estimativa atual da população de Petrolina é de 260.000 habitantes, conforme os resultados preliminares do IBGE na contagem de população 2007.

Tais índices apontam para um território de sucesso em termos de crescimento econômico e populacional, mas é também um espaço onde podemos avaliar os limites da ação do Estado, principalmente em relação à questão agrária, um grave problema no Brasil. São inúmeras as famílias sem terras ou com pequenas parcelas que pouco a pouco desaparecem para dar lugar aos grandes projetos de irrigação e/ou às chácaras de lazer nas margens do rio. O estilo de desenvolvimento implementado na região oportunizou o volume de negócios e agronegócios, mas sua economia é considerada frágil, sem contar que as externalidades negativas, principalmente os impactos socioambientais, os quais afetaram toda população ribeirinha, tanto aquela que vive a montante quanto a que vive jusante da barragem de Sobradinho.

Esses resultados são contraditórios aos objetivos que justificavam a implantação dos perímetros irrigados, ou seja, além de um objetivo econômico (desenvolver a região por meio da produção agrícola na base da “Revolução Verde”, aproveitando-se do potencial dos recursos naturais existentes, em especial a água do rio São Francisco), existia também um objetivo social: disponibilizar terras para pequenos agricultores sem terra, a fim de gerar emprego e renda para evitar o “êxodo rural”⁷ de centenas de nordestinos para

⁷ Utilizamos “êxodo rural” em sua forma original, significando o fluxo migratório da população rural do campo para a cidade. Embora a expressão êxodo rural seja usada, o conceito apresenta uma outra conotação na atualidade, face à concepção do “novo rural”

os grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, nos períodos críticos de seca, bem como diminuir a pobreza da região (GRAZIANO DA SILVA, 1989; MARTINS e ZATZ, 1990).

Essa é a origem do assentamento de famílias agricultoras nos perímetros irrigados, nos lotes concebidos para os “pequenos produtores”: antigos “trabalhadores de condição” (moradores, parceiros), atingidos por barragens, proprietários de minifúndios e sem terra. Ao serem selecionados para ocupar os lotes, esses agricultores passaram a ser identificados como “colonos”, configurando-se num tipo específico de agricultores e de agricultura familiar⁸. É importante relativizar esse fenômeno de assentamento de “colonos”. Embora outros tipos de agricultores tenham ocupado lotes nos perímetros irrigados, como os imigrantes do Sul e Sudeste do País, eles não foram identificados como “colonos”, pois já haviam adquirido o estatuto de empresários, distinguindo-se dos agricultores familiares ou dos “colonos” oriundos da região.

Os agricultores familiares denominados de “colonos” passaram a compartilhar não só a infra-estrutura hidroagrícola com os empresários instalados nos perímetros públicos de irrigação, mas também a nova base técnica de produção. Assim, a AF se constituiu em um dos vários atores sociais que passaram a desempenhar um papel específico na nova dinâmica socioeconômica local (BENKO; PECQUEUR, 2001). Embora os agricultores familiares tenham recebido um apoio fundamental do Estado no início dessa nova dinâmica, persistiram obstáculos que impedem sua afirmação no território.

(GRAZIANO DA SILVA, 1999a; 1997). É mais adequado utilizar “êxodo agrícola”, pois as “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Assim, atualmente os indivíduos migram não do rural, mas das atividades agrícolas e passam a realizar atividades não-agrícolas, como vigias de posto de combustível, serviços de bar e restaurantes, de borracharias nas margens das rodovias. Outros vão trabalhar na cidade e retornam para dormir na “roça” ou no povoado.

⁸ Segundo Buainain (2006), embora a AF apresente especificidades que a diferenciam sensivelmente de outros segmentos da agropecuária nacional, no Brasil, para sobreviver e expandir-se, a AF deveria estar inserida na mesma lógica sistêmica de integração de mercados e de sustentabilidade que esses outros segmentos. Mas, ela é a parte frágil do agronegócio brasileiro. Conforme Buainain (op. cit., p. 17) “há evidências de que o setor mais dinâmico e próspero da agricultura familiar é exatamente aquele que logrou inserir-se em algumas cadeias produtivas regionais e nacionais”, como ocorreu com algumas unidades familiares nos perímetros irrigados.

O avanço tecnológico da agricultura empresarial e capitalista e as redes por elas criadas para a inserção nos mercados globais contrapõem-se a uma AF que tenta se modernizar, por meio de diferentes arranjos socioprodutivos, mas vai de encontro às relações sociais de produção complexas. Esta condição traduz-se em exclusão, deste segmento, do considerado dinâmico pólo de desenvolvimento, cujas vantagens econômicas são auferidas pelos segmentos privilegiados – as grandes firmas e os grandes empresários.

As políticas implementadas para o desenvolvimento da agricultura irrigada no SMSF foram seletivas. O que poderia ser “nichos” alternativos de mercados, de potencialidades locais para a AF tornou-se um pólo de atenção e atração de produtores patronais e de grandes empresas (BUAINAIN, 2006).

Além disso, foram poucos os agricultores que tiveram a “sorte” de atravessar o processo de seleção (passar na peneira, como eles dizem) e “ganhar a terra” nos perímetros públicos de irrigação. Dos quase 2.800 “colonos” instalados nos perímetros de irrigação de Juazeiro e Petrolina, apenas cerca de 15% é originário dos dois municípios sede do pólo e dos outros municípios mais próximos, como Casa Nova e Curaçá. A grande maioria foi excluída. Neste sentido, Leila Martins e Inês Zats destacam que

É preciso salientar a relativa inexpressão do número de pequenos agricultores que se transformam em irrigantes e que, nesta condição passam a ter acesso ao crédito, a incentivos diretos, à isenção de impostos, à modernização e aos insumos modernos [...]. Enquanto isso, a grande maioria dos pequenos produtores ou são expropriados de suas condições, ainda que precárias, de produção, permanecendo marginalizados neste processo, ou se transformam em mão-de-obra assalariada (MARTINS e ZATS, 1990, p. 8).

Apesar disso, o objetivo social da agricultura irrigada foi parcialmente alcançado, na medida que foram disponibilizadas terras a preços baixos, com incentivos oferecidos pelo governo federal para os agricultores familiares adquirirem seus lotes, mesmo restrito a um pequeno número deles. Os que tiveram a oportunidade de ter acesso aos lotes tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da agricultura irrigada na região. Mas, na medida em que a mundialização privilegia à exportação de *commodities*, inserindo no mercado de trabalho e de consumo apenas uma pequena parte dos segmentos sociais, os

“colonos” foram pouco a pouco relegados a segundo plano. As mudanças no padrão organizacional produtivo da economia agrícola regional, especialmente na segunda metade dos anos 1980, com o início do desenvolvimento da fruticultura, enfatizaram a diversidade intra-regional e aumentaram a diferenciação das atividades produtivas (BAHIA, 2002).

Neste sentido, as políticas públicas não atenderam sucessivamente:

- àqueles que não tiveram acesso a terra. Esses em sua grande maioria eram antigos moradores das margens do rio, habituados a lidar com uma agricultura de acordo as cheias do rio e os “camponeses do sertão” os quais viviam e praticavam a agricultura de “sequeiro”, dependente das chuvas, convivendo com a vulnerabilidade e instabilidade da produção e da reprodução familiar; e
- àqueles que não conseguiram ser competitivos no processo de modernização, que exigia cada vez mais terra, capital e tecnologia, mesmo àqueles inseridos nos perímetros irrigados.

Essa evolução ilustra a dificuldade que os agricultores familiares enfrentaram, os poucos “eleitos” e persistentes, os que se tornaram, de um dia para outro, “colonos” ou “irrigantes”. Esses têm encontrado dificuldades para fazer valer as suas opiniões e foram submetidos a negar a sua “condição camponesa” (PLOEG, 2006). A predominância é da “racionalidade instrumental e econômica” (BRANDENBURG, 1999) inerente ao modelo hegemônico e dominante comum no cenário da agricultura brasileira e colocado em prática no agropólo.

Assim, o caminho seguido tem sido marcado pela valorização do progresso técnico. Habitados a lidar com sistemas de cultivos tradicionais, mas na realidade muitas vezes bastante complexos, a partir de então, os agricultores familiares tiveram que se “adaptar” ao um novo padrão tecnológico⁹, afastando-

⁹ Para Gastal (1997), a melhor maneira de entender tecnologia é estabelecer sua diferenciação da ciência. Para esse autor, a ciência está intimamente ligada ao conhecimento dos fenômenos, das relações e das teorias, enquanto que a tecnologia está associada aos resultados econômicos, aos impactos sociais [ambientais] e econômicos sobre uma comunidade, resultante da aplicação de novos materiais, novos processos de fabricação, novos métodos e novos produtos nos meios de produção. Quando nos referimos ao novo padrão tecnológico adotado no contexto que estamos estudando, é este o sentido

se cada vez mais de sua “condição camponesa”.

Depois de vários anos de experiências exitosas, principalmente nos primeiros anos da década de 1980, a AF inserida na produção “moderna” do Vale enfrentou, a partir do final dessa década, a concorrência das grandes empresas, entrando em crise recorrente (BARROS; TONNEAU, 2007). A via desse novo padrão é a da organização “comercial” para a inserção nos mercados globais, excluindo cada vez mais os pequenos empresários e acima de tudo a AF. Esse tipo de desenvolvimento implementado no SMSF é funcional à dinâmica da globalização assimétrica, o que implicou a formação de processos de (re)construção identitárias.

Nesta nova dinâmica de desenvolvimento acredita-se que o tempo dos “colonos” acabou, pois a AF encontra cada vez mais dificuldades para se consolidar na nova dinâmica territorial, ou no “novo rural” configurado no novo território (GRAZIANO DA SILVA, 1999a; VEIGA, 2001; 2003).

A AF, no agropólo, encontra-se fragilizada e submetida a um modelo de produção que foi único, comprometendo a produção e a reprodução social das famílias agricultoras. Ela tem enfrentado constantes riscos (climáticos, doenças e pragas, de mercados), gerando uma crise no setor. A especialização em fruticultura irrigada foi uma oportunidade apresentada como alternativa de enfrentamento dessa crise (SILVA, 2001). Funcionou, em parte, para a agricultura empresarial e capitalista, mas os agricultores familiares outra vez sofreram um processo de exclusão social.

A especialização em fruticultura trouxe várias transformações na dinâmica socioeconômica local, criando uma nova organização territorial da produção. Uma nova dinâmica de desenvolvimento emergiu, incorporando um jogo de competição que é visto como ajustado ao modelo dominante. Segundo Benko e Pecqueur (2001), isso ocorre porque as regiões ou os territórios tornam-se fontes de vantagens concorrenciais ao mobilizarem seus produtos de

que damos. Schumpeter (1982) extrapolou o conceito de tecnologia à sua expressão mais prática, a “inovação” caracterizando-a como parte integrante e fundamental do processo econômico. Além desse sentido, nós a extrapolamos também para outro patamar que é o da “inovação” social, com base em (FERNÁNDEZ, 2004).

forma inovadora. No caso do SMSF, todavia, o modelo de desenvolvimento foi construído com base no conjunto dos “*ativos genéricos*” e não nos “*ativos específicos*” (PECQUEUR, 2005)¹⁰. Aqui, constituiu-se um fosso entre grandes e pequenos agricultores, entre agricultura empresarial e AF, processando-se uma nova “seleção” natural.

O desengajamento do Estado, no início da década de 1990, contribuiu para o enfraquecimento da AF no território, embora com uma ação vista como autoritária, paternalista, vinculada ao poder local com resquícios do “coronelismo” (LEAL, 1975), o Estado arbitrava a favor dos “colonos”, por meio de suas agências de desenvolvimento - neste caso, a Codevasf.

Nessa trajetória, apesar dos esforços de adaptação dos “colonos-irrigantes” ao novo padrão produtivo, o descompasso entre o desenvolvimento da agricultura empresarial e o da agricultura familiar, reconfigurada nos perímetros irrigados evidenciou-se. A AF não conseguiu ocupar um lugar de destaque na nova dinâmica territorial, embora ela tenha exercido um papel significativo em tal dinâmica. Ela manteve a sua característica de setor marginal, porém suas características originais foram afetadas.

Enfim, os agricultores familiares dos perímetros irrigados, embora vivessem o dilema criado entre a forma tradicional de produção e a forma empresarial, não se despojaram por completo dos fortes traços da “condição camponesa” (PLOEG, 2006). Pela própria força da nova dinâmica de produção no novo espaço (perímetros irrigados), marcado pela lógica de produção capitalista, os agricultores familiares, convertidos em produtores “modernos”, sustentando o *status* de novos empresários do agronegócio carregam fortes traços de sua herança cultural e tradições. De fato, ocorreu uma crise de identidade. É esta situação-problema que será avaliada, no intuito de esclarecer

¹⁰ A utilização das expressões *ativos específicos* e *ativos genéricos* é tomada de Pecqueur (2005) que as utiliza para qualificar os recursos existentes em um território, segundo sua natureza genérica e específica. Os ativos genéricos, conforme Pecqueur (op. cit., p. 301), “*não permitem a um território de se diferenciar de forma durável, uma vez que por definição, os mesmos existem em outro lugar e são suscetíveis de ser transferidos*”, ao contrário dos recursos específicos, pois estes nascem de processos interativos que são gerados na sua configuração, os quais “constituem a expressão do processo cognitivo que se inicia quando os atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos”.

aspectos relevantes sobre as agriculturas familiares do Brasil, em particular dos perímetros irrigados.

Modelo de análise

O debate sobre o desenvolvimento territorial sustentável e a delimitação do universo dos agricultores familiares, neste contexto, tem sido objeto recente debates teóricos. Apesar de sua ambigüidade, essa discussão recente no Brasil é uma nova orientação de política pública. Colocá-lo em foco pressupõe vinculá-lo a um movimento mais amplo, que extrapole o “*método analítico reducionista*” considerando a necessidade reduzir o complexo ao simples, para compreendê-lo melhor (GUZMÁN, 1988).

Neste sentido, este estudo foi realizado com base numa abordagem interdisciplinar¹¹, ao compreender a realidade social analisada como um sistema complexo. Buscou-se, portanto, superar ao máximo possível as abordagens reducionistas, pois as abordagens ***sistêmicas***, de certa forma, incorporam aspectos das relações de complementaridade dinâmica entre os atores ou segmentos, ou seja, como eles se organizam e se relacionam nas dinâmicas locais¹² e entre estes e os sistemas naturais.

No Brasil e na América Latina até a década de 1970, o debate sobre o fenômeno do desenvolvimento esteve sempre associado ao reconhecimento da

¹¹ Segundo María Novo (1997, p. 40) uma abordagem interdisciplinar é uma via para o conhecimento integrado. Isso porque contemplar a realidade a partir de uma só vertente supõe uma visão reducionista que impede captar a complexidade das questões ambientais. Conseqüentemente, faz-se necessário aceitar que a integração do máximo de variáveis em qualquer processo de análise será a via idônea para operar sem simplificações. A autora ressalta que a integração será possível não só considerando os distintos elementos ou fatores que intervêm em um sistema ou problema ambiental, mas levando em conta, de modo especial, as relações entre eles. Em síntese, trata do pensamento sistêmico.

¹² Consideramos “dinâmicas locais” os processos de mudanças que acontecem em escala local (uma comunidade, um município, um território etc.), que podem envolver agentes econômicos, empresas, grupos e movimentos sociais, sociedade civil e as suas organizações, instâncias político-administrativas ou serviços públicos locais (TONNEAU; SABOURIN, 2007).

especificidade desses países em relação aos países do Hemisfério Norte. Aqui, três grandes correntes interpretativas puderam ser identificadas - a da modernização nacional, a estruturalista-desenvolvimentista e a dependentista (VIEIRA, 2006). De inúmeras definições surgidas entre 1950 e 1970, Weber (2002, p. 119) associa o conceito de “desenvolvimento” a um processo auto-sustentado, em que “os economistas sabiam claramente em que consistia sua missão: contribuir para a aceleração do crescimento [...]”. Este crescimento se pautava pela valorização (no sentido de lucro) dos espaços e dos recursos inexplorados. A idéia que vigorava ainda era aquela de uma natureza sem “custo”, a ser dominada e explorada economicamente (WEBER, 2002).

Em relação ao pensamento sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial, Carrière e Cazella (2006) o vincula aos vários fenômenos socioeconômicos, políticos e ambientais, que emergiram desde os anos 1980, tendo como marco a crise econômica provocada pela guerra entre Israel e os países árabes em 1973, somada ao súbito aumento do preço do petróleo, representando, o fim do período chamado de ‘Trinta Gloriosos’ (as três décadas de forte crescimento econômico do pós-guerra).

Carrière e Cazella (op. cit.) delimitam o escopo da nova abordagem em duas vertentes. Uma que abrange fenômenos recentes de degradação socioambiental e transformações políticas, as quais contribuíram para o fortalecimento da participação dos atores na gestão participativa rumo ao desenvolvimento da região; e a outra mais vinculada às questões socioeconômicas, cuja gênese está relacionada à formação de sistemas industriais localizados.

Na abordagem do desenvolvimento territorial, Tonneau e Vieira (2006) optam por caracterizar o conceito como uma tentativa de fazer viver, de dar corpo e sentido aos princípios do *ecodesenvolvimento* (SACHS, 1980). Ao caracterizar o conceito dessa forma, os autores consideram ser esse um pré-requisito indispensável, para o êxito de um esforço de subordinar o processo de desenvolvimento a objetivos sociais, agindo com a devida prudência ecológica e buscando soluções politicamente descentralizadas e economicamente viáveis.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento territorial desponta como uma possível resposta articulada, envolvendo o Poder Público e a sociedade civil

organizada, transcendendo a clivagem tradicional das políticas setoriais verticalizadas, com um enfoque especial sobre a agricultura familiar (AF).

Em relação à AF, a discussão remonta a autores clássicos que trataram do campesinato, como Chayanov (1974), Mendras (1978), Caio Prado Junior (1981), Guimarães (1979) entre outros. A partir da década de 1990 este debate foi retomado com contribuições pertinentes, para entender a situação dessa categoria de agricultores nas sociedades de capitalismo avançado, (ABRAMOVAY, 1992; WANDERLEY, 1994; 2001) entre outros.

Apesar de já existirem estudos que apontavam as características básicas dessa categoria de agricultores (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990), é com a publicação dos estudos da FAO/IN CRA (1995) que o conceito de AF toma corpo para efeito de orientação de políticas públicas, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Desde então, o conceito de AF passou a se consolidar no Brasil. Tornou-se uma unidade de análise, tanto de interesse da sociedade civil organizada e do Poder Público para articulação de políticas públicas – dimensão operacional -, quanto de pesquisadores do mundo rural. Esses, inspirados na literatura clássica realizam pesquisas em diferentes contextos sociais da realidade brasileira para, num exercício teórico, formular um conceito de agricultura familiar (WANDERLEY, 2007) – dimensão empírico-conceitual, ou seja, um conceito que defina os agricultores e os critérios que os diferenciem dos estabelecimentos patronais (GUANZIROLI et al., 2001).

Neste sentido, a discussão perpassa pelo entendimento do que é ser ou não ser agricultor familiar e quais variáveis o definem como tal. Agricultura Familiar (AF) como vetor de uma dinâmica de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) pressupõe percebê-la no espaço rural, conforme duas vertentes teóricas. Uma que a concebe, como um modo particular de utilização do espaço e da vida social, na qual o agricultor familiar com sua família, ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção tem o controle do tempo e do trabalho na unidade produtiva. A outra, ressalta a importância de fatores culturais e locais na construção de uma identidade de agricultor familiar assumida pelos próprios agricultores.

A linha de argumentação desta tese parte da premissa de que os agricultores familiares, mesmo preservando certos traços de sua cultura e tradições,

têm sido submetidos a um processo de “descampesinização”, o que leva a transformação da organização das unidades familiares de produção em unidades patronais. A permanência na condição de unidades familiares ou a passagem para a condição de unidades patronais depende de fatores internos e externos ao grupo familiar, mas também da capacidade e da possibilidade que os agricultores familiares tenham de aproveitar e potencializar as oportunidades favoráveis para neutralizar ou reduzir as desvantagens que enfrentam em relação à agricultura empresarial e capitalista. A condição de inserção na nova dinâmica territorial passa pelo enfrentamento da competitividade. Trata-se, assim, de definir com mais precisão, qual é o tipo de AF reterritorializada nos perímetros irrigados e como ela pode contribuir efetivamente para a concretização do DTS.

Nesta perspectiva, o eixo orientador da tese é o conceito de *Desenvolvimento Territorial Sustentável* (PECQUEUR, 2005; BENKO; PECQUEUR, 2001; BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004; VIEIRA, 2006; TONNEAU, 2004; 2006; CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Pretende-se refletir sobre os processos social e econômico que ocorreram nos espaços rurais do SMSF e o papel que a *Agricultura Familiar* exerceu, como um ator importante na dinâmica de desenvolvimento desse território.

A abordagem da agricultura familiar sob o enfoque do desenvolvimento territorial sustentável reforça o debate que vem sendo realizado no Brasil sobre um outro tipo de agricultura (ALMEIDA, 1998; NEVES, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1998) e, conseqüentemente, um outro tipo de desenvolvimento. Vinculam-se às matrizes socioeconômicas, culturais e ambientais mais amplas, na esfera das formulações “clássicas” do enfoque de ecodesenvolvimento.

Deriva-se, portanto, a intenção de analisar a dinâmica territorial de desenvolvimento ocorrida no Submédio São Francisco (SMSF) e compreender a capacidade de adaptação da agricultura familiar (AF) a essa dinâmica. O foco recai na busca de resposta à seguinte indagação: **como o esforço de adaptação dos agricultores familiares à dinâmica territorial de desenvolvimento favoreceu a consolidação da AF no agropólo Juazeiro/Petrolina?**

Questões norteadoras e hipóteses de trabalho

Levando-se em conta a *situação-problema* delineada anteriormente e o enfoque analítico adotado, foram levantadas as seguintes questões norteadoras, bem como as hipóteses deste trabalho:

Questão 1 - Por que a política de desenvolvimento territorial implementada no SMSF não foi capaz de consolidar a agricultura familiar nessa dinâmica?

Hipótese 1 - A incapacidade das políticas públicas de consolidar a agricultura familiar nas dinâmicas de desenvolvimento do SMSF está ligada a uma dificuldade de dar uma real prioridade a este segmento porque:

- historicamente a agricultura familiar foi um setor “negado” no desenvolvimento econômico do Nordeste;
- embora a AF tenha tido alguns avanços nos perímetros irrigados, o próprio Estado com sua política de “modernização conservadora” não conseguiu transformar o padrão predominantemente “tradicional” - valorização do grande capital (agronegócio);
- os esforços voltados à promoção da agricultura familiar foram enfraquecidos num ambiente desfavorável;

Questão 2: Por que os agricultores familiares não conseguiram afirmar a sua identidade nos perímetros irrigados?

Hipótese 2 - A política de desenvolvimento implementada no SMSF foi marcada pela busca de eficiência econômica a qualquer custo. Assim, a AF sofreu um processo de “descampesinização”. Embora todas as unidades familiares, nos perímetros irrigados, tenham sido submetidas a se adaptar à produção moderna, apenas algumas responderam favoravelmente ao novo padrão tecnológico. A grande maioria ‘navega’ entre a pressão externa do “pacote tecnológico” da modernização agrícola e a lógica de produção e reprodução camponesa (combinando socialmente terra, trabalho e família), deparando-se, além da crise socioeconômica, com uma crise de identidade.

Questão 3 - Como a AF poderá construir uma identidade compatível com as dinâmicas territoriais em vigor e em transformação, em particular, para se adequar às exigências colocadas pelo enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável?

Hipótese 3 - A AF poderá se desenvolver no contexto das dinâmicas territoriais de desenvolvimento do SMSF, desde que consiga superar o modelo de produção dominante que lhe foi imposto e faça a opção por um outro tipo de agricultura, mobilizando novos sistemas produtivos compatíveis com o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.

Objetivos gerais

A pesquisa objetivou analisar a dinâmica territorial de desenvolvimento rural ocorrida no Submédio São Francisco (SMSF), região Nordeste do Brasil, (agropólo Juazeiro/Petrolina) a partir da política da grande irrigação, bem como compreender a capacidade de adaptação da agricultura familiar (AF) a essa dinâmica. Procurou-se: (1) entender os mecanismos que levaram à vulnerabilidade da grande maioria das unidades familiares de produção nos perímetros irrigados, embora a AF seja um elemento importante na trajetória de desenvolvimento do pólo; (2) e entender o tipo de agricultura familiar instalada nos perímetros irrigados e apresentar subsídios para reorientação de políticas públicas de revitalização e valorização da AF, neste contexto, na perspectiva do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.

Objetivos específicos

Mais especificamente, a intenção foi:

- a) analisar a trajetória de desenvolvimento do agropólo Juazeiro/Petrolina, focalizando sobre o papel da AF e suas especificidades, como ator privilegiado dessa dinâmica de desenvolvimento;
- b) avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais dessa trajetória de desenvolvimento nos últimos 35 anos;
- c) analisar um perímetro específico (Mandacaru) para caracterizar a diversidade e especificidades da AF e seus sistemas produtivos, investigando as interrelações entre os diferentes atores envolvidos na dinâmica de desenvolvimento, em particular nas suas articulações entre os diferentes níveis de atuação;
- d) avaliar os impactos da política de desenvolvimento rural na região, em especial, sobre a AF;
- e) contribuir com subsídios para o desenho e reorientação de políticas públicas para o fortalecimento da AF da área pesquisada do ponto de vista do DTS.

Tecendo os procedimentos metodológicos

Campenhoudt, Chaumont e Franssen (2005) fazem referência à construção de um conhecimento válido, confiável e pertinente, capaz de elucidar o “jogo dos atores” sediados em um dado território. Para tanto, não basta apenas recuperar, na sua trajetória, algumas noções dispersas de fatos acontecidos no passado. A reconstrução das relações que explicam as dinâmicas de desenvolvimento e a inserção da AF no SMSF acompanha a adoção de um enfoque multidimensional, capaz de fazer justiça à complexidade. Os autores citados (op. cit. p. 15) argumentam que isso se torna possível

mediante a elaboração de uma **triangulação** entre a **teoria** mobilizada ou construída, o **método** utilizado e os **fenômenos sociais** abordados.

As “**teorias e os conceitos**” sociológicos constituem os *pares de lunetas* pelos quais o pesquisador focaliza os fenômenos sociais concretos (quadro de referência, em que os diferentes paradigmas são revelados). Enquanto, os “**métodos e as técnicas**” dizem respeito às formas de produzir o conhecimento, seja no plano *explicativo*, visando estabelecer os fatores e variáveis que condicionam um fenômeno social, seja no plano *compreensivo*, centrado na ação ou jogo das significações que os atores conferem às suas práticas. Tais instrumentos renovam os procedimentos e as operações para as quais os dados empíricos, ou fontes de evidências, são recolhidos e analisados.

Os “**fenômenos sociais**” podem se limitar a um acontecimento singular ou abordar uma seqüência histórica e um espaço geográfico mais amplos. Neste caso, nossa abordagem se adequa a uma seqüência histórica e espaço geográfico mais amplo, o SMSF, onde ocorreram, nesses 35 anos, transformações econômicas, sociais, culturais, ambientais significativas (CAMPENHOUDT; CHAUMONT ; FRANSSEN, 2005, p. 17; YIN, 2005).

Para entender esse processo de desenvolvimento, foi eleito uma unidade de análise: *a dinâmica territorial de desenvolvimento ocorrida no Submédio São Francisco (SMSF) e o papel da agricultura familiar nessa dinâmica*. Optou-se pelo uso de ferramentas analítico-metodológicas que nos permitissem compreender e explicar o fenômeno estudado. A “trajetória de desenvolvimento” (SABOURIN; CARON; TONNEAU, 2005) e o “modelo tipológico” (LAMARCHE, 1993) conformam, os pilares dessas ferramentas.

A “trajetória de desenvolvimento” utiliza mecanismos explicativos capazes não só de descrever os acontecimentos, mas também de avaliar conseqüências, impactos e perspectivas. Ela permite a identificação de processos de mudanças e dos fatores que interagem nesses processos, além das mutações ocorridas nos espaços rurais. Mediante a sua utilização, foi possível demarcar os principais períodos, as transições, as rupturas e as estratégias adotadas pelos atores sociais envolvidos. A base para se traçar uma trajetória de desenvolvimento, segundo Yin (2005), compreende as múltiplas fontes de evidências.

Em outras palavras, esta ferramenta permitiu reconstituir e interpretar a história das transformações agrárias locais, por meio da análise das estratégias, práticas e do desempenho dos diferentes tipos de agricultores em relação às suas opções e as das políticas públicas. Sabourin et al. (2002, p. 326) definem a trajetória do desenvolvimento da seguinte forma: “a evolução e a reorganização dos recursos produtivos – naturais, humanos, capital e informações –, no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, em um território delimitado, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar suas condições de vida”.

Quanto ao “modelo tipológico”, Lamarche (1993) o define como um “modelo heurístico”, cujo objetivo deve ser o de analisar as unidades familiares em seu conjunto, tendo em vista as diversas entidades que as estruturam.

A construção desse modelo de Lamarche (op. cit.) compõe-se de dois eixos: o “*modelo original*” (retido na memória) visto como ponto de partida da análise - relato dos agricultores sobre o tipo de unidade familiar a que pertenciam e o “modelo ideal” (ambições) no qual todo agricultor projeta para seu futuro e em função disso organiza suas estratégias e toma suas decisões (MUSSOI, 2002) ¹³.

Dessa forma delineamos nosso itinerário analítico-metodológico, retomando a triangulação (figura 1) proposta por Campenhoudt, Chaumont e Franssen (2005).

¹³ As entrevistas com os grupos ofereceram esta oportunidade, principalmente por meio da recuperação da memória coletiva.

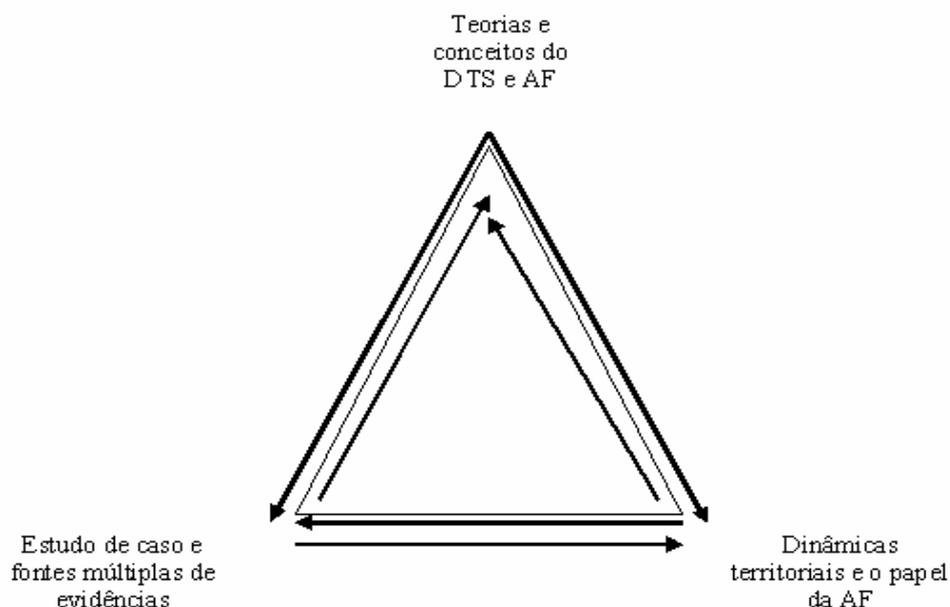


FIGURA 1: Esquema da interrelação entre os elementos da triangulação – teoria e conceitos, métodos e técnicas e fenômeno social.

Fonte: Adaptada de Campenhoudt, Chaumont e Franssen (2005)

A figura (1) sugere uma abordagem sistêmica, caracterizada pela existência de relações entre os três elementos: um que constitui a visão do pesquisador sobre o fenômeno estudado a partir de um quadro de referência (vértice superior); um que indica as formas de se produzir o conhecimento, por meio de métodos e técnicas (vértice esquerdo); e outro que se traduz no objeto do estudo, ou seja, o fenômeno social (vértice direito), em uma interação constante entre os três elementos.

Como foi ressaltado anteriormente, privilegiou-se uma abordagem capaz de levar em conta a complexidade do fenômeno social estudado, ou seja, a trajetória histórica da AF, inserida nas dinâmicas de desenvolvimento territorial do SMSF, desde 1970. O recorte espacial do estudo corresponde aos limites dos perímetros irrigados localizados em Juazeiro-BA e Petrolina-PE.

Coleta de dados

Justifica-se também, a opção pelo formato de um **estudo de caso** como nossa estratégia de pesquisa, pelo fato de ele possibilitar a coleta de evidências por meio de diferentes fontes. Dentre elas destacam-se as seguintes: *documentação, pesquisa bibliográfica, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos*. Em nosso plano de coleta de evidências, foram utilizadas essas fontes, às vezes concomitantemente e às vezes de forma isolada (YIN, 2005).

A pesquisa documental foi efetivada desde a fase da construção do projeto até a fase de análise, no período de 2004 a 2006. Contempla o rastreamento e o processamento de documentos administrativos – relatórios anuais da assistência técnica dos perímetros, relatórios da Codevasf, avaliação de consultores e de organismos internacionais (FAO, Banco Mundial) e outros documentos internos; estudos ou avaliações formais sobre o desenvolvimento do agropólo Juazeiro/Petrolina, localizados nos Distritos de Irrigação, na Codevasf, na Embrapa, na UNEB e no CIRAD. Várias teses, dissertações de mestrado e alguns livros sobre a problemática foram também consultados, permitindo a construção da problemática e a definição do modelo de análise.

Estão localizados na Codevasf e nos Distritos de Irrigação os principais arquivos consultados. Obteve-se acesso aos mapas dos perímetros, às tabelas de preços e custos de produção, a relação nominal dos agricultores, relatórios anuais de ATER e os dados do censo frutícola realizado em 2005, mesmo antes de sua tabulação final, fornecido pela Codevasf 6ª Superintendência Regional (6ª SR). Na internet, foram acessados os dados do IBGE. A Valeexport, com seu importante banco de dados forneceu-nos informações atualizadas sobre as principais culturas de exportação (uva e manga).

Consideradas como uma das mais importantes fontes de informação para o estudo de caso, três tipos de entrevistas foram processadas em diferentes situações. O primeiro tipo, chamada de **espontânea**, ver a possibilidade de o informante-chave se tornar intérprete dos fatos estudados, à medida que tece considerações sobre determinados acontecimentos e sugere

nomes de outros informantes que podem acrescentar novas informações. Esse procedimento coloca o entrevistado no papel de um verdadeiro “informante”, e não de um mero “respondente”. Esse tipo de entrevista foi realizado principalmente com mulheres, gerentes dos distritos, técnicos e alguns agricultores menos dispostos a participar de uma entrevista mais estruturada. Foram feitas inúmeras entrevistas desse tipo, pois elas aconteciam durante as visitas aos perímetros, nos momentos de participação em eventos locais, nas visitas às feiras e ao mercado do produtor, nas agências bancárias, etc.

O segundo tipo de entrevista foi a **focada**, seguindo um roteiro de perguntas que se origina do protocolo do estudo de caso. Seu uso era para aprofundar as questões já conhecidas, oriundas das entrevistas espontâneas. Foi utilizada com os agentes dos organismos públicos, empresários e com os representantes do Sindicato Rural dos Trabalhadores (STR), seguindo um roteiro padronizado, mas variando sua aplicação conforme o informante. Foram realizadas quinze entrevistas desta natureza. Elas aconteceram entre agosto e setembro de 2005.

Finalmente, foi empregada um terceiro tipo de entrevista, chamada de “**semi-diretiva**”, que exige questões mais estruturadas, sob a forma de um **levantamento formal**. Este tipo de entrevista foi utilizada com os produtores de um perímetro irrigado (Mandacaru). Foram trinta entrevistas, as quais representam 57% do universo dos agricultores ali sediados. Incluindo as entrevistas **espontâneas** e as **focadas**, praticamente todo o universo do perímetro Mandacaru foi delimitado pela pesquisa. Essas entrevistas aconteceram nos meses de março, abril, maio e junho de 2005, com o consentimento dos informantes. Estão todas gravadas e/ou filmadas.

As entrevistas dessa fase foram estruturadas em duas partes: (a) uma considerada **histórica** (relacionada à história de vida da família – o antes e o depois do perímetro), comumente realizada nas residências com a família; (b) e outra considerada **técnica** (voltada para o entendimento do sistema de produção). Estas foram realizadas preferencialmente nos lotes agrícolas, onde era possível observar o tamanho e ocupação das áreas, as culturas e sua condução, os implementos agrícolas, a mão-de-obra empregada etc. e todos os **artefatos físicos** utilizados pelos agricultores.

Essas entrevistas, em sua grande maioria, foram realizadas por duas estagiárias francesas do INA PG (França), que passaram 120 dias na área, elaborando um *Mémoire* de fim de estudos para obtenção do diploma de *Agronomia Aprofundada: Especialização em Desenvolvimento Agrícola*. O exercício da interdisciplinaridade nesta fase foi bastante significativo, com diálogos constantes entre as estagiárias e o co-orientador da tese, no âmbito de uma parceria firmada com o CIRAD. Juntos, elaborou-se a matriz de análise (Apêndice C) que orientou a busca de evidências sobre a trajetória e a realidade atual do perímetro Mandacaru. Além das análises técnicas e econômicas, muitos gráficos, desenhos, figuras, tabelas (incorporados a este trabalho) foram gerados nesta fase. A experiência nesse momento foi muito rica, pois, por não ser da área de agronomia, favoreceu o exercício da integração interdisciplinar. Nesse processo também aconteceram alguns encontros de restituição dos dados para os agricultores e agricultoras, agentes das instituições públicas e técnicos, para validação e/ou refutação e complementação das informações.

Outra fonte de evidências que merece ser destacada, diz respeito à convivência com os atores locais durante todo o período da pesquisa. Houve, a oportunidade de observar a forma como os agricultores manejavam a água, conduziam as culturas e utilizavam os implementos agrícolas. Tornou-se possível detectar também a presença de solos salinizados, os desperdícios de água, o acúmulo de lixos tóxicos etc. Tudo isso foi devidamente fotografado e filmado, constituindo um denso arquivo de dados visuais.

Na fase da convivência com os atores locais, destaca-se a experiência vivida em Marrocos, durante o período do estágio de doutorado na França, em uma região onde foi também implementada uma política de desenvolvimento semelhante a esta que estamos analisando. Trata-se da Planície de Gharb, ao Norte de Marrocos (vide localização no apêndice A). Tive a oportunidade de passar um mês nessa região, convivendo diretamente com os agricultores familiares do perímetro irrigado de Gharb. Nesse perímetro foi aplicada a mesma matriz de análise utilizada no perímetro Mandacaru, o que possibilitou contrastar as duas dinâmicas de desenvolvimento em curso. Isso contribuiu significativamente para o enriquecimento das análises sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, implementadas em países considerados

“periféricos”, como o Brasil e Marrocos, nos anos 1970. Uma síntese dessa experiência encontra-se no apêndice A.

Por ter trabalhado em alguns perímetros durante dois anos, o acesso a muitos eventos tornou-se facilitado. Pelo fato de ter desempenhado na região o papel de técnica de desenvolvimento agrícola e professora universitária, tornou-se possível a organização de encontros com diferentes grupos focais (mulheres, jovens, agricultores) para discutir questões pertinentes ao protocolo do estudo de caso – a exemplo de uma oficina de três dias sobre *Rolling-play Game – RPG* (Jogos de papéis)¹⁴ –, em 2003, contando com a participação de agricultores, gerentes de distritos, técnicos dos perímetros e representantes da Codevasf da 3ª e 6ª Superintendências Regionais e do co-orientador da tese. Dessa forma, obteve-se uma imagem mais nítida dos pontos de estrangulamento da gestão dos perímetros irrigados no agropólo Juazeiro/Petrolina, e mesmo do Sistema Itaparica¹⁵.

Seguindo as orientações de Yin (2005), ao se utilizar múltiplas fontes de evidências, **cria-se “estratégias híbridas”** ou uma **triangulação de dados**. A vantagem mais importante no uso de fontes múltiplas de evidências é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação. Isso porque “[...] qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso provavelmente será muito mais convincente e acurada se baseada em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa” (op. cit., p. 126).

Tem-se a consciência de que o “olhar”, o “escutar” e o “escrever” (CARDOSO, 2000) densamente sobre pessoas e espaços sociais dinâmicos é considerar a complexidade dos fenômenos e as singularidades, mas também saber relativizar (DAMATTA, 1987), tentando “navegar no paradoxo plural/unificado, produto/processo” (GEERTZ, 1997), dando atenção tanto a assuntos complexos quanto aos mais simples, “sem medo do particularismo, tratando a diversidade como objeto de descrição analítica e de reflexão

¹⁴ Maiores informações sobre a ferramenta “jogos de papéis” e a forma como foi empregada pode ser consultado em Parret, Farolfi e Hassan (2005). Os resultados dessa oficina transformaram-se num artigo publicada nesta obra intitulado: Role-playing game development in irrigation management: a social learning approach.

¹⁵ O Sistema Itaparica são as agrovilas (projetos de irrigação) implantadas pela CHESF para assentar as famílias das áreas inundadas pela Barragem de Itaparica.

interpretativa” (op. cit., p. 229).

Assim, este estudo foi conduzido num sistema de olhares cruzados, de escuta permanente, de aprendizagem social compartilhada entre os atores sociais do *locus* da pesquisa, entre os autores das teorias mobilizadas, muitas vezes na solidão de dias e noites em diferentes momentos e lugares (Bahia, Florianópolis, França, Marrocos), entre colegas e professores e, especialmente entre aqueles que às vezes intimidam, outras vezes encorajam, e muitas e muitas vezes levam a reflexão para avançar e melhorar esta construção coletiva ora apresentada (refiro-me aos meus orientadores), e na responsabilidade final da escrita assumo os “mau-entendidos”, pois *a escrita é um ato solitário*, como ouvi da escritora **Nadine Gordiner** em uma entrevista.

Estruturação dos capítulos

A tese está estruturada em cinco capítulos. O primeiro coloca em discussão **os elementos essenciais para uma sistematização exploratória do conhecimento sobre dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável**, enfoque que constitui o principal pilar de construção do estudo. A primeira parte trata da questão do desenvolvimento, mostrando os limites do enfoque “economicista”. Em seguida, ofereço uma digressão sobre o significado do conceito de desenvolvimento, tentando construir um quadro teórico capaz de levar em conta as evoluções necessárias, demarcando sua era nos países do Sul, com base nos avanços científicos do progresso fundado na ideologia de desenvolvimento que vigorou nos países do Norte. Na seqüência, focalizo o debate centrado na veiculação do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável (DTS). A segunda parte do capítulo focaliza a temática da agricultura familiar (AF) vista como vetor do DTS por meio da valorização de sua “condição camponesa”. Aborda também a complexidade embutida nas novas configurações campo-cidade.

O segundo capítulo trata do contexto da gênese **do pólo de desenvolvimento do Submédio São Francisco**. Nele é apresentada a trajetória de desenvolvimento do SMSF, incluindo-se, a consideração das políticas públicas ali

implementadas e que possibilitaram a formação do agropólo Petrolina/Juazeiro. Em seguida, trata-se das especificidades e condicionantes históricos da região, trazendo informações sobre o contexto ecossistêmico e apresentando o Rio São Francisco visto como um recurso territorial e como um patrimônio comum do povo brasileiro. O capítulo ressalta ainda os condicionantes históricos do processo de colonização do Vale, evidenciando as características de seus habitantes como resultado de uma miscigenação de descendentes indígenas, mestiços, cablocos e mesmos de ex-escravos.

O terceiro capítulo faz uma **avaliação do caso específico do perímetro irrigado de Mandacaru no agropólo Petrolina/Juazeiro**. O caso do perímetro Mandacaru elucida de que maneira a política de irrigação foi desenvolvida numa área onde os lotes foram distribuídos apenas às unidades familiares. Na primeira parte realiza-se uma descrição das características do perímetro, procurando entender a forma como o Estado e os agricultores lidam com os tipos de regimes de propriedade da terra, mostrando que o perímetro Mandacaru deve ser visto como um espaço de vida. Para tal, procura-se caracterizar a infra-estrutura socioprodutiva onde se localizam as “coisas” e as pessoas ao entender o papel e o “jogo” dos atores nesses espaços.

No quarto capítulo faz-se uma **avaliação dos sistemas produtivos do perímetro mandacaru e perspectivas para o futuro**. Este capítulo dá continuidade ao processo de avaliação da ação estatal no agropólo Juazeiro/Petrolina, a partir do caso de Mandacaru. Na primeira parte procura-se mostrar a evolução dos sistemas de produção, desde a chegada dos “colonos”, em 1973, até a fase atual. Na segunda parte, analisa-se a diversidade e a especificidade da agricultura familiar em Mandacaru. Mediante uma tipologia, apresenta-se uma caracterização das unidades produtivas instaladas no perímetro, mostrando os arranjos socioprodutivos que os agricultores familiares elaboram para continuarem inseridos na dinâmica socioeconômica local.

O quinto capítulo trata da **política de desenvolvimento regional e das dinâmicas do agropólo Juazeiro/Petrolina**, dando continuidade às questões tratadas nos capítulos anteriores. Descreve como se deu o processo de constituição do agropólo Juazeiro/Petrolina, ressaltando o papel das instituições do Estado na implementação da política de desenvolvimento regional. Traça a

trajetória da AF nos perímetros de irrigação, foco principal da análise. Destaca-se que a ação da Codevasf, no SMSF foi substancialmente diferente em relação a outras regiões de agricultura irrigada na Bacia do São Francisco. Apresenta-se a evolução dos sistemas de produção nos perímetros irrigados (1970-2005), descrevendo o processo de inclusão da AF, desde a seleção até a concessão dos lotes. Evidencia-se também de que maneira a agricultura familiar desempenhava um papel fundamental na constituição e consolidação do agropólo Juazeiro/Petrolina. Por fim, indicam-se as contradições das políticas de desenvolvimento da região do SMSF, especialmente do modelo de projeto pensado para a AF.

Nas considerações finais, exponho uma síntese das questões tratadas nos diferentes capítulos, apontando o sucesso, os limites e as contradições das ações de uma política pública setorial. Toma-se como foco de análise o papel e o lugar da agricultura familiar nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento do SMSF. Também aponto alguns cenários para a AF no agropólo e algumas pistas de pesquisas.

CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS PARA UMA SISTEMATIZAÇÃO EXPLORATÓRIA DO CONHECIMENTO DISPONÍVEL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A idéia de desenvolvimento supõe, de modo implícito, que o desenvolvimento técnico-econômico é a locomotiva que provoca naturalmente e em seguida um 'desenvolvimento humano' que o modelo cumpre e se sai bem, mas isso se refere àquele dos países de reputação e desenvolvidos. Esta visão pressupõe que o estado atual das sociedades ocidentais constitui o objetivo e a finalidade da história humana. O desenvolvimento 'durável' não faz só que temperar o desenvolvimento pela consideração do contexto ecológico, mas sem colocar em causa seus princípios. Assim, o desenvolvimento, noção aparentemente universalista, constitui um instrumento de colonização dos 'subdesenvolvidos' (do Sul) pelo Norte¹⁶.

O objetivo desse capítulo é oferecer uma síntese da revisão bibliográfica do debate centrado na noção de desenvolvimento territorial. Na primeira parte aponta-se os limites do enfoque "economicista" do desenvolvimento, pois a ideologia dominante e a estratégia adotada privilegiam o crescimento econômico, a curto e médio prazo, às custas dos recursos naturais vitais, provocando uma crise socioambiental em escala planetária. Ao mesmo tempo, a própria noção de desenvolvimento é submetida à análise.

Na segunda parte, o foco recai nas condições de viabilidade do enfoque de desenvolvimento sustentável (DS). Ressalta-se que não se dispõe ainda de um consenso no cenário acadêmico sobre estratégias de mudanças norteadoras para este enfoque.

Na terceira parte, o leitor poderá encontrar elementos para uma caracterização do conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS). O território é visto como avanço no debate sobre DS. Nesse sentido, o

¹⁶ Pronunciamento de Edgard Morin no *le Monde*, 26 de março de 2002 (apud, LÉVÊQUE; SCIAMA, 2005).

desenvolvimento territorial desponta como uma possível resposta articulada entre o Poder Público e a Sociedade Civil organizada. Neste trabalho, o conceito designa um processo de mobilização dos atores sociais voltados para reorganização das economias locais face às coações e oportunidades geradas pela globalização econômica e centralizadas.

Na quarta parte, incorpora-se elementos para uma reflexão ampliada sobre a agricultura familiar (AF), entendida como um possível vetor de desenvolvimento territorial sustentável.

Finaliza-se com a questão da integração rural-urbana que é valorizada hoje tanto na esfera acadêmica quanto na governamental. Dessa perspectiva, a dinamização do meio rural apresenta-se como ponto de referência essencial da pesquisa sobre novas configurações rural-urbanas. Como conclusão, evidencia-se que o desenvolvimento territorial sustentável pressupõe duas dinâmicas paralelas (uma específica, do rural com suas particularidades e outra, do urbano na sua pluralidade de coisas, pessoas e objetos), mas ambas se alimentam mutuamente.

1.1 DA IDEOLOGIA ECONOMICISTA AO ENFOQUE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

1.1.1 Desenvolvimento: um (velho)novo paradigma

De início, é preciso ressaltar que a intenção aqui não é reproduzir a historiografia do controvertido debate sobre a temática do desenvolvimento até o presente. Trata-se apenas, de colocar em foco, alguns elementos julgados essenciais para uma compreensão mais criteriosa do objeto deste estudo.

A análise proposta é de corte interdisciplinar a qual reconhece que

as experiências em curso [de desenvolvimento] não vêm sendo analisadas e discutidas de forma criteriosa - dentro e fora da academia. O debate limita-se, muitas vezes, a uma simples troca de opiniões, dificultando a geração de uma base de conhecimento cada vez mais sólida, confiável e útil no campo do planejamento e da gestão das dinâmicas territoriais. Desconsiderando a flagrante diversidade de representações e práticas dos vários grupos envolvidos, o debate em curso corre o risco de se tornar inócuo se estivermos realmente interessados num ganho real de eficácia nas ações de mudança. (TONNEAU; VIEIRA, 2006, p. 312).

A partir dos anos 1970, a discussão sobre a temática do desenvolvimento adquire novos contornos e são lançados novos olhares sobre o mundo, principalmente sobre as externalidades negativas do processo de crescimento econômico até então implementadas nos países industrializados com rebatimentos, principalmente no âmbito socioambiental, nos países do Hemisfério Sul. Ocorre, assim, uma tomada de consciência planetária da necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, capaz de superar os desequilíbrios socioambientais, causados pelo *mau-desenvolvimento*¹⁷ nos dois hemisférios (SACHS, 1986). Nesse período, houve um significativo aumento do volume da renda, acompanhada de uma enorme diversificação dos produtos, de

¹⁷ *Mau-desenvolvimento* é uma expressão utilizada por Ignacy Sachs para questionar o estilo de desenvolvimento implementado em esfera planetária, logo após a Segunda Guerra Mundial.

profundas mudanças de modo de vida e de consumo¹⁸. Sachs (1986) chama este momento de *frenesi da modernização* - mas não deve ser confundido com desenvolvimento – o qual atingiu os recantos mais distantes do globo (SACHS, 1986, p. 95).

Esse modelo de civilização, não obstante os avanços nos campos da inovação tecnológica e da gestão política, demonstra sinais de esgotamento (RAMPAZZO, 2002). Dessa forma, concretizaram-se idéias, por um lado, “de que a produção de bens nunca poderia resolver as necessidades em crescimento”; por outro, “a exclusão social demonstrou que o desenvolvimento de alguns pode nascer do subdesenvolvimento de outros” (TONNEAU, 2004, p. 82). A partir daí, complexificou-se a contestação sobre estilos de desenvolvimento, com o surgimento de novos conceitos, a exemplo do debate sobre Desenvolvimento Sustentável (DS) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)¹⁹.

Um dos principais desafios a serem enfrentados, diz respeito à necessidade de se *organizar as sociedades e expandir a produtividade do trabalho, sem esgotar a base dos recursos naturais e sem intensificar as desigualdades sociais*. Além disso, saber *até que ponto os modelos de desenvolvimento que têm sido experimentados contribuíram realmente para a satisfação das complexas necessidades humanas*.

¹⁸ Um excelente trabalho sobre a questão do consumo é a obra de Jean Baudrillard (2005): *La société de consommation*. Nessa obra Baudrillard conclui que o **consumo** é um modo ativo de relação, não somente dos objetos, mas também da coletividade e do mundo. É um modo de atividade sistemática e de resposta global sobre a qual se funda todo nosso sistema cultural. Segundo Baudrillard o **consumo** torna-se a moral de nosso mundo e está destruindo as bases do ser humano [e da natureza].

¹⁹ Vieira (2006) sublinha que até o início dos anos 1970 (momento em que eclode a *revolução ambiental*) a reflexão sobre o fenômeno de desenvolvimento nos países do Hemisfério Sul se deu em torno de três grandes correntes interpretativas: a da modernização nacional, a da estruturalista-desenvolvimentista e a da dependentista. Essas três correntes são hoje consideradas clássicas no campo da socioeconomia do desenvolvimento, tendo sido confrontadas, durante as reuniões de preparação da Conferência de Estocolmo, em 1972, no contexto do qual emergiu o conceito de *ecodesenvolvimento*.

Uma análise lúcida revela que o progresso econômico e científico-tecnológico não se traduziu em melhor qualidade de vida para todos, ao mesmo tempo em que aumentou (em progressão geométrica) o consumo de bens e serviços (CAVALCANTE, 1999, p. 15). Resultaram-se, antes em rios e mares poluídos, florestas devastadas, alimentos envenenados, cidades caóticas, dentre muitos outros produtos deste tipo de desenvolvimento, baseado muito mais na maximização de lucros do que na preocupação com uma melhor distribuição da riqueza produzida (op. cit.). Em síntese, “em que pese os fenomenais avanços da ciência e da tecnologia, cresce a ameaça de rupturas dramáticas nos ecossistemas globais, enquanto centenas de milhões de seres humanos nascem, vivem e morrem na miséria, excluídos das benesses do progresso material [...]” (SACHS 1998, p. 9).

O fenômeno torna-se mais transparente no contexto da globalização, ou da mundialização dos mercados (op. cit.). A este respeito, Müller (2002) vai se referir às *megatendências mundiais*. Duas delas apresentam-se como relevantes para este estudo: *globalização* e *descentralização*. Ambas colocaram as economias e as sociedades no interior de três grandes forças, as quais “parecem tender a conformar as configurações socioculturais futuras: a *competitividade*, a *eqüidade* e a *ecologia*” (op. cit., p, 123).

Müller (2002) situa essas três forças num campo magnético “tri-polar”, no qual a *globalização* cumpre o papel de formar as expectativas, na formulação e experimentação das estratégias empresariais e de outros grupos sociais e das políticas públicas. Bem como da institucionalização de processos, embora a *descentralização* se expresse na propensão para a adoção de novas formas de gestão nos níveis local e regional. Ainda segundo Müller

A compatibilização dos inúmeros processos não-lineares oriundos das interrelações entre globalização e descentralização, magneticamente polarizados pela competitividade, eqüidade e ecologia, tem nas instituições um dos principais conjuntos estabilizadores de expectativas e promotores de mudanças. Mas as instituições sem engajamento cívico serão pouco eficientes (op. cit.,

p.123).

Foi por falta desse engajamento cívico, que o Estado perdeu espaço para a livre iniciativa e que a nova força do campo “magnético” citado por Müller (op. cit.) tornou-se a ideologia dominante, “em que o mercado é visto como a entidade máxima capaz de regular com eficiência a economia” (CAVALCANTE, 1999, p. 16).

Evidencia-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas privilegiaram o crescimento econômico a curto prazo, às custas dos recursos naturais vitais, provocando verdadeira crise ambiental em escala mundial (RAMPAZZO, 2002). Mudar este estilo de desenvolvimento é passar por uma aprendizagem social, com uma dimensão histórica e cultural, que deve levar a uma atitude “pró-ativa” diante da problemática socioambiental (SACHS, 1992, p. 123).

Nos últimos tempos, a busca de modelo alternativo de desenvolvimento inseriu-se nas agendas políticas e econômicas - tanto dos países do Norte quanto dos países do Sul. Embora essa discussão tenha avançado, permanece ainda atrelada a um discurso oficial que mobiliza as concepções teóricas do *ecodesenvolvimento* ou do *desenvolvimento sustentável* (SACHS, 1980)²⁰, mas sem apreendê-lo em sua essência e sem pressupor que *não é preciso esperar as verdades científicas para começar a tomar as medidas, em vista de prevenir os riscos que ameaçam o meio ambiente planetário* (LÉVÊQUE; SCIAMA, 2005, p. 87-88, italizado por nós).

Para Lévêque e Sciama (op. cit, p. 88), no domínio do meio ambiente²¹,

²⁰ O *ecodesenvolvimento* surgiu como um novo estilo de desenvolvimento que procurasse harmonizar sociedade e natureza. Segundo Sachs (1992, p. 124) “em sua ausência, a imbricação dos fenômenos de degradação ambiental e de decadência social levará finalmente ao mau desenvolvimento”.

²¹ Embora haja diferentes entendimentos sobre *meio ambiente*, o nosso entendimento aqui é aquele da definição dada por Jollivet e Pavé (2002, p. 63), na qual o “meio ambiente constitui o conjunto de meios naturais (*milieux naturels*) ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou e que ele explora, que ele administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e que são considerados necessários à sua sobrevivência”.

o *princípio de precaução* apareceu como o reconhecimento do peso das “incertezas científicas” (PRIGOGINE, 2001) que acompanha as inovações tecnológicas, notadamente em suas conseqüências a médio e a longo prazo. Assim, o problema colocado é de como contrapor-se ao conceito de desenvolvimento, pois isto acabou se disseminando em nome do progresso técnico e resultou no agravamento dos problemas socioambientais em escala global (TONNEAU, 2004; VIEIRA, 1993).

1.1.2 Afinal, o que é desenvolvimento?

A noção de desenvolvimento, tal como ela tem sido utilizada pelos economistas, está enraizada nas ciências da vida. Isto quer dizer que é “uma transposição para a sociedade humana de uma noção biológica: o desenvolvimento de um organismo, que evolui do estado embrionário até o estado adulto” (LÉVÊQUE; SCIAMA, 2005, p. 79). Não deixa de ser uma metáfora, pois o desenvolvimento da era pós-moderna não deve ser mais considerado sinônimo de crescimento, embora esta concepção tenha vigorado até pouco tempo, e em muitos casos ainda é feita tal orientação. Por exemplo, na economia (bem como na biologia) ele é definido pelas mudanças qualitativas (mudança do estado de estrutura), enquanto o crescimento corresponde a uma mudança quantitativa (aumento da riqueza de um país, por exemplo). Segundo Lévêque e Sciama (op. cit., p. 79) esses dois fenômenos não estão necessariamente ligados, pois pode-se observar um crescimento econômico sem um real desenvolvimento da sociedade que lhe concerne, e vice-versa.

Para Veiga (2006, p. 17), existem três tipos básicos de resposta à indagação sobre “o que é desenvolvimento?”. A mais freqüente é tratar o

Esses meios são caracterizados: a) por sua geometria, seus componentes físicos, químicos, biológicos e humanos e pela distribuição espacial desses componentes; b) pelos processos de transformação, de ação ou de interação envolvendo esses componentes e condicionando sua mudança no espaço e no tempo; c) por suas múltiplas dependências com relação às ações humanas; d) por sua importância tendo em vista o desenvolvimento das sociedades humanas.

desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e a segunda assevera que não passa de “reles ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica”. Para outros, os adeptos dessa postura recusam-se a discutir o enigma do “desenvolvimento sustentável”, pois para eles não “passaria de uma nova roupagem da quimera original”. Tanto os ideólogos do “crescimento” quanto os da “ilusão” preferem a expressão “desenvolvimento *econômico*”. A terceira resposta é oferecida por aqueles pensadores menos conformistas, que recusam as duas respostas anteriores, mais triviais.

Veiga (op. cit.) considera esta terceira corrente o “caminho do meio”, muito mais desafiador e difícil de ser trilhado. Esta corrente associa-se à tradição do *ecodesenvolvimento*. No cerne do debate encontra-se a necessidade do enfrentamento conseqüente das raízes da crise planetária do meio ambiente, o que implica a redefinição dos *estilos de desenvolvimento* predominantes no Sul e no Norte e também das formas de organização socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioambiental que lhe correspondem.

Pode-se demarcar a era de promoção do desenvolvimento nos países pobres, entendido como crescimento econômico, a partir do discurso de Harry S. Truman, presidente dos Estados Unidos da América, sobre o Estado da União, em 1949. Neste discurso, o Presidente chama a atenção da necessidade de lançar um novo programa mais audacioso, no qual as vantagens dos avanços científicos do progresso seriam colocadas a serviço do crescimento das regiões subdesenvolvidas (LÉVÊQUE; SCIAMA, 2005). Esse discurso fundamentou a construção da ideologia desenvolvimentista que vigorou no Brasil e nos países do Sul.

Data dessa época a elaboração da política desenvolvimentista de substituição das importações em nosso País, consubstanciada, por exemplo, na diretriz “modernização conservadora” (GRAZIANO DA SILVA, 1982; 1989) ou “modernização sem mudanças” (EISENBERG, 1977).

Ainda nesse período, vários macro-programas são lançados, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD). Segundo Veiga (2006, p. 18), para evitar o uso exclusivo da “opulência econômica como critério de aferição” foi lançado o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH), pelo desconforto causado pela identificação do desenvolvimento como símbolo de crescimento econômico.

Considera-se as afirmações de Veiga (2006) e Sen (1999), quando afirmam que os novos problemas da humanidade, em diferentes partes do mundo, convivem com outros muito antigos, como a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas e a violação sistemática de liberdades políticas elementares e liberdades formais básicas, tanto em países pobres como em países ricos. E que para combater esses problemas é preciso haver o respeito às liberdades individuais. A liberdade individual é vista por Sen (op. cit.) como o principal fim e o principal instrumento do desenvolvimento.

O crescimento econômico é um *meio* de expandir as liberdades as quais dependem de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde, ou os direitos civis. Segundo Almeida (1998), a idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. Deve-se pensar e implementar “um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista, modernizadora e nacionalista, que tenha uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável” (op. cit., p. 38).

Enfim, um desenvolvimento que não possibilita para todos o acesso à água potável à uma alimentação equilibrada, aos meios à educação, à cultura etc. não assegura a democracia e exerça uma forte pressão da produção sobre os recursos naturais (ALIER, 1998), ao ponto de seu esgotamento, não é desenvolvimento. Nos termos de Morin e Kern (1995, p. 74) “a idéia do desenvolvimento continua ainda subdesenvolvida porque preza a racionalidade econômica”.

1.1.3 Debate sobre a viabilidade do enfoque de desenvolvimento sustentável

Ainda hoje se dispõe de um consenso mínimo sobre a caracterização precisa da estratégia de mudança proposta pelos adeptos do desenvolvimento sustentável (GUZMÁN, 1998). Todavia, seria importante reconhecer que se trata de uma temática que pode ser abordada a partir de múltiplos pontos de vista, configurando um conceito polissêmico “que assume múltiplos significados ao longo da história, tendo por base as visões de mundo que os sustentam” (ANDION, 2007, p. 37).

O debate sobre o desenvolvimento sustentável é marcado, conforme Almeida (1998), pelo confronto entre duas concepções principais: uma com viés econômico, e a outra que contrasta a *racionalidade econômica* e a *racionalidade ambiental* (LEFF, 2006). Ao introduzir a questão da racionalidade ambiental nas discussões sobre o desenvolvimento, Leff (op. cit.) retoma a questão da crise socioambiental como uma conseqüência da globalização econômica, que implicou na “morte da natureza”. Segundo este autor, a crise ambiental foi o desmancha-prazeres na comemoração do triunfo do modelo de desenvolvimento adotado, “expressando uma das falhas mais profundas do modelo civilizatório da modernidade. A economia, a ciência da produção e a distribuição, mostrou seu rosto oculto no disfarce de sua racionalidade *contra-natura*” (Italizado no original).

A conseqüência dessa racionalidade *contra-natura* é a negação da natureza como fonte de riqueza, suporte de significações sociais e raiz da coevolução ecológico-cultural (LEFF, 2006). Leff aponta a viabilidade do desenvolvimento sustentável como,

um dos maiores desafios históricos e políticos do nosso tempo. Dali surgiu o imperativo de ecologizar a economia, a tecnologia e a moral. Nessa perspectiva se inscrevem as tentativas da economia neoclássica para internalizar as externalidades ambientais com os critérios da racionalidade econômica, ou os da economia ecológica

para fundar um novo paradigma, capaz de integrar os processos ecológicos, populacionais e distributivos aos processos de produção e consumo. [...] (LEFF, 2006, p. 223).

A crise socioambiental evidencia a insustentabilidade ecológica e social da racionalidade econômica. “*Daí o propósito de internalizar as externalidades socioambientais do sistema econômico ou de submeter o processo econômico às leis ecossistêmicas nas quais se inscrevem*” (op. cit., p. 226). O desafio é de compatibilizar políticas econômicas e ambientais e evoluir no sentido do DS. Leff (2006, p. 226) apresenta três vertentes nesse sentido para enfrentar os desafios da sustentabilidade:

- a) A **economia ambiental**: procura incorporar as condições ambientais da sustentabilidade - os preços energéticos, ecológicos e culturais externos ao sistema econômico -, por uma avaliação de custo e benefícios ambientais e sua tradução em valores econômicos e preços de mercado.

- b) A **economia ecológica**: estabelece o limite entrópico do processo econômico e a incomensurabilidade entre processos ecológicos e os mecanismos de valorização do mercado; procura desenvolver um novo paradigma que integre processos econômicos ecológicos e populacionais.

- c) A possibilidade de pensar e construir uma **nova racionalidade produtiva**, fundada na articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais que constituem um *potencial ambiental de desenvolvimento sustentável* (italizado no original).

A reflexão sobre este tema coloca-nos diante de um impasse. Trata-se do problema da universalização da razão econômica diante das limitações impostas pela própria natureza dos sistemas vivos e dos ecossistemas - suas

condições de conservação e regeneração - assim como os valores culturais de povos e comunidades, os quais resistem a serem absorvidos pela lógica do mercado e reduzidos às razões do poder dominante.

[...] Se uma argumentação fundamentada e coerente, assim como a realidade evidente, mostram que nem a eficácia do mercado, nem a norma ecológica, nem uma moral conservacionista, nem uma solução tecnológica são capazes de reverter a degradação entrópica, a concentração de poder e a desigualdade social geradas dela (sic) racionalidade econômica, então é necessário apresentar a possibilidade de *outra racionalidade*, capaz de integrar os valores da diversidade cultural, os potenciais da natureza, a equidade e a democracia como valores que sustentam a convivência social e como princípios de uma nova racionalidade produtiva, em sintonia com os propósitos da sustentabilidade. Para isso é necessário elucidar os princípios que fundamentam os desafios apresentados pela construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006, p. 227. Itálicos no original).

Essa nova racionalidade produtiva, em sintonia com os propósitos da sustentabilidade vai depender da construção de um possível novo projeto de sociedade. Isso porque, segundo Tonneau e Vieira (2006), a natureza passou a ser vista como um patrimônio comum da humanidade, exigindo a criação de novas instituições de planejamento e gestão. A questão da sustentabilidade coloca nossa civilização numa encruzilhada. Percebe-se melhor a crise da racionalidade econômica sobre a qual foi construído o mundo moderno (LEFF, 2006). Dispõem-se também de novas pistas para a construção de uma racionalidade “que oriente e dê viabilidade à transição, rumo a um desenvolvimento ecologicamente sustentável e democrático” (op. cit., p. 238). O desenvolvimento sustentável surge, assim, como a pedra angular da reflexão sobre os espaços de manobra dispostos para o planejamento da evolução subsequente das sociedades contemporâneas (TONNEAU; VIEIRA, 2006).

É esse mesmo Desenvolvimento Sustentável que se torna um termo onipresente nos discursos oficiais que tratam do desenvolvimento e do meio ambiente. Torna-se um objeto de consenso aparente, resultado de sua imprecisão, mas do que de um imediato acesso de virtude universal ao domínio ecológico e político (LÉVÊQUE; SCIAMA, 2005). Tal ponto de vista converge

com o de Tonneau e Vieira (2006, p. 315) quando admitem que a disseminação do conceito de DS “facilitou a formação de um aparente consenso sobre os novos objetivos estratégicos a serem priorizados, visando o enfrentamento dessa problemática por meio de estratégias realistas de transição”.

Sachs (1994, p. 343) busca responder à complexa questão acerca da viabilidade desse enfoque ao afirmar: “cada país deve formular suas próprias respostas aos problemas planetários, em função do seu ecossistema, de sua cultura e das circunstâncias locais (pensar em escala mundial, agir em escala local)”. Para isso, necessita-se de inovações tecnológicas compatíveis com um novo padrão de desenvolvimento, com estratégias que assegurem trajetórias não-lineares. Trata-se de um caminho longo e sua viabilidade depende da criação de novas instituições mais flexíveis, ajustadas a um atendimento mais hábil ao diversificado leque de demandas, consideradas, hoje em dia, essenciais à subsistência das populações locais num contexto de gestão ambiental preventiva da base de recursos naturais (TONNEAU; VIEIRA, 2006).

A questão da viabilidade remete-nos à realização da Cúpula da Terra (Rio-92). Nela o conceito de desenvolvimento viável (WEBER, 2002), passou a alimentar uma reflexão original sobre a abordagem do ecodesenvolvimento entendida como um padrão de “desenvolvimento endógeno e, dependendo de suas próprias forças, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza” (SACHS, 1980, p. 12).

Verifica-se que o conceito de viabilidade do desenvolvimento (sustentável) acentua a necessidade de uma percepção mais nítida das dinâmicas ecossistêmicas às quais comparecem diferentes fontes de variabilidade (natural e social). Desse ponto de vista, as práticas de gestão elucidam quatro aspectos indissociáveis: (i) a definição de objetivos de longo prazo de natureza ética e política; (ii) a sociodiversidade, por se tratar de comunidades humanas, que constitui uma dimensão tão importante quanto a

biodiversidade; (iii) a viabilidade dessas comunidades e também dos ecossistemas do qual são extraídos os meios de sobrevivência, assim sendo buscando a manutenção da viabilidade desses ecossistemas; (iv) a elaboração de estratégias adaptativas, com ênfase na imprevisibilidade constitutiva da evolução dos sistemas socioambientais (WEBER, 2002, p. 120-121).

QUADRO 1: Evolução teórica do desenvolvimento sustentável dos organismos internacionais

EVENTO	DESCOBERTA	NATUREZA
Estocolmo (1972) Cúpula das Nações unidas sobre o homem e o meio ambiente	As sociedades avançadas descobrem a existência de um só mundo	Um primeiro aviso da deterioração ambiental
Trabalhos do Clube de Roma (1972-1974)	É impossível o crescimento infinito com recursos finitos	Primeiros estudos oficiais sobre a deterioração ambiental Relatórios (1º e 2º) Fundamentação empírica
Relatório Global Ano 2000 (1980) a cargo do presidente Carter	Ameaça de sobrevivência da vida humana sobre o planeta (não é extensivo a todo mundo o estilo de vida do Norte)	Primeiro diagnóstico sobre a deterioração ambiental da Biosfera
Relatório Brundtland (1987) Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento (discutido na 42ª sessão da ONU)	Definição Oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável	Primeira discussão do método para encarar a crise ecológica.
Rio de Janeiro (1992): Eco-92 Cúpula da Terra sobre Meio ambiente e Desenvolvimento	Carta da Terra: adota os 27 princípios da declaração do Rio e as 2500 recomendações da Agenda 21; Quatro convenções: Mudanças Climáticas; Biodiversidade Biológica; Luta conta a Desertificação; Os princípios relativos às florestas	Código de comportamento a ser seguido no século 21 Encarar alterações do Meio como consequência da mudança climática. Atuar em relação à ocupação crescente pela espécie humana dos <i>habitats</i> de outras espécies.
Johannesburg (2002) Rio + 10 2ª Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.	Reafirmar os compromissos da Agenda 21; Recomendar a busca de parcerias para implementar a Agenda 21; Apoiar o acesso dos agricultores pobres aos recursos produtivos; Aumentar o comércio Internacional, propondo o fim das barreiras alfandegárias como meios para conseguir o DS.	Discutir e rever o conceito de DS. Implementar o novo paradigma de DS por meio de ações concretas de colaboração em projetos de pesquisa. O conceito de DS não ajudou a avançar na década de 90, não foi superado durante a cúpula. As contradições entre os três pólos: ambiental (planeta), social (povo) e econômico (prosperidade) aparecem mais claramente.
Paris (2007) Conferência do Grupo Intergovernamental sobre Mudança Climática - IPCC	É divulgado em Paris o Relatório do IPCC. O relatório conclui com 90% de certeza que o aquecimento global foi causado pela ação humana e a temperatura da Terra aumentará, até o final do século XXI, entre 1,8°C e 4°C.	As mudanças climáticas são apenas uma das causas que estão estressando o planeta. Existem várias outras que devem ser estudadas e levadas também em consideração.

Fonte: Adaptado de Guzmán (1998).

No quadro (1) pode ser visualizado que desde a descoberta da existência de um só mundo pelas sociedades avançadas e da tomada de conta do primeiro alerta sobre a deterioração ambiental, em 1972, à elaboração da Carta da Terra (Agenda 21), ou seja, o estabelecimento de um código de comportamento a ser seguido no século 21, em 1992, passaram-se 20 anos, embora não tenham ocorridas mudanças estruturais em relação aos estilos de desenvolvimento adotado. Isso pôde ser observado na 2ª Cúpula sobre o DS (Rio + 10) que foi mais uma tentativa dos países ricos e das multinacionais de submeter qualquer acordo ambiental multilateral às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Conferência de Estocolmo propôs um modelo de desenvolvimento compatível com a igualdade social e a prudência ecológica (LÉVÊQUE; SCIAMA, 2005), apoiando-se no conceito de *ecodesenvolvimento* (SACHS, 1986) que antecipava o de desenvolvimento sustentável. Mas o que se percebe é o privilégio da vertente econômica. Neste aspecto, o longo prazo do desenvolvimento econômico aqui se consolida.

Segundo Müller (2002, p. 131) “o desenvolvimento somente será sustentável - e esta é a base da nova ideologia misturada com ciências sociais, biológicas e outras mais - se for *simultaneamente* competitivo, eqüitativo e ecológico” (italizado no original).

Enfim, a ambição explícita do desenvolvimento sustentável, classificada às vezes de utopia, é buscar um melhor ajustamento entre os seus três pilares: ecológico, econômico e social²². O desenvolvimento sustentável exige

²² Em relação a esses três pilares é preciso esclarecer que o primeiro (viável ecologicamente) significa que se deva respeitar os grandes ciclos naturais sobre os quais repousa a vida da natureza para assegurar a reconstituição dos recursos renováveis. É preciso que se aprenda que tiramos da terra o que lhe restituímos; o segundo pilar (viável economicamente) significa que a viabilidade econômica e financeira implica que todos os agentes econômicos de uma sociedade tenham os meios suficientes para assegurar suas despesas (fluxo de liquidez), assegurando o mesmo para o ecossistema continuar a viver, como o fluxo da água, o fluxo dos elementos naturais, o fluxo da energia etc. mas também,

igualmente mais transparência nas decisões e propõe como alternativa uma democracia participativa. Ele pretende promover o processo de “governança” que enraíza sua legitimidade num sistema democrático no qual todos os atores da sociedade civil tomem parte nos processos de decisão (LÉVÊQUE; SCIAMA, 2005, p. 87). A via para a operacionalidade desta estratégia passa pelo que se convencionou chamar de “descentralização”²³.

Um dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável reside, portanto, na busca de estratégias que possam viabilizar a interrelação de forma coesa, dessas múltiplas dimensões ou lógicas que navegam entre a razão instrumental, o poder, a ética e a condição humana.

corresponder ao nível de bem estar que desejamos; e finalmente o terceiro pilar (equitativo para a sociedade) que trata de lutar contra a pobreza e de realizar reformas ao invés de deixar explodir revoluções, reafirmando a declaração dos direitos do homem, que em uma sociedade todos os homens (e mulheres) nascem livres e iguais em direitos, assim, a pobreza é um veneno para a harmonia e a ética (GRIFFON, 2003).

²³ Conforme Buarque (2006, p. 46), o Brasil vem passando, nas últimas décadas, por um processo contraditório que tem alternado *desconcentração econômica e descentralização político-institucional*, “como dois pólos inversos e opostos: a desconcentração econômica implementada por um modelo político concentrado e a descentralização político-institucional convivendo com a reconcentração econômica no território”. Com a crise do Estado brasileiro na metade da década de 1980 começou a ser gestada a construção de uma nova institucionalidade “compatível com os desafios contemporâneos e suas exigências de qualidade, flexibilidade, velocidade e eficiência e eficácia. Essa nova institucionalidade se caracteriza pela emergência de um segmento público não estatal, que de forma não centralizada, exerce atividades e executa ações de natureza pública, em contrato e parceria com o Estado, mas independentemente e com grande flexibilidade” (op. cit., p.47). Nascem os princípios da descentralização ou gestão participativa, hoje reconhecida como nova governança.

1.2 DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

1.2.1 Considerações acerca do significado do conceito de território

Situar a questão do desenvolvimento territorial sugere pensar no significado de território que Milton Santos (2006, p. 13), de forma objetiva, traduz como *“o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”*. Assim, o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e dos sistemas de coisas superpostas, mas tem que ser entendido como o *território usado*. Esse território usado é o *chão* e a *identidade*. Portanto: *“O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”* (SANTOS, 2006, p. 13). Hoje, sobretudo, é *“multiescalar”*, é um *“território-rede”* (HAESBAERT, 2006). O território apóia-se no espaço, mas não se identifica com ele.

De acordo com Raffestin (1993, p. 144) o espaço é, de certa forma, “dado”, como se fosse uma matéria prima e

preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto, a partir de um momento que um ator manifeste a intenção de se inteirar dele. Evidentemente o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

Esse entendimento de território converge para a concepção de Sack (1986, p. 19) em relação ao conceito de “territorialidade”. Ele a define como a *tentativa individual ou de um grupo de afetar, influir ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, delimitando e assumindo o controle de uma área geográfica. Essa área pode ser chamada de território*. Essa concepção de território o distingue de “local”, muitas vezes assumido como sinônimo de

proximidade geográfica. Distingue-se também da noção de espaço definido por Raffestin (1993) e por Brunet (1980) como o *meio ambiente e a dimensão intrínseca da sociedade, produto de sua atividade e agente de sua reprodução*. De acordo com Sack (1986), o território é uma construção social. Sua apropriação pelos grupos tem vários sentidos, às vezes econômico, ideológico e política (social).

O conceito de território é, pois, susceptível de esclarecer as condições da ação coletiva nos territórios usados – um território rural, por exemplo, (DUBRESSON; JAGLIN, 2005) e a organização dos poderes e suas modalidades de ação, em particular nos dois domínios-chaves das políticas de desenvolvimento local –, as dos serviços em rede e da localização dos serviços privados. São os “recursos específicos” que dão aos grupos desse território as vantagens em relação ao exterior do território construído (BENKO; PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2005). Nesse caso, a coesão territorial é realizada pelo acordo entre os atores que têm interesse de criar a vantagem relativa (os de dentro) os quais são excluídos outros atores (os de fora) e os tipos de dinâmicas induzidas são variáveis: efeitos de aglomeração, de espacialização, de especificação. Para isso, a OCDE (2001, apud BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 38) pressupõe que “cada território dispõe de um capital específico, o ‘capital territorial’, distinto daquele de outros territórios [...]”. Por isso,

O território, enquanto espaço privilegiado e especial para a promoção de desenvolvimento, é definido a partir de identidades que se materializam em ativos comuns, indivisíveis, e que não podem ser explorados na ausência de algum tipo de compromisso entre os vários agentes interessados [...] (BUAINAIN, 2006, p. 108).

De acordo com Dubresson e Jaglin (2005), o território pode passar de um estado a outro no decorrer do tempo, visto que ele designa, às vezes,

um sistema de externalidades tecnológicas localizadas, ou seja, um conjunto de fatores tanto materiais quanto imateriais, que, graças ao

elemento de proximidade e à redução dos custos de produção que ele comporta, pode trazer as externalidades patrimoniais; um sistema de relações econômicas e sociais que contribuem para a constituição do *capital relacional* ou *capital social* de algum espaço geográfico; um sistema de governança local, que reúne uma coletividade, um conjunto de atores privados e um sistema de administrações públicas locais” (CAMAGNI, 2002, p. 554, italizado por nós).

Se forem mobilizadas essas competências, principalmente o capital social e a gestão participativa, um território, antes desconectado dos pólos de desenvolvimento, passa a construir uma dinâmica particular caracterizadora de sua identidade territorial. Para Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 38)

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

Para os autores supracitados, os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas pela maneira como se organizam. Carrière e Cazella (2006, p. 33) ressaltam que o “espaço-território” diferencia-se do “espaço-lugar” pela sua construção a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa, portanto, “o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais”. Assim concebida, a noção de território passa a ser uma “inovação”, que é *uma construção social baseada em processos e interrelações sociais e territoriais que intervém em todos os níveis* (PECQUEUR, 2006).

1.2.2 A emergência do conceito de desenvolvimento territorial

A reflexão sobre o conceito de desenvolvimento territorial emerge com um primeiro questionamento. Em relação ao conceito de desenvolvimento local, Carrière e Cazella (2006) sublinham que as ações de desenvolvimento territorial

perseguem objetivos diferenciados, dependendo do contexto onde elas são implementadas. Dessa forma, os dois termos podem ser tomados como sinônimos, enquanto a expressão *territorial* denota uma dimensão mais ampla, diferente da “pequena dimensão” ou de “menor escala” como sugere a expressão *local*. “Se há quinze anos se falava em desenvolvimento local, atualmente é preferível falar em desenvolvimento territorial, já que esse estilo de desenvolvimento não se reduz à pequena escala” (op. cit., p. 23). Dessa forma, os autores admitem que os conceitos são semelhantes, embora um seja mais abrangente, mais adequado para explicar as relações transescalares (do local ao global) e o outro é mais restrito, porém não menos importante.

Para Carrière e Cazella (op. cit., p. 27) é a partir do fim das três décadas de forte crescimento econômico do pós-guerra que se começa a especular sobre a crise do modelo de desenvolvimento dito fordista, “baseado na produção em massa, via grandes unidades produtivas, no consumo de massa, na organização do trabalho e na regulação econômica do tipo keynesiano, implementado pelo Estado”. Essa crise favoreceu o surgimento de um novo conjunto de teorias, que alicerçam atualmente a abordagem territorial do desenvolvimento.

O caso tomado pelos autores como contribuição à teoria do desenvolvimento territorial é a experiência da “Terceira Itália”, experiência que recuperou o conceito de distrito industrial introduzido por Alfred Marshall no final do século XIX. “Marshall enfatizou, na época, que a proximidade geográfica das Pequenas e Médias Empresas (PME) de um mesmo setor industrial” é criadora de rendimentos crescentes devido à difusão de vantagens tecnológicas específicas (op. cit., p. 29).

A importância de trazer a abordagem sobre a reestruturação industrial para a discussão sobre o desenvolvimento territorial, é segundo os autores, pela associação recente entre as noções de território e de desenvolvimento, pois

o ambiente social e econômico de um distrito industrial diferencia-se completamente da localização pura e simples das unidades produtivas numa certa área, sem nenhuma ancoragem local. Da mesma forma, ele é também muito mais complexo do que as dinâmicas de indicação de origem geográfica e de seus produtos. Esse ambiente representa um fator fundamental no cálculo econômico dos agentes [...] (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p. 30).

Da mesma maneira, a lógica de funcionamento do distrito industrial difere muito do *fordismo*, pois há uma proximidade maior dos funcionários nos trabalhos de concepção da produção, diferentemente do modelo estandardizado típico do fordismo que separa concepção e decisão da execução. Portanto,

A proximidade e o modo de funcionamento das PME integradas aos distritos industriais são marcados pelo estabelecimento de estreitas relações de cooperação. Isso não significa, no entanto, que não exista concorrência entre as empresas. Essa combinação paradoxal torna-se possível graças ao clima de confiança que se alimenta de contratos regulares entre fornecedores e clientes de uma mesma área (op. cit., p. 31).

Corroborando com essa discussão do dinamismo dos distritos industriais, Carrière e Cazella (2006), com base em Brusco (1999) ressaltam que existe, na relação entre os empreendedores e seus funcionários, uma espécie de equilíbrio entre conflito e participação. Nessa relação é valorizada a capacidade inventiva e a experiência adquirida pelos funcionários no processo de produção (*relações sócio-profissionais*) constituindo-se numa vantagem que pode explicar o sucesso de muitas empresas. Uma outra característica refere-se à articulação entre o saber-fazer local e o saber científico, importante para garantir a competitividade.

Essa abordagem mostra que o “desenvolvimento local” não é um projeto técnico, mas que ele deve ser concebido na esfera local e ter a flexibilidade suficiente para ser constantemente modificado. Isso vale também para o desenvolvimento territorial, devendo, portanto, ser considerada a transitoriedade dos territórios.

A transitoriedade está associada à própria natureza do ativo comum a ser explorado e gerido pela comunidade. Em alguns casos, como o de uma denominação de origem controlada (DOC) o ativo comum é duradouro, multigeracional; em outros, pode ser transitório, o que não lhe retira a importância (BUAINAIN, 2006, p. 109).

Enfocar, pois, o desenvolvimento territorial passa primeiro por apreender que o termo territorial se vincula ao *território usado*, ou seja, a lugares, a pessoas, a sistemas sociais e naturais, a processos, a diferentes dinâmicas. O desenvolvimento territorial é uma estratégia colocada em prática inicialmente por países industrializados. Atualmente, frente às evoluções recentes da economia internacional emerge como uma questão a ser aprofundada tanto nas economias do Norte quanto do Sul, como é o caso do Brasil (PECQUEUR, 2005). Isso significa que a justificativa de uma política de desenvolvimento territorial transcende a preocupação pelo combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Os territórios não são apenas o receptáculo geográfico neutro em que as empresas, coletividades e indivíduos atuam: cada vez mais, eles vão-se tornando verdadeiros atores, em virtude da interação que promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 44).

No contexto da globalização, as soluções liberais, situadas apenas no quadro macroeconômico não se apresentam suficientes para gerar soluções inovadoras que respondam às necessidades do desenvolvimento. É preciso perceber a pertinência da escala local como lugar efetivo de elaboração dos processos de desenvolvimento (PECQUEUR, 2005), considerando que “a abordagem do território como espaço/dimensão de exploração de ativos comuns implica o reconhecimento da *multiterritorialidade* e da transitoriedade dos territórios” (BUAINAIN, 2006, p. 109. Italicizado no original)²⁴.

²⁴ Buainain (2006, p. 109) refere-se à *multiterritorialidade* como a possibilidade de superposição de vários territórios em uma mesma base geográfica. Segundo o autor, é necessário pesar as vantagens e desvantagens ao se querer tentar unificar, artificialmente, os vários territórios superpostos, ignorando as suas especificidades, os

Quanto a isso Pecqueur (2005) parte da hipótese de que o “modelo de desenvolvimento territorial, funcionaria como ressurgimento das relações de produção pré-capitalistas, revalidadas pelas práticas e renovadas por dinâmicas territoriais” (PECQUEUR, 2005, p. 297). Nessas dinâmicas, os atores locais e a política local desempenham um papel preponderante na constituição e na gestão dos recursos presentes no território (BENKO; PECQUEUR, 2001). Um dos pontos cruciais a serem considerados na utilização da noção de desenvolvimento territorial, é justamente o entrecruzamento e a interligação entre as iniciativas locais e a ação dos poderes públicos em todas as esferas – nacional, estadual e municipal (TONNEAU; VIEIRA, 2006).

Na abordagem do desenvolvimento territorial, Tonneau e Vieira (op. cit) optaram por recusar o enfoque do desenvolvimento territorial, como aquele que, “aparece como uma espécie de solução milagrosa para todos os desafios que cercam a luta contra o subdesenvolvimento no meio rural brasileiro”. Dessa forma predomina uma representação, que associa o conceito a uma arma que superará “as mazelas do conservadorismo, do autoritarismo, do clientelismo, e da escassez de falta de *capital social*” (op. cit, p. 316), embora não traduza a dimensão do conceito.

Para os autores supracitados “o desenvolvimento territorial desponta como uma possível resposta articulada, envolvendo o Poder Público e a sociedade civil organizada, transcendendo a clivagem tradicional entre programas *bottom-up* (de baixo para cima) e *top-down*” (de cima para baixo) (VIEIRA; TONNEAU, 2006, p. 319). A idéia de processo, aplicada à busca tanto do poder de negociação quanto do poder de articulação, traduz o

interesses e os incentivos de cada um. Porém, isso não implica que não seja necessário construir instâncias de encontro dos vários territórios, onde os eventuais conflitos de interesse possam ser debatidos e soluções possam ser adotadas. Conforme Buainain (op. cit.) nesta visão, o território não se define apenas pela *jurisdicionalidade* sobre uma região, mas pela convergência de interesses em torno de coisas comuns.

reconhecimento de que o desenvolvimento territorial não pode ser simplesmente decretado.

Essa posição coincide com o pensamento de Pecqueur (2006) e de Beduschi Filho e Abramovay (2004) quando se referem ao território não como uma criação por discriminação feita pelos atores. Esses se reagrupam em função dos problemas produtivos, numa escala “mesoeconômica” distinta das escalas individual e global. Isso se traduz em uma dinâmica de natureza *sui generis*.

Pode-se sintetizar essa abordagem dizendo que os territórios rurais são espaços de fortalecimento da gestão participativa. Neles se dá a concertação entre os atores sociais e os agentes públicos, os quais instalam a capacidade de fazer acontecer o planejamento, pelo diálogo entre as esferas públicas e os espaços públicos criados. Isso se denomina de novo sistema de governança territorial. Aqui, conforme Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 48), “os cidadãos deixam de ser meros objetos das políticas de desenvolvimento, definidas pela autoridade central do Estado e passam a ser também agentes dos processos de transformação social”. A figura (2) ilustra esta dinâmica.

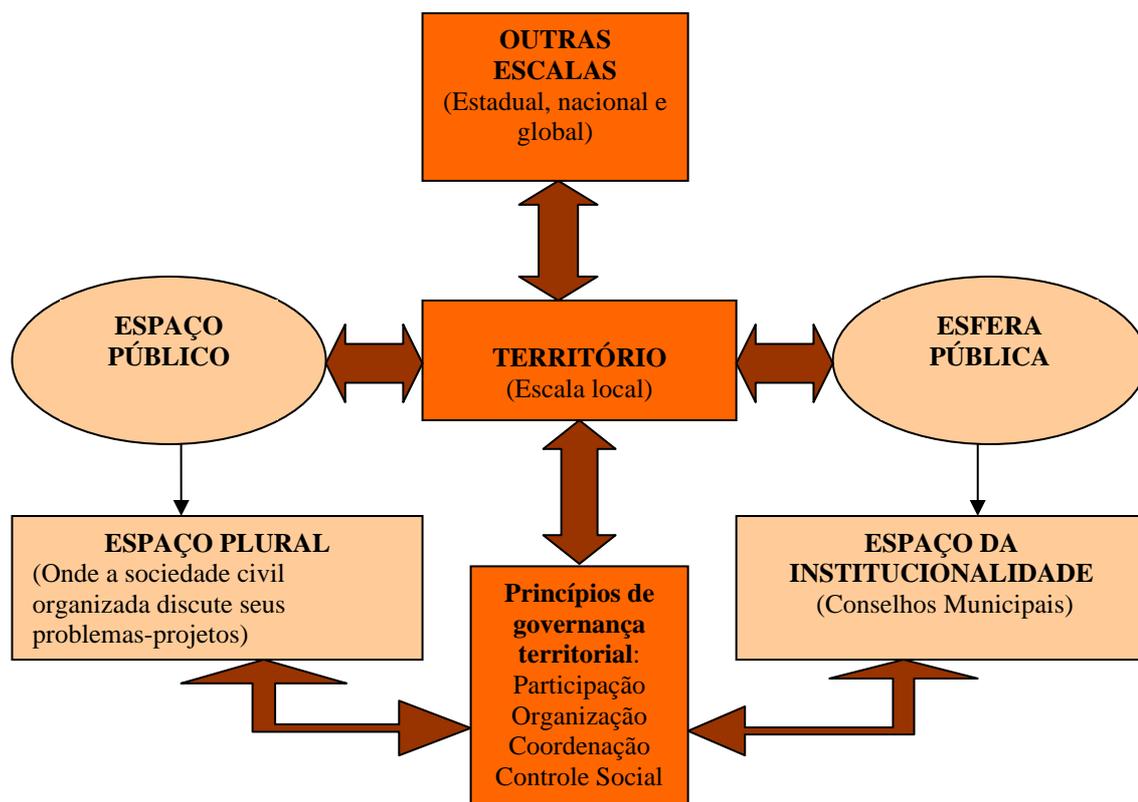


FIGURA 2: Fluxograma das conexões transescalares da governança territorial

Fonte: Criada com base no quadro teórico.

O desenvolvimento territorial deve ser pensado numa perspectiva “transescalar” (BERKES, 2005). É no local, na base territorial que o conjunto de atores dinamiza o território, mobilizando diferentes articulações. Quanto mais forte for a “densidade institucional”, maior será o poder de negociação dos atores para resolver seus problemas e implementar os projetos, produzindo uma dinâmica de desenvolvimento territorial.

Quanto mais coesão existir no espaço público, mais pressão social vai existir na esfera pública. No espaço público, a sociedade civil organizada se articula em torno de seus problemas e projetos sociais, econômicos, culturais, ambientais, discutindo e refinando-os, ou melhor, criando “inovações” territoriais. A viabilização dos projetos da coletividade vai depender das redes sociais estabelecidas, das interconexões entre as esferas públicas e outros contextos mais amplos (do local ao global). Isso pressupõe ações, mecanismos, estratégias e políticas desencadeadas pelos atores com base nos princípios,

chamado de governança territorial (participação, organização, coordenação e controle social).

Esses princípios ajudam a sociedade civil organizada a tomar consciência de sua importância no acompanhamento dos impactos negativos e positivos do processo de desenvolvimento, influenciando nos seus resultados. Isso é territorialidade, ou qualificação da governança (território-rede).

Beduschi Filho e Abramovay (2004) sublinham que haverá uma mudança dessa natureza na forma de entender o planejamento, essencial para que os processos de desenvolvimento sejam duradouros, no sentido do longo prazo, considerando não somente os aspectos físicos dos territórios, mas também os recursos cognitivos compartilhados por uma determinada comunidade.

Benko e Pecqueur (2001) destacam que a análise dos processos de revelação e de valorização de novos recursos ligados às especificidades dos espaços (territórios) e dos grupos humanos (atores sociais), presentes num contexto de economia de serviços, em que domina a lógica informacional (território-rede) constitui-se um dos mais importantes fenômenos sociais de análise econômica dos próximos anos. Isso porque, segundo os autores, a “macroeconomia está cada vez mais aberta ao espaço e ao território” (op. cit., p. 32).

1.2.3 Processo de especificação dos ativos e recursos territoriais

Considera-se que o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável foi desenvolvido a partir da constituição de uma entidade produtiva, essencialmente enraizada num espaço geográfico (Pecqueur, 2005, p. 297-298), mas o processo de sua implementação não pode ser estabelecido por

decreto. O sistema local de atores é quem deve e pode coordenar esta dinâmica, cabendo às políticas públicas o papel de estimular e mobilizar esses atores.

Dessa perspectiva, Pecqueur (2005, p. 298) caracteriza o desenvolvimento territorial por *um processo de mobilização dos atores, que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território*²⁵. Essas estratégias visam capacitar os atores sociais sediados em *territórios dados* a deflagrar uma dinâmica de economia local, face ao crescimento da concorrência em escala global.

Esse enfoque situa-se com aquele proposto por Müller (2002) e ressalta a importância de se considerar o papel determinante das especificidades locais e regionais, das expectativas, da formulação das estratégias empresariais e de outros grupos sociais e de políticas públicas, assim como da institucionalização de processos. Isso porque,

a compatibilização dos inúmeros processos não-lineares oriundos das interações entre globalização e descentralização, magneticamente polarizadas pela competitividade, equidade e ecologia, tem nas instituições um dos principais conjuntos estabilizadores de expectativas e promotores de mudanças. Mas as instituições sem o engajamento cívico serão pouco eficientes (MULLER, 2002, p. 123).

²⁵ Ao se tratar de uma dinâmica particular do tipo “territorial” como original de desenvolvimento, Pecqueur (2005) afirma que se esbarra numa dificuldade relativa ao estatuto do território que serve de suporte a essa dinâmica, uma vez que o discurso sobre território recobre duas definições diferentes: a do “território dado” e a do “território construído”. O “**território dado**” é a porção de espaço que é objeto da observação. Nesse caso *postula-se o território* como pré-existente e se analisa o que acontece. Seria o território *a priori*. Não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte (trata-se, geralmente do território institucional: a região, o distrito, a província etc.). O “**território construído**” é o resultado de um processo de construção pelos atores. Nesse caso o território não é postulado, é constatado *a posteriori*. O que significa dizer que ele não existe em todo lugar. Com isso, pode-se encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios. Mas é preciso entender que o território é, ao mesmo tempo, um ambiente envolvente e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo (PECQUEUR, 2005, p. 299).

Ao tratar das especificidades locais, Pecqueur (2005) ressalta que o mecanismo de territorialização tem como base o princípio de especificação dos ativos. Isso significa a busca pelos recursos do território que se diferenciam em relação aos territórios vizinhos. Em sua opinião, o sistema de atores, envolvido numa dinâmica diferenciadora

pode, portanto, adotar formas muito diversas (distritos industriais, *cluster*, ou qualquer outro modo de organização produtiva). Sua característica principal é a instalação de um processo inscrito na história longa, de construção pelos atores, e não, apenas, uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes. Em outros termos, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, e é *nisto que constitui uma inovação* (PECQUEUR, 2005, p. 299, italizado no original).

Esse mesmo autor entende por “ativos” os fatores em atividade, enquanto os “recursos” são fatores a explorar, organizar ou ainda revelar. Os recursos constituem, pois, uma reserva, um potencial latente ou virtual os quais podem se transformar em ativo, se as condições de produção ou de criação de tecnologia assim o permitirem. O quadro (2) apresenta a tipologia dos fatores de concorrência espacial ou dos ativos, e recursos genéricos e específicos.

QUADRO 2: Tipologia dos fatores de concorrência espacial

	GENÉRICO	ESPECÍFICO
RECURSOS	1 Fatores de localização <i>não utilizados</i> , discriminados pelos preços e custos do transporte. (cálculo, otimizado)	4 Fatores incomensuráveis e intransferíveis nos quais o valor depende da organização que os criou
ATIVOS	2 Fatores de localização <i>não utilizados</i> , discriminados pelos preços e custos do transporte (cálculo, otimização) - alocação ótima dos ativos	3 Fator comparável em que o valor é ligado a um uso particular: - custos de irreversibilidade - custo de retribuição

Fonte: Benko e Pecqueur (2001).

Pecqueur (2005) utiliza ainda o qualitativo *genérico* para tratar do conjunto dos fatores tradicionais de definição espacial, discriminados pelos preços e que são submetidos por parte dos agentes, ao cálculo econômico. Esses ativos ou recursos genéricos seriam, por exemplo: a mão-de-obra, o capital, a matéria-prima e a informação. São fatores que permanecem em estado genérico, enquanto não forem apropriados e “polidos” para se tornarem diferenciados ou específicos. Mesmo se tornando ativos, eles não deixam de ser genéricos. Por exemplo, a mão-de-obra desqualificada e não utilizada, o capital “armazenado” na poupança, a matéria prima não explorada e a informação disponibilizada sob forma padronizada, mas não interpretada num contexto particular.

Já o qualitativo “específico” recobre o conjunto de fatores, comparáveis ou não, cujo valor ou produção é ligado(a) para um uso particular. Por exemplo, os *ativos específicos* têm um custo de irreversibilidade que Pecqueur (2005) denomina “custo de redirecionamento”. Isto significa que o ativo perde uma parte de seu valor produtivo se for redirecionado para um uso alternativo. Retomando os exemplos dos recursos e ativos genéricos mencionados acima, a mão-de-obra tornar-se-á um ativo específico quando for qualificada. Sua formação numa técnica constitui-se um custo assumido parcialmente pela empresa. Dessa forma, o capital “armazenado”, na poupança líquida, transformar-se-á capital quando for investido em equipamentos. A informação também será um ativo específico quando for elaborada e organizada, tendo-se em vista um uso particular.

Os recursos *específicos*, ainda segundo Pecqueur (op. cit., p. 303) “resultam de uma longa história, de uma acumulação de memória, de uma aprendizagem coletiva cognitiva”. Eles são produzidos em um território que os torna “revelados”. Sua produção resulta de normas, costumes, de uma cultura local elaborados num espaço de “proximidade” geográfica e “institucional”, a partir de uma troca que não é mercantil, ou seja, a reciprocidade. Assim,

O recurso específico produzido num processo de construção territorial, tomado globalmente, aparece, então, como o resultado de longos processos de aprendizagem coletiva, que levam ao estabelecimento de normas, na maioria das vezes tácitas. Tais normas têm a função de organizar, selecionar ou guiar os comportamentos, oferecendo assim a cada ator do território um espaço de inteligibilidade e de ação (PECQUEUR, 2005, p. 304).

Será, pois, essa inteligibilidade de ação que diferencia um território de outro, tornando-o mais ou menos competitivo, em função da especificidade construída num processo de interação dos atores sociais. A passagem do recurso genérico ao ativo específico corresponde a uma estratégia de desenvolvimento que se decompõe em dois tempos: (i) a passagem do recurso ao ativo (genérico); e (ii) a passagem do ativo genérico ao ativo específico. Esse processo de ativação e de especificação Pecqueur (op. cit.) denomina *metamorfose*.

O processo de especificação constitui, portanto, um movimento de reestruturação das economias industriais, uma forma de adaptação às novas características da globalização assimétrica. O princípio da especificação é essencial à compreensão do desenvolvimento territorial o qual passa pela tomada de consciência dos atores locais da importância das decisões compartilhadas e das políticas públicas negociadas e gestadas na base territorial (PECQUEUR, 2000).

A respeito disso, Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 52) identificaram várias áreas envolvidas na reconstrução de suas estratégias de desenvolvimento, a partir de elementos relacionados à recuperação da identidade local. Essas áreas buscam identificar algo que as torne únicas e contribuem também para modificar a forma como os próprios habitantes representam a região. O fato delas se apoiarem no resgate da identidade local torna os produtos dessas regiões mais desejáveis no mercado, haja vista a identidade local ser uma das bases centrais da economia de qualidade, “capaz de projetar internacionalmente produtos regionais, conhecidos e apreciados por reunirem características objetivas (paladar, padrão estético) com traços

organizacionais que lhe são sempre associados” (op. cit., p. 53). Benko e Pecqueur (2001) e Pecqueur (2006) reportam-se a este tipo de produtos por meio do conceito de *cesta de bens e de serviços territorializados*.

No entanto, essa nova concepção da competitividade, centrada na economia de qualidade, pode ser questionada. Para um território que ganha, quantos perdem? Insistir sobre a economia de qualidade, não seria, de certa maneira, contraditória com os princípios básicos do desenvolvimento sustentável? Nesta perspectiva, Sabourin e Tonneau (2007) defendem um projeto territorial pensado na complementaridade entre os territórios, em particular em torno da oposição/complementaridade rural/urbano e isso implica negociações interna e externa.

O imperativo de negociação evocado por Beduschi Filho e Abramovay (2004) sublinham que a identidade não é monolítica, mas expressa um complexo integrado pela multiplicidade de identidades específicas de cada grupo social, de cada lugar, de cada centro especializado de produção. É, portanto, uma identidade plural, e dinâmica; pode mudar, tornar-se cada vez mais sólida e resiliente, conforme a “densidade institucional” constituída, que impulsiona as “inovações territoriais coletivas”. A construção de um projeto territorial, a partir da base (*bottom-up*) é, portanto, uma via para um processo em aberto de especificação dos ativos e recursos territoriais, configurando-se, dessa forma, numa dinâmica territorializada de desenvolvimento.

1.3 A AGRICULTURA FAMILIAR VISTA COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

1.3.1 Agricultura familiar: um conceito em construção

Ainda existe muito ambigüidade no debate sobre a Agricultura Familiar (AF) brasileira, sobretudo porque ela é extremamente diversificada. Aqui, ao se tratar de AF inclui-se “tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza” (BUAINAIN, 2006, p. 15). Para Buainain (op. cit.) a diferenciação dos agricultores familiares está associada ao processo de formação desse grupo social ao longo da história, às heranças culturais variadas, à práticas agropecuárias e experiências de vida particulares. Resulta também dos modos de apropriação dos recursos naturais disponíveis. Além disso,

A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo *label* - agricultores familiares - apenas porque têm um traço comum: utilizar majoritariamente mão-de-obra familiar (BUAINAIN, 2006, p. 15. Italizado no original).

Para Buainain (id) essas diferenças estão também relacionadas às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquiridos, como à maneira que os agricultores familiares se inserem social, econômica e ambientalmente nos contextos locais e/ou territoriais “que podem variar radicalmente entre grupos de produtores em função de um conjunto de variáveis, desde a localização até as características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos”.

Desse contexto decorrem duas dificuldades ligadas às evoluções recentes da pesquisa sobre a AF que merecem destaque:

- a primeira é que hoje se fala do rural e não apenas da agricultura e da produção agrícola (CARNEIRO, 1999; SCHNEIDER, 2003), pois o rural não é sinônimo de agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1999; VEIGA, 2001) - natureza, famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entram no cenário e devem fazer parte do novo olhar sobre o “rural” e suas interrelações;
- a segunda é a diversidade das situações que a agricultura familiar agrega, como demonstrado anteriormente. A AF é uma “categoria genérica”, na qual a propriedade e o trabalho se combinam no tempo e no espaço, assumindo uma grande diversidade de formas sociais (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2001; PLOEG, 2006). São essas diferentes formas que a caracteriza como esta categoria genérica, na qual a propriedade e o trabalho se combinam no tempo e no espaço, assumindo uma grande diversidade de configurações.

Essa diversidade de configurações indica que os agricultores familiares constituem-se de grupos “com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças” (BUAINAIN, 2006, p. 16). Por exemplo, o grupo de agricultores familiares dos perímetros irrigados do SMSF se diferencia do grupo de agricultores familiares das áreas de “sequeiro” no entorno dos perímetros. As diferenças não estão no uso ou não da mão-de-obra familiar, mas na lógica do processo produtivo. A identidade é a mesma, mas os sistemas produtivos não. Por isso, a delimitação do universo dos agricultores familiares tem sido objeto de constantes e polêmicos debates. Nessa referência a AF ainda é um conceito em construção.

Atualmente, o conceito de agricultor familiar ganha mais visibilidade do que o de *campesinato*, *camponês* e *pequeno produtor*, que definem, sobretudo no Brasil, categorias subjugadas e esquecidas no processo de desenvolvimento rural, historicamente dominada pelos latifúndios e empresas rurais. Trata-se de um conceito que designa vários tipos de agricultores: dos sem terra àqueles vinculados à agricultura familiar integrada ao mercado.

O conceito se consolidou no Brasil, a partir do reconhecimento do Estado brasileiro dessa categoria de agricultores com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se fundamentou na publicação dos estudos da FAO/INCRA (1995) que divide a exploração agrícola em modelo patronal e familiar (Quadro 3). Impõe-se, portanto, a necessidade de clarificar este conceito frente às coações impostas atualmente no cenário da globalização e às oportunidades criadas pela perspectiva do desenvolvimento sustentável.

QUADRO 3 - Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares.

Patronal	Familiar
<ul style="list-style-type: none"> • Completa separação entre gestão e trabalho. • Organização centralizada. • Ênfase na especialização. • Ênfase nas práticas padronizáveis. • Predomínio do trabalho assalariado. • Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e gestão intimamente relacionados. • Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários. • Ênfase na diversificação. • Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. • Trabalho assalariado complementar. • Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: VEIGA, 2001.

1.3.2 Agricultura familiar *versus* campesinato

Woortmann (1990) associa a identidade da AF à noção de “campesinidade”. Essa noção designa a especificidade de cada grupo doméstico no pensar as articulações entre a *terra*, o *trabalho* e a *família*. Trata-se de categorias nucleadoras do discurso da AF, que representa a família como um valor universal. Todavia, a campesinidade apresenta distintos níveis de articulação com a modernidade. Isso significa pressupor que não existem camponeses “puros” (op. cit., p. 14).

Hoje consoante a consolidação do capitalismo no meio rural, já se pode afirmar que as “agriculturas familiares” estão presentes, em diferentes contextos, se reproduziram, contrariando as teses que sentenciaram o seu desaparecimento - a exemplo daquelas avançadas por Lênin (1988) e Kautsky (1980).

Esse debate é antigo e persistente, sempre dominado pela tese do dualismo, entre fazendeiros capitalistas e camponeses, “como as principais, e opostas, categorias nos estudos rurais. Este mesmo dualismo também refere-se às categorias agricultura capitalista e agricultura familiar” (PLOEG, 2006, p. 15). Esse autor enfatiza que tal argumentação é cada vez mais inadequada para compreender um mundo em rápida transformação, pois a noção de camponês passa a ser “reconceitualizada” e se adapta às circunstâncias históricas, totalmente transformadas que delinearão os contornos, as contradições e as dinâmicas políticas e econômicas do mundo rural planetário (PLOEG, 2006; CARVALHO, 2005; TONNEAU; SABOURIN, 2007).

Para se entender esta categoria, deve-se, pois, fazer uma análise da evolução da agricultura brasileira. A discussão permanece evidente, devido às mudanças nas estruturas sociais e produtivas do mundo rural, levando os

camponeses pouco a pouco a se afastarem de suas identidades²⁶ originais e a readquirirem novas identidades, com a consolidação da exploração capitalista no campo. Esse modelo de produção exerce seu controle pelo sistema bancário, da tecnificação, da divisão e especialização das tarefas, transformando muitos camponeses em empresários familiares – mesmo os dois sendo agricultores familiares - que também entram nas redes “sociotécnicas”. Como justifica Oliveira,

o avanço da industrialização e o crescimento urbano, forneceram possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado, capitalista, portanto, no campo; sua rápida expansão por todo o país, no entanto, está longe de implantar o domínio dessa forma de produzir no campo. Mais que isso, a sua expansão abriu possibilidades concretas para recriação do trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1997, p. 36).

Segundo Ploeg (2006) este tipo de camponês empresário, no bojo da agricultura camponesa empresarial, emergiu nos anos 1960 como uma nova tendência, tanto no centro como na periferia. Para Ploeg (op. cit.) essa já era uma tendência adormecida no interior do modo de produção agropecuário. Nesta mesma linha de raciocínio, Abramovay (1992) afirma que o modo de produção empresarial se desenvolveu como parte do projeto de modernização massiva, iniciado nas décadas de 1960 e 1970 em quase todo mundo. O Estado desempenhou um papel decisivo nesse processo. No Brasil, como em muitos outros países “periféricos”, essa modernização assumiu os parâmetros da tão conhecida “Revolução Verde”, com a introdução de novas sementes e a aplicação do “pacote tecnológico” - fertilizantes, herbicidas, pesticidas, crédito, obras de infraestrutura, serviços de extensão e treinamentos e influências no

²⁶ Identidade no sentido sociológico significa “pertença de atores sociais a uma condição social em relação a outros atores sociais. Essa pertença é definida pela concepção geral ou visão de mundo, pelo estilo de vida, pelas relações com os outros e com a natureza, pelo sistema de trabalho e de produção, pelo espírito religioso e pelo sistema de reprodução biológica e social” (Gehlen, 1998, p. 57). Stuart Hall (2001) faz um minucioso estudo de construção de identidades na pós-modernidade. Segundo Hall (2001) o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, aqui há uma concordância desse pensamento. Assim, “a medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos identificarmo-nos, ao menos temporariamente” (HALL, 2001, p. 13).

mercado (PLOEG, 2006). Isso implicou em aumentos significativos de escala de produção e na introdução de uma “tecnologia dirigida” a uma intensificação produtiva. O resultado foi um *abrupto e multifacetado processo de mercantilização* (op. cit., p. 16). Porém, o autor enfatiza que o surgimento desse modo empresarial de produção agropecuário, não fez desaparecer o modo camponês de produção.

Em muitos lugares, em todo mundo, permaneceram importantes ‘bolsões’ de agricultura camponesa. Além disso, estamos testemunhando, nas últimas décadas, novos e relevantes processos de *recampesinização*, às vezes de natureza qualitativa, às vezes quantitativa. Mas há uma série crescente de expressões que envolvem simultaneamente a dimensão quantitativa e a qualitativa. *Recampesinização* é, de fato, a segunda importante tendência histórica que moveu o mundo rural para além do clássico dualismo entre capitalistas e camponeses. O ‘camponês’ não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinização expressa a formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos de modo de produção (PLOEG, 2006, p. 17, italizado o original).

A demonstração dessa recriação se expressa em diferentes movimentos de luta pela conquista da terra - o Movimento dos Sem Terra (MST) é um deles - ou de permanência nela por aqueles expropriados do trabalho na terra (parceiros, meeiros, arrendatários ou outra forma de ocupação), clamando por políticas públicas que lhes dêem a condição de produção e reprodução social. Isso revela que o campesinato recusa a proletarização e procura abrir, na posse da terra reconquistada e nas condições favoráveis de trabalho familiar, o espaço para a continuidade do trabalho camponês (OLIVEIRA, 1997; SIDERSKY, 1991). Seu objetivo de produção difere do capitalista, que é a acumulação, enquanto o seu diz respeito à base de sobrevivência (SHANIN, 1989; 1987).

Neste sentido, Wanderley (1998: p. 30), retomando o eixo central da teoria de Chayanov, afirma que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno, que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. A empresa familiar não se organiza sobre a base da extração do trabalho alheio, da mais valia. A fonte do

trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. Isso não quer dizer que ele não contrate, em algum momento do ciclo de produção, trabalhadores temporários e até mesmo tenha, a depender do seu sistema de produção, um ou mais trabalhador permanente. Mas isso não descaracteriza a sua “condição camponesa” (WANDERLEY, 1998; PLOEG, 2005).

É esta “condição camponesa”, esta “campesinidade” mais ou menos afirmada, que diferencia a AF dos outros modos de fazer agricultura, ou seja, da produção em grande escala no campo, uma vez que a agricultura familiar camponesa não busca uma reprodução ampliada do capital (ARCHETTI; STOLEM, 1975). Os agricultores familiares atuam por meio de uma lógica distinta da lógica capitalista, mas isso não lhes confere o status de atrasados culturalmente, para estarem inseridos no contexto da agricultura moderna. Neste sentido, Abramovay (1999) ressalta que a AF é um valor. “Sua virtude é juntar eficiência, economia e equidade social: extensões de terra do tamanho da capacidade do trabalho da família que podem dar lugar a um processo de geração de rendas” (op. cit., p. 13).

A renda da economia camponesa, no entanto, não tem o mesmo sentido que a renda da economia capitalista. O modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de “criação de valor agregado e de empregos produtivos”, enquanto nos modos de produção capitalista e empresarial, “os lucros e os níveis de renda podem ser ampliados por e na forma de uma redução contínua no uso do trabalho” (PLOEG, 2006, p. 26). Esse autor afirma que devido à “condição camponesa”, isso não pode ocorrer no modo de produção camponês, mas não exclui a possibilidade de processos de descampesinização.

A particularidade da economia camponesa reside no fato de, por um

lado, a família camponesa²⁷ trabalhar o necessário para suprir suas necessidades; e por outro, no fato da economia estar baseada no trabalho familiar, tendo como resultado a diferença das estratégias utilizadas pelas empresas capitalistas. Antunuassi (1998, p. 197) ressalta que os traços desse grupo familiar, quando não considerados, quer na organização do trabalho, quer seja na ocupação do espaço, podem ser obstáculos à consecução de objetivos para ele especificados, nos espaços de produção e reprodução social.

Simultaneamente, Mendras e Jollivet (1971) sustentam que, não obstante a diversidade das regiões e das nações, das civilizações e dos regimes políticos, a coletividade rural tende, via de regra, a se integrar à sociedade global, conservando, no entanto, sua autonomia e sua originalidade. Por sua vez, Wanderley (2001) afirma que nas sociedades modernas

multiplicaram-se outras formas de agricultura familiar não camponesas. São aquelas que sob o impacto das transformações de caráter mais geral - importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc. -, tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderno (op. cit, p. 33).

Esta autora ressalta para o fato de que, mesmo considerando a pertinência das conclusões do estudo comparativo de Marcel Jollivet e Henri Mendras sobre as coletividades rurais na França dos anos 1970, é

²⁷Família camponesa é definida por Almeida (1986, p. 68-69) como um determinado conjunto de parentes, que é previamente determinado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear composta de um casal e seus filhos - casamento mais filiação numa unidade mínima - havendo outros tipos. A idéia subjacente é que a família é uma unidade de produção de novas pessoas. O autor também ressalta que, a correlação entre grupos domésticos – unidades técnicas no meio rural – e famílias nucleares, torna-se uma questão empírica, e passa a requerer explicação. Converte com a definição de Antuniassi (1998) que se refere à família como aquela que se divide basicamente em nuclear ou conjugal (cônjuge e sua prole) e famílias extensivas (abriga outras famílias conjugais). “Enquanto grupo social, a família resulta de ações que visam instituir de forma duradoura, em cada um de seus membros, sentimentos que asseguram sua integração, que é na verdade a condição de sua própria existência e persistência. Perpetua-se através da criação continuada do sentimento familiar que responde pela adesão vital à existência do grupo e a seus interesses” (ANTUNIASSI, 1998, p. 199).

indispensável atentar-se para “a natureza das mudanças que efetivamente se realizaram nas décadas seguintes e cujo eixo é dado pela perda crescente da autonomia tradicional” (WANDERLEY, 2001, p. 33). Wanderley refere-se a esse fenômeno, como mais uma das conseqüências da integração e da subordinação “à sociedade, e do êxodo rural”.

1.3.3 (Re)estruturação e (re)afirmação da identidade camponesa

Existe no momento atual uma corrente de pensamento que incorpora ao debate sobre AF a problemática da reafirmação da identidade camponesa, vinculada à via campesina e representada pelo MST. Para Carvalho (2005, p. 192), a reafirmação da identidade social camponesa está baseada em novas referências sociais, capazes de constituírem uma ou várias “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social e de superação do modelo econômico e social vigente”. Para tanto, os novos referenciais sociais desse “campesinato renovado”, inserido nas sociedades modernas, deveriam desenvolver níveis mais complexos de consciência para ultrapassarem o nível exclusivo da “vizinhança”. Considera-se, “o meio rural um espaço de sociodiversidade e o campesinato em uma das dimensões dessa realidade” (CARVALHO, 2005, p. 125) embora não seja mais pertinente que as relações socioprodutivas desses atores se fechem em seus sistemas de produção. Essa reflexão afina-se bem com as abordagens do DTS, pois, resulta em “interações transescalares” (BERKES, 2005), o que significa sair do “localismo” para articular-se lucidamente aos níveis superiores de gestão.

A questão da afirmação da identidade camponesa parece ultrapassar o debate excessivamente “ideologizado”, marcado principalmente no período da repressão militar. Trata-se, nesse momento, de uma identidade social de projeto (CASTELLS, 1999), para superar a construção da identidade legitimadora, consolidada pelos processos de exploração econômica e de dominação política pelas classes dominantes (CARVALHO, 2005). Para Carvalho, é a construção dessas identidades que produzem sujeitos, no sentido atribuído por Castells

(1999), o qual define o sujeito como **o ator social coletivo**, pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. “Essa construção consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém se expandindo no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto [...]” (op. cit., p. 26).

A importância desse questionamento sobre a (re)construção da trajetória e da identidade camponesa reforça a relevância da AF nas novas dinâmicas da agricultura modernizada. Tal situação perpassa necessariamente pela compreensão da figura do “camponês”, que em sua trajetória foi afetado por essas novas dinâmicas (nas suas formas de produzir e na vida social). Tudo isso implicou e implica sempre, na montagem de arranjos socioprodutivos como condição de sua permanência no “novo rural”.

Sintetizando esse fato sobre a identidade camponesa, Wanderley (1998) retoma da teoria chayanoviana (que já vislumbrava as evoluções da produção familiar na agricultura moderna, em 1920) dois aspectos fundamentais: (i) *a agricultura não constitui um setor isolado, autônomo, mas se integra de forma dinâmica ao processo global de acumulação do capital*; (ii) *a agricultura deverá absorver cada vez mais o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir*.

Baseando-se nessas proposições Wanderley (1998, p. 44-46) levanta algumas hipóteses:

- a) as unidades de produção familiar são afetadas, atualmente, tanto pelo processo de decomposição quanto pelo processo de diferenciação interna, demográfica;
- b) a unidade de produção é familiar, porém a família atualmente é diferente daquela estrutura que a caracterizava tradicionalmente;

- c) a família se orienta em função do balanço entre trabalho e consumo, cujos parâmetros modernos são diferentes dos tradicionais. A tecnologia moderna introduzida potencializa a força de trabalho e reduz o esforço físico (penosidade) requerido em seu exercício;
- d) os fatores externos, socialmente dados, introduzem uma rigidez no interior da própria organização da produção que resulta na imposição de comportamentos sociais e econômicos à família; e
- e) internamente, o rendimento familiar permanece indivisível, pois é impossível separar, do resultado obtido com a produção, parcelas autônomas e particulares que corresponderiam ao salário, ao lucro e à renda da terra.

Wanderley (op. cit., p. 47) ressalta que a verificação dessas hipóteses em nosso tempo traria grandes contribuições para a pesquisa, buscando “nexos capazes de explicar as especificidades de um mundo em plena e profunda mutação e politicamente comprometido com as transformações”

Para explicitar a “condição camponesa”, Ploeg (2006, p. 14-15) distingue três premissas intercaladas. A *primeira premissa* estipula que a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer agricultura (na Europa, cada vez mais, a produção empresarial chega ao fim e a camponesa apresenta promessa de continuidade, dada a sua peculiar resistência). A *Segunda*, postula que a essência e as principais diferenças entre estes dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade, mas se situam principalmente nas (diferentes) formas pelas quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. E, finalmente, a *terceira*, admite que ao se definir a especificidade do modo de produção camponês em termos de produção de *valor*, esta pode ser articulada, de forma frutífera, com o debate sobre desenvolvimento. A tabela (1) reproduz sinteticamente essas diferenças.

TABELA 1: Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial

Modo Camponês	Modo Empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produção e co-evolução são centrais.	Desconexão em relação à natureza; “artificialização”.
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização).	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilização.
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado.	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas.
Continuidades entre presente, passado e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificação contínua, baseada na quantidade e qualidade do trabalho.	Aumento de escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas.

Fonte: Van der Ploeg (2006).

É neste sentido que o conceito de **recampesinização**, utilizado por Ploeg (op. cit.) ganha destaque em seu enfoque, introduzindo o conceito para reforçar a difusão que a agricultura camponesa vem tendo na Europa. O que vale também para os países do Sul. Ploeg reforça a idéia que, de forma alguma a agricultura camponesa pode ser vista como intrinsecamente atrasada. Ela não seria, portanto, um obstáculo ao desenvolvimento e à mudança social. Ao contrário, pode se constituir num ponto de partida para provocar este desenvolvimento em bases sustentáveis, como argumenta convincentemente Jollivet (2001).

É neste sentido que se pode dizer que a campesinidade é uma oportunidade para repensar um projeto de desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável, em particular porque o projeto camponês é um projeto social, de vida, integrado numa sociedade que transcende a precaução pela produção de bens e serviços no mercado. Integra, por essência, a

pluriatividade²⁸ em suas estratégias de ação, a multifuncionalidade da agricultura²⁹, como por exemplo, a conservação dos recursos naturais e da paisagem, porque são lugares de caça ou de pesca, ou de laços sociais de solidariedade, porque são necessários e integram a cultura camponesa. São também, evidentemente, por outras razões promovidas no quadro do DS.

O que está em foco, portanto, é o lugar que pode ocupar a AF nas sociedades de alta tecnologia que vivemos (e ainda mais que devemos construir). Historicamente, na sua maioria, os agricultores familiares mantinham uma relação direta com os recursos naturais, podendo, a partir de uma aprendizagem coletiva, definir modos de apropriação socialmente controlados em conformidade aos interesses complexos: combinando objetivos diversos como:

- assegurar alimentos de qualidade para a “segurança alimentar”;
- manejar os recursos naturais; e
- garantir o trabalho, dentre outros.

A dificuldade é conseguir formatar um modelo de AF que conserve estas qualidades, nos ajustamentos e adaptações necessárias a novos ambientes.

²⁸ A noção de pluriatividade é utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (Schneider, 2003).

²⁹ A multifuncionalidade da agricultura familiar representa uma tentativa de reconhecer que os estabelecimentos agrícolas e, portanto, os agricultores que neles vivem e estabelecem suas estratégias familiares, desempenham funções sociais não exclusivamente produtivas e mercantis”. O tema da multifuncionalidade foi elaborado na Europa no início dos anos 1990. Na França reconhece-se que a agricultura familiar desempenha funções ambientais, paisagísticas e culturais, sujeitas a uma demanda social e por isso passível de ações públicas voltadas para esse segmento da agricultura. No bojo da questão da multifuncionalidade, está o sentido da “função social” dos agricultores (FLEXOR; GAVIRIA; CARDOSO *et. al.* 2003; MORAES; VILELA, 2003). Uma outra referência, no Brasil, sobre a multifuncionalidade e a pluriatividade de agricultores é o estudo realizado por Cazella e Mattei (2002), no Estado de Santa Catarina.

1.3.4 Agricultura familiar e a redescoberta de sua “condição camponesa” na rota do DTS

É necessário salientar que a concepção de AF, aqui assumida, não é a mesma de campesinato. É verdade que as duas concepções às vezes se entrelaçam, e às vezes se confundem, a depender do enfoque analítico ou de algumas afinidades “ideológicas” a serem preservadas, bem como da temporalidade, da espacialidade e da conjuntura política do momento. Trata-se de esclarecer as relações existentes entre os dois conceitos e ao mesmo tempo suas diferenças.

Deve-se concordar com Wanderley (2001, p. 25) quando ela afirma que a agricultura camponesa tradicional é uma das modalidades mais importantes de agricultura familiar do presente, uma vez que se funda sobre as interfaces entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

A AF é um conceito que para alguns tem um sentido abrangente, referindo-se à “pequena produção” e a um conjunto de agricultores não patronais que inclui tanto as empresas familiares integradas, em maior ou menor grau, ao mercado, quanto os “pequenos proprietários”, preocupados, fundamentalmente, com a auto-suficiência. E ainda, pode referir-se a categorias de trabalhadores rurais sem terra e, às vezes, sem emprego permanente. Para outros, o termo tem um sentido estrito, designando apenas as empresas familiares (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005).

A ambigüidade, e até mesmo a confusão nos conceitos, é devida à dinâmica e às relações entre os setores econômicos, entre os espaços rural e urbano, entre a agricultura familiar e a agricultura patronal que são específicas

de cada região, ou mesmo das localidades (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Portanto, o contexto, a espacialidade e a temporalidade é que definem de que agricultura ou agriculturas se fala e quais atores são implicados. De forma geral, a discussão é sobre a sua característica original, que é da “condição camponesa”, pelo trabalho familiar, mesmo que essa condição identitária tenha sido reconstruída na sua trajetória social, como mostram os estudos de Wanderley (1998); Gehlen (1998); Duque e Cirne (1998); Neves (1998).

Hugues Lamarche (1993) coordenou uma pesquisa internacional comparativa, concluindo que a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade, e também, que não há um único tipo de AF, mas várias agriculturas familiares. Esta conclusão pode servir para o Brasil, como mostrou, recentemente, um estudo a partir de vários casos. Este estudo revisitou dez situações locais ou regionais representativas da AF, comprovando essa diversidade (TONNEAU; SABOURIN, 2007).

O essencial do conteúdo desse debate é a compreensão que o campesinato tem se desenvolvido historicamente, considerando-se o perfil de suas estratégias de produção e reprodução social, nas novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, ou seja, os arranjos e rearranjos montados para se inserirem nessas dinâmicas. Atuar como camponês, ou como agricultor familiar, não anula a sua condição camponesa, categoria específica e de significado salutar para um projeto de sociedade que visa ser harmonizada com a natureza. A sua complexa diferenciação interna remete-nos a compreendê-la em cada conjuntura histórica, a partir do ponto de vista de sua importância definidora. Da mesma forma Ottmann (2005) afirma que o sentido da discussão, *não é somente substituir uma definição fechada e estática por outra mais flexível e evolutiva, senão também buscar uma caracterização que permita entender a evolução desse grupo social e das frações que o compõem no curso da história* (op cit, p. 31).

É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna; o agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. [...] esses ‘novos personagens’, ou pelo menos uma parte significativa dessa categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade [...]. Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

É justamente na valorização desses recursos disponíveis da AF familiar que reside a sua especificação, notadamente a mão-de-obra familiar. A posse desses recursos a diferencia de outras formas de produção e, em muitos casos, proporciona ganhos diferenciados e possibilita a sua reprodução social³⁰. Essa reprodução social não é vista somente como uma produção voltada para o mercado. Nela estão embutidos novos valores, que Scott (1987, p. 304) trata de “economia moral” e “ética de subsistência”.

Assim, o dualismo que se apresenta, ainda hoje, entre agricultura capitalista e agricultura familiar não é mais adequado para se compreender um contexto globalizado em rápida transformação. As tendências históricas que delinearão os contornos, as contradições e as dinâmicas políticas e econômicas de muitas constelações rurais de todo mundo, fizeram com que a *noção de camponês* passasse a ser reconceitualizada. Isso se adapta perfeitamente às circunstâncias históricas, dramaticamente transformadas e explicativas da recriação camponesa nas novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural (PLOEG, 2006, p. 15).

Retomar esse questionamento não equivale ao exercício de uma retórica simplista. Demonstra antes que existe uma forma de representar a evolução do campesinato brasileiro, numa perspectiva de fortalecimento da categoria

³⁰ A noção de reprodução social aqui assumida é aquela já consagrada nas ciências sociais, “definida não apenas pela satisfação das necessidades econômicas, mas também pelas demandas culturais e sociais” (CARNEIRO; MALUF, 2004, p. 50).

agricultura familiar, como um passo importante de colocar em prática as dimensões do ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. As novas abordagens que enaltecem a AF demonstram que ela é um segmento importante nas novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento, como é o caso da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao privilegiar o enfoque territorial, a SDT afirma assumir os fundamentos da nova governança, estimulando as parcerias entre os órgãos de governo, entre estes e as organizações da sociedade e do mercado (MDA/SDT, 2005).

Para Ploeg (2006), a combinação de uma base teórica sólida, um enfoque metodológico bem estruturado e um forte envolvimento em processos de transformação, contribuem para a superação das “amarras ideológicas” que vigoraram no passado. É neste esboço que questões aparentemente “*fora de moda*” como o campesinato, freqüentemente declaradas por alguns como “*resolvidas e acabadas*”, são agora recolocadas de forma aberta e original - e se convertem em novos e inspiradores desafios teóricos que se articulam, no plano prático, com novas estratégias de desenvolvimento. Para esse autor, o novo interesse pela agricultura familiar coincide com os debates contemporâneos na Europa, nos quais as noções de campesinato e agricultura camponesa estão reemergindo como elementos-chave para a compreensão de diversos processos complicados e mutuamente contraditórios de transição, que vêm ocorrendo no meio rural (op cit., p. 13).

É sumamente importante ter uma visão ampliada desses processos e dinâmicas sociais em curso. Apesar da diversidade e especificidades das agriculturas familiares, os agricultores familiares desempenham um papel importante nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Isso permite o debate teórico, não ficando restrito às análises valorativas centradas em relações familiares e de parentesco, que contraponham a “unidade familiar de produção” a “unidade capitalista de produção agrícola”; mas também àquelas que “encapsulem” o agricultor ao mercado, como apenas “agentes econômicos no

sentido restrito ou como meros perseguidores da sobrevivência física e social” (NEVES, 1998, p. 149-150).

Por esse ângulo, deve-se analisar como as políticas públicas podem reforçar a capacidade de sustentação e reprodução da AF no contexto que ela está inserida, com suas diferentes estratégias. Os diferentes programas governamentais voltados para a valorização e fortalecimento da AF nos territórios é uma via, em particular o PRONAF.

2.3.5 Agricultura familiar e integração rural-urbana

As experiências atuais devem lidar com uma nova realidade dos territórios brasileiros, a saber, com a dinâmica de integração rural-urbana (ABRAMOVAY, 2000). Segundo esse autor, o modelo de crescimento urbano que o Brasil vem experimentando nas últimas décadas, pode sugerir novas modalidades de representação do futuro do setor rural.

Na valorização da capacidade de adaptação das agriculturas familiares, poderiam ser criadas novas unidades no meio rural, cujo êxito estaria vinculado às oportunidades de intensificação de suas relações dinâmicas com as cidades. Isso se constituiria em um caminho fértil de investigação acadêmica e de proposição de políticas públicas, pois em torno desses territórios podem ser descobertas novas configurações entre cidade e campo, capazes de propiciar oportunidades de geração de renda. Ainda assim,

O meio rural pode ser enfrentado de maneira positiva, como base de projetos capazes de motivar o aparecimento local e regional de novas oportunidades. O crescimento urbano impõe ao meio rural novas exigências, cujo potencial de geração de rendas vai muito mais além daquelas ligadas historicamente às atividades agropecuárias (ABRAMOVAY, 2000, p. 9).

Cada vez mais, as noções de *território* e de *abordagem territorial* do

desenvolvimento, se incorporam às de *espaço rural*, principalmente ao se tratar da agricultura familiar, com seus sistemas diversificados de produção, pois, esses últimos requerem abordagens diversificadas, integrando os níveis multissetorial, espacial e territorial (SABOURIN, 2002).

Mas, o que é o rural? O rural ainda existe? São questões incorporadas às análises sobre o fenômeno do desenvolvimento rural e/ou territorial. Segundo Bessière (2001) duas abordagens podem ser distinguidas quanto à especificação dos critérios de identificação do rural. Uma primeira leitura é aquela do *continuum* da urbanização rural, e a segunda é a que defende a permanência de contraste e a existência ainda impregnada de uma clivagem entre campo e cidade.

A primeira abordagem vincula-se à percepção de uma descontinuidade entre cidade e campo, e privilegia, sobretudo, a integração, a assimilação e a difusão de práticas e representações urbanas. Nesta vertente, a evolução do campo é pensada a partir da cidade e da economia industrial. “O rural não é mais que um anexo, uma ramificação do urbano dominante e absorvente”, como se refere Bessière (2001, p. 28). Em um contexto de uniformização social e econômica, que sentido podemos atribuir à noção de sociedade rural? Essa lógica de caráter exógeno evoca uma dissolução do campo ao perfil de um *tout urbain* (op. cit.). O urbano e o rural colocam-se numa mesma lógica de globalização e concentração. Essa teoria, segundo Wanderley (2002, p. 41), aponta para um processo de homogeneização espacial e social, sobretudo, para o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

A outra análise, funda-se na assimilação e absorção dos espaços rurais na sociedade industrial predominantemente urbana (BESSIÈRE, 2001). Esta tese defende a permanência da clivagem campo-cidade. A persistência de uma diferenciação não nega, entretanto, a variedade e a complexidade das trocas entre os espaços urbanos e os espaços rurais. Segundo Bessière (2001), a forte

interdependência e interrelação entre esses dois espaços não significam, necessariamente, o desaparecimento de uma categoria territorial (o rural). Esta vertente teórica, considerada mais sociológica, distingue-se da anterior por qualificar o espaço rural como um modo particular de utilização do espaço e da vida social.

Para Wanderley (2002), a permanência do rural como espaço integrado, “porém específico e diferenciado” é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do rural. Mesmo quando se referem aos modos de vida e a paridade social, as representações dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que repercutem diretamente sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais dos indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. “As diferenças vão se manifestar no plano das identificações e das reivindicações da vida cotidiana, de forma que o elemento rural se torna um ator coletivo, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num campo ampliado de trocas sociais” (WANDERLEY, 2002, p. 41).

Convergindo com esta mesma linha de reflexão, Bessièrre (2001, p. 31) considera que a renovação da ruralidade se acompanha de um modo específico de vida, em que a casa, a presença da natureza, as práticas diferenciadas do espaço, podem explicar um gosto renovado pelo “lugar” e uma identificação dos contactos com o meio rural.

Tratar dos territórios rurais pressupõe percebê-lo não apenas como um espaço produtivo, como um espaço de especificidades e identidades particulares, que a cada dia, se torna mais atraente pelo leque de possibilidades que ele apresenta como espaço produtivo de diferentes agriculturas, espaço de lazer e turismo, espaço de contemplação de paisagens naturais (mares, rios, riachos, peixes, aves, florestas, caatingas). Mas, acima de tudo, o rural é um espaço marcado por estilos de vida diferentes daqueles característicos das cidades (ABRAMOVAY, 1998, p. 17). Esses aspectos devem ser considerados

ao se pensar políticas alternativas de desenvolvimento territorial, pois, como se refere Andion (2007, p. 94), “o desenvolvimento sustentável dos territórios pressupõe duas dinâmicas paralelas: uma rural e outra urbana, essas dinâmicas são complementares e alimentam-se mutuamente”.

CAPÍTULO 2 - AS CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DO AGROPÓLO JUAZEIRO/PETROLINA NO SMSF: ESPAÇO, RECURSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Hoje o São Francisco perdeu 95% de suas matas ciliares, recolhe o esgoto de todo vale, está cortado por inúmeras barragens, contaminado por metais pesados e sofre a ação contínua de um modelo de desenvolvimento que o agride sem piedade. Para completar esse quadro já trágico, ainda corre o risco de sofrer a transposição de suas águas³¹.

Este capítulo contém uma discussão sobre o contexto geral da área pesquisada, ou seja, da região do Submédio São Francisco (SMSF), além da caracterização de sua trajetória de desenvolvimento.

Na primeira parte, apresenta-se a dinâmica de desenvolvimento do SMSF, explicitando o contexto gerador do agropólo Juazeiro/Petrolina. Mostra-se que a ação governamental foi marcada pelas ambigüidades das ideologias vigentes nos anos 1970. Procura-se associar a constituição do agropólo Juazeiro/Petrolina às teorias recentes do desenvolvimento territorial, considerando-o como um território “dado”, ou seja, “institucional”, pois sua criação foi condicionada pela ação estatal. A agricultura irrigada, com sua

³¹ Extraído dos comentários do CD **Belo Sertão: A convivência com o semi-árido através da música** de Nilton Freitas, Targino Gondin e Roberto Malvezzi (2006). Em relação à transposição de suas águas, última frase da citação, trata-se do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. É um empreendimento do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MI, destinado à busca de solução para os graves problemas acarretados pela escassez de água na região, que inviabilizam a sobrevivência em condições dignas dessas populações, gerando situações de pobreza e miséria. Visa beneficiar a região mais seca do País. A captação de água do rio São Francisco será de cerca de 3,5% da sua vazão disponível. Em outras palavras, dos 1.850 m³/s de água do rio São Francisco, 63,5 m³/s serão retirados. Desse volume, 42,4 m³/s serão destinados às bacias do Jaguaribe, Apodi, Piranhas-Açu e Paraíba, e 21,1 m³/s, ao Estado de Pernambuco, compartilha a bacia do São Francisco (CODEVASF, 2007), acessado em 21/03). Em torno deste projeto existe uma série de controversas, tanto por parte do governo e dos políticos como por parte da sociedade civil organizada.

produção de frutas voltada para o mercado externo, constitui a principal “especificidade territorial” da área investigada.

A segunda parte trata das especificidades e dos condicionantes históricos da área, com informações sobre seu contexto socioambiental. O Rio São Francisco é apresentado como um recurso para o desenvolvimento territorial sustentável, ou como um patrimônio comum do povo brasileiro. Na seqüência, traça-se um perfil da região, no qual o clima semi-árido e a baixa condição socioeconômica a caracterizam como um território vulnerável sujeito às ações específicas, principalmente de políticas públicas, sendo uma delas a política de irrigação - que resultou na artificialização do território induzido pela implantação da infra-estrutura hidroagrícola.

Na terceira parte, procurou-se ressaltar os condicionantes históricos do processo de colonização do Vale, evidenciando as características de seu povo, como resultado de uma miscigenação de descendentes indígenas, mestiços, caboclos e mesmos de ex-escravos que resultou na formação de um campesinato no território. Alguns se fixaram às margens do rio, manejando com seu saber os recursos naturais, e outros na caatinga, onde não se beneficiavam diretamente das riquezas do rio. Mas, o rio era a referência, o símbolo maior de contraste entre os dois espaços (beira do rio e caatinga).

Na quarta parte, busca-se historicizar a ação do Estado na região por meio da apropriação dos recursos hídricos, tendo o cenário mundial como alusão, associado ao crescimento demográfico brasileiro e às transformações pelas quais passou o perfil da economia. Neste sentido, as pressões sobre o uso dos recursos hídricos na segunda metade do século XX provocaram mudanças significativas nas atividades agrícolas da região. Na seqüência, são analisadas as estratégias de desenvolvimento pensadas para o Nordeste, mostrando que os diferentes projetos e programas implementados na região visavam reforçar a emergência de pólos de desenvolvimento, em particular com a implantação de perímetros públicos de irrigação, e ao mesmo tempo, resolver

os problemas da pobreza. A irrigação colocou-se, portanto, como atividade do Poder Público, aproveitando-se do clima semi-árido tropical e do potencial dos recursos hídricos da bacia do São Francisco.

Por último, empreende-se uma avaliação do tipo do desenvolvimento pensado para a região que priorizou, o grande capital, portanto, focado na ideologia economicista, por não haver uma preocupação consubstancial com as dimensões sociais, culturais e ambientais. Mesmo assim, não se nega que houve uma difusão do conforto material trazido pela modernização da agricultura no Vale, pela civilização industrial, mas não deixando de considerá-lo como um *mau desenvolvimento*, que amplia as desigualdades entre a minoria privilegiada e a maioria dos pobres, com custos sociais e ecológicos exorbitantes.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

2.1.1 A dinâmica de desenvolvimento do SMSF e a política de criação do agropólo Juazeiro-Petrolina

Apresentar a dinâmica de desenvolvimento do SMSF passa, necessariamente, pela abordagem das políticas públicas que fizeram surgir o agropólo Juazeiro/Petrolina. Nas teorias do desenvolvimento territorial, um pólo é tido como uma das ferramentas institucionais que faz viver o território, por meio de suas “especificidades territoriais” (COLLETIS; PECQUEUR, 2004). Aqui, trata-se da agricultura irrigada, com sua produção de frutas voltada para o mercado externo.

Sabe-se que em todo mundo, ressalvadas as diferenças de contextos, o setor agrícola tem sido privilegiado pelas intervenções das políticas públicas, primeiro porque a agricultura³² exerce uma função social e essencial, assegurando a produção de alimentos; depois, porque seu desenvolvimento implica a valorização dos recursos naturais existentes num dado território. Essas duas funções encontram-se hoje ameaçadas pela disseminação de sistemas produtivos³³ que comprometem a garantia de abastecimentos no futuro (WEBER, 2002).

Consoante, dois desafios se apresentam como cruciais para a humanidade neste início de século: como desconstruir os desequilíbrios sociais e os processos de exclusão de milhões de seres humanos das possibilidades de desenvolvimento, e como reconstruir os sistemas naturais para assegurar a

³² Uma definição de agricultura é dada por Chonchol (1994) que a define como um sistema técnico, econômico e social para a produção de alimentos, no qual se interrelacionam três grandes componentes: o ecológico ou ambiental, o tecnológico e o econômico-social.

³³ Sistemas produtivos, segundo Vassallo (1998) são um conjunto de atividades produtivas que se instituem em um estabelecimento agropecuário. Ele se constitui com a seqüência temporal e o ordenamento espacial das atividades produtivas no interior de uma propriedade.

reprodução da vida (biodiversidade). Dessa forma as políticas públicas têm um papel preponderante na perseguição desses objetivos.

Vistas por essa perspectiva, as políticas públicas podem ser definidas como *um conjunto de ações múltiplas, mais ou menos coordenadas e um processo de produção de dispositivos tangíveis de gestão de um domínio da vida social coletivamente assumida* (MASSARDIER, 2003, p. 84). Para isso, o Estado age visando aumentar e controlar as riquezas dos territórios.

Em função do projeto coletivo do qual seu governo é portador, são utilizados os instrumentos de regulação e de repartição, necessários para influenciar sobre a eficácia dos mercados ou para modificar o comportamento das dotações em favor dos resultados que quer alcançar, sejam econômicos, sociais, ambientais, políticos etc. (op. cit.). Foi neste contexto que o Estado brasileiro implementou suas ações no agropólo Juazeiro/ Petrolina. Convém ressaltar que tal processo não acontece em um campo neutro, sem disputas e jogo de interesses, pois os diferentes segmentos e atores presentes no território, usualmente, não comungam dos mesmos interesses.

Assim, não se pode pensar a modernização da agricultura conduzida pelo Estado, sem pensar também nas transformações sofridas pelo próprio Estado. Faz-se necessário compreender as ações do Estado, verificando como elas têm se dado no campo e o significado da sua presença para o desenvolvimento territorial (PALMEIRA; LEITE, 1996).

No SMSF, as políticas públicas implementadas foram marcadas pelas ideologias dos anos 1970:

- ideologia de um Estado forte. O regime que as implementou era autoritário que defendia a idéia de um Estado central forte, com todos os meios (o milagre brasileiro, é um exemplo), mas impossibilitava a

participação dos atores no gerenciamento da ação coletiva. Por isso alguns agentes, como a AF, eram considerados objetos dessas políticas (beneficiários) e não sujeitos ativos do processo. Enquanto os empresários, mesmo sendo beneficiários, eram sujeitos de negociação e absorveram cada vez mais os investimentos públicos em seus empreendimentos privados;

- ideologia desenvolvimentista. As políticas públicas de desenvolvimento, implementadas pelo Estado no agropólo Juazeiro/Petrolina, não diferem das de todo o Brasil, ainda com a sustentação teórica na retórica neoclássica, baseada na premissa da substituição dos fatores de produção ditos “tradicionais” pelos “modernos”. Isso levava a dicotomizar a realidade social entre o “atrasado” e o “desenvolvido”;
- ideologia de uma certa justiça social pelo assentamento de “colonos” - agricultores familiares.

Para Boneti, esse tipo de ação estatal

determina a efetivação de uma leitura irreal da realidade social, a qual interfere na escolha da metodologia para promoção do desenvolvimento tecnológico da sociedade. Neste caso, alguns elementos básicos da realidade social, essenciais para o processo de desenvolvimento social e econômico, são sumariamente excluídos. É o caso dos elementos naturais (meio ambiente) e das experiências culturais do agricultor dito tradicional (BONETI, 2003, p. 12).

Antes de analisar como essas políticas públicas transformaram o espaço e como a AF, aparentemente “protegida” (acesso a terra, infra-estrutura hídrica e de comercialização, crédito agrícola, assistência técnica etc.) ficou marginalizada e inserida num campo de disputas múltiplas - o que será feito no capítulo quatro, optou-se por caracterizar a trajetória de desenvolvimento da região do SMSF.

O agropólo Juazeiro/Petrolina não se constituiu de forma organizada, por meio de uma demanda dos atores sociais inseridos no território. A escolha do espaço para construção desse território não foi aleatória. Foi realizada com base numa análise de suas potencialidades, a saber, a qualidade dos solos e a “proximidade” da fonte hídrica (Rio São Francisco), bem como a “proximidade” dos centros urbanos, que passariam a fornecer a infra-estrutura de suporte à produção, à industrialização e à comercialização.

Assim nasceu o agropólo Juazeiro/Petrolina, concebido como uma alternativa econômica para o desenvolvimento regional. Foi um espaço apropriado pela “ordem” (Estatuto da Terra e Lei da Irrigação) e em nome do “progresso” (o desenvolvimento econômico). Neste sentido, o Estado, a partir de uma intenção, utilizou-se de suas prerrogativas institucionais e técnico-burocráticas para se apropriar desse espaço, concebendo-o como um “local” de “possibilidades” (RAFFESTIN, 1993), após os estudos de pré-viabilidade. As características e especificidades desse espaço serão apresentadas na próxima sessão.

2.2 ESPECIFICIDADES E CONDICIONANTES HISTÓRICOS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO (SMSF)

2.2.1 O Contexto socioambiental

O Rio São Francisco é um dos dois rios mais importantes do País. Caracterizado como o maior rio que nasce, corre e deságua exclusivamente em terras brasileiras, constitui um patrimônio comum do povo brasileiro. Afirmar esta noção de “patrimônio comum” significa reforçar a perspectiva de construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável por uma série de razões:

- Por um lado, pelo fato das águas do São Francisco se constituírem num significativo potencial de transporte, de geração de energia elétrica, de abastecimento doméstico e industrial, de irrigação, de aquicultura e de turismo e lazer. Fundamentalmente, o Rio São Francisco é vida, porque a água é fonte de vida.
- Por outro lado, pelo fato das águas do São Francisco se constituírem em recursos a serem transmitidos às gerações futuras, ou seja, *aqueles recursos utilizados atualmente e os elementos do meio que podem ser considerados recursos potenciais no futuro* (GODARD, 2002).

É nesta perspectiva de “patrimônio comum” que se apresenta o Rio São Francisco. Sua área foi estimada em 640.000 km² (8% da área do País). Os Estados de Minas Gerais e Bahia representam 83% da área, Pernambuco, Sergipe e Alagoas 16%, Goiás e o Distrito Federal 1%. Por cortar cinco estados brasileiros, o São Francisco é também chamado de rio da “Unidade Nacional”. Ele “sempre foi um caminho líquido a ligar as populações de cinco estados [quatro deles nordestinos de clima semi-árido], por meio de um transporte barato, acessível a todos, permitindo assim manter os laços afetivos e a unidade cultural do povo

barranqueiro”³⁴ (UNGER, 2001, p. 61).

A extensão do curso principal do Rio São Francisco (da Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais à foz, no Oceano Atlântico, entre os Estados de Sergipe e Alagoas) é de 2.700 km, sendo 1.520 km navegáveis. A vazão média anual é de 2.980 m³/s, o que compreende a uma descarga média anual de 94 bilhões de m³/s (CODEVASF, 2001). 54% do vale do São Francisco estão no “polígono das secas”. A figura (3) localiza a divisão político-administrativa da bacia do São Francisco.

³⁴ São chamadas de barranqueiros as pessoas que habitam às margens do São Francisco. A palavra vem de barrancas formadas pelo efeito da erosão. No período das enchentes as águas arrastam o barro das barrancas, transformando-se nas águas barrentas durante as cheias do rio.



FIGURA 3: Divisão político-administrativa da Bacia do São Francisco.

Fonte: CBHSF, 2004

De fato, o rio une três regiões. Pela diversidade climática, extensão e características topográficas, habitualmente é dividido em: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco, nas quais podem ser caracterizadas três zonas biogeográficas distintas: a mata, a caatinga e os cerrados (CHESF,

2005).

Da Serra da Canastra, em Minas Gerais, o Rio São Francisco segue para o Nordeste, percorre áreas extremamente secas da caatinga brasileira, passa por áreas de transição e encontra o mar entre Alagoas e Sergipe. Hoje, na era do avião e da energia barata, esta função de rede de circulação é algumas vezes esquecida e o Rio São Francisco é sobrevalorizado pelos seus perímetros irrigados. Ele vai “sendo sugado pelo desenvolvimento ‘pontual’ de projetos de irrigação [...] conectados diretamente à rede global dos complexos agroindustriais [...]” (HAESBAERT, 2002, p. 383).

É verdade que pela ação antrópica sofrida desde seu povoamento, acelerado nesses últimos 35 anos, a região sofreu um processo de artificialização³⁵ profundo. Suas espécies vegetais nativas foram substituídas por cultivos e pastagens por meio de práticas predatórias como o desmatamento por queimadas. O resultado foi a expansão das atividades agrossilvopastoris, sendo a maioria delas de altos impactos tecnológicos no ambiente, por meio da intensificação da mecanização.

Apesar disso, o diagnóstico da Bacia do São Francisco (CBHSF, 2004) reforça o papel de reserva de sua biodiversidade. Em relação à fauna aquática, o São Francisco apresenta a maior biomassa e diversidade de peixes de água doce da região Nordeste. Constam-se ali um grande número de espécies endêmicas de peixes anuais (família Rivulidae), encontradas somente ao longo do médio curso do rio. Esta reserva natural aquática foi considerada pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) como área de extrema importância para a ictiofauna, destacando-se, dentro desse trecho, as regiões de Itacarambi, Guanambi e Bom

³⁵ Entende-se por artificialização o processo de mutação de um espaço, em suas diferentes escalas (local, regional, nacional), modificado pela ação humana. Este processo transforma os recursos naturais, neste caso, transformando imensas terras secas da caatinga em áreas irrigáveis, onde foram implantados grandes projetos agropecuários, dentre eles os de fruticultura tropical e de cana-de-açúcar em vastas áreas da caatinga.

Jesus da Lapa (CBHSF, 2004).

Os dados do diagnóstico da CBHSF mostram igualmente riscos relacionados à remoção da cobertura vegetal e aos usos do solo para agricultura. Eles têm contribuído para o aumento dos processos erosivos, carreando sedimentos para a calha dos rios da Bacia. Esse processo tem alterado, sem dúvida, sua capacidade de retenção, com efeitos inevitáveis nas planícies de inundação (CBHSF, 2004).

Do ponto de vista social e econômico, o Rio São Francisco é também representativo da diversidade e, sobretudo, da desigualdade social persistente no País. A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco apresenta áreas de acentuada riqueza e alta densidade demográfica, bem como áreas de pobreza crítica e população bastante dispersa (CBHSF, 2004).

A população da Bacia foi estimada em 15,5 milhões de pessoas (CODEVASF, 2005a). 74,4% da população da Bacia vivem na zona urbana, e 25,6% na zona rural. Convém salientar que 50% da população da Bacia vivem em 14 municípios com população maior que 100.000 habitantes, localizados nos seguintes Estados: Minas Gerais (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas, Divinópolis, Ibirité e Sabará); Bahia (**Juazeiro** e Barreiras), Alagoas (Arapiraca) e Pernambuco (**Petrolina**); 90% do total de municípios da Bacia são de pequeno porte, com população urbana inferior a 30.000 habitantes (CBHSF, 2004; IBGE, 2000)³⁶. Esta diversidade está também presente na zona semi-árida, à qual se destaca por ser a que será estudada com mais precisão.

³⁶ Para Veiga (2005) a metodologia oficial de cálculo do “grau de urbanização” do Brasil é anacrônica e obsoleta. Enquanto a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) considera 150 hab/km² para que uma localidade seja considerada urbana, no Brasil 70% de seus municípios têm densidades demográficas inferiores a 40 hab/km². Por este critério apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes até 2000 seriam considerados urbanos. De acordo com Veiga (op. cit., p. 65) “o Brasil considera urbanos os habitantes de qualquer sede municipal, mesmo que tais localidades pertençam a ecossistemas dos menos artificializados”.

2.2.2 O Semi-Árido na Bacia

O Semi-árido na Bacia do São Francisco possui uma área de 361.061 km². Sua população é de 5,3 milhões de habitantes (41% da Bacia). 47,6% dessa população vivem na zona rural (CODEVASF, 2005). A escassez de água e a baixa condição socioeconômica da região caracterizam-na como um território vulnerável, sujeito às ações específicas, principalmente de políticas públicas, sendo uma delas a política de irrigação que resultou na artificialização do território induzido pela implantação da infra-estrutura hidroagrícola.

Existe uma contradição fundamental entre o rio e suas águas, que parecem inesgotáveis, e a seca. Em alguns lugares a seca aparece a menos de cinco quilômetros desse potencial hídrico. Os “especialistas” - os engenheiros - tentaram resolver essa contradição propondo a transposição de suas águas (“transposição do São Francisco”) ou o deslocamento das populações que viviam em suas margens criando um pólo econômico (barragens + perímetros). É este o projeto que explica o desenvolvimento do SMSF.

Querer resolver esta contradição é sonho e talvez uma utopia, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Com ações dessa natureza dá a impressão de que os recursos naturais nunca são esgotáveis. No fundo não é real, apesar da quantidade ainda existente. É esta discussão que está no centro das políticas de ordenamento da Bacia, como, por exemplo, o pano de fundo da transposição de suas águas. Será que vai dar certo? A que custo? As águas do “Velho Chico” são capazes de aprovisionar as cidades de Fortaleza e de Campina Grande? São elas capazes de garantir a criação de dois “novos braços” que vão agregar atividades econômicas e as necessidades da população? O rio vai agüentar o aumento das poluições que vão surgir daí?

Há possibilidade de um outro ordenamento como propõem ONGs e parte da sociedade civil, baseado na gestão descentralizada, no

aproveitamento das águas de chuvas (uma rede de açudes de pequena e média dimensão interconectada), e nas atividades agropecuárias centradas na valorização dos recursos do sertão, o que privilegiaria mais a pecuária que a irrigação. Os sistemas de produção estariam baseados nas propostas da agroecologia relacionados à gestão de estoques: de animais vivos, de água (multiplicação das obras de conservação das águas e do solo) e de forragem (em particular pelo desenvolvimento da ensilagem). Evidentemente, trata-se de uma outra forma de conceber o território sertanejo como um todo, organizando a complementaridade entre as regiões da bacia, da beira do rio e das regiões do interior, mesmo aquelas mais distantes.

Nessa perspectiva, é importante salientar que a região do Submédio São Francisco está totalmente encravada no “Polígono das Secas”. A área da “Nova Região Semi-Árida Nordestina” e do “Polígono das Secas”, após a nova redelimitação é de 980.089,26 km² e possui uma população de 21.718,168 habitantes, vivendo em 1.135 municípios (BRASIL, 2005). A evaporação anual desta região é acima de 2.000mm, com pluviosidade que varia de 350 a 800 mm, provocando um déficit hídrico em torno de 1.600 mm. A precipitação média anual da região é de 350 mm (CODEVASF, 2005).

A população da região do Submédio é de 1.944.131 habitantes (15,2%) do total da Bacia, segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE). A taxa de urbanização da região é de 54%. É composta por 83 municípios, com uma densidade demográfica de 16,8 hab/km² e uma disponibilidade de 1.692/hab/ano. O IDH da região varia de 0,438 a 0,664, abaixo da média nacional (0,777) e mesmo dos dois estados da região do pólo de desenvolvimento nela instalado, Pernambuco (0,705) e Bahia (0,688). Os maiores índices representam os municípios de densamento populacional acima de 200.000 habitantes, correspondendo aos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, cidades-pólo da região. As principais atividades econômicas dessa região são: agricultura, pecuária, agroindústria, mineração e geração de energia.

Nos últimos 35 anos, o crescimento das cidades de Juazeiro e Petrolina foi bastante relevante, especialmente em níveis populacionais e infra-estrutura - transportes, comunicação, comércio, educação, saúde -, intensificados, principalmente, com o advento da agricultura irrigada. A população das duas cidades, ligadas entre si somente por uma ponte sobre o rio é estimada hoje em 468.299 habitantes (IBGE, 2007).

Este crescimento realiza-se às custas dos outros municípios. Sempre a mesma contradição entre beira do rio e interior, contradição que deve ser explicada melhor apresentando os sistemas produtivos que se transformaram. Será para melhor? De forma mais sustentável? Busca-se oferecer subsídios para responder a essas perguntas por meio de uma análise histórica. A figura (4) apresenta a região Semi-árida.

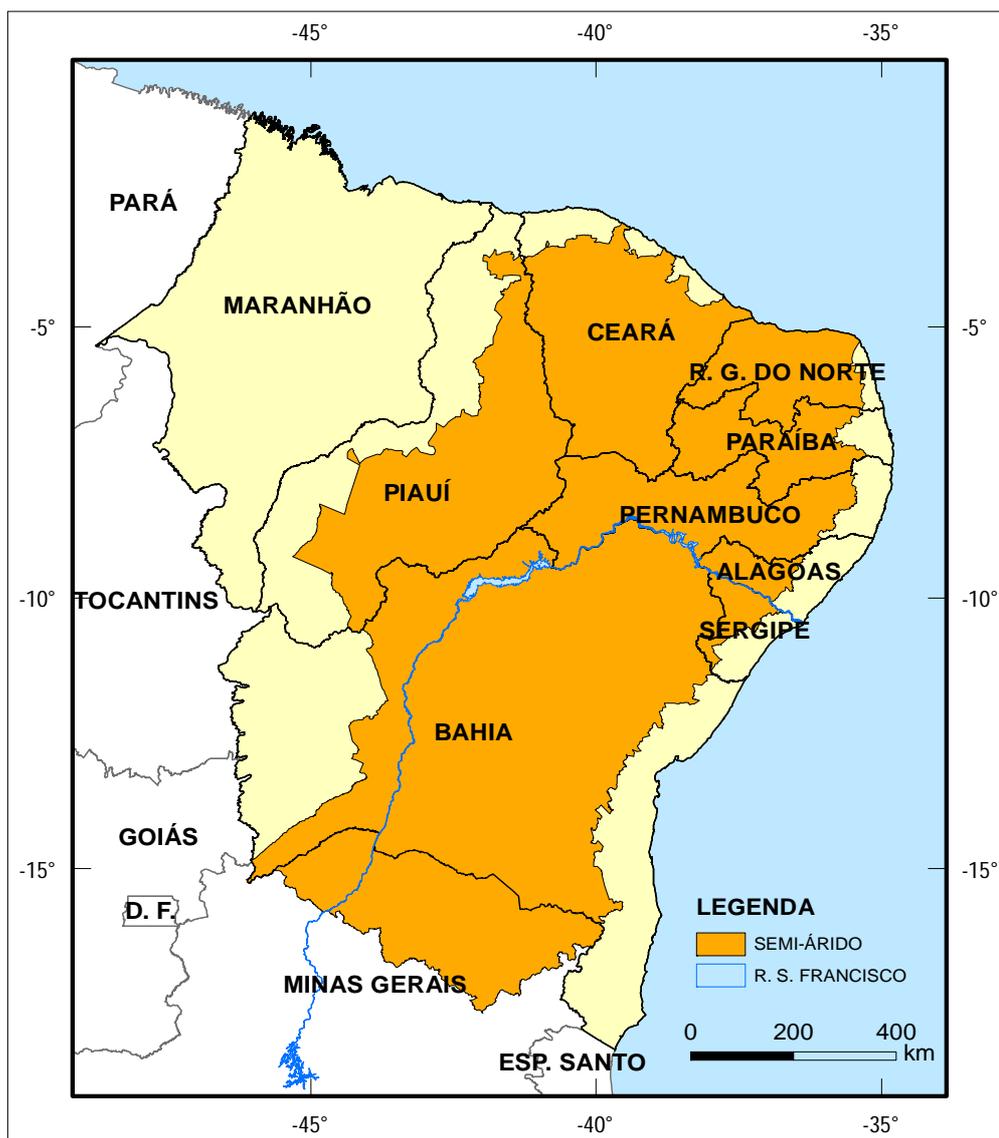


FIGURA 4: Região Semi-árida no Nordeste brasileiro

Fonte: Embrapa Semi-Árido, 2000, apud Silva Neto (2006).

2.3 CONDICIONANTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO VALE

2.3.1 A Colonização e a pecuária

O Rio São Francisco sempre teve uma importância significativa para o Nordeste, principalmente na sua parte semi-árida. No campo das ciências humanas, “a água é elemento que possui distintas significações, quer no plano material (econômico e social), quer no plano imaginário (político e cultural), variando de sociedade para sociedade, nos diferentes contextos histórico-culturais” (DIEGUES, 2000, p. 16). Isso na medida em que a água está na natureza e, a um só tempo, na cultura (op. cit.), como sempre esteve no cotidiano da vida dos habitantes do vale do São Francisco.

Antes da chegada do homem branco (os colonizadores portugueses), “com as suas boiadas e as suas ambições, o vale era habitado por índios Gês, expulsos do litoral pelos vitoriosos Tupis” (LINS, 1983, p. 20). Os traços dessas tribos subsistem nas fisionomias dos caboclos das fazendas e carnaubais da região (op. cit.). Foi com D. João III, em 1548, que cresceu a preocupação pela conquista do vale do São Francisco. “[...] Contudo, só depois de iniciado o século XVII, melhores conhecimentos sobre o vale do São Francisco fizeram com que a vasta região fosse arrancada do reino da lenda e começasse a integrar a realidade da colônia” (LINS, 1983, p.21).

De fato, a ocupação do interior do Brasil, iniciada no século XVI, aconteceu bem mais tarde do que a da zona costeira, na qual se concentravam os portos e os grandes pólos comerciais. A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à costa – Pernambuco, Bahia e São Vicente – visando à redução dos índios e sua escravização; pastagens para o gado, no Nordeste; e ouro, prata e pedras preciosas no Sul do país. Os objetivos da penetração para o interior foram diferenciados (ANDRADE, 1995).

No caso do Nordeste, os “entradistas” penetravam para o interior à procura de pastagens para o gado bovino, para formar grandes fazendas, apropriando-se, em um século praticamente, de todo o sertão nordestino (op. cit., 1995, p. 33). A pecuária extensiva, praticada em terras de regime do tipo *livre acesso*³⁷, consolidou-se nessa região como principal atividade econômica.

A formatação do povoamento da região era a mesma das sesmarias³⁸ e se sustentava na dispersão populacional.

No entanto, ao tempo em que davam início à penetração do grande vale, os colonizadores, em vez de povoarem-no, promoviam o seu despovoamento, matando o gentio que o ocupava. Plantando os currais pelo ermo adentro, o explorador branco substituiu por boiadas as tribos que encontrava no caminho. Matando ou escravizando o índio, o colonizador português, a princípio, realizou uma obra de escravização e extermínio de toda uma nação e não de civilização de um povo (LINS, 1983, p. 21).

Os currais plantados ficaram sob a responsabilidade dos vaqueiros, que tomavam conta do rebanho dos grandes proprietários em um regime de trabalho que não se fundava na escravidão, como no litoral, “mas num sistema peculiar em que o soldo se pagava em fornecimento de gêneros de manutenção, sobretudo de sal, e em crias de rebanho” (RIBEIRO, 1995, p. 342). As crias, como remuneração, significavam a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam por ano (ANDRADE, 2005), ou seja, um animal para cada três marcados para o dono. Isso proporcionou, mais tarde, aos vaqueiros formarem seu próprio rebanho. Essa relação de trabalho se aproximava mais da tipologia das relações pastoris em todo mundo, do que das relações de trabalho de plantação escravocrata, embora não se distanciando muito desta pelo caráter mercantil do pastoreio e pela dependência econômica nelas embutidas (RIBEIRO, 1995. p.

³⁷ “Livre acesso é a ausência de direito de propriedade bem definido. O acesso não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa...” (FENNY *et al.*, 2001, p. 20).

³⁸ Conforme Andrade (1988) as sesmarias se constituíam de lotes de grande extensão que se tornaram enormes latifúndios, como os dos Dias D’Ávila e de Guedes de Brito, nos sertões do São Francisco. Pessoas influentes e ligadas aos governadores gerais conseguiam várias doações em seu próprio nome ou de pessoas ligadas por laços familiares ou por dependência econômica, ultrapassando os limites legais.

342-343).

Eram esses mesmos vaqueiros que praticavam uma agricultura de subsistência, de baixo impacto tecnológico no ambiente, nas pequenas faixas úmidas dos vales e rios, principalmente nas margens férteis do São Francisco e nas áreas cercadas das fazendas, no período das chuvas (ANDRADE, 2005). A alimentação dessa população era baseada em carne e leite, “abundante apenas no ‘inverno’, frutos silvestres e alguns produtos de uma incipiente lavoura de subsistência feita nos brejos, nas vazantes dos rios ou, nos bons invernos na própria caatinga” (op. cit., p. 187), numa prática empírica e rotineira de agricultura.

Alem disso, esses agricultores reeditavam novas relações de trabalho (parcerias, arrendamento, meação, etc.) com descendentes indígenas, mestiços, caboclos e mesmos ex-escravos, o que resultou na formação de um camponato nesse território. Considerados como “camponeses do sertão” (SABOURIN; CARON, 2004), alguns se fixaram nas beiradas do rio, manejando, com seu saber, os recursos naturais, e outros na caatinga, onde não se beneficiavam diretamente das riquezas do rio. Mas, o rio era a referência, o símbolo maior desse espaço contrastante – beira do rio e caatinga.

Da labuta diária dos vaqueiros em torno dos currais e das boiadas, surgiu uma cultura própria na região semi-árida, considerada o “ciclo do couro”, período em que os sertanejos fabricavam seus próprios apetrechos de trabalho, utensílios domésticos e peças do vestuário, incluindo de modo especial, a indumentária do vaqueiro: o sapato de couro, perneiras e gibão; guarda-peito, alforje, luvas e chapéu de couros. De fato, o couro no imaginário e nas representações (sociais e simbólicas) do povo sertanejo é cheio de significados. “Na dura vida dos sertanejos, o gado era a fonte alimentar mais significativa, e também fonte de matéria-prima versátil e utilíssima, o couro” (FIGUEIREDO, 2004, p. 119), Em *Modos de ver a produção do Brasil*, este autor (op.cit.) traz à tona algumas análises de grandes estudiosos, interessados na questão do

Brasil rural, mostrando os seus olhares de como viam os modos de produção brasileiros. Capistrano de Abreu é um deles e retrata exatamente o “ciclo do couro”.

Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada, não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou o alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de facas, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (Apud FIGUEIREDO, 2004, p. 119).

Esses traços gerais tomaram algumas especificidades no percurso do rio. Sendo o rio eixo de penetração da costa para o interior, servia também de ponto de apoio para a criação do gado que alimentava a colônia com seus pastos e água de qualidade.

2.3.2 A Dinâmica dos sistemas de produção

Os sistemas de produção na região desenvolveram-se, portanto, à sombra da pecuária que, historicamente, sempre foi a sua atividade econômica principal. A agricultura ocupava pequenas áreas, uma vez que era feita visando praticamente ao abastecimento da população das fazendas de gado, nos locais mais úmidos e mais favoráveis, como as lagoas secas, “serras frescas”, nas vazantes do Rio São Francisco, de seus afluentes e de suas ilhas (ANDRADE,

2005). Nos “lameiros”³⁹ se praticavam as culturas de vazantes, à proporção que as águas iam baixando, deixando descobertas as áreas para os cultivos do milho, feijão e, principalmente da mandioca, em torno da qual se desenvolveu uma cultura bem particular.

Essas culturas eram consideradas do tipo “subsistência” com os cultivos herdados dos povos nativos - os índios -, era alternada com a pesca no rio, para os que habitavam às suas margens. Podemos dizer que suas práticas de apropriação e manejo dos recursos naturais, consciente ou não, tinham princípios agroecológicos, sustentáveis.

Na época das cheias do rio, a população pobre se mudava das “vilas” ou cidades, cuja distância da beira do rio era o suficiente para não ser inundada pelas suas cheias anuais. O tempo de permanência nos “moinhos” - apropriados como espaço de trabalho, lazer e interação social entre famílias agricultoras - era o da colheita e transformação da mandioca em farinha e tapioca que seriam armazenadas para o consumo no restante do ano. Nessa época, praticamente não circulava a moeda (dinheiro). Todo trabalho era feito em mutirão e mão-de-obra familiar. Até mesmo o pagamento ao dono dos moinhos (os mesmos proprietários das terras que os camponeses usavam como foreiros) era feito em produto, com regras estabelecidas na base das leis consuetudinárias ou leis fundadas nos costumes locais.

As “casas de farinha” - os moinhos - faziam parte das pequenas agroindústrias “artesaniais” instaladas em todo percurso do rio, para aproveitamento de suas matérias-primas. Além das “casas de farinha”, existiam os engenhos de cana-de-açúcar para fabricação de rapadura e cachaça que abasteciam todo o vale, transportadas pela rede “fluviária”, formada pelas barcas, balsas, paquetes, canoas e vapores ou “gaiolas”.

³⁹ “Lameiro” é a palavra mais conhecida pelos camponeses ribeirinhos para se referirem às terras férteis das partes baixas dos rios, onde era deixado o húmus quando de suas cheias, no período conhecido como o inverno do Semi-árido. Mas, no tempo determinado pela “ciência” é a estação do verão brasileiro.

Essa produção em pequena escala era comercializada nas feiras locais e nos antigos “armazéns” - principalmente, os produtos provenientes do vale do Salitre, afluente do Rio São Francisco, que tradicionalmente cultivou a cana-de-açúcar e fruteiras -, sendo substituídos hoje quase que em sua totalidade pelos mercados, mercadinhos e grandes redes de supermercados.

Esses sistemas de produção, praticados desde o povoamento da região, foram ampliando consideravelmente em área, com novas variedades e técnicas de produção, com o início da irrigação, graças à elevação da água do rio, primeiro, por rodas d'água e depois pelas motobombas e as bombas elétricas, que começaram a ser introduzidas, a partir de 1951 e nos meados dos anos 1960 (ANDRADE, 2005).

As culturas que mais se desenvolveram como resultado dessa expansão, segundo Silva (2001) foram a cebola e a cana-de-açúcar, já existente em pequena escala com a finalidade de consumo local (rapadura e cachaça), cultivadas nas vazantes e vales úmidos. Com a irrigação, ela deixou de ser cultivada pelos ribeirinhos para se expandir nas áreas empresarias. Já a cebola, era

[...] favorecida pela grande demanda do mercado do Centro-Sul, tinha a preferência dos agricultores pelos retornos financeiros que oferecia. Mas [tanto ela como a cana] tinham uma característica em comum: eram, predominantemente, cultivadas por meeiros e as relações de parcerias que se estabeleciam entre estes e os proprietários eram do mesmo tipo que as praticadas no cultivo das culturas tradicionais, como mandioca, arroz, feijão, milho, algodão e demais produtos cultivados nas margens do Rio São Francisco (SILVA, 2001, p. 73).

Esses sistemas de produção se limitavam, principalmente, ao aluvião das áreas ribeirinhas do Rio São Francisco, portanto, sujeitas às inundações provocadas pela oscilação do volume d'água do rio (SILVA, 2001).

As primeiras transformações dos sistemas de produção da região

tiveram início no momento do declínio econômico e político do Nordeste, principalmente com a transferência da capital do Brasil - Colônia (Salvador) para o Rio de Janeiro, em 1763. Mas foi a partir do final do Século XIX a meados do século XX (1945) que a pecuária entrou em crise permanente, perdendo os mercados, devido ao processo de industrialização e desenvolvimento do Sul e do Sudeste do Brasil. Essa situação refletiu na economia da região do Médio e Submédio São Francisco por serem regiões mais isoladas. Foi a partir daí que surgiu o estigma do Nordeste como região pobre, carente e sem chances ou com menos possibilidade de desenvolvimento. Além disso, nesse período, o Semi-árido conviveu com longos períodos de fortes secas que provocaram sérios danos à economia local, afetando a vida de sua população.

Por salvaguardar uma estrutura fundiária bastante resistente, os grandes latifundiários sofreram o impacto direto desta crise no seu sistema tradicional de produção, pecuária-algodão, ficando a reboque da modernização agrícola operada em outras regiões do país, apoiado na trilogia: latifúndio/pacote tecnológico/agroindústria. Numerosas falhas aconteceram. Para a grande maioria da população, em sua maior parte empobrecida, restou-lhes como alternativa a agricultura de base familiar aqui descrita.

Com a construção das barragens ao longo do curso do rio e o advento da agricultura irrigada, esse modelo de produção, pecuária-agricultura, bem como o modo de produção camponês, praticamente desapareceram. Isso porque:

Os grandes lagos que se formaram, como o de Sobradinho, expulsaram da beira-rio a população que aí vivia da pesca e da agricultura de vazante. A pesca seria afetada diretamente pela mudança do regime do rio, com a quebra do sistema de desova que provocou o desaparecimento de espécies nativas, levando os órgãos governamentais a introduzir novas espécies oriundas de outras bacias hidrográficas, sobretudo do Amazonas. Com isto, o São Francisco, hoje, tem um sistema de piscicultura e de exploração da pesca diferentes do anteriormente existente (ANDRADE, 2005, p. 271).

Percebe-se que pelo processo de modificação do regime do rio houve uma expansão da agricultura irrigada, valorizada pelo Estado, uma vez que houve uma regularização no fluxo das águas, passando de 900 m³ de água no período de estiagem para uma média equilibrada em torno de 2.500 a 3.000 m³ por segundo durante quase todo período do ano. Enquanto isso, a agricultura familiar camponesa ficou marginalizada, ou desapareceu quase por completa ou está se recriando em novas bases, como será melhor detalhado no estudo de caso sobre o perímetro Mandacaru (capítulo três). Ainda sobre a pesca, vale ressaltar que, ao serem introduzidas espécies oriundas de outras bacias, a exemplo do tucunaré da bacia amazônica, houve um desequilíbrio muito grande no ecossistema natural do rio (Iago), pois o tucunaré é predador e está devorando as espécies nativas locais.

Quando se pensa neste passado próximo há pouco mais de sessenta anos, é possível surpreender-se com a rapidez das evoluções. Na verdade o que, em 1940, se apresentava como um entrave para o desenvolvimento da região (a carência de infra-estrutura de transporte, energia, estudos de viabilidade técnica e econômica para a prática da irrigação, em especial a pesquisa agrônômica) para aproveitar o potencial que a região apresentava para a produção de alimentos e de produtos considerados nobres - a exemplo da uva e da manga - hoje já é questionado e colocado à prova. Isso, diante dos grandes impactos causados com as transformações induzidas, haja vista uma nova dinâmica instaurada na região. As evoluções foram grandes, mas quais são os reais benefícios na perspectiva que defendemos neste trabalho, aquela do desenvolvimento sustentável sob o enfoque do ecodesenvolvimento, apoiado na eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica (SACHS, 1980)?

2.4 A AÇÃO DO ESTADO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

2.4.1 Um potencial a ser valorizado

Em todo o mundo, a questão dos recursos hídricos se torna fundamental. O século XX passou por uma dramática reestruturação da hidrologia natural, em relação à captação e ao armazenamento dos recursos hídricos devido à explosão demográfica. É em função do crescimento populacional que o dilema universal se apresenta para uma melhor gestão dos recursos hídricos, diante da demanda por água para uso doméstico, consumo animal, indústria e irrigação. Comumente, a chave para a questão da apropriação dos recursos hídricos, principalmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, é a redução da pobreza, a segurança alimentar e, por fim, o desenvolvimento da agricultura para atender a demanda de consumo mundial (PARRET, 2006). É nesse olhar dos recursos compartilhados que se avalia a ação do Estado.

Mais de quatro séculos se passaram até que a região do vale do São Francisco fosse considerada nos planos das políticas públicas, apesar da identificação das potencialidades. Prevendo o futuro do Vale, numa análise histórico-nacionalista, Wilson Lins em sua obra *“O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros”* (1983) aborda a inércia dos governos para com o Vale. Portanto, é bem significativa a vontade de transformar a região e de ordenar o “Rio”, também se antecipou a intensificação da apropriação dos recursos hídricos da bacia do São Francisco:

Urge atrair para o São Francisco novas famílias, braços fortes para o trabalho e capitais novos, dinheiro muito, nacional e estrangeiro. Que novas bandeiras subam e desçam a correnteza barrenta, que novos bandeirantes rasguem as caatingas, pois o São Francisco precisa ser redescoberto. Já é tempo de rasgar o véu que mantém escondida a realidade desse mundo desconhecido, que, um dia, e isto não se nos afigure tão remoto, atrairá sobre si as atenções dos cinco continentes (op. cit., p. 25-26).

Depreende-se da abordagem de Lins (op. cit.) que ele estava se reportando ao advento da globalização. O intenso processo de globalização da economia, vivenciado na atualidade, provoca aceleradamente mudanças distintas nas formas de conduzir o processo produtivo mundial, assim como nas formas de apropriação dos recursos naturais, dentre estes, os recursos hídricos. O vale do São Francisco, lento em seu processo de povoamento, entrou rapidamente na Rede que articula o local e o global⁴⁰. Para Santos (1996), o processo de globalização não deixa de ser um estágio supremo da internacionalização, a ampliação em *sistema-mundo* de todos os lugares, produtos e de todos os indivíduos, embora em graus diferentes. É nesse cenário da mundialização que a região Nordeste entra no rol das políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro, dentre elas, a de apropriação dos recursos hídricos, para fins de energia e irrigação.

Tendo o cenário mundial como referência, associado ao crescimento demográfico brasileiro e às transformações pelas quais passou o perfil da economia, o projeto se implementou em menos de trinta anos. Os sistemas de produção se modificaram completamente na segunda metade do século XX e a pressão sobre o uso dos recursos hídricos foi de imediato e de maneira notável, no vale do São Francisco, provocando mudanças.

A partir dos anos 1950, as autoridades governamentais passam a investir de forma permanente, tanto na infra-estrutura econômica da região quanto na infra-estrutura hidroagrícola, seguindo a mesma lógica desenvolvimentista para o setor agrícola brasileiro como um todo. Nessa época,

⁴⁰ Com relação a essa articulação entre o local e global, pretende-se dizer que não se está tratando apenas das esferas espaciais em termos físicos, mas também de uma interconexão de processos sociais, onde o local ou localidade é construída socialmente a partir da interação de atores operando sobre uma variedade de distâncias (local e não local), conforme Marsden et al (1993). Marsden e Murdoch (1995) consideram que as localidades deveriam ser vistas como constituídas de inúmeras redes articulando-se em diferentes escalas espaciais, onde o local, através de recursos políticos, econômicos e culturais, estaria representado pelos microprocessos que ligam os atores. É o que Berkes (2005) vai chamar de conexões institucionais transescalares, isto é, instituições que operam em mais de um nível, levando em conta as interações que permeiam as diversas escalas, a partir do nível local.

os investimentos na infra-estrutura básica ampliam-se significativamente, em especial nos setores de transporte, comunicação e energia, como destaca Silva (2001)

O grande investimento realizado pelo Governo Federal na região, que se destacou por seu elevado efeito multiplicador foi a irrigação pública, cujos marcos iniciais foram os estudos de viabilidade técnica e econômica da atividade de irrigação na região, realizados desde o início da década de 60, e a construção dos dois projetos-piloto de irrigação, Mandacaru e Bebedouro, que embora de pequeno porte, serviram de elemento de demonstração da viabilidade da irrigação na região. A irrigação iniciada pelo setor público e logo incrementada, após algum tempo, graças ao grande aporte de recursos do Estado e ao concurso da iniciativa privada, foi quem constituiu o motor de crescimento dessa área do semi-árido nordestino a partir de então (SILVA, 2001, p. 81).

De fato, o Governo Federal, neste período, transformou-se em agente de desenvolvimento e de organização do espaço, “pondo em prática um modelo de crescimento econômico que privilegiava o aumento das exportações e a entrada de capitais transnacionais nas várias esferas do sistema produtivo, particularmente no campo” (GOMES DA SILVA, 1999, p. 307). Para esse autor (op. cit), tal situação resultou em mutações econômicas importantes. Isso aconteceu tanto no Baixa-Açu, Rio Grande do Norte - como na região do Submédio São Francisco. Guimarães Neto (1989) ressalta que,

[...] o Nordeste passou por uma integração comandada pela troca de mercadorias entre espaços diferenciados para a integração produtiva comandada por transferências de capital produtivo, oriundo das regiões mais desenvolvidas do País e, mesmo, do exterior, para o Nordeste. A modernização e as transformações comandadas por esse processo mais dinâmico de integração significam que a região atrasada por ele beneficiada, ou seja, o Nordeste tem o seu crescimento atrelado ao ritmo e à intensidade de desenvolvimento das regiões dinâmicas do sistema nacional (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 18).

Como parte dessa política desenvolvimentista, o Governo Federal começa a implementar programas e criar órgãos orientados para esta finalidade. É desta forma que a região do Vale do São Francisco é priorizada pelas políticas públicas, em função do rio, pelo seu potencial hídrico. Embora o

reforço das ações das políticas públicas para a região sempre tivessem um direcionamento mais voltado às dinâmicas produtivas, fundamentava a justificativa dos programas de desenvolvimento para a região, o quadro de pobreza⁴¹ de sua população, condicionando-se as suas causas aos efeitos das secas freqüentes do Semi-árido e não a um fenômeno socioeconômico e ambiental.

As transformações recentes ocorridas na região foram preparadas desde o período Imperial, quando foram traçadas as primeiras ações governamentais, voltadas para a região do Vale do São Francisco. Na parte Semi-árida, elas foram pautadas em uma política de assistência aos flagelados das secas. As primeiras medidas foram para regularização da navegação no Rio São Francisco e construção de açudes. Após a Proclamação da República, em 1889, com a reorganização das províncias em Estados Federais é iniciada uma política mais explícita para o Nordeste, mais especificamente de combate aos efeitos das secas (ANDRADE, 1988).

A política de desenvolvimento do SMSF é o último passo de uma reflexão antiga sobre o futuro do Nordeste. Conhecido no Brasil e no mundo, como a região produtora de cana-de-açúcar, voltada para a exportação do açúcar, o Nordeste como região geográfica sempre foi considerada crítica a menos desenvolvida ou a estagnada do Brasil (ANDRADE, 2005). Nessa perspectiva é importante o posicionamento da ação governamental no SMSF, no conjunto das estratégias de desenvolvimento.

⁴¹ Embora nem sempre os programas governamentais compreendam a pobreza no seu sentido amplo, a pobreza para nós, “pode ser entendida como uma situação onde o indivíduo experimenta, objetiva e subjetivamente, múltiplas carências (sociais, econômicas, políticas e culturais), sendo gerada por processos de exclusão e ruptura de laços sociais. A esfera econômica tem um papel decisivo no processo, sendo o trabalho o instrumento mais importante para a distribuição de renda e a integração social” (PESSANHA, 1998, p. 97).

2.4.2 O Planejamento de estratégias de desenvolvimento para o Nordeste

Remonta do início do século XX a criação de órgãos visando combater os problemas do Semi-árido. Já em 1909, foi criado o primeiro órgão oficial de combate aos efeitos da seca, com o Decreto nº. 7619, de 21 de outubro, denominado Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Tal órgão reuniu especialistas estrangeiros para realizarem os primeiros estudos das águas subterrâneas do Nordeste. A partir da criação deste órgão, são construídos os primeiros açudes, poços e canais. Em 1919, esse órgão passa a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Em 1945, é transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que passa a realizar estudos para identificar e aproveitar os recursos hídricos existentes na região. Durante anos, o Dnocs atuou na perfuração de poços artesianos e na construção de açudes públicos e privados. O Dnocs, apesar de ter implantado vários projetos de irrigação no Nordeste, não tem presença marcante no SMSF. Este papel foi assumido pela Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), sucedida pela Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) (BLOCH, 1996).

Em 1959, é criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) - extinta pelo Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em maio de 2001, no rastro de denúncias de corrupção, por ter sido caracterizada como um grande “cabo eleitoral” dos governos e políticos da região Nordeste. A Sudene foi recriada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2003⁴².

⁴² O projeto de recriação da Sudene estava em discussão no Congresso Nacional desde agosto de 2003 e sua aprovação era uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já no primeiro mandato. Somente foi aprovado no plenário da Câmara em 28 de novembro de 2006 e deve ser sancionado pelo Presidente Lula, já que é de autoria do poder Executivo e por já ter sido analisado pelo Senado. A nova Sudene terá em caixa R\$ 1 bilhão para emprestar aos empresários que quiserem investir nos nove Estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais e no semi-árido do Espírito Santo. O dinheiro é do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, criado para sustentar a ADENE (Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste), que substituiu a Sudene. O fundo será irrigado todos os anos com mais R\$ 30 milhões dos fundos setoriais. A ADENE será extinta com a recriação da Sudene. Terão prioridade os investimentos em infra-estrutura e que estimulem as

Apesar de ter atuado na região Nordeste, durante um período de mais de quarenta anos, a Sudene teve seu caminho sustado quatro anos depois de criada, pelos governos do golpe militar de 1º de abril de 1964. Esse fato histórico impediu que a Sudene colocasse em execução o projeto ambicioso que foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O Grupo era coordenado pelo economista Celso Furtado, primeiro diretor da Sudene, que objetivava não apenas o combate às secas, mas sobretudo, buscar modificar também as estruturas políticas, sociais e econômicas da região cujas raízes não estavam, segundo ele, no ambiente natural, mas na natureza humana solidificadas nas elites rurais nordestinas (ANDRADE, 2005).

De acordo com as estratégias do GTDN, concebidas por Celso Furtado, a “solução hidráulica” não era pensada como a melhor solução para os problemas do Semi-árido nordestino, porém para a reorganização de sua economia. O pensamento era de que reorganizada a economia do Semi-árido, “seria possível reduzir a pressão populacional sobre os escassos recursos naturais disponíveis (especialmente os de solo e água), dois dos problemas centrais desse Semi-árido de particularíssimas características” (BRASIL, 2005, p. 21).

Os estudos e concepções do GTDN recomendavam a conveniência de reduzir a atividade produtora de alimentos, pelas especificidades do ecossistema da região Semi-árida, promovendo-se o deslocamento e aproveitamento dos excedentes demográficos em áreas do noroeste do Maranhão ou no oeste da Bahia; em projetos de irrigação nos chamados Vales Úmidos do Semi-árido; e em projetos de reforma agrária na Zona da Mata, por duas razões: (i) pelo problema ecológico que impunha a necessidade de

potencialidades locais. O projeto aprovado também definiu que o Conselho Deliberativo da nova Sudene será formado pelos governadores dos Estados abrangidos -11 no total - além dos ministros da Fazenda, Integração Nacional e Planejamento. A aprovação dos projetos que receberão financiamento da Sudene será técnica e não mais política (Cf. ANDREZA MATAIS), da Folha On-line, em Brasília, em 28.11.2006.

aglutinação de pequenas propriedades e não a fragmentação; que a produção alimentar só se viabilizaria, com segurança, através da irrigação, de enormes custos e dificuldades no Semi-árido; e (ii) que a área deveria, portanto, ser dedicada mais à expansão das culturas xerófilas de exportação (como o algodão arbóreo) e à sustentação da pecuária (BRASIL, 2005, p. 21).

Esse grupo de estudo, tendo à frente Celso Furtado, já antecipava o sentido que os analistas do desenvolvimento econômico deram à “sustentabilidade” nos anos 1950. Admitia-se desde então, que a “decolagem” para o desenvolvimento consistia na capacidade de romper com o círculo vicioso da economia, cuja dinâmica era dada por surtos esporádicos de crescimento, e na capacidade de atingir o círculo virtuoso da industrialização auto-sustentada. Nela, a capacidade de acumulação seria “endogeneizada” por meio da consolidação de uma indústria pesada, capaz de garantir internamente sua reprodução ampliada (ROSTOW, 1966), ou seja, a “sustentabilidade” era sinônimo de industrialização, como o desenvolvimento era de crescimento econômico.

Daí, que a agricultura teria obrigatoriamente de passar por transformações profundas, para suprir o setor moderno da economia - no caso, a indústria e os serviços urbanos - com grande quantidade de alimentos, amplos mercados e um razoável volume de fundos financeiros.

Embora tivesse um projeto socioeconômico promissor, críticas lhes foram atribuídas (ANDRADE, 2005), já que se descuidou de considerar todo um diagnóstico existente sobre a problemática da região, elaborado por técnicos que ali trabalhavam e a conheciam, razoavelmente. O projeto da Sudene se descuidou um pouco do problema humano, o qual deveria ser o primeiro a ser levado em consideração nas ações dos governos, pois não se pode ter um país forte e desenvolvido, mas com uma população raquítica, subnutrida e analfabeta (op. cit). A “complexidade dos problemas sociais deve ser compreendida em seu conjunto, daí ser necessária a participação de especialistas, os mais diversos

na elaboração do planejamento regional” (ANDRADE, 2005, p. 293).

Com o golpe de Estado de 1964, que acabou desvirtuando os objetivos iniciais da Sudene, passou-se a dar prioridade a uma agricultura voltada à produção, para atender os mercados externos. O lema nesta época era “*exportar é desenvolver*”, período que coincide com o chamado “*milagre brasileiro*”. Essa política sob o enfoque do crescimento econômico foi a referência para o desenvolvimento da agricultura na região (op. cit).

Muitos programas pontuais foram lançados, objetivando o desenvolvimento do Nordeste, entre os quais se destacaram os Programas de Integração Regional, a exemplo do Programa de Redistribuição de Terras e incentivos à Agricultura do Norte e Nordeste (Proterra); e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale). O objetivo geral destes programas era estimular o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias, reduzindo as pressões demográficas no Nordeste (SOUZA, 2001) e alavancar seu desenvolvimento.

Ainda como parte da promoção do desenvolvimento regional, o Governo Federal continuava investindo nos programas especiais de desenvolvimento para o Nordeste, com recursos oriundos do Banco Mundial. Logo depois foram criados outros programas, como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), em 1974 e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo), em 1976.

Para Caron e Sabourin (2001, p. 20), “em sua origem, esses projetos visavam reforçar a emergência de pólos de desenvolvimento, em particular com a implantação de perímetros públicos de irrigação, e ao mesmo tempo, resolver os problemas da pobreza”. Na realidade, houve, com a criação desses programas, um *mau desenvolvimento* (SACHS, 1986), pois os recursos foram

carreados para grandes investimentos privados, muitos deles hoje abandonados. Cabe destacar que esses programas foram concebidos muito mais na perspectiva centralizadora do Governo Federal, em relação ao desenvolvimento do Nordeste, do que como resultado de decisões emanadas da própria Região (BRASIL, 2005).

Nesses programas havia um forte interesse do Governo Federal, de modernizar o sertão pela reorganização da agricultura no vale do São Francisco (ANDRADE, 1988). Nesta direção, Tonneau (1994) ressalta que tais programas e projetos serviram exatamente para promover a industrialização da região, por meio das políticas de incentivos fiscais; e para modernizar o setor agrícola, com a intenção de transformar os latifúndios e a agricultura camponesa em agricultura empresarial.

2.4.3 A escolha da irrigação como elemento prioritário da estratégia de desenvolvimento

Nesta estratégia global, como demonstrado, a irrigação sempre teve um papel determinante. Pouco a pouco se tornou prioritária. O SMSF, espaço antes marcado pela sociedade pastoril, vai, a partir da intervenção pública, estruturar-se em outras bases socioeconômicas produtivas. A década de 1940 pode ser considerada a do início da agricultura irrigada no vale com o cultivo da cebola. A cebola é o símbolo da introdução das inovações tecnológicas nas práticas agrícolas, através da utilização das motobombas e eletrobombas, instaladas nas margens do rio. Elas se intensificaram nos anos 1950 e 1960, abrindo-se, assim, novos espaços e mercados para o padrão em que ela se estrutura hoje (SILVA, 2001), voltada para os mercados externos, portanto, com base no desenvolvimento econômico. É a construção desta prioridade que passamos analisar.

Nessa fase, o Estado foi o principal ator da construção do território (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004). Para alcançar os padrões dos países mais industrializados, em 1940, o governo brasileiro elaborou o Plano de

Aproveitamento do vale do São Francisco, tendo como referência a experiência norte-americana do vale do Tennessee. Faziam parte desse Plano a regularização do curso do rio por barragens, a irrigação, a geração de energia elétrica, assim como a delimitação de áreas industriais e de colonização, aproveitamento de minérios, construções de estradas e obras de saneamento (BLOCH, 1996).

De acordo com Lima e Miranda (1999), o Código das Águas de 1934, ao incluir a indústria de energia elétrica entre os serviços de utilidade pública e instituir o regime de concessão para sua exploração, criou condições para as grandes obras hidráulicas no país. Em todos os aproveitamentos hidráulicos concebidos, o objetivo predominante era a geração de energia elétrica. Os planos de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos foram elaborados em São Paulo nas bacias dos rios Tietê e Paraíba do Sul, e na região Nordeste, no vale do Rio São Francisco. De acordo com esses pesquisadores, como a construção das obras hidráulicas contemplou prioritariamente a geração de energia elétrica, as obras de irrigação desenvolveram-se lentamente em razão de recursos insuficientes.

Em 1974 teve início a construção da Barragem de Sobradinho⁴³, parte dos grandes projetos hidrelétricos nacional, dos quais Itaipu Binacional, Balbina, Sobradinho e Itaparica poderiam ser tomados como paradigmáticos (SANTOS, 2001). A barragem de Sobradinho foi construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf)⁴⁴. A construção desta barragem atraiu em torno de 60.000 pessoas à procura de empregos. Esse grande contingente populacional chegava fugindo das secas. Ao término das obras da barragem, tamanha era a população do grande canteiro de obras, no distrito de Sobradinho, que ele veio a se emancipar, em 1989, se desmembrando do município de Juazeiro, Bahia.

⁴³ A Barragem de Sobradinho, iniciada em 1973, foi inaugurada em 1979, formando o maior lago artificial da América Latina, 4.200 km², em espelho d'água. Com a formação do lago, quatro cidades baianas das margens do rio foram inundadas, desalojando cerca de setenta mil pessoas de seus municípios. A barragem alterou profundamente o Submédio São Francisco, particularmente as áreas desocupadas para a criação do lago. Além das modificações geográficas, ocorreram transformações de grande impacto socioeconômico-cultural e efetivamente ambiental.

⁴⁴ A Chesf foi mais um órgão criado em 1948 para potencializar os recursos hídricos do São Francisco. Antes da construção da barragem de Sobradinho, ela já havia concluído a construção de duas unidades hidrelétricas em Paulo Afonso (BLOCH, 1996).

Importantes para produção de energia, em um primeiro momento, os recursos hídricos consolidaram-se como fatores de produção e desenvolvimento de grande importância na região, principalmente quando se instaura o arrojado programa de agricultura irrigada. Esta segunda fase, de apropriação dos recursos hídricos para a irrigação, pode ser considerada como o ponto de partida da nova dinâmica econômica territorial do Submédio São Francisco, com mutações econômicas e impactos socioambientais significativos. Segundo Andrade (2005), os reservatórios que formaram grandes represas, a partir das barragens, forneciam água para a produção de energia e para irrigação. Assim,

No processo de irrigação, para elevação da água do leito para a várzea do rio, utilizava-se a energia produzida pelo próprio rio. Estas áreas acompanham o curso do São Francisco desde o médio curso, em Três Marias, até ao baixo curso, a jusante de Xingo. A água é jogada em canais artificiais e levada às áreas cultivadas, fazendo-se a irrigação por inundação, o que traz, entre outras consequências, o processo de salinização dos solos; este processo provoca, inicialmente, elevada produção e produtividade, mas a salinização provoca a desertificação a médio prazo, da área irrigada (ANDRADE, 2005, p. 270).

É a partir dos anos 1980 que a agricultura irrigada teve um crescimento significativo, em especial após a Lei de Irrigação nº. 6.662 de 25 de junho de 1979, por um conjunto de ações com finalidade de desenvolvimento sócio-econômico de determinada área rural, sendo uma delas a implantação dos projetos de agricultura irrigada, executadas em áreas de interesse social.

Com base nas definições dessa Lei de Irrigação, os perímetros irrigados do SMSF já nasceram como uma fração de “território capitalista” (BOMBARDI, 2004) e dependente do Estado. A atuação do Poder Público foi relevante na implementação da Lei, não tanto para consolidar uma “densidade institucional” (FERNÁNDEZ, 2004) forte em base horizontal, mas para reafirmar a posição centralizadora do Estado. Isso nos remete à concepção de Sack (1986) sobre o território como sendo uma “construção social”, na qual o interesse de apropriação pode ser econômico, social, ideológico, político etc. Nesse caso, o interesse maior do Estado foi o econômico, não deixando de ter uma conotação

social, em função das características da região, Semi-árida (subdesenvolvida) com alto índice de pobreza, fome e desemprego -, mas também pela inclusão da agricultura familiar.

O Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), já extinto, foi criado nesta época e se baseava no pressuposto de que os projetos de irrigação constituíam-se em núcleos de desenvolvimento rural, para promover o homem do campo. Na realidade, com base nessa promoção do homem do campo, a irrigação no Semi-árido brasileiro foi provocadora de novas ruralidades e de reinvenção de identidades territoriais. “Pólo da Fruticultura Irrigada”, “Vale do Vinho”, “Califórnia Brasileira” etc., são alguns exemplos das novas identidades da região do SMSF.

2.4.4 A Codevasf como ator-chave do desenvolvimento do SMSF

Para potencializar, ainda mais, os recursos do Rio São Francisco foram criadas Comissões e Superintendências, as quais ao longo dos anos foram sendo substituídas por outras estatais, sempre portando os mesmos objetivos de suas antecessoras, como foi o caso da CVSF, em 1948. Esse órgão foi substituído pela Suvale, em 1967. Seu diferencial é que ao invés de pulverizar suas ações como sua antecessora fazia, “investir em tudo um pouco”, a Suvale concentrou os investimentos em dez áreas prioritárias, sendo uma delas a região de Juazeiro/Petrolina (BLOCH, 1996, p. 21-22). Essas áreas podem ser reconhecidas como de “especialidades econômicas e espaços urbanizados” (DUBRESSON; JAGLIN, 2005) onde foram implantados os “pólos” de desenvolvimento. O agropólo Juazeiro-BA/Petrolina-PE nasceu dessa estratégia de desenvolvimento, destacando-se como um dos pólos de maior dinamismo em termos de crescimento de potencial de desenvolvimento agroindustrial e de maiores taxas de crescimento populacional e de emprego entre as quatorze regiões analisadas pelo Banco do Nordeste (SILVA; RESENDE; SILVA, 2000).

A Suvale foi extinta em 1974, quando foi criada a Codevasf que é uma empresa pública, inicialmente vinculada ao Ministério do Interior hoje ao Ministério da Integração Nacional⁴⁵. A criação da Codevasf marcou uma nova fase de ação governamental no vale, com o direcionamento prioritário para o desenvolvimento da agricultura, quando foram implantados os perímetros irrigados. A irrigação se colocou, portanto, como atividade central dessa estatal, aproveitando-se do clima semi-árido tropical e do potencial dos recursos hídricos da bacia do São Francisco.

A irrigação pôde avançar nos anos de 1960 graças às pesquisas e estudos realizados sob os auspícios da Sudene. Em termos de execução, as áreas piloto de irrigação foram instaladas pela Suvale no Vale do São Francisco e pelo Dnocs no Vale do Jaguaribe. Nos anos de 1970, foram observados progressos consideráveis, em particular no Vale do São Francisco, quando a Suvale foi transformada na Codevasf, que pautou suas ações pelo incentivo à irrigação empresarial, numa conjugação de esforços entre os setores público e privado, sendo este o diferencial de seus projetos (BRASIL, 2005).

A Codevasf surgiu, portanto, no contexto das estratégias nacionais para o desenvolvimento do Nordeste, sendo a irrigação o elemento preponderante de suas atenções. “Sua meta prioritária é o fortalecimento da irrigação pública e o incentivo à irrigação privada, coordenando ou executando diretamente grandes obras de infra-estrutura” (BLOCH, 1996, p. 28).

A Codevasf, desde sua criação, implementa o vasto programa de irrigação do vale do São Francisco. Assume hoje na região tanto os projetos que estão em funcionamento, quanto os que estão sendo implantados; e ainda, os projetos novos em fase de estudos de viabilidade. Os projetos em andamento, no âmbito da Codevasf, podem ser divididos, conforme Dourado et al., (2006)

⁴⁵ No ano 2000, a Codevasf passou a atuar também no Vale do Parnaíba, nos Estados do Piauí e Maranhão, passando a ser denominada de Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2001).

em três grupos:

- a) O primeiro grupo refere-se aos projetos com a infra-estrutura de uso comum concluída e em funcionamento, independentemente do seu estado de conservação. As áreas irrigáveis podem estar total ou parcialmente ocupadas.
- b) O segundo grupo inclui os projetos com infra-estrutura parcialmente implantada. Esses projetos estão sendo oferecidos para fins de Parceria Público-Privada (PPP). O Pontal e o Salitre estão incluídos neste grupo.
- c) O último grupo inclui projetos novos em fase de estudos de viabilidade ou de projeto básico.

Os perímetros de irrigação em funcionamento, hoje, no vale do São Francisco, sob a jurisdição da Codevasf, são em número de 25 (vinte e cinco), totalizando uma área irrigável em torno de 115 mil hectares, ocupadas com **9.773 lotes agrícolas destinados aos agricultores familiares** e 1.048 lotes destinados à exploração empresarial (DOURADO et al., 2006).

Em Juazeiro e Petrolina, a área dos perímetros públicos, sob a jurisdição da CODEVASF é de 41.457 mil hectares (tabela 2). As áreas de irrigação dos empreendimentos privados chegam a mais de 60.000 ha. Segundo Graziano da Silva (1989) não há empreendimentos particulares totalmente independentes dos grandes investimentos públicos ou projetos públicos. Apesar desses empreendimentos privados estarem fora dos perímetros irrigados, eles foram beneficiados pelos investimentos públicos, principalmente em serviços públicos de infra-estrutura fundamentais para viabilizarem seus empreendimentos, além de contarem com os incentivos proporcionados pelo Governo, sendo um deles o “acesso a recursos financeiros em condições privilegiadas” (op cit., p.101).

TABELA 2: Áreas dos perímetros públicos de irrigação, em operação, sob a jurisdição da Codevasf em Juazeiro-Petrolina

Perímetros	Município	Área Irrigável (ha)	Área Inexplorada (ha)	Lotes familiares (ha)	Lotes Empresariais (ha)
Curaçá	Juazeiro	4.350	0	1.964	2.386
Maniçoba	Juazeiro	5.030	0	1.913	3.117
Mandacaru	Juazeiro	419	20	368	51
Tourão	Juazeiro	10.710	0	211	10.697
Nilo Coelho	Petrolina	18.857	1898	12.814	6.043
Bebedouro	Petrolina	2.091	1.295	1.233	853
Bahia		20.509	20	4.456	16.251
Pernambuco		20.948	3.193	14.047	6.901
Soma		41.457	3.213	18.503	23.152

Fonte: Codevasf, 2005a (adaptação da autora).

A tabela (2) expressa a área irrigável destinada à agricultura familiar (18.503 ha); isso representa 44,6% da área total irrigável. A média do lote familiar é de 6,5 ha. A grande maioria dos lotes familiares está, hoje, totalmente reconfigurados em unidades agrícolas com culturas orientadas para o atendimento dos mercados globais, em sua grande maioria, com as próprias culturas praticadas pelas unidades empresariais. Daí, afirmar-se que os recursos hídricos foram apropriados pelo projeto de globalização econômica e os agricultores familiares sofreram um processo de *descampesinização*⁴⁶,

⁴⁶ A descampesinização foi um termo utilizado por Lênin (1988) para tratar do processo de descaracterização dos camponeses que deixam de ser camponeses, na sua concepção clássica, com o movimento de mudanças ocorridas na agricultura. Nesse processo de descampesinização há uma subordinação do seu trabalho ao capital no sentido de que já

inserindo-se, mesmo de forma marginal, no modelo de produção capitalista.

não são produtores independentes. Graziano da Silva (1982, p. 135) chama o processo de descampesinização de “tecnificação” por entender que é precisamente um processo de desenvolvimento das técnicas capitalistas de produção no campo. Para mostrar a importância da AF camponesa na Europa, Ploeg (2006) utiliza o conceito de *recampesinização* que vem atualmente sendo empregado na Europa para valorizar o termo camponês, mantido como tabu durante muitos anos, agora está reemergindo até mesmo no discurso político, na atualidade (PLOEG, 2006).

2.5 O AGROPÓLO JUAZEIRO/PETROLINA: QUAL DINÂMICA TERRITORIAL?

2.5.1 A dependência crônica no novo território

Diante do padrão centralizador de atuação do Estado na região, os municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE transformaram-se ao longo do tempo no espaço de constituição da nova territorialidade regional, pois neles se localizam os principais perímetros do SMSF. Suas sedes municipais, por serem as mais populosas e desenvolvidas, também vistas como “ponto de passagem” para ligar o Sul e o Norte, tornaram-se o centro de atração de novos atores econômicos para o novo território. A cada ano, alternadamente, realiza-se em Juazeiro e Petrolina, a Feira Nacional da Agricultura Irrigada, atraindo empresários e investidores de todo o Brasil e do exterior. Muitos investidores estrangeiros passaram a se envolver com a região, após as rodadas de negócios nessas Feiras.

O impulso inicial foi dado pela **Festa do Melão**, que partiu de uma iniciativa local da Prefeitura Municipal de Juazeiro, para valorizar os recursos do território (produtos dos perímetros irrigados, especialmente), no final dos anos 1970. Naquela época, a participação maior era dos “colonos” por meio de suas cooperativas. Atualmente, eles se tornaram espectadores do evento, às vezes montando alguns “stands” patrocinados pela Codevasf. O cenário atual permanece monopolizado pelas indústrias de produtos químicos, insumos e implementos agropecuários, bem como do comércio e dos agentes financeiros. Não seria isto um sinal eloqüente dos sucessos e das limitações das políticas de desenvolvimento implementadas no SMSF?

Os recursos naturais (genéricos) como água em quantidade e qualidade, solos ideais para o desenvolvimento da agricultura irrigada e clima favorável foram os fatores preponderantes para a constituição do agropólo Juazeiro/Petrolina. Além disso, as duas cidades encontram-se situadas nas

proximidades de importantes capitais nordestinas (770 km de Recife; 500 km de Salvador; 850 km de Fortaleza). Da mesma forma, mantém conexões com os mercados europeu e norte americano, levando vantagens de até seis dias de transporte marítimo em comparação com as cargas oriundas dos portos situados na região Sudeste. Contam também com um aeroporto internacional, de onde partem vôos diretos para a Europa (LIMA; MIRANDA, 2000; CORREIA; ARAÚJO; CAVALCANTI, 2000; SILVA; REZENDE; SILVA, 2000).

Esses fatores e características não deveriam ser considerados como meros dados objetivos de “proximidade geográfica” nos rearranjos para o desenvolvimento dos territórios rurais. Torna-se inegável o papel relevante que representam no quadro da difusão do conhecimento e das estratégias dos atores de um território, por meio das ações coletivas.

A região do SMSF foi beneficiada pelos grandes investimentos do Governo, nas obras pioneiras da infra-estrutura hidroagrícola (SAMPAIO; SAMPAIO, 2004). Em uma estimativa do capital público investido nos perímetros feito pela FADE/UFPE, em 1998, esse capital foi de R\$ 650 milhões, a preços de 1998, nos seis perímetros implantados (incluindo a infra-estrutura de irrigação de uso comum e as benfeitorias realizadas nos lotes). A área implantada até 1988 era de 46.729 hectares, o que corresponde a uma média de R\$ 14.419 milhões por hectare implantado.

A região foi também palco da criação de novas territorialidades, transformando-se no território da fruticultura irrigada, sua especialização atual. Os projetos de irrigação “lançaram-se no ramo da fruticultura, atividade que se tornou quase uma especialização desse território, contribuindo para mudanças na estrutura econômica local e criando uma nova organização territorial da produção” (SILVA, 2001, p. 104).

Concebidos numa época em que a ação do Estado e das políticas públicas orientava-se para modernização da agricultura,

visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de insumos e processamento de matérias-primas, os programas de irrigação da Codevasf, desde os seus primórdios, já consideravam as oportunidades na área da agroindústria. Assim, foram previstas e priorizadas as atividades de transformação, com linhas de financiamentos especiais e incentivos que beneficiavam as empresas agroindustriais integradas e/ou empresas agrícolas isoladas que tinham sua produção voltada para o fornecimento de matérias-primas para as empresas agroindustriais. O sentido fundamental dessas políticas era, portanto, articular a modernização agrícola com a constituição de um pólo agroindustrial (op cit., p. 83).

Não resta dúvida, que o sentido fundamental da política de irrigação no SMSF era articular a modernização agrícola com a constituição de um pólo agroindustrial. Os dados apresentados nas tabelas (3 e 4) sobre o volume de produção de uva e manga exportado pelo Brasil, demonstram a decisiva participação do agropólo nesse quadro geral.

TABELA 3: Exportações de uvas no vale do São Francisco

ANO	EM TON.			EM US\$1.000,00		
	VALE	BRASIL	PARTICIPAÇÃO	VALE	BRASIL	PARTICIPAÇÃO
1997	3.700	3.705	100%	4.700	4.780	98%
1998	4.300	4.405	98%	5.550	5.823	95%
1999	10.250	11.083	92%	7.910	8.614	92%
2000	13.300	14.000	95%	10.264	10.800	95%
2001	19.627	20.660	95%	20.485	21.563	95%
2002	25.087	26.357	95%	32.460	33.789	96%
2003	36.848	37.600	98%	58.740	59.939	98%
2004	25.927	26.456	96%	48.559	49.550	98%

Fonte: Valexport, 2004.

TABELA 4: Exportações de mangas no vale do São Francisco

ANO	EM TON.			EM US\$1.000,00		
	VALE	BRASIL	PARTICIPAÇÃO	VALE	BRASIL	PARTICIPAÇÃO
1997	21.500	23.370	92%	18.600	20.182	92%
1998	34.000	39.185	87%	29.750	32.518	91%
1999	44.000	53.765	82%	28.600	32.011	89%
2000	57.200	67.000	85%	37.180	43.550	85%
2001	81.155	94.291	86%	43.443	50.814	85%
2002	93.559	103.598	90%	45.962	50.894	90%
2003	124.620	133.330	93%	68.256	73.394	93%
2004	112.286	111.181	92%	59.158	64.303	92%

Fonte: Valeexport, 2004.

A geração de empregos também representa a consolidação do pólo. Por exemplo, na cultura da uva, são gerados cinco empregos por ha. Desta forma, em 2000, nos perímetros irrigados da Codevasf, com uma área cultivada de 76.553 hectares, foram gerados, aproximadamente, 230 mil empregos, sendo 76,5 mil empregos diretos e 153,5 mil empregos indiretos (CODEVASF, 2001a). O quadro (4) demonstra os coeficientes técnicos de mão-de-obra das principais culturas perenes exploradas no Vale e o quadro (5) os coeficientes técnicos de mão-de-obra das principais culturas anuais.

QUADRO 4: Coeficientes técnicos de mão-de-obra das principais culturas perenes exploradas no Vale

Culturas	Mão-de-obra (dias-homem/ha)				
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano e seguintes
Acerola	216	368	457	607	695
Banana	295	245	245	245	245
Coco	80	70	104	110	120
Goiaba	160	200	273	444	444
Graviola	128	106	142	168	178
Limão	120	105	155	155	155
Mamão	263	281	176	176	176
Manga	111	105	146	202	202
Uva	654	689	1.135	1.135	1.135

Fonte: Codevasf [2001] - baseado nos dados da ATER do Projeto Nilo Coelho.

QUADRO 5: Coeficientes técnicos de mão-de-obra das principais culturas anuais exploradas no Vale

Cultura	Mão-de-obra (dias-homem/ha)	Cultura	Mão-de-obra (dias-homem/ha)
Abóbora	90	Milho	71
Amendoim	42	Melão	128
Cebola	181	Pimentão	124
Cenoura	135	Tomate	133
Feijão <i>Phaseolus</i>	64	Arroz (colheita Manual)	63
Feijão Vigna	61	Arroz (colheita Mecânica)	40
Melancia	69		

Fonte: Codevasf [2001] - baseado nos dados da ATER do Projeto Nilo Coelho.

O emprego da mão-de-obra assalariada, tanto temporária quanto

permanente, é um fato nos perímetros irrigados. Os agricultores familiares são responsáveis pela absorção significativa dessa mão-de-obra, especialmente porque são os principais responsáveis pelo cultivo das culturas anuais. Os “colonos” dispõem geralmente de pelo menos um trabalhador permanente em seus lotes, (mesmo que este tenha se tornado um parceiro do proprietário, cujo salário provém dos recursos auferidos com a produção). Comumente, o parceiro reside no lote com sua família.

Os avanços podem ser analisados também sob o ponto de vista da densidade institucional constituída. Várias agências de desenvolvimento e de pesquisas foram implantadas no agropólo, a exemplo das superintendências regionais da Codevasf, em Juazeiro e Petrolina e do Centro de Pesquisa Agropecuário do Trópico Semi-Árido (Cpatsa) - Embrapa Semi-Árido. Além disso, devem ser mencionados os órgãos de extensão rural, as universidades, os centros tecnológicos e as próprias organizações internas dos perímetros, indicadas no quadro (5). Em seguida veio a implantação de agroindústrias e os fluxos de pessoas e de recursos financeiros, os quais impulsionaram o comércio, os serviços, fazendo surgir hotéis, bares e restaurantes e lojas.

Par tanto, foi necessário inicialmente transformar a estrutura fundiária, por meio de desapropriações de terras. O impacto institucional sobre o mercado de terras

subordinou o mercado fundiário ao movimento do capital, e a terra - que antes da expansão da agricultura irrigada quase não possuía valor comercial, sendo majoritariamente ocupada por posseiros - passou a ser comandada pelas expectativas produtiva e especulativa constitutivas da ação do capital sobre a agricultura e o meio rural (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 615-616).

Este movimento de redefinição fundiária foi desenvolvido pelos empresários/empresas que chegaram à região, incentivados pela política de incentivos do Governo Federal.

Além disso, os métodos tradicionalmente utilizados para captação de água como roda d'água, latas e baldes para irrigar os canteiros de verduras na beira do rio foram substituídos por novas opções envolvendo tecnologias modernas. Primeiro, pelas motobombas e pelas bombas elétricas que possibilitaram expandir as áreas irrigadas para além da beira do rio, alterando as práticas costumeiras. Depois, foram introduzidas novas tecnologias de irrigação (aspersão, microaspersão, gotejamento, fertirrigação), aumentando assim a eficiência dos sistemas (LIMA; MIRANDA, 2001; CODEVASF, 2001). Mas a inovação tecnológica ultrapassou o simples domínio da irrigação. Refletiu praticamente em todas as dimensões dos sistemas produtivos.

Agindo de forma desarticulada, a institucionalidade estabelecida no agropólo, apesar de desempenhar um papel importante na sua constituição, não foi capaz de coordenar um processo de mobilização dos atores (incluindo a agricultura familiar) para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Faltou uma sintonia no sentido de uma ação mais identificada com a cultura local, num processo de uma aprendizagem interativa, permitindo que os atores reorganizassem a economia local face às concorrências em escala mundial (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004; PECQUEUR, 2005).

Os limites, ou a não conclusão do projeto de modernização da região podem ser vistos de dois ângulos distintos. Da perspectiva ambiental, com os problemas de poluição, e da perspectiva social, pela falta de articulações em um processo onde a AF tornou-se progressivamente excluída.

Quanto aos limites ambientais, a agricultura “moderna” permanece sujeita aos muitos riscos. Os sistemas de produção estão inseridos num ambiente cada vez mais artificializado, dependente de pacotes tecnológicos – sementes, insumos químicos e sintéticos, máquinas e equipamentos modernos –, e subordinados às coações impostas pela globalização neoliberal. Em contraste, sistemas agrícolas guiados pelo conhecimento tradicional ou

camponês, “a conexão entre agricultura e ecologia era bastante forte e raramente se evidenciavam sinais de degradação ambiental” (ALTIERI, 2004, p. 10).

No agropólo Juazeiro/Petrolina, os sinais dos impactos ambientais da irrigação na região já se tornaram visíveis. Cavalcante (1999) listou alguns problemas ambientais provocados pela rápida expansão das terras irrigadas na bacia que podem ser sintetizados em:

- a) salinização das terras, devido a má drenagem;
- b) degradação de habitats naturais insubstituíveis, devido ao desmatamento;
- c) aumento da vulnerabilidade de grandes áreas às pragas e doenças, pela difusão de variedades modernas geneticamente uniformes para aumentar os rendimentos;
- d) degradação da qualidade da água, afetando a pesca e o consumo humano, em particular por causa dos fertilizantes;
- e) risco de desertificação, provocado pelo desmatamento e pela salinização das terras.

Cavalcante (1999, p. 90) aponta também alguns dos problemas recorrentes gerados pelos sistemas de irrigação em várias partes do mundo: “degradação ambiental, a ponto de fazer desaparecer civilizações, como a dos Maias e dos Incas; formações de grandes desertos como o Saara, o de Aral e outros; perdas de gigantescas áreas férteis, como as margens dos rios Nilo, Tigres e Eufrates [...]”. Para o caso brasileiro, Cavalcante alerta, baseando-se nos ensinamentos de José Guimarães Duque, ressaltando que,

Não precisamos irrigar o semi-árido; lá as plantas 'gostam dos solos como eles são', secos, mais férteis, usando-se apenas adubos orgânicos. É preciso conhecer o potencial dessa fabulosa caatinga e explorá-la racionalmente [...]. Bastará lembrar o caso do umbu e do mandacaru, sem quaisquer tipos de pesquisas, agrícolas ou industrial, poderiam representar o esteio da economia agropecuária da região sertaneja (op. cit., p. 90).

Por ironia da história, os mercados se tornam cada vez mais exigentes, demandando produtos saudáveis, oriundos de sistemas produtivos ambientalmente corretos.

Os movimentos ambientalistas passam a exercer uma forte influência sobre as estratégias empresariais. As grandes corporações, principalmente as redes varejistas, passam a assumir as orientações ambientais e utilizá-las como uma área de inovação, para incrementar suas atividades comerciais. Os consumidores, clientes e agências de financiamento, crescentemente, passam a privilegiar os empreendimentos ecologicamente corretos. As grandes corporações passam a firmar parcerias na condição de que a outra empresa exerça suas atividades pautadas no respeito ao ambiente natural (SILVA, 2001, p. 58).

A noção de qualidade, conforme Silva (op. cit.) tem evoluído com a crescente exigência dos consumidores modernos, à medida que se impõem cada vez mais novos mecanismos de gestão da qualidade e novas regulações, tendo como objetivo garantir a segurança alimentar proteger o ambiente e os direitos sociais. Assim, os produtores devem ajustar os sistemas produtivos convencionais aos novos padrões emergentes de qualidade sistêmica. É por essa pressão dos mercados externos que alguns programas de controle da produção de frutas vêm sendo implementados pela Embrapa, a exemplo do programa de Produção Integrada da Fruta (PIF). Essas práticas ratificam o pensamento de Altieri (2004), segundo à qual

[...] conforme a modernização agrícola foi avançando, a conexão ecologia-sistema agrícola foi sendo destruída, uma vez que os princípios ecológicos foram ignorados ou omitidos. O lucro, e não a necessidade do povo ou a preocupação pelo ambiente,

determinou a forma de organização da produção agrícola. Os interesses dos agronegócios e as políticas dominantes favoreceram as grandes propriedades, a produção especializada, a monocultura e a mecanização (ALTIERI, 2004, p. 10).

Retorna-se aqui ao problema da gestão da tecnologia, uma outra instância reveladora do projeto de modernização incompleto. A grande maioria dos lotes familiares ainda utiliza o sistema tradicional de irrigação (infiltração por sulco). A rede de transmissão de energia elétrica somente foi instalada nos lotes familiares de Juazeiro a partir do ano 2000, depois de mais de 30 anos de existência dos perímetros. Essa situação representa uma limitação importante para o planejamento da mudança do atual sistema de irrigação. No entanto, o fato dos lotes estarem hoje eletrificados não significa que o agricultor familiar tenha modificado seu sistema de irrigação. O custo para transformação do sistema é considerado muito alto, oscilando em torno R\$ 5.000,00 por hectare.

Por exemplo, no perímetro Mandacaru, somente um proprietário num conjunto de outros 52 conseguiu modificar o sistema de irrigação de seu lote. Este fato revela que o projeto não conseguiu consolidar a agricultura familiar na nova dinâmica territorial de desenvolvimento do vale. As perdas de água e a conseqüente degradação dos solos (com sistema de irrigação inadequado), a demanda de capital financeiro, de insumos, de tecnologias para aumentar os níveis de produção e produtividade, comprovam a situação de dependência da agricultura familiar ao modelo hegemônico de mau desenvolvimento:

Os macroinvestimentos em infra-estrutura e o volume de crédito que comporta a atividade agrícola na região tornaram-se possíveis, não somente aos empresários, mas também aos colonos, participarem de um padrão moderno de produzir, processar e comercializar a produção agrícola. Atores de um processo de transformação da agricultura em mercado para a indústria, *esses irrigantes já se iniciam na produção agrícola gerindo pacotes tecnológicos que correspondem práticas culturais adequadas*, tais como: a correção do solo, a *aplicação de inseticidas, fungicidas e bactericidas; além da utilização de fertilizantes e de sementes selecionadas*. Esta modernização de uma camada de pequenos produtores, note-se, *é algo singular da política da grande irrigação*, algo que não se verificou nos demais programas de desenvolvimento regional (LIMA;

MIRANDA, 2001, p. 616, *itálicos adicionados pela autora*).

De fato, a modernização instaurada pela “Revolução Verde” não é indicativa de que os agricultores familiares tenham alcançado o padrão tecnológico exigido para competir no mercado. A AF foi um ator importante na constituição do “novo” território, nos anos 1970, quando a região do SMSF foi escolhida para promover uma agricultura familiar moderna, do tipo empresarial. Mas o modelo configurado para esta categoria social não foi sustentável e depois de uma década começou a apresentar sinais de crise. Com certeza, o ator privilegiado da modernização do território é, hoje, a agricultura empresarial. A hegemonia é dos grandes empresários e das firmas que a cada dia criam redes sociais interconectadas com os mercados globais. A Associação dos Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport) é a grande articuladora desse processo. Criada em 1988, cumpre sua finalidade de representar o empresário hortifrutigranjeiro local, intervindo junto aos poderes públicos constituídos, nacionais ou internacionais (VALEEXPORT, 2007).

A AF ficou relegada, nesse processo, à condição de atividade marginalizada, ou como parte do “território periférico”. Ela foi colocada diante de uma nova realidade, diferente daquela onde detinha o capital básico de conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais e humanos ali existentes. A crise que os agricultores familiares vivenciam, na atualidade, é demonstrativa de um modelo de agricultura inadequado à sua realidade. O estudo de caso do perímetro Mandacaru (no capítulo seguinte), indica as principais evidências dessa dinâmica.

2.5.2 Os condicionantes da concepção e da implementação de um projeto inadequado

Em todo movimento de modernização da região do SMSF e constituição do seu pólo de desenvolvimento, o Estado foi o grande ator articulador dos

processos sociais e dos arranjos produtivos⁴⁷. Podia-se esperar dele uma opção clara pela dinamização da AF? E em alguma outra situação isto já aconteceu? Nos perímetros irrigados não faltaram a terra, a ATER e os investimentos.

A Codevasf, desde a sua criação, assumiu a prerrogativa da ação governamental na promoção do desenvolvimento regional e na sua integração nacional, contando para tanto com recursos substanciais do Tesouro Nacional e também com empréstimos externos (SILVA, 2001). Entretanto, a ação dessa estatal sempre assumiu um caráter paternalista, o que impediu a consolidação de uma dinâmica de organização autônoma dos agricultores. Isso afetou decisivamente a eficiência do Programa de Emancipação dos Perímetros⁴⁸ (Proema). As velhas práticas clientelistas e paternalistas que sempre permearam as ações públicas no Nordeste permaneceram na constituição do agropólo do SMSF. Essa orientação condicionou o funcionamento das outras instituições públicas, como a Embrapa, e também das agroindústrias sediadas no território.

No papel de “macro-ator” do desenvolvimento, o Estado substituiu também o papel dos antigos “coronéis” provedores do Nordeste, agindo em parceria com o poder local, transformando os “colonos” em eternos dependentes do “poder dos donos” (BURSZTYN, 1984). Impedindo assim que eles se tornassem co-atores ou gestores do processo de desenvolvimento territorial.

⁴⁷ Parente (2006) considera os arranjos produtivos como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

⁴⁸ O Programa de Emancipação de perímetros irrigados é um exemplo do processo de liberalização do Estado brasileiro. Uma das concepções da chamada “gestão descentralizada e participativa” (LEAL, 1996). A emancipação de um perímetro de irrigação significa alcançar em determinado espaço de tempo, sua auto-sustentação nos aspectos econômico, social e político. O processo é composto de três etapas: co-gestão, autogestão e finalmente a emancipação. Este processo de emancipação vem se desenvolvendo desde 1983, que em linhas gerais significa a transferência do gerenciamento dos perímetros irrigados às associações, distritos ou cooperativas de irrigantes, formalizada juridicamente por um Contrato de Delegação ou Administração (BARROS *et al*, 2002).

Tornam-se mais nítidas as razões que explicam as limitações das formas organizativas dos agricultores, uma vez que já vinham constituídas, como as cooperativas, ou eram constituídas a partir dos interesses do Estado, como as Associações e os Distritos de Irrigação para assumirem a gestão dos perímetros. Em relação aos colonos assentados nos perímetros públicos de irrigação, esse tipo de ação interferiu em seu processo de ganho de autonomia, tanto no processo produtivo como nas formas de constituição ou participação de organizações sociais.

Para Graziano da Silva (1989, p. 114) isso “[...] inibiu não só a plena capacitação dos irrigantes-colonos na gestão de seu lote, como a formação de entidades fortes e representativas que pudessem, de fato, romper os limites das soluções individuais dos problemas de cada um, e tratá-los coletivamente”. Este fato resultou na instabilidade da AF, tornando-a um segmento dependente, inclusive ficando por muitos anos à margem dos movimentos sociais externos aos perímetros, como por exemplo, do próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)⁴⁹.

Uma integração das organizações dos agricultores dos perímetros com outras organizações externas, com as instituições, agentes do desenvolvimento local, centros de pesquisas e universidades teria seguido um outro caminho para o fortalecimento da AF no território? Tonneau e Sabourin (2007) mostram a importância do diálogo entre agricultores, instituição da sociedade civil de apoio e o Estado para tornar o Pronaf mais efetivo e adequar essa realidade às boas intenções expressas nos discursos oficiais. Isso faltou nos perímetros irrigados. O motivo talvez seja porque “o Pronaf é uma política pública que ainda está em

⁴⁹ As ações dos STRs e da CPT no SMSF, diferentemente da Zona da Mata, eram mais voltadas para os reassentados de barragens e para os pequenos produtores rurais. Foi com a questão do assalariamento dos trabalhadores da agricultura irrigada que tanto os STRs de Santa Maria da Boa Vista como o de Petrolina, por Pernambuco e a CPT pela Bahia, iniciaram um processo de discussão sobre a questão dos assalariados da agricultura irrigada, nascendo daí, do lado da Bahia, o Sindicato dos Assalariados das Empresas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais (Sintagro), em 1995, engrossando a luta dos STRs do lado de Pernambuco, sempre mais atuantes que os do lado baiano.

construção e necessita de modificações constantes até atingir os seus objetivos globais” (MATTEI, 2001, p. 5).

As conseqüências da ação paternalista do Estado foram ainda mais drásticas, quando se tornou necessária a interação entre as esferas públicas e privadas para a gestão da infra-estrutura hidroagrícola coletiva. No momento em que o Estado teve que se desengajar desse tipo de empreendimento (recursos públicos em investimentos privados), nos anos 1990, as organizações sociais dos agricultores não estavam preparadas para assumir a gestão dos perímetros.

A ação da Codevaf pode ser explicada pelas políticas públicas que lhe permitem intervir nas dinâmicas econômicas e sociais, seus atores e suas instituições. Até mesmos os empresários, mais organizados e “independentes”, dependiam da ação provedora do Estado pelo “dinheiro barato”, como incentivo aos investimentos privados na região. Apesar do discurso anti-estatal e liberal, “acabou prevalecendo entre eles uma defesa explícita do apoio do poder público aos investimentos privados” (GRAZIANO DA SILVA, 1989, p. 102-103), como condição *sin ne qua non* para sua fixação na região.

O caminho para a superação dessa opção de desenvolvimento no agropólo enfrenta a busca pela harmonização das dimensões socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioambientais do processo modernizador.

No *domínio econômico*, passa pela valorização dos recursos naturais “genéricos”, transformando-os em “ativos específicos”. A revelação e valorização desses recursos é que irão marcar a especificidade do território. Isso à medida que a “macroeconomia está cada vez mais aberta ao espaço e ao território” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 32). Tanto faz considerar o umbu da caatinga, ou as frutas da irrigação, o que importa realmente são as estratégias que poderão permitir aos atores dos territórios reorganizarem a economia local face ao crescimento da concorrência selvagem em escala mundial. Isso porque

o desenvolvimento territorial é um processo de mobilização dos atores que leve a elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura local e um território (PECQUEUR, 2005, p. 298). Neste sentido, além da valorização da cultura local, a dinâmica modernizadora deveria pressupor a promoção da equidade social.

No *domínio ecológico* passa pela recriação dos sistemas produtivos, ou seja, pela experimentação em práticas agrícolas baseadas nos princípios do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986; 1996), sendo a agroecologia uma alternativa. Esta é baseada no “conhecimento acumulado dos sistemas indígenas e no saber dos agricultores” (COUTO FILHO, 2007, p. 41).

CAPÍTULO 3 - PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PERÍMETRO MANDACARU E DOS AGRICULTORES FAMILIARES

“Falou-se do fim dos camponeses, mas eles estão sempre aí, até hoje, representando a metade da humanidade”⁵⁰.

O objetivo desse capítulo é aprofundar a análise crítica da estratégia de desenvolvimento rural no agropólo Juazeiro/Petrolina, colocando em primeiro plano, o caso do perímetro Mandacaru. Este caso é ilustrativo dessa política porque, por um lado, é o menor perímetro do agropólo Juazeiro/Petrolina e serviu de modelo para o desenvolvimento da agricultura irrigada na região; e, por outro, por ser o único perímetro cujos lotes foram sistematizados somente com unidades familiares.

Na primeira parte descreve-se o processo de territorialização do perímetro Mandacaru e da agricultura familiar (AF) ali instalada. A intenção é apresentar o ordenamento territorial do perímetro, situando-o no espaço e fazer referência à área escolhida para sua implantação e à maneira pela qual o Estado se apropriou das terras ali existentes. Entender esse processo é importante para se compreender melhor o papel do Estado visto como promotor do desenvolvimento regional.

Em seguida, realiza-se uma descrição detalhada do perímetro, caracterizando assim, a forma pela qual o Estado e os agricultores lidam com os diferentes tipos de regimes de propriedade da terra. Na seqüência, o perímetro Mandacaru é tratado como um espaço de vida; detalha-se a infra-estrutura socioprodutiva na qual se localizam as “coisas” e as pessoas, procurando entender o papel e o “jogo” dos atores nesses espaços.

⁵⁰ Pérez-Vitoria (2005).

Por fim, faz-se um recorte temporal e traça-se a trajetória dos agricultores de Mandacaru, apropriando-se, para isso, de suas histórias, tentando refazer e reconstruir uma parte de suas experiências de vida. Busca-se nesta parte dar voz aos informantes, valorizando seus discursos.

3.1 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PERÍMETRO MANDACARU E DA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1.1 o ordenamento territorial do perímetro

O perímetro Mandacaru está localizado à margem direita do rio São Francisco, distante 2.500 m do curso das águas para captação e a 12 km na direção leste da cidade de Juazeiro-BA. Este perímetro, o primeiro dos quatro implantados no município de Juazeiro, foi mantido inicialmente como área piloto para o projeto Tourão⁵¹ (Mandacaru II), onde se instalou a empresa Agrovale, com grande domínio de plantio de cana-de-açúcar para produção de açúcar e álcool (MARTINS; ZATZ, 1990).

Na escolha da área de implantação do perímetro, valorizou-se sua proximidade em relação à sede municipal e ao rio São Francisco, além da qualidade de seus solos, identificados nos estudos de pré-viabilidade como ideais para a irrigação. A área do projeto correspondia a quatro fazendas, onde era praticada a bovino-caprinocultura extensiva, consideradas subvalorizadas. Como já foi mencionado no capítulo dois, para o contexto geral dos perímetros, o Estado se apropriou dessas terras utilizando-se da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que determina sobre o Estatuto da Terra e dá direito a desapropriação por interesse social.

A figura (5) localiza o perímetro Mandacaru, no município de Juazeiro, entre os quatro perímetros em operação e o grande projeto Salitre, conhecido como “Salitrão”, em implantação.

⁵¹ O perímetro Tourão foi implantado em 1975. É considerado um empreendimento de grande porte no Vale do São Francisco, reunindo esforços do Poder Público, por meio da Codevasf, e da iniciativa privada, através da Agrovale. Tem uma superfície de 11.024 ha destinada à exploração agroindustrial (MARTINS; ZATZ, 1990, p. 87). Hoje esta área abrange mais de 16.000 ha, adquirida pela Agrovale, num verdadeiro processo de expropriação fundiária dos pequenos produtores do entorno da empresa, que se tornaram seus assalariados.

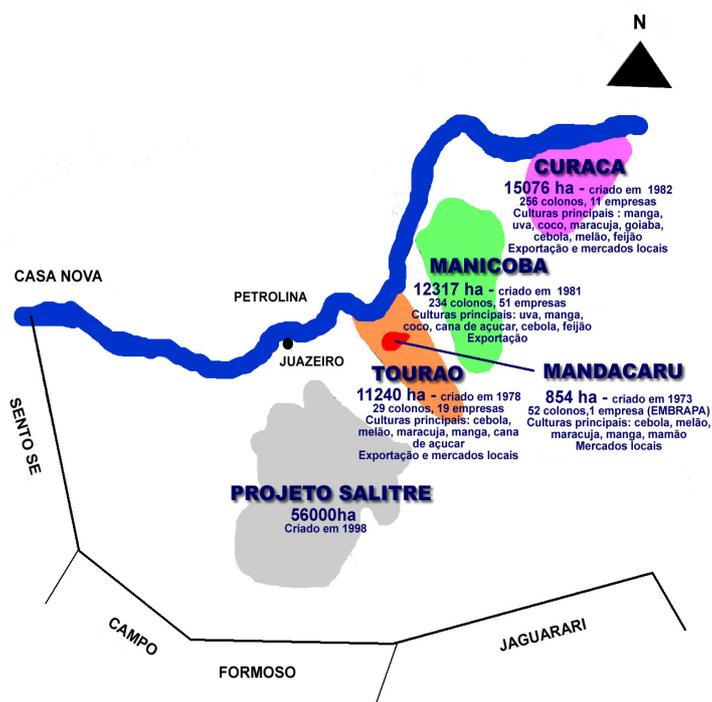


FIGURA 5: Localização do projeto Mandacaru

Fonte: Adaptada dos mapas da Codevasf

A superfície total do perímetro é de 854 hectares e inclui as “áreas de sequeiro”, consideradas não irrigáveis por serem vulneráveis aos riscos mais elevados de salinização⁵². Essas áreas seriam dedicadas à pecuária realizada em regime de pastoreio coletivo, remontando às práticas tradicionais da região nas conhecidas áreas chamadas de *fundo de pasto*⁵³.

⁵² “A salinidade ocorre, de maneira geral, em solos situados em regiões de baixa precipitação pluvial e que possuam uma drenagem interna pobre, principalmente, quando irrigados com sistemas pouco eficientes ou sem controle de real demanda hídrica das culturas” (CODEVASF, 2001, p. 23), como é o caso em Mandacaru onde o sistema de irrigação é por gravidade (infiltração por sulcos).

⁵³ Segundo Rolim (1987), convencionou-se chamar de “fundo de pasto”, as propriedades coletivas, ocupadas por uma comunidade (muitas vezes de origem familiar comum), em que se realiza como atividade predominante, um pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, associado à agricultura itinerante. O fundo de pasto, ou “feches”, corresponde à figura jurídica do “compáscuo”, quer dizer, pasto comum ou local de pastoreio do rebanho, comunitariamente. Essas comunidades “pasteiras” configuram um modelo singular de posse e uso da terra cuja expressão social vai além da sua validade como força produtiva, ao contrário da maioria dos municípios do sertão, onde se obrigou, por lei, os criadores a cercar os animais, acabando com o pastoreio coletivo. No Nordeste da Bahia, essa prática foi mantida. Eram zonas de menor densidade ou de ausência de latifúndios, onde se desenvolvia a pequena produção, quando os recursos hídricos

Mandacaru é o menor perímetro do agropólo Petrolina/Juazeiro. Como “Projeto-Piloto”, serviu de modelo para os demais perímetros implantados na região. Os agricultores de Mandacaru costumam dizer que foram “as cobaias” da região. Admitem que seus lotes serviram de “escolas para pequenos produtores e grandes empresários, pois eles foram os pioneiros”. De fato, o Mandacaru foi um exemplo de perímetro irrigado de “pequenos agricultores”, no Nordeste, em termos de produção e produtividade das novas culturas introduzidas, sobretudo melão, cebola e tomate.

Com esse tipo de comentário, os agricultores procuram resgatar a história da ocupação do perímetro, há mais de 30 anos. Referem-se também a um esforço de adaptação às novas condições de trabalho, consideradas hoje como inúteis, dado a situação de crise estrutural em que se encontram.

Ao afirmarem que seus lotes foram “escolas” de pequenos e de grandes irrigantes, traduzem de fato um dos objetivos da ação do Estado, quando da apropriação do espaço e da instalação do agricultor familiar, que era modernizar a agricultura regional e o “pequeno produtor”.

É neste sentido que se torna importante entender, por meio da pesquisa etnográfica como o projeto de modernização apresentado a seguir foi colocado em prática e quais foram os seus impactos. Para tanto, e tendo em vista a comprovação de nossas hipóteses, apresentam-se sucessivamente os elementos essenciais do projeto: a situação fundiária e o sistema de irrigação, a infra-estrutura socioprodutiva, a trajetória histórica das famílias e os sistemas de produção no decorrer do tempo. Ao final, são mostradas algumas conclusões sobre a realidade das evoluções da AF nos perímetros, analisando as tensões entre a busca por uma agricultura comercial e os traços de campesinidade, base da nossa hipótese da inadequação do projeto de modernização às especificidades da AF; e como as práticas implementadas podiam ou não

permitiam. É uma consequência da pressão fundiária menor.

responder às necessidades de uma agricultura moderna ou de uma agricultura camponesa.

3.2 O PERÍMETRO: A TERRA E O SISTEMA DE IRRIGAÇÃO

3.2.1 Qualidade dos solos e a lógica de implementação do projeto

Uma das razões para a escolha da área do perímetro Mandacaru dizia respeito à qualidade de seus solos. Na parte central do perímetro, eles correspondem aos vertisolos da classificação Duchauffour (DUCHAUFFOUR, 1970). Esses solos fazem parte dos solos mais férteis das regiões tropicais, apresentando excelentes potencialidades para a produção de alimentos, desde que sejam objeto de práticas que permitam melhorar sua estrutura e aumentar a taxa de matéria orgânica. A esse respeito, o emprego de adubos orgânicos que contenham húmus e coberturas vegetais vivas ou mortas é particularmente recomendado.

A outra parte do perímetro (periférica) representa 45% da área total. Nela, os solos argilosos são muito propensos ao fenômeno de salinização (remontado de partículas minerais nos horizontes superiores do solo) devido à sua forte permeabilidade. Além disso, a presença de pedras e de afloramentos rochosos torna-o muito mais difícil de cultivar, razão pela qual os agricultores consideram que, *“o solo é pesado, não compensando por isso plantar culturas alimentares, pois os custos não compensam o gasto com água e o trabalho”*.

Por estas características edáficas, a infra-estrutura de irrigação não foi instalada na periferia do perímetro, sendo classificada como “área de sequeiro”. Esta área seria utilizável, eventualmente, apenas como pasto e não para a agricultura irrigada.

No entanto, no decorrer do tempo, essas terras foram sendo pouco a pouco incorporadas às áreas irrigáveis, pois muitos agricultores desviavam a

água para irrigá-las sem a aprovação do plano de utilização junto ao Distrito⁵⁴. De certa forma, tratava-se de um uso clandestino, causando alguns conflitos entre os usuários e o Distrito. Essa prática era tão rotineira que a Codevasf foi levada a redimensionar essas áreas e legalizá-las, transformando-as em novos lotes. Neles, alguns agricultores estão começando a criar ovinos para corte e gado leiteiro, em busca de melhores alternativas de renda.

3.2.2 O estatuto fundiário dos lotes e do perímetro

Dentre as categorias de direito de propriedade, “no âmbito dos quais os recursos comuns de propriedade são manejados” (FEENY *et. al.*, 2001, p. 20), os perímetros irrigados estão incluídos na categoria de *propriedade comunal*. Nesse tipo de propriedade, “os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes. Esses usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local”. Os direitos aos recursos normalmente não são exclusivos ou transferíveis, são igualitários em relação ao acesso e ao uso, como é caso dos sistemas irrigados (op. cit., p. 21).

No que se refere aos projetos públicos de irrigação, a Lei nº 6.662/79 – Lei de Irrigação, em seu artigo 25, *caput*, estabelece que “As infra-estruturas de irrigação, nos Projetos Públicos implantados com recursos orçamentários da União, serão de propriedade do Governo Federal, representado pelas entidades vinculadas ao Ministério do Interior”. Por sua vez, o seu decreto de regulamentação – Decreto nº 89.496/84 –, dispõe em seu artigo 9º:

- §1º - *Os projetos públicos de irrigação, de interesse social predominante, parcial ou totalmente implantados poderão ser declarados emancipados, por ato do Ministro de Estado do Interior, observados os preceitos legais pertinentes.*

⁵⁴ O distrito é a organização legal responsável pela administração, operação e manutenção do perímetro.

- §2º - *Proceder-se-á à emancipação quando constatados o término das obras de infra-estrutura indispensável, o assentamento de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos irrigantes e a comunidade esteja social e economicamente apta a se desenvolver, dispondo de uma organização interna que lhe assegure vida administrativa própria e atividades comerciais autônomas.*

- §3º - *Quando declarado emancipado um projeto de irrigação, na forma dos parágrafos anteriores, as infra-estruturas de uso comum continuarão a pertencer ao Poder Público e serão administradas, operadas e mantidas pelo respectivo órgão executor, ao qual competirá o controle do uso da água e a cobrança das tarifas correspondentes, bem como do remanescente das prestações de remuneração referidas no §3º do artigo 16 deste Regulamento”.*

Feeny *et. al.* (2001) argumentam que, na prática, existe sobreposição de regimes no manejo desses recursos. Por exemplo, nos perímetros “públicos” de irrigação, dois destes regimes se sobrepõem: a propriedade comunal, sobre a qual, por meio do distrito de irrigação, é definido o estatuto de uso (conforme a Lei de Irrigação determina) e a propriedade privada – os lotes individuais e empresariais. Neste tipo, “os direitos de exclusão de terceiros, na exploração e na regulação da exploração de recursos, são delegados a indivíduos (ou grupos de indivíduos, como as empresas)”, reconhecidos e impostos pelo Estado (op cit., 21).

Todos os agricultores de Mandacaru já são proprietários de seus lotes. Todavia cabe a Codevasf a prerrogativa de avaliar os terrenos em caso de venda a terceiros. A venda tornou-se possível no momento em que os agricultores receberam o título definitivo. Dessa forma, Graziano da Silva (1989, p. 118) ressalta que a titulação definitiva

abre espaços oficialmente reconhecidos para a venda dos lotes a terceiros. Assim, observa-se atualmente uma tendência de crescimento do número de vendas de lotes, o que propicia a entrada no projeto de terceiros os quais não passaram pelo processo seletivo ou licitatório. O crescimento das vendas depende do tipo de titulação existente sobre o lote – quanto mais “definitivo” o título, mas facilmente se processará a venda [...].

O Estado continua sendo proprietário do patrimônio público (infra-estrutura hídrica e social), caracterizando assim o estatuto de propriedade comunal.

Esse é um fenômeno em ascensão, principalmente nos perímetros onde os agricultores já possuem título definitivo, como é o caso de Mandacaru. A rotatividade de proprietários tem sido grande, oscilando com os preços dos produtos agrícolas. A depreciação dos lotes causa prejuízos aos agricultores, e a cada ano novos “produtores” se instalam nos perímetros tão somente para fim da exploração agrícola. Mandacaru é um exemplo típico, por ser um perímetro restrito, onde foram assentados apenas agricultores familiares. Hoje, já não se pode falar dele como estritamente familiar, pois os novos proprietários estão interessados apenas na rentabilidade da agricultura empresarial.

3.2.3 A ocupação da área de sequeiro

A “área de sequeiro” é a parte do perímetro situada na periferia e que não foi sistematizada para a irrigação na época de implantação do projeto. Ela representa uma superfície de 384 ha, ou seja, 45% da superfície total do perímetro. Cada colono ao receber o seu lote com uma área irrigável, recebia também uma área *de sequeiro*. Os agricultores não dispunham geralmente de recursos para a instalação da infra-estrutura de irrigação nas mesmas e tampouco conseguia viabilizar a agricultura tradicional (pecuária, culturas alimentares), pois a área irrigada preenchia o calendário anual de trabalho. Mesmo assim, algumas famílias utilizavam o “sequeiro” com algumas cabeças de gado e de ovinos, adquiridas com a renda obtida mediante as culturas

irrigadas e visando basicamente o autoconsumo familiar (1 a 2 bovinos e 4 a 5 ovinos). Desta forma, essas áreas permaneceram praticamente abandonadas.

Não obstante, a partir de 1985 muitos agricultores, já dispendo de melhores condições de investimento começaram a aproveitar as terras de sequeiro para a irrigação. Pelas histórias, quanto à forma como eles ampliaram esses esforços, deduz-se que houve um processo ilegal de apropriação. Foram os mais “espertos” e “abastados” que acabaram se apropriando das terras que lhes pareciam potencialmente mais aptas à irrigação. Essa forma sutil de apropriação levou a Codevasf a remanejar a distribuição dessas áreas, regularizando-as e vendendo-as para os agricultores que já as tinham sob domínio ou para aqueles interessados em adquiri-las. Essa reorganização fundiária permitiu que alguns agricultores adquirissem um novo lote no perímetro, o que lhes permitia vender um e continuar explorando o outro. Nessas condições, sua permanência no perímetro irrigado foi fortalecida. A figura (6) apresenta o croqui do perímetro e a utilização da área de sequeiro.



FIGURA 6: Croqui do perímetro Mandacaru e a utilização da “área de sequeiro”

Fonte: Adaptada por Barral e le Jeune (2005), do mapa do perímetro.

3.2.4 Sucessão e função social das terras: processos que não se completam

O período indicado pelos agricultores como de prosperidade no perímetro irrigado corresponde à década de 1980. Eles reconhecem a importância do poder de compra que detinham, o que lhes permitiu quitar o financiamento da terra, no início dos anos 1990. Hoje, dos 36 colonos originais, apenas 17 permanecem proprietários dos lotes. A rotatividade acentuou-se cada vez mais nos últimos anos - por venda e arrendamento ou parceria. Isso significa dizer que a família deixou de ser a sucessora natural.

Existem filhos que fazem parcerias com outros agricultores, enquanto o

lote do pai está sendo subutilizado ou foi arrendado ou vendido a terceiros. A questão da sucessão não foi suficientemente discutida no processo de formação dos agricultores, e mesmo na continuidade do processo. A exclusão das mulheres e dos filhos da cooperativa sinalizava que a terra passava de um patrimônio familiar para ser considerada uma terra de “negócio”. Os filhos que se tornaram gestores do lote paterno, por delegação deste, ou por morte, não tinham direito de votar e serem votados nas assembleias da Cooperativa.

Um outro fator que condicionou o interesse dos filhos pelas atividades não-agrícolas, fora do perímetro, foi também a rigidez do estatuto da Cooperativa. As regras adotadas não permitiam que os filhos dos agricultores trabalhassem na organização, mesmo tendo competência para tal, pois muitos fizeram cursos técnicos de contabilidade, administração, técnicas agrícolas e mesmo de agronomia. Os jovens eram obrigados a buscar trabalho em outras áreas ou nos centros urbanos. A partir de 2000, a questão foi abordada de outra maneira, inclusive acarretando mudanças nos estatutos, as quais passaram a permitir o ingresso das esposas e dos filhos na Cooperativa. Algumas mulheres puderam até mesmo exercer cargos na diretoria. Processo um tanto tardio, pois a grande maioria dos jovens não se interessa mais pela agricultura e em dar continuidade à manutenção do patrimônio familiar. Ao contrário, alguns deles são incentivadores da venda dos lotes. É evidente que o problema transcende a esfera organizacional. Esse sucesso inicial dos agricultores os levaram a investir na educação dos filhos para “fugir da agricultura”, reproduzindo um esquema clássico, como sendo uma atividade subvalorizada.

Na realidade, esse fenômeno entra em contradição com o sentido atribuído à Política Nacional de Irrigação, que tem por objetivo “o aproveitamento racional de recursos de água e solo para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada”. Visa, entre outras coisas, atender a “preeminência da função social e utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis”, conforme o artigo 1º - I da Lei 6 662/79. Nos termos expressos por Graziano da Silva (1989, p. 112): “Na legislação, o **interesse social** predominante contrapõe-se à existência de situações socialmente indesejáveis”.

Justifica-se tal intervenção pela utilidade pública da obra implantada e pelo interesse social para a população da área de influência. “Dela se espera, em tese, um projeto que absorva e beneficie essa população” (op. cit). As vendas dos lotes para terceiros (empresários) e a construção de novos grandes projetos irrigados (o Salitre, por exemplo), para atender as Parcerias Público-Privadas (PPPs), demarcam bem essa contradição da irrigação no Semi-árido nordestino. Enquanto isso, centenas de famílias sem terra começa a acampar na Codevasf e no Projeto Salitre, reivindicando sua inserção na dinâmica de desenvolvimento, por meio da aquisição de lotes nos novos projetos.

3.2.5 O sistema de irrigação

Desde sua implantação, o Perímetro de Irrigação Mandacaru opera de forma contínua, com sistema de irrigação por gravidade (infiltração por sulcos). Isto se traduz em baixa eficiência na aplicação do recurso hídrico com o agravamento dessa situação pela degradação progressiva das características pedológicas e por deficiências na drenagem parcelar. Além dos custos operacionais, outros problemas emergem: a elevação do lençol freático e a aceleração do processo de salinização em alguns lotes. Ainda dentre os novos desafios a serem enfrentados e que são considerados como causas determinantes da utilização inadequada da água, está o mau estado de conservação da rede de canais secundários, a falta de domínio técnico da prática de irrigar e a mecanização inadequada e constante (MOUCO; MOUCO, 2006).

As águas são bombeadas a partir de uma estação elétrica no Rio São Francisco, sendo distribuídas para os usuários por um sistema gravitatório constituído de canais abertos revestidos. Esse padrão de gestão compreende, por um lado, a distribuição da água, partindo da rede coletiva até os agricultores individuais, e por outro, a manutenção das obras e canais para garantir a

durabilidade do sistema.

A concepção inicial do perímetro tinha por base (i) uma gestão estatal da infra-estrutura hidráulica coletiva; (ii) uma tarifa da água subvencionada; (iii) sistemas de produção baseados em culturas de ciclo curto; (iv) e a abundância do recurso. A evolução do contexto exterior recolocou em questão esse sistema, gerando incertezas e levando à criação de um distrito de irrigação. A Figura (7) apresenta o modelo do sistema de irrigação do perímetro Mandacaru.

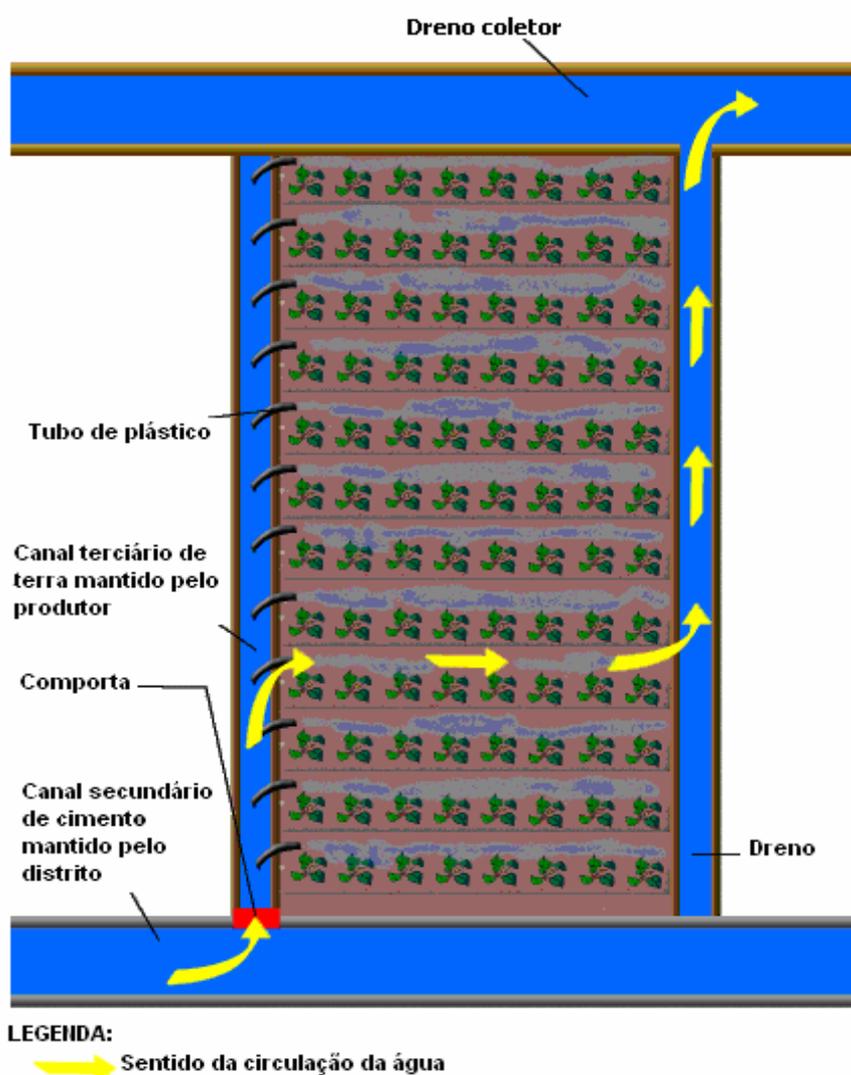


FIGURA 7: Representação do sistema de irrigação do perímetro Mandacaru

Fonte: Originalmente criada por Barral e Le Jeune, 2005.

No início, a Codevasf era a responsável pela infra-estrutura do sistema e pela gestão da produção em conjunto com a Cooperativa. Para tanto, ela sempre contou em seu quadro funcional com equipes técnicas de diferentes formações (engenheiros agrônomos e civis, assistentes sociais, economistas domésticos etc.). Ela própria prestava a assistência técnica aos produtores em parceria com a extensão rural pública. Para cumprir o que previa a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 sobre o Estatuto da Terra, o qual já mencionava a emancipação dos núcleos de colonização, a Codevasf formatou um modelo específico de transferência de gestão.

No que se refere à gestão de projetos públicos de irrigação, o Decreto nº 2.178/97 altera o Decreto nº 89.496/84, estabelece, em seu art. 1º, que as atividades de administração, operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum dos projetos públicos de irrigação, deverão, preferencialmente, ser delegadas às organizações de irrigantes dos respectivos projetos. O modelo formatado estabelecia três etapas: a de co-gestão (a Codevasf era gestora com a organização dos usuários, neste caso era a cooperativa), a de autogestão (a organização dos usuários passava a ser a gestora, sendo acompanhada pela Codevasf que ainda tinha responsabilidade pelo patrimônio público) e da emancipação de fato como previsto pela Lei nº 4.504, acima referida.

Mandacaru foi o primeiro perímetro considerado emancipado, por meio de um contrato de delegação feito com a Cooperativa Agrícola Mista de Mandacaru (Campim). Por enquanto, a concentração aqui é apenas na análise do seu papel na gestão do sistema de irrigação. O modelo desse contrato encontra-se no anexo (1)

A Campim tinha as seguintes funções básicas: a) recrutamento, assentamento, seleção e exclusão de colonos; b) operação, manutenção e administração do sistema de irrigação; c) apoio ao associativismo; d) vigilância e segurança do perímetro; e) cobrança e recolhimento das parcelas de

amortização dos lotes, pela taxa d'água; f) assistência técnica agrônômica e social dos agricultores; g) comercialização, compra e venda de insumos; e h) mecanização.

Estas atribuições se deram por força do contrato de co-gestão com a Codevasf, em 1988, em um ensaio de rearranjo do processo de emancipação dos perímetros⁵⁵. A intenção era a de que os próprios agricultores administrassem o perímetro, antecipando o retraimento da ação governamental. Nessa época, começaram as dificuldades do perímetro em arcar com os custos de manutenção e reformas no sistema básico de irrigação, na época com 15 anos de uso (MARTINS; ZATZ, 1990). A Campim, com todas as atribuições que lhe foram dadas, afastou-se profundamente do seu principal papel (organização e comercialização da produção).

Graziano da Silva (1989) refere-se ao processo de emancipação dos perímetros como a passagem de uma situação em que o poder público tudo executa e domina, em detrimento até mesmo da participação dos irrigantes, para uma outra, em que as atividades inerentes ao perímetro são totalmente administradas pelas associações ou cooperativas. Neste caso, ocorreu a retirada do poder público da gestão do projeto e das atividades que deveriam permanecer sob sua responsabilidade. Quando este processo se complementou, o projeto público foi, então, entregue à iniciativa privada (empresários ou colonos), por meio de uma entidade representativa (cooperativa, associação, distrito para citar as mais comuns).

Com a criação do Distrito de Irrigação de Mandacaru em 2000, o papel

⁵⁵ A emancipação, com base no decreto de regulamentação (Decreto nº 89.496/84) da Lei nº 6.662/79 – Lei de Irrigação, independentemente do tipo de projeto, pressupõe o alcance de determinado estágio de desenvolvimento desse projeto, que lhe permita vida administrativa e econômica própria, ou seja, autonomia. No entanto, cabe a observação da atual legislação sobre a criação de obstáculos para a emancipação “plena” dos perímetros públicos de irrigação, uma vez que não permite a transferência ou alienação da infraestrutura de irrigação de uso comum para as associações de irrigantes, sendo mantida como propriedade da União mesmo após haver sido amortizada pelos seus usuários (DOURADO *et al.*, 2006, p. 25).

de operação e manutenção do perímetro passou a ser assumido por essa entidade, a exemplo do modelo de gestão instituído nos demais perímetros.

3.2.6 O “Distrito de Irrigação”

O “Distrito de Irrigação” é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter coletivo, instituído juridicamente nos moldes de associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e atuação numa área delimitada, na qual se encontra uma infra-estrutura de agricultura irrigada, servindo a vários agricultores na exploração de seus lotes. Tem como objetivo primordial a administração, o funcionamento e a manutenção de infra-estrutura de irrigação, do patrimônio edificado e natural de uso do perímetro, dos bens móveis e imóveis de utilização coletiva, e a integração das condições básicas de desenvolvimento do sistema de produção e bem-estar dos associados. A participação dos irrigantes é compulsória (CODEVASF, 2001; BARROS; TONNEAU, 2004).

Tensões e alguns conflitos têm sido gerados entre o distrito e os usuários, comumente envolvendo a questão do uso da água de irrigação. (DE NYS *et al.*, 2005). Como os gerentes são contratados, selecionados e às vezes indicados pela Codevasf, alguns deles estabelecem uma relação hierárquica de superioridade e mesmo de autoritarismo e de distanciamento dos agricultores.

Os conflitos traduzem-se em desobediência às diretrizes focadas nos planos de irrigação e de tarifação. Várias vezes a regulamentação do uso das águas foi simplesmente ignorada. Para muitos agricultores persiste ainda hoje a representação da água como uma “dádiva”, um “dom” (MAUSS, 1980; 2001) e não como um fator de produção gerador de custos.

A gestão da água ocasiona custos de funcionamento (energia, salários, manutenção de rotina) e de investimento (renovação periódica dos

equipamentos) que a gerência do Distrito precisa assumir para garantir a perenidade de sua atividade. Às vezes, a definição das tarifas é decidida na assembléia de usuários, mas às vezes quem assume essa prerrogativa é o Conselho Administrativo, em acordo com a Codevasf. Em alguns casos, consultorias específicas são contratadas para a elaboração dos cálculos, muitas vezes desconsiderando a convivência dos atores locais com incertezas de vários tipos – naturais (secas, enchentes) e relacionadas às cadeias produtivas (principalmente à flutuação dos preços). O fato é que o valor da tarifa é um dos principais fatores oriundos dos conflitos entre o gerente do Distrito e os agricultores e, conseqüentemente, a Codevasf (DE NYS et al., 2005). Em Mandacaru, esta situação era mais complicada quando a gestão do uso da água era feita pela Cooperativa. Após a criação do Distrito, os problemas diminuíram. Antes o índice de inadimplência dos agricultores da taxa K_2 era superior a 70%; atualmente, este índice está estimado em apenas 30%.

O K_2 é uma taxa paga pelo conjunto dos usuários do sistema de irrigação. Ela é fixada pelo Distrito, correspondendo aos custos anuais de administração, operação e manutenção do perímetro (recursos humanos, veículos, energia elétrica, manutenção dos canais etc.). A taxa K_2 compõe-se de uma parte fixa, dependendo da superfície do lote, e de uma parte variável, que depende da quantidade de água consumida. A utilização da água é regulamentada da seguinte maneira: (i) o agricultor não pode irrigar mais que nove horas por dia e três dias por semana; (ii) ele deve pagar mensalmente a taxa correspondente. Se promover a irrigação, deverá arcar com ambas as partes; em caso contrário, paga somente a parte fixa que corresponde a um terço do salário mínimo atual.

A recuperação dos investimentos feitos com a infra-estrutura de uso comum (obras de captação, condução e distribuição de água, rede de drenagem, estradas, suporte elétrico etc.) é feita por meio da taxa chamada K_1 da tarifa d'água, que é paga tanto pelos empresários como pelos agricultores familiares. O pagamento da taxa K_1 é transferido à Codevasf para amortização dos investimentos feitos na infra-estrutura coletiva do perímetro. Este valor é

fixado pelo Ministério do Interior, recebido pela Codevasf, e representa a amortização dos investimentos, considerando-se uma vida útil de 50 anos do Projeto (CODEVASF, 2001).

3.3 O PERÍMETRO MANDACARU VISTO COMO UM ESPAÇO DE VIDA: A INFRA-ESTRUTURA SOCIOPRODUTIVA

3.3.1 A infraestrutura físico-social

A infraestrutura físico-social do perímetro possui um núcleo habitacional, onde foram construídas as 36 casas do perímetro, distribuídas em três ruas: Rua 01 (10 casas); Rua 02 (12 casas); Rua 03 (14 casas). Existem um prédio escolar de ensino fundamental e médio, um posto de saúde, cuja ativação foi articulada junto à Prefeitura Municipal de Juazeiro pela Cooperativa; uma igreja católica, um centro administrativo e operacional, onde estão instaladas a sede do Distrito e da Cooperativa e um Centro Social Recreativo (Clube Agrícola).

Próximas ao perímetro estão as vilas (Juca Viana I e Juca Viana II), separadas pelo canal secundário do perímetro, com aproximadamente 500 casas. Essas vilas foram formadas pelos trabalhadores assalariados desse perímetro, o que permite estimar o número de empregos gerados pela AF até a década de 1980. Antes, no local, só existia uma casa (típica das antigas fazendas da região) – referência do lugar, significativa das transformações ocorridas na região com o advento da irrigação. Isso porque as novas residências não acompanharam a mesma arquitetura das casas do “antigo” rural. Atualmente, a população é beneficiada com energia elétrica, água encanada, telefones públicos e residenciais e instalações sanitárias, tanto dentro como fora do perímetro.

Pode-se considerar essas vilas formadas nas entradas de acesso aos perímetros como uma externalidade positiva dos perímetros irrigados. Isso porque não é só em volta do Mandacaru que essas vilas foram construídas. Em quase todos os perímetros existem vilas semelhantes, algumas maiores e outras menores, consideradas zonas rurais privilegiadas, em termos de infra-estrutura física e social. A questão do tamanho não é significativa em relação à construção social que está por trás dessas vilas. Pela interação entre as

famílias dos lotes e os seus trabalhadores um novo espaço foi apropriado, onde se estabeleceram novas territorialidades.

Esse espaço pode ser entendido, como demonstrou Bombardi (2004), em seu estudo sobre o Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa, no estado de São Paulo, como uma fração de território (nesse caso do perímetro Mandacaru), forjado a partir das relações estabelecidas entre os “colonos” (agricultores familiares) de “dentro” e os trabalhadores de “fora”. Ambos forjaram também a ação pública (Prefeitura Municipal), que implantou uma infra-estrutura social adequada para atender aquela população de fora que ali se instalava. Assim, da interação desses atores sociais, surgiu uma unidade territorial particular – as vilas. Como sublinham Berger e Lukmann (1986, p. 241) “[numa] mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo”.

Na atualidade, esses espaços já não têm o mesmo significado que nas décadas de 1970-1980, quando as diferenças socioeconômicas eram bem acentuadas. Era como se fossem dois territórios diferentes: um “central” e outro “periférico”, este último o pobre e subdesenvolvido, o espaço dos trabalhadores diaristas. Do território “central” saíam os “novos ricos”, os “patrões”, com carros do ano, passando pela “vila de fora”, em direção à cidade, a passeio com a família ou levando os filhos para as escolas privadas e/ou para fazer os “negócios” (bancários, compras, comercialização dos produtos etc.). Hoje a “vila de fora” se tornou quase uma cidade dormitório – um *continuum* urbano. Muitos funcionários trabalhadores em Juazeiro e Petrolina, ou nas fazendas agrícolas do entorno, moram nessas vilas. Nelas se desenvolveram um médio comércio (lojas, mercadinhos, bares, restaurantes), inclusive alguns proprietários de lotes no Mandacaru têm comércio na “vila de fora”. **Agora, o “dentro” e o “fora” são partes integrantes de um mesmo sistema socioeconômico, parte de uma mesma dinâmica territorial.** A figura (8) representa o espaço socioprodutivo do perímetro Mandacaru.

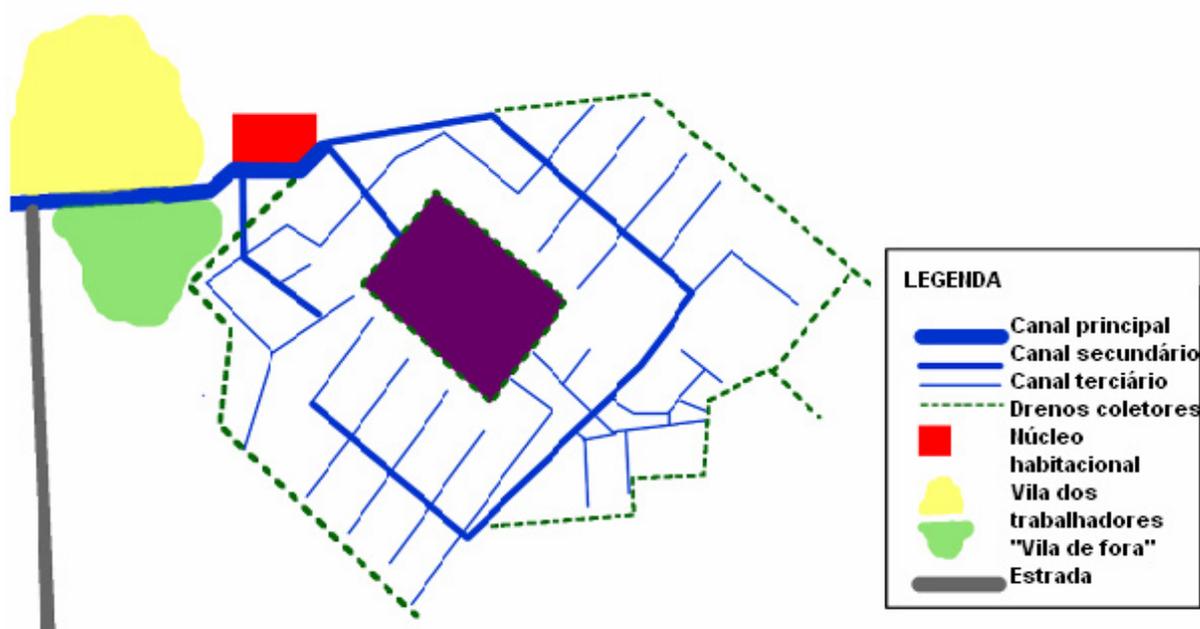


FIGURA 8 Representação do espaço socioproductivo do perímetro Mandacaru

Fonte: Adaptada por Barral e le Jeune (2005), do mapa do perímetro.

3.3.2 A Campim como “instituição-chave”

O papel da Cooperativa foi demonstrado como gestora do perímetro e dos sistemas de irrigação, mas sua função era bem abrangente. Fundada em 25 de outubro de 1975, a Campim congregava todos os agricultores de Mandacaru e mais os 33 do perímetro Tourão (ou Mandacaru II), que depois se desligaram e criaram sua própria organização. Embora criada no estilo *top-down*, ela exerceu um papel significativo, principalmente na primeira década de sua existência. Como no caso do Distrito, a adesão à Cooperativa era também compulsória. Atualmente, a adesão passou a ser voluntária, pois com a criação do Distrito, a Cooperativa perdeu a função de administradora do perímetro, papel este que passou a ser assumido pelo Distrito. Com o tempo, a Campim perdeu sua credibilidade, dentro e fora do perímetro.

Após o afastamento do Estado, nos anos 1990, o fracasso das Cooperativas sediadas nos perímetros tornou-se evidente, inclusive a de

Mandacaru. A partir de então, todo o patrimônio da Campim foi sendo destruído (assenhoreado por algumas administrações e/ou utilizado para pagamentos de dívidas contraídas). Para se demonstrar a potência da Campim, em sua fase áurea, vale ressaltar que ela absorvia 38 empregados, além de mais três funcionários cedidos pela Codevasf (equivalente a um funcionário para cada agricultor). Com a criação do Distrito de Irrigação de Mandacaru em 2000, à Campim restou apenas assumir o trabalho de gestão da produção. Antes responsável pelo recebimento da taxa de manutenção e operação do perímetro, quando esta atribuição passou para o Distrito, a Campim selou de vez seu fracasso, pois ficou sem nenhum capital de giro.

As sucessivas e ineficientes administrações foram também outro fator apontado pelos agricultores para o fracasso da Campim. Os sócios pagavam uma taxa de 12,5% da produção, sendo 2,5% para a contribuição do antigo Funrural (considerando o volume da produção e preços praticados da época, era muito significativo o volume de recurso na caixa). A Cooperativa chegou a dispor de seis tratores. Na opinião de um agricultor *“má gestão e desonestidade de alguns diretores levaram a falência da cooperativa, isso me fez deixar de pagar a taxa. Ficamos todos endividados, o que até hoje nos causa problemas com o nome sujo na praça, nos bancos, no governo e tá difícil de sair”*. Hoje, a Campim conta com menos da metade dos agricultores em seu quadro de sócios, já que a adesão não é mais compulsória.

Nos últimos cinco anos vem sendo concentrado um esforço substancial por um grupo que deseja reerguer a Cooperativa. Talvez seja uma saída para a crise, principalmente porque está surgindo da base, a partir das necessidades sentidas no momento. Estão, portanto, numa fase de reordenação administrativa, mas readquirir a confiança dos cooperados torna-se um desafio. Primeiro, porque o sentido da ação coletiva para muitos é aquele de atender apenas aos interesses individuais; uma vez atendidos, eles se afastam.

Por exemplo, se o agricultor já tem seu próprio trator, que faz seus serviços e presta serviços remunerados para terceiros, por que buscar a cooperação dos parceiros? Essa razão do afastamento de muitos cooperados não é dita nem revelada, mas ela torna-se manifesta nas atitudes e comportamentos de alguns dos agricultores entrevistados. Para outros, o sentido da ação coletiva vai mais além, tentando um equilíbrio entre os interesses coletivos e os individuais, com base nas novas referências sociais (CARVALHO, 2005).

Entre as duas organizações do perímetro (a Cooperativa e o Distrito) não se firmou uma institucionalidade forte. Elas agem muitas vezes como se fossem estranhas umas às outras, até competindo entre si. Isso impede a consolidação de organizações fortes para buscar uma interrelação com as demais organizações civis dos perímetros e fora deles, e assim contribuírem para o reforço da “densidade institucional” da área e, por implicação, das chances de construção de uma dinâmica territorializada que Fernández (2004) denomina “inovação territorial coletiva”.

Isso quebraria o ciclo vicioso da ação paternalista do Estado, que criou um tipo de agricultor familiar nos perímetros que não pode ser considerado como um sujeito proativo. Até hoje eles aspiram ao estatuto de indivíduos “assistidos pelo poder público, uma vez que já assimilaram os vínculos da dependência criados” (GRAZIANO DA SILVA, 1989, p. 117). Quando deveria ser ao contrário, apoiados pelas políticas públicas na perspectiva de uma gestão compartilhada, colocando os princípios da subsidiaridade territorial em evidência, onde a participação, a organização, a coordenação e o controle social tornassem em evidência.

3.4 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS AGRICULTORES DE MANDACARU

3.4.1 Origem, processos de seleção e formação dos agricultores

Quem lançou o edital à candidatura à ocupação dos lotes em Mandacaru foi a Suvale (antecessora da Codevasf). Os meios utilizados foram radiofônicos, cartazes distribuídos nas prefeituras municipais, visitas de funcionários públicos que realizavam reuniões em comunidades rurais dos municípios próximos ao rio, tanto em Pernambuco como na Bahia. De maneira geral, a população dessas comunidades praticava a agricultura de sequeiro (dependentes das chuvas), associada à caprinocultura, ou a agricultura de vazante (aproveitando-se do húmus deixado pelas cheias nas margens do rio). Praticava também a irrigação em pequena escala, com técnicas simples. Mais tarde, passou a introduzir motobombas e eletrobombas.

A maioria das pessoas que se inscreveram no “Projeto Mandacaru”, como era chamado na época, tinham de certa forma, uma prática de agricultura irrigada, pois um dos critérios de seleção era a experiência acumulada no setor agrícola, principalmente em agricultura irrigada. No caso específico do Mandacaru, eles apresentavam o seguinte perfil:

- trabalhadores que habitavam e trabalhavam como diaristas em áreas irrigadas no vale;
- jovens que trabalhavam com seus pais na agricultura tradicional em áreas de sequeiro próximas ao rio;
- pessoas sem experiência na agricultura, mas que tinham algum parente que trabalhava como funcionário na Sudene/Suvale/Codevasf;

- alguns aventureiros, como uma professora que enfrentou a oposição dos parentes, mas acreditou que a agricultura irrigada era algo interessante para o futuro da família.

O depoimento de uma funcionária da Codevasf traduz o momento da mobilização e sensibilização para a candidatura aos lotes no perímetro:

A forma que foi feito o assentamento em Mandacaru foi bem diferente dos demais projetos implantados no município de Juazeiro. Por ser o primeiro na região, foi obrigado a trazer produtores de outros perímetros, por resistências dos produtores locais em pegarem a terra, por serem informados que seriam escravos do governo. Eles não teriam acesso à produção, eles não teriam acesso aos recursos dessa produção, seriam obrigados a entregarem a produção sem direito a nada, como se fossem escravos. Eu falo com conhecimento de causa porque na época da implantação do projeto Mandacaru eu estava em Betume, na implantação do projeto Betume, em Sergipe e lá aconteceu o mesmo processo. Sou católica praticante e freqüentava as missas que ocorriam dentro das comunidades rurais que ficavam distantes dos grandes centros. Nós dávamos plantão, trabalhando 15 dias diretos, inclusive sábado e domingo, fazendo reuniões com a população. A informação que era levada ao pequeno produtor, dentro da própria igreja, era de que se ele pegasse aquela terra, que estava sendo preparada [para os agricultores] ele seria escravo, escravo do governo e que jamais se libertaria, entregaria a produção e jamais veria o recurso, o dinheiro da venda desses produtos (N.P. Entrevista realizada em agosto de 2005).

Alguns agricultores entrevistados admitem o temor em se envolver com projetos públicos de grande envergadura, ainda desconhecidos na região. Para eles “era o fim do mundo, era coisa do comunismo”. Era um argumento natural no final dos anos 1960 – ou seja, no auge da ditadura militar. Ainda estava arraigado na memória da população sertaneja o movimento de destruição das Ligas Camponesas; Eles tinham medo de falar, de “se envolver”. Isso não foi abertamente revelado no momento das entrevistas, mas estava expresso em gestos, semblantes e atitudes dos entrevistados.

Esse discurso traduz também a resistência ao “projeto de modernização” tanto por parte da esquerda (socialização dos meios de produção) como da

direita (criação de empresários). Talvez seja esta a razão pela qual quase nenhum agricultor do entorno do projeto, ou melhor, das cidades próximas (Juazeiro, Casa Nova, Curaçá), tenha se inscrito para receber um lote (dos 52 agricultores do Mandacaru, só dois são oriundos da Bahia). Nesta época, iniciava-se a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região - Diocese de Juazeiro - que se colocava fortemente oposta à ação do Governo em relação ao assentamento de famílias camponesas nesse tipo de empreendimento. Esta ação era vista como sendo um paliativo aos grandes problemas socioeconômicos e ambientais provocados pelas barragens (só a barragem de Sobradinho, na Bahia, relocou mais de 12 mil famílias). Na visão da CPT, era uma forma de frear as lutas dos novos movimentos sociais que surgiam na região⁵⁶.

Conforme observa-se na seqüência do depoimento de uma funcionária, os mesmos problemas de resistência à ação do Governo Federal em assentar famílias camponesas nos perímetros irrigados foram encontrados em Mandacaru. Ela afirma que:

[...] Isso aconteceu aqui também em Mandacaru, pois foi na mesma época e a gente vê hoje muitos produtores, filhos da terra, queixosos por não terem tido a mesma oportunidade, mas eles, em grande maioria, assinaram documentos dizendo que não tinham interesse, que não queriam. Pra o Mandacaru eu não conheço de forma detalhada, eu conheço a história pela resistência de aceitabilidade dos produtores locais assumirem as terras. Então os técnicos foram para Petrolândia, que já era um projeto implantado com sucesso, identificaram filhos de produtores que tinham interesse de vir para a Bahia para serem assentados no primeiro projeto de irrigação no município de Juazeiro. Eles passaram por uma entrevista e foram selecionados, passaram por um processo de formação, em torno de três meses de preparação, de treinamento, de capacitação para a agricultura irrigada para só depois terem acesso à terra daqui. Foram 36 produtores beneficiados com a infra-estrutura da casa e de lotes agrícolas (idem).

⁵⁶ Uma referência sobre a intervenção das políticas públicas e o campesinato na região do SMSF é feita por Ghislaine Duque (1980), abordando a trajetória de transferência dos atingidos pela barragem de Sobradinho.

Confirmando o seu depoimento, uma professora atuando no perímetro e esposa de um “colono pioneiro” admitiu sua

curiosidade em investigar os nossos trabalhadores assalariados para saber o porquê deles não terem adquirido um lote aqui. Descobri que foi por medo do novo. Foram informados que era coisa do comunismo. Posso acreditar nisso, pois quando eu fiz minha inscrição meus sogros disseram que eu ia ficar em um ambiente fechado, dentro de um curral com porteiras e nem eles da família teriam acesso ao perímetro e ao que a gente produzisse. Nem mesmo uma melancia a família podia ter acesso, pois teria que ser consultado se podia sair uma melancia, mesmo que fosse para um parente. A visão da minha família, pois fui eu quem puxei o meu marido, era diferente da minha. Eu sabia o que era agricultura irrigada. Já estava insatisfeita de ver meu marido plantar só quando chovia. O ano que chovia tinha muita fartura, principalmente mandioca, ele plantava muita mandioca, mas fazia a farinha, muita farinha, mas não tinha preço. Eu me preocupava com a educação dos meus filhos, o futuro deles. Quando eu via aquela quantidade de farinha, em um pequeno povoado (Açu, município de Casa Nova) e sem preço, eu me preocupava muito. O prefeito me mandou os cartazes. Fizemos a inscrição, sem meus sogros saberem. Da minha região só se inscreveu eu. Jamais me arrependi (Profª. Irene, abril de 2005).

Os depoimentos mostram, em parte, por que os agricultores situados nas proximidades do projeto não se inscreveram: medo do desconhecido. Justificam também por que associavam o cooperativismo ao comunismo, que no imaginário do sertanejo é ameaçador e é reforçado pelas elites rurais, pelos “coronéis do sertão”, os latifundiários que perderiam seu poder de mando de longa duração, numa tentativa de mascarar a realidade social sertaneja à sombra de seus “mitos” e “fanáticos”, representados nos movimentos do “cangaço” e de Canudos.

Medo do coletivismo confortado pelo conteúdo da formação dos irrigantes, que anunciava a forma cooperativa como a via de organização da produção. Cada um teria seu lote, o processo produtivo seria individual, mesmo sendo as culturas indicadas, dentro do “pacote tecnológico”, para garantir a viabilidade econômica do empreendimento. A compra de insumos e a venda da produção seriam feitas em conjunto pela cooperativa. Decorre daí o pressuposto

segundo o qual eles não seriam donos da produção e estariam em um ambiente fechado e vigiado (nesta época os perímetros tinham guarita com seguranças 24 horas). De fato, era um tipo de condomínio fechado, ou “espaço de poder” (FOUCAULT, 1987).

Por outro lado, a forte ideologia impregnada nos movimentos sociais mais recentes de esquerda da época impedia um trabalho de educação popular mais amplo, superando os radicalismos e as ideologias partidárias. Mas os encontros pastorais eram o principal espaço público de mobilização popular naquela época.

Para os agricultores “selecionados” a expectativa era da posse da terra do sonho da “terra liberta”, a “terra de trabalho” (MARTINS, 1988), a terra que permitiria finalmente a sua reprodução social. Por isso eles disseram: “*nós passamos por uma peneira fina*”. Ao final das entrevistas com dezenas de agricultores, apenas 45 foram selecionados para fazer a formação de noventa dias no perímetro Bebedouro, em Petrolina-PE (primeiro perímetro implantado na região). Nove deles ficariam no Bebedouro e os outros iriam para Mandacaru.

O treinamento desse grupo foi o sexto de uma série e o último nessa modalidade. O objetivo da formação era descobrir e aprender a dominar as técnicas da agricultura irrigada. Ao final, os primeiros 36 “colonos” se instalaram no perímetro Mandacaru. Já na formação começava a ser selecionado o tipo de agricultor que passaria a ocupar o novo território construído pelo Estado. Esta história está bem presente na memória dos “colonos-pioneiros” e um deles admitiu que as aulas

foram todas importantes porque os professores eram todos capacitados para nos dá aulas técnicas e de cooperativismo e socialismo para se viver em comunidade e em família no projeto de irrigação; com terra, água, casa e escola, todos unidos, com trabalho e assim conseguirmos nossa vitória.

Mas nas aulas técnicas e de cooperativismo dadas por professores capacitados, essas categorias de que fala o agricultor (terra, água, trabalho) ganharam um novo sentido, mediante os novos conhecimentos repassados com base na racionalidade técnica e instrumental. Um novo conhecimento tinha que ser construído para lidar com os fatores de produção da agricultura moderna.

A história de vida de um outro colono oferece mais detalhe deste processo de formação:

*Antes de vir pra o projeto eu trabalhava na fazenda dos meus pais. Era uma fazenda muito grande, dava pra toda família trabalhar, nós éramos 13 irmãos. Meu pai criou todos no cabo da enxada. Ele não era rico, mas sempre teve condições de sustentar a família. A gente cultivava mais algodão e mandioca, como culturas mais permanentes. No inverno (estação das chuvas) plantava feijão, milho etc., mas a base mesmo era o algodão e a mandioca. Tínhamos também um pequeno rebanho de criação (caprino-ovino) e de gado pra corte e leite, não muito grande. Sempre na estação seca eu corria para trabalhar num lote que meu irmão tinha no perímetro Apolônio Sales, o “Barreiras”, no município de Petrolândia, um dos mais velhos implantados pela Codevasf. Então eu já tinha um conhecimento de culturas irrigadas. Pra se entrar nos projetos era uma história muito complicada, pois a seleção era muito grande, era mesmo que um vestibular, ou melhor, um concurso público, devido a quantidade de gente que se inscrevia. Pra o Mandacaru, pra escolher 36 se inscreveram, acredito mais de mil pessoas. Passava numa peneira, ia passando na peneira, peneirando até chegar nos 36. Era muito alto o custo desse processo, acho que foi por isso que a Codevasf parou com essa forma. Ela ia selecionando e tirava aqueles que não queriam nada com a vida. [...]. Acho que a seleção foi muito boa, terminou tirando um grupo muito bom. Eu me inscrevi para o projeto Bebedouro, em Petrolina-PE, cheguei lá em 1971. Passei pela formação de 90 dias logo na chegada. Trabalhei no Bebedouro quatro anos, depois vim para o Mandacaru, por questões de saúde da família que não se adaptou em Bebedouro. Recebi um lote de 9,9 ha, no Mandacaru, de uma pessoa que tinha desistido do mesmo, ficando vago eu vim ocupar, pois meus outros cinco irmãos já estavam aqui, na Bahia, no Mandacaru I e II (**Antônio Cavalcante, entrevistado em abril de 2005**).*

Para este agricultor, o treinamento foi muito intensivo. Eles recebiam aulas técnicas e práticas de administração rural, cooperativismo e técnicas de irrigação. Ao término dos três meses do curso eles recebiam um diploma,

certificando suas aptidões para conduzir a agricultura irrigada. Segundo o entrevistado, os critérios de seleção eram justos, observando o comportamento, a disposição para o trabalho e o espírito cooperativista.

Não se pretende fazer o julgamento da validade da formação, mas ficou evidente nos diferentes depoimentos dos agricultores entrevistados (esses dois são ilustrativos dos demais), a forma como eles falam da rigidez, da ordem, do medo que tinham de cometer algum deslize, de “errar” e por isso serem eliminados. Assim, eles passavam a dispor de novos conhecimentos, na forma de educação “bancária”, rápida, para receber um diploma real de **agricultor-irrigante**, sua nova identidade. Esse foi abençoado pela maior autoridade religiosa da região (D. Avelar Brandão Vilela), então bispo da diocese de Petrolina-PE, em uma missa de ação de graças para ser apresentando o “camponês moderno” e fazer o provável enterro do “camponês atrasado”, surgindo o agricultor familiar integrado ao movimento do grande capital.

3.4.2 A trajetória de migração das famílias

Os agricultores selecionados foram chegando aos poucos à área do Mandacaru. Segundo informações dadas por eles, não traziam quase nada na bagagem, a não ser a esperança e muita vontade de trabalhar em suas próprias terras. Chegaram *“sem eira e nem beira, trazendo mulher e filhos pequenos, pensando em um futuro melhor para a família”*. Os que eram proprietários de parcelas de terra nos lugares de origem se desfizeram delas ou as deixaram com outros membros da família. Os que tinham algum criatório venderam e trouxeram os recursos sumários para ajudar na fase inicial de instalação. Os “pioneiros”, como eles se autodefinem, começaram a ocupar os lotes em 1973.

*Cheguei com a mulher e cinco filhos, todos pequenos, **trazia a esperança e a vontade de trabalhar para dar de comer a minha família**. Eu fui o terceiro a entrar no perímetro, em 02 de março de 1973, não tinha nada, nem água e nem energia. Começamos a trabalhar no lote, começamos plantando arroz, os dois primeiros anos só era essa a cultura, mas depois foi mudando, fomos*

plantando novas culturas. Eu me lembro bem que uma vez, quando ainda era trabalhador de uma propriedade, antes de vir pra o projeto, eu trouxe uma melancia bem pequena pra casa, parti e dei um pedaço a cada filho, todos me olhavam querendo mais. Eu não tinha mais, então me prometi a mim mesmo, deixe estar meus filhos que um dia vocês vão se fartar de melancia. Foi daí que comecei a plantar melancia em meu lote e eu ficava feliz quando via meus filhos pegarem uma melancia quebrar e dizer: esta não está boa papai vou pegar outra, eu dizia pegue meus filhos, cheio de orgulho, pois tinha outras, muitas outras, tinha fartura de melancia” (Júlio Barros, entrevista realizada em agosto de 2005).

Os depoimentos mencionados refletem a experiência de muitos outros trabalhadores sem terra que sonham com a *terra de trabalho*, aquela terra onde será a base da reprodução familiar como bem expressa a narrativa do agricultor: “*trazia a esperança e a vontade de trabalhar para dar de comer a minha família*”..

Foram inúmeras as dificuldades apontadas pelas famílias na fase de instalação. O grupo de mulheres entrevistadas relatou essa trajetória ao testemunhar inúmeras das situações vividas pelas famílias nessa fase. As narrativas contêm uma dose muito forte de esperança, depositada na construção de um futuro melhor. Escutar algumas dessas histórias foi como abrir um livro de memórias e ver a fotografia das famílias que ali se instalavam. A foto imaginária na capa desse livro, juntando os pedaços da conversa de cada uma delas, é quase sempre a mesma: uma caçamba, com duas ou três famílias carregando as tralhas e as crianças. Algumas delas muitas vezes com uma prole de dez filhos, os mais velhos não atingindo ainda os doze anos de idade. As famílias foram chegando aos poucos, as primeiras em 1973, depois 1974, 1975 e 1978, e assim se constituiu o núcleo habitacional do perímetro. Quase todas destacam um detalhe da chegada, sempre relacionado ao tempo, ao espaço e às pessoas.

*Quando chegamos aqui estava chovendo muito. Chegamos em 30 de setembro de 1973, **o relógio marcava uma hora e cinco minutos da manhã**. O dreno estava tão cheio que transbordou. O cadeado do portão do perímetro estava fechado. Os homens quebraram o cadeado, a caçamba atolou e não pôde continuar. Passou alguém em uma caminhoneta e deu carona. Eu tinha uma*

filha pequena, não podia andar, foi um sacrifício danado pra carregar as coisas e a menina. Dormimos na casa de Pedro Reginaldo, no outro dia fomos pra uma casa que tinha sido escolhida pra nós, eu não gostei, então escolhemos outra e no outro dia mudamos pra nossa casa que estamos até hoje. Não foi fácil os primeiros anos, mas depois foi melhorando e depois ficou uma maravilha, nossa vida mudou pra melhor (Participante do grupo focal de mulheres, em setembro de 2005).

Trinta anos depois permanece nítido na memória dos colonos este processo de mudança, o “rito de passagem” (VAN GENNEP, 1978). Essa senhora precisou até os **cinco minutos** passados da hora. O relógio, o dreno cheio, o portão fechado, uma filha pequena e a casa, são as lembranças presentes na sua memória, delimitadoras da (re)construção de novas identidades, de novas histórias de vida. Tempo, espaço e atores sociais se imbricam na teia da constituição do novo território. Na maioria das vezes, *lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências vividas no passado* (BOSI, 2002), talvez buscando dar um novo sentido à vida transformada.

Traçar a trajetória dessas famílias teve esta finalidade: refazer, reconstruir e pensar no passado para ver o presente e encarar o futuro. Esses atores sociais foram separados do curso normal da vida e do grupo ao qual pertenciam; passaram, digamos assim, a uma existência marginal em relação ao seu núcleo comunitário original, ficando à mercê de inúmeras regras, submetendo-se a ensinamentos e a provas físicas ou morais, à descaracterização de suas identidades. Finalmente, consumada a passagem, hoje, eles reintegrados à vida normal do novo território, assumem suas novas identidades, contam a história do seu “rito de passagem”.

CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE MANDACARU E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Este capítulo dá continuidade ao processo de avaliação da ação estatal no agropólo Juazeiro/Petrolina, a partir do caso de Mandacaru. Na primeira parte, busca-se apresentar a evolução dos sistemas de produção dos agricultores (“colonos”), desde a chegada, em 1973, até a fase atual.

A segunda parte do capítulo analisa-se a diversidade e a especificidade da agricultura familiar em Mandacaru. Mediante uma tipologia, empreende-se uma caracterização das unidades produtivas instaladas no perímetro, mostrando os arranjos socioprodutivos que eles vêm articulando, nos últimos tempos, a fim de se adequarem ao padrão tecnológico da agricultura modernizada do vale para continuarem inseridos na dinâmica socioeconômica local. As diferenças entre as unidades produtivas mostram o que outras pesquisas já levantaram: que não existe um só tipo de agricultura familiar (AF), porém diferentes “agriculturas familiares”. Apesar de numa área aparentemente homogênea, a diversidade é marcante e traduz o grau de diferenciação socioeconômica existente entre os agricultores.

Na seqüência, avalia-se a performance das unidades produtivas com base tanto na rentabilidade do investimento (taxa de rentabilidade interna) como na remuneração do trabalho familiar (cálculo do custo de oportunidade do trabalho do agricultor). A intenção era verificar o interesse dos agricultores de continuar investindo na sua unidade de produção em comparação com outras oportunidades de trabalho não-agrícola.

Finalmente, em um esforço de síntese, evidenciam-se os principais obstáculos que dificultaram a integração da AF na área investigada, bem como se tecem algumas considerações acerca dos fatores que dificultaram a sua consolidação no território.

4.1 A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NO PERÍMETRO MANDACARU

4.1.1 Os ciclos de produção

Desde a criação do perímetro Mandacaru várias culturas foram sendo “testadas”, conformando distintos ciclos de produção. É possível identificar em Mandacaru três grandes períodos: o do arroz/sorgo, entre 1974 e 1975; o período da cebola/tomate/melão, que se estende de 1976 a 1990 e, por último, o período da fruticultura, de 1989 até os dias atuais. Nessa trajetória, alguns anos foram marcados por picos de produção de culturas alimentares, como é o caso do ano de 1977, quando foram cultivados 35 ha de milho e 80 ha de feijão. Essa produção permitiu ao perímetro assumir o papel de "tampão" quando as fortes secas cíclicas comprometiam a produção na caatinga (diretamente dependente das chuvas), nas áreas tradicionalmente produtoras de alimentos básicos para a população local. Esse fato demonstra que o perímetro tem uma vocação para o incremento da produção de culturas da cesta básica, mas esta vocação foi escamoteada, passando a perseverar a lógica de produção voltada para o mercado externo, bastante vulnerável para os agricultores (preços flutuantes) e impactante para o meio ambiente (uso intensivo dos produtos químicos). Mas mesmo assim, trata-se de um perímetro onde as culturas anuais assumem um lugar de destaque, como veremos mais adiante.

Pode-se resumir a evolução do sistema de produção de Mandacaru nos seguintes períodos:

1974-1975: O sistema arroz/sorgo - a Codevasf repassou aos produtores CR\$ 1.400,00 (equivalente ao salário de um trabalhador durante um ano, na época) para cultivar o sorgo através de contrato com empresas. A cooperativa elaborava um calendário de trabalho, distribuía os créditos para a safra e administrava os contratos. Devido a um manejo técnico inadequado

destas culturas e os problemas de comercialização que resultaram, os produtores cultivaram o arroz por apenas dois anos, e o sorgo por quatro.

A partir de 1976: A rotação cebola/tomate/melão - com a instalação de algumas agroindústrias em Juazeiro e Petrolina, os produtores de Mandacaru investiram a partir de 1976 na rotação cebola/tomate/melão. O sorgo foi incluído nesta rotação nos primeiros anos, mas em seguida foi abandonado devido à não-renovação dos contratos feitos com a Cooperativa. As culturas do tomate, da cebola e do melão, além de terem se adaptado às condições edafoclimáticas de Mandacaru, respondiam a uma vontade do Estado de diminuir a dependência, relativamente às importações provenientes de outros países da América Latina – enfatizando-se a Argentina. Esse sistema de produção, compartilhado por todos os agricultores de Mandacaru no início dos anos 1980, permitia-lhes auferir bons rendimentos. Também permitia-lhes investir em bens pessoais, móveis e imóveis (ampliação da casa, compra de utensílios domésticos, veículos etc.) ou na unidade produtiva (compra de um ou mais tratores, compra de outras parcelas de terra fora do perímetro, casas e terrenos na cidade etc.) e na educação dos filhos.

Fim dos anos 1980: a primeira crise do sistema - na segunda metade dos anos 1980, os agricultores de Mandacaru começaram a encontrar dificuldades não só de ordem técnica (aparecimento de parasitas no tomate), mas também econômica – entrada da produção no mercado, antes quase que exclusivo, dos novos perímetros irrigados, implantados na própria região e em outras regiões do Nordeste e a saída das agroindústrias. A Cica Norte é um exemplo de uma das maiores agroindústrias ali instaladas.

Além disso, esse foi o momento em que teve início o processo de emancipação do perímetro, quando o Estado começou a se desengajar desse tipo de ação, atendendo aos apelos do projeto neoliberal das privatizações. Isto exigia um forte ajustamento estrutural das empresas estatais para a diminuição dos gastos públicos. Acostumados à ação provedora do Estado, os agricultores

sofreram em cheio seu afastamento, ou sentiram o vazio por ele deixado, sem que houvesse uma preparação orientada para a gestão dos riscos e das incertezas.

Nessa ocasião, a Codevasf contratou, por meio de licitação, alguns especialistas em capacitação e organização de produtores rurais, em operação e manutenção de perímetros, para prestarem serviços ao perímetro em uma ação participativa junto aos agricultores. O produto esperado seria um planejamento estratégico para o perímetro que contemplasse ações a curto, médio e longo prazo.

Assim, para melhor conhecer os usuários dos serviços do distrito, foram atualizados os dados socioeconômicos dos 52 proprietários de lotes, visando um conhecimento mais aprofundado da unidade familiar e dos problemas da unidade produtiva, na perspectiva de que, conhecendo melhor as dificuldades, seria mais fácil negociar as dívidas e viabilizar o desenvolvimento local. O diagnóstico foi realizado entre junho e julho de 2000, e o resultado serviu de base para a intervenção proposta em um projeto de reabilitação do perímetro.

O diagnóstico levantou diversas questões relacionadas à gestão das organizações de produtores e dos lotes agrícolas, e justificou a negociação de um convênio (simplificado nº. 8/2001), firmado entre a Codevasf e o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 823.920,00, onde ficaram previstos investimentos na recuperação de obras de irrigação, nas organizações de produtores, a título de reabilitação. O convênio foi aditado o valor em R\$ 455.000,00, em 30/10/2002, com objeto de substituir as bombas de captação e adquirir novos painéis de comando elétrico para a estação de bombeamento. Os investimentos em reabilitação feitos no Perímetro Irrigado de Mandacaru foram eficientes do ponto de vista financeiro, pois, apesar dos incrementos no custo de produção na proporção de 13,24% do ano de 2000 para de 2001, e de 37,91% de 2001 para 2002, ocorreu também um significativo aumento na renda

líquida do produtor, da ordem de 176,38% de 2000 para 2001, e de 358,15% de 2001 para 2002 (Mouco; Mouco, 2006).

A partir de 2000: a segunda crise do sistema - a segunda crise emergiu em conseqüência do processo de reestruturação produtiva que aconteceu no agropólo Juazeiro/Petrolina, com a expansão da fruticultura nas décadas de 1980 e 1990. Esse fato provocou mudanças significativas na composição dos produtos cultivados, na base técnica de produção, nas estruturas da posse da terra e do emprego. Constata-se também uma mudança significativa no perfil dos agentes da produção. Agora já não são somente a AF e os irrigantes tradicionais que comandam o processo produtivo. Novos atores sociais entraram em cena, como as empresas ligadas a vários grupos empresariais do mercado brasileiro e multinacionais, com estruturas administrativas modernas e fruticultores profissionalizados.

Estes novos atores substituíram os agricultores irrigantes tradicionais, entre eles os agricultores familiares. Diferentemente dos antigos, os novos atores sociais, na gestão da exploração da atividade frutícola, “combinam as mais diversas formas de contratos de trabalhos e serviços, envolvendo o assalariamento (permanente, temporário, por tarefa), parcerias, consultorias técnicas, terceirização de algumas etapas dos processos produtivos e de pós-colheita” (SILVA, 2001, p. 113).

Essa nova dinâmica produtiva instaurada no agropólo provocou a desestruturação da AF. Apesar do programa de desenvolvimento da fruticultura, incentivado pelo Governo para a AF se tornar mais competitiva, não foi suficiente para evitar as sucessivas e diferentes crises que os produtores de Mandacaru vêm atravessando: crises do crédito rural, crise da comercialização, crise da fertilidade dos solos etc.

A crise de acesso ao crédito invalida o modelo de agricultura financiada - os perímetros irrigados são frutos do processo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira, instalada no período pós-64. Ela foi viabilizada por diferentes instrumentos de política agrícola, dentre eles o **crédito rural subsidiado**. Nos primeiros anos de implantação dos perímetros irrigados, os agricultores tiveram acesso fácil a este tipo de crédito, o que lhes possibilitou viabilizar as culturas comerciais. Nesta época, pelo retorno econômico assegurado, facilmente pagavam suas dívidas de investimento e custeio junto aos agentes financiadores oficiais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste). A Cooperativa era a principal intermediadora das transações relacionadas à produção agrícola, utilizando-se das prerrogativas que lhe eram concedidas. Essas transações eram também realizadas junto às agroindústrias, por meio de financiamento das culturas base de sua principal matéria-prima (tomate, algodão, cana-de-açúcar). Com a retirada dos subsídios governamentais, afastando as agroindústrias e tornando o crédito rural embutido de altos juros e correção monetária, face à crise econômica brasileira da década de 1990, em um período de alta inflação, a cooperativa ficou endividada. Esse fato levou os agricultores a se tornarem inadimplentes, sem possibilidade de obter novos financiamentos. Aqueles que se arriscavam a fazer as transações individualizadas, deparavam-se com o fato das mesmas serem inviabilizadas pelo débito coletivo da cooperativa. Esse problema do crédito persiste até hoje como uma ‘chaga’ na vida dos agricultores de Mandacaru.

A crise de comercialização invalida o modelo de inserção no mercado - a Cooperativa, que desempenhava um papel fundamental nesse processo passava por problemas sérios originados da má gestão, fraudes, endividamentos com os agricultores, casas comerciais e inadimplência com os agentes financeiros. Essa situação fez com que a cooperativa de Mandacaru perdesse a credibilidade perante os parceiros e os próprios cooperados. Por outro lado, esta situação complicou a vida dos agricultores, que perderam o seu principal canal de penetração no mercado, hoje dominado pelos grandes empresários. O escoamento da produção torna-se cada vez mais problemático, num mercado competitivo, no qual as grandes empresas tornam-se

hegemônicas.

Isso porque a expansão da fruticultura vem acompanhada do processo de automação de várias práticas agrícolas, decorrentes do processo de reestruturação produtiva. A produção voltada para o mercado de produtos de qualidade exige cada vez mais mão-de-obra qualificada e serviços especializados - tanto no processo produtivo quanto nas atividades pós-colheita, pois uma comercialização adequada depende da interconexão de todos esses fatores. A Valexport surge nesse contexto de dinamização da fruticultura, formando uma rede interessada em enfrentar a concorrência do mercado globalizado.

A crise de fertilidade dos solos parece refletir, de forma exemplar, a insustentabilidade de todo esse processo. O uso intensivo dos solos, com as sucessivas rotações de cebola/melão/tomate por mais de 15 anos, comprometeu sua fertilidade e, conseqüentemente, resultou em baixa produtividade (em torno de 15 a 20 toneladas por hectare), no caso da cebola e do melão, anteriormente a produtividade girava em torno de 40 a 45 toneladas por hectare. A representação gráfica da evolução do sistema de produção de Mandacaru pode ser visualizada na figura (9).

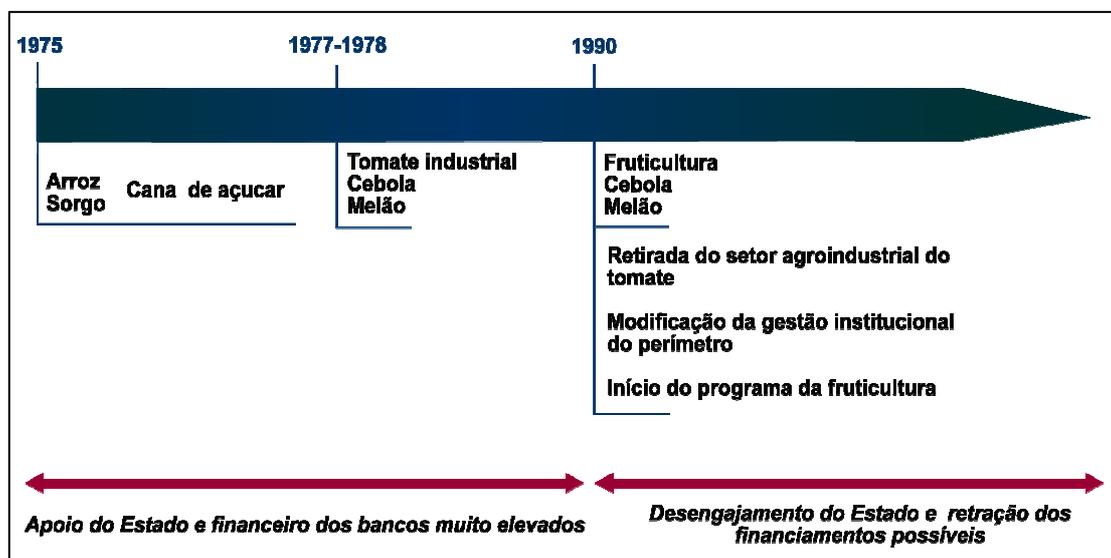


FIGURA 9: Trajetória dos sistemas produtivos em Mandacaru.

Fonte: Elaborada por Barral e le Jeune (2005)

Esta evolução tornou-se habitual nos perímetros irrigados. O uso intensivo dos solos não permitia sua recomposição, já bastante afetada pelo desmatamento. Decorrem daí os problemas de pragas, doenças e deficiências minerais que vêm afetando o perímetro como um todo, exigindo doses cada vez maiores de fertilizantes. Além disso, a maioria das culturas exploradas não são nativas. Adaptadas aos solos virgens nos primeiros anos, com elevados índices de produtividade, agora estão restringindo sensivelmente a produtividade elevada. A necessidade cada vez maior de insumos a serem adquiridos tornou-se um obstáculo praticamente intransponível para uma grande parte dos agricultores familiares ali sediados.

Em relação ao uso intensivo dos solos, seriam necessárias outras formas de cuidado,

[...] para uma agricultura abundante e ambientalmente sadia, em cada região devem ser cultivadas as espécies que ali melhor se adaptam. Isso corresponde à lógica de procurar a cultura certa para a situação disponível, em lugar de modificar o ambiente para que ele se ajuste às necessidades da cultura. Num nível mais elevado, corresponde à lógica de fazer o ecossistema agrícola tão próximo

quanto possível do ecossistema natural (KHATAUNIAN, 2001, p. 109).

Não se pode assumir que esta lógica seria inviável. Mas sua adoção em Mandacaru parece problemática, pois as práticas dos agricultores tradicionais são consideradas hoje em dia fora de moda. Neste enfrentamento entre o “tradicional” e o “moderno” (BONETI, 2001), eles se vêem obrigados a utilizar os “artifícios da química agrícola”. Embora a maioria dos agricultores de Mandacaru reconheça a importância dos solos para o desenvolvimento das culturas, eles parecem não se sensibilizar com os requisitos de sustentabilidade dos sistemas naturais.

Verificam-se algumas práticas de adubação verde e o uso de esterco de caprinos, mas seu uso é norteado muito mais pela rentabilidade das culturas, do que a preocupação com o equilíbrio dos agroecossistemas no longo prazo. Por exemplo, na rotação das culturas do melão e cebola, antes de plantar uma ou outra cultura, o agricultor fazia um plantio de milho ou feijão para ser incorporado ao solo. O milho, segundo ele, chegava até o momento do embonecamento e o feijão, no momento da floração. *“Dá até vontade de deixar, pois é triste destruir todo um plantio tão viçoso, não deixar prosseguir, mas vale a pena incorporar ao solo, porque vai melhorar a produtividade da cultura que vai ser plantada ali (melão ou cebola) vai dar mais lucro”*, admitiu um agricultor. Segundo o depoimento feito, fazer tal prática é *“dispendioso”*.

4.2 GESTÃO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

4.2.1 Recrutamento da mão-de-obra em função dos ciclos produtivos

Os agricultores de Mandacaru orientavam os ciclos de suas culturas em função das “janelas” mediadas pelos mercados nacionais e internacionais. Como se sabe, eles apresentam geralmente grandes flutuações anuais no sistema de preços. Em decorrência dos impactos gerados no tecido cultural dos perímetros, os colonos recorreram muito cedo ao recrutamento de mão-de-obra assalariada, principalmente nos picos de produção. Para um hectare irrigado, um colono tinha necessidade, em média, de três ou quatro trabalhadores diaristas operando no lote. Essa necessidade de mão-de-obra assalariada diária deu origem a um processo migratório significativo no agropólo Juazeiro/Petrolina, com migrantes de diferentes matizes e procedência:

- Em primeiro lugar, os parentes dos familiares dos colonos que vieram a se instalar no entorno do perímetro. De início, eles compartilhavam a moradia com os parentes, mas logo que conseguiram acumular alguma renda construíram suas próprias casas na “vila de fora”.
- Em segundo lugar, os antigos moradores da beira do rio, “os beiradeiros” viram na criação dos perímetros irrigados novas oportunidades de trabalho. De fato, isso se deu devido ao crescimento demográfico de suas comunidades, cujos espaços começavam a se tornar restritos para a produção e reprodução social de suas famílias, após o advento da grande irrigação.
- Em terceiro lugar, as famílias expropriadas das terras que ocupavam antes da construção das barragens (Sobradinho, Itaparica, Moxotó) - são os “expropriados da terra”.

- E, finalmente as pessoas desempregadas ou trabalhadores sem terra, vindos de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste.

Neste cenário podem ser incluídos também alguns empresários e empresas que, beneficiando-se dos incentivos governamentais para investir na região, nela se instalaram. Esse processo migratório transformou o vale do São Francisco, em especial a região do Submédio, muito tempo marcado por um atraso e um êxodo rural expressivo, em um verdadeiro pólo atrativo de mão-de-obra e de investidores. Hoje, está classificada como uma das regiões agrícolas mais dinâmicas do País.

Logo nos primeiros anos da instalação do perímetro, a utilização da mão-de-obra familiar era intensiva, tanto das mulheres como dos filhos. Naquela época todos ainda menores de idade. A fase considerada mais difícil corresponde a do preparo das terras para os primeiros plantios, pois a Codevasf entregou os lotes somente desmatados e com os pontos de água, a partir daí os colonos assumiam as demais tarefas. As mulheres, principalmente, relembram essa fase como a de trabalho excepcionalmente duro, pois tinham que remover os troncos de árvores e as pedras remanescentes. Na medida em que não podiam contratar mão-de-obra, utilizavam o trabalho familiar e várias vezes recrutavam a ajuda de parentes. Muitos deles tornaram-se proprietários de lotes na redistribuição após a divisão daqueles considerados “improdutivos”. Nesta fase, existia ainda o sistema de ajuda mútua (troca de favores) e até mesmo os “mutirões” para algumas tarefas que exigiam uma concentração maior de esforço dos grupos ali instalados.

À medida que as novas culturas foram sendo introduzidas, na fase de produção concentrada de tomate/cebola/melão (1977-1978), a demanda pela contratação de mão-de-obra foi aumentando. Como essas culturas tornaram-se quase uma “especialização” do território, o perímetro se transformou em um

importante catalizador de mão-de-obra externa. A “vila de fora” foi formada para atender a este contingente adicional de trabalhadores. Nesse período, a família costumava se envolver também com as atividades agrícolas, pois os cultivos requeriam alguns cuidados específicos, como no caso da cultura da cebola, que tornou o trabalho feminino uma especialização na região; ou da uva nas grandes empresas atualmente.

As esposas, nesta segunda fase do sistema produtivo, não participavam diretamente do trabalho nos lotes. Mas, segundo os depoimentos dados no grupo focal, elas relataram que, às vezes passavam as noites nas portas das casas trançando as cebolas que deveriam ser transportadas pelos caminhões que chegariam no dia seguinte pela manhã. Relembrem também que com a venda de um caminhão de cebola era possível comprar um carro novo, tamanhas eram a valorização do produto e a intensidade das demandas nos mercados.

Os filhos, já em idade escolar, e os pais, com condições financeiras adequadas, não se dedicavam integralmente ao trabalho agrícola e passaram a freqüentar escolas privadas na cidade. Tanto que hoje é difícil ter uma família no perímetro que não tenha um filho ou uma filha, às vezes até todos os filhos, com diploma de nível superior. Algumas esposas retomaram seus estudos, chegando às vezes a concluir o curso superior. Em contraste, 90% dos agricultores dispõem apenas do nível fundamental incompleto. Todos esses fatores contribuíram para que as famílias não se envolvessem integralmente às atividades no lote, segundo os princípios da agricultura camponesa tradicional, em que a terra, trabalho e família são as categorias nucleadoras. Esta é mais uma de muitas outras particularidades da agricultura familiar em áreas irrigadas ou vinculadas a uma agricultura dita “moderna”.

4.2.1 Os equipamentos das unidades produtivas

Os solos de Mandacaru, de textura argilosa, são muito pesados, necessitando uma força de tração elevada para serem trabalhados. É por isso

que, para o trabalho de aração e traçado dos sulcos, os produtores utilizavam máquinas alugadas ou cedidas da Cooperativa. Com os rendimentos auferidos nos anos 1980, eles investiram na compra de tratores. Alguns deles chegaram a adquirir mais de um, tornando-se também locadores para outras propriedades, dentro e fora do perímetro. A grande maioria vendeu seus tratores nos períodos de crise financeira. Dois produtores que puderam conservar os tratores vêm ocupando o lugar da cooperativa os quais também por questões de endividamento, se desfizeram dos seus tratores. Os proprietários desses equipamentos asseguram que o serviço de aluguel (R\$ 45,00/hora) – preço de 2005 – rendem-lhes um bom dinheiro. Um dos tipos de trabalhador permanente dos agricultores de Mandacaru é o tratorista, que além de trabalhar para o proprietário-patrão, realiza trabalhos adicionais para o patrão fora do perímetro.

Para os trabalhos mais leves, de preparo do solo e de capina, os produtores compraram mulas e implementos a tração animal – é muito comum o uso da tração animal no perímetro, em um nítido confronto entre as técnicas modernas e as tradicionais. Hoje em dia, os agricultores se referem ao material de tração animal como sendo uma atitude mais razoável, pois é mais acessível, tem uma vida útil boa (10 a 15 anos), é de baixo custo. Nota-se aí, que eles estão percebendo que o preço da modernização foi muito alto e existem outras alternativas para se fazer uma agricultura moderna, baseada no conhecimento tradicional, com práticas agrícolas menos onerosas e de baixo impacto ambiental.

Eles também possuem e utilizam bomba costal. Algumas vezes, alugam uma bomba motorizada de outros agricultores para pulverizar as culturas. Todos dispõem de equipamentos manuais e de tração animal. Para o transporte da colheita, os produtores não dispõem de nenhum material específico; atualmente, os compradores recolhem os produtos com seus próprios veículos.



Preparo do solo a tração animal

Capina a tração animal

FIGURA 10: Atividades de preparo do solo e capina a tração animal

Fonte: Fotos do arquivo da autora

Para se deslocar do perímetro, alguns produtores utilizam bicicletas e outros, veículos próprios. A grande maioria possuía um ou mais veículos até a década de 1990, mas a maior parte foi obrigada a vendê-los para enfrentar as crises sucessivas financeiras. Muitos fazem uso dos transportes coletivos que ligam a Vila Juca Viana/Mandacaru à sede municipal (Juazeiro). Antes, este meio de transporte era totalmente descartado pelos agricultores e suas famílias.

4.2.2 A gestão atual da mão-de-obra

Mesmo diante da carência de dados precisos, estima-se que existam hoje em dia menos de 500 trabalhadores temporários no perímetro. A diária equivale a uma fração do salário mínimo, girando em torno de R\$ 20,00 (vinte reais). Ela depende das oscilações da oferta – em alguns períodos do ano (secas prolongadas). A procura por trabalho é bem maior do que a demanda dos agricultores. Sobretudo, em decorrência do abandono parcial das culturas temporárias (cebola, melão, tomate), empregadoras absolutas de mão-de-obra sazonal, ela tende a baixar.

Constata-se também uma expressiva oscilação no nível de absorção

dessa mão-de-obra. Os diaristas não têm garantia de um salário mínimo a cada mês. Essa instabilidade leva as famílias trabalhadoras rurais a criar diferentes estratégias de ocupação da mão-de-obra, muitas vezes empregando também as esposas e os filhos em diferentes propriedades para poder prover as necessidades da família, ou garantir um rendimento mensal. A ausência de oportunidades de emprego no agropólo, atualmente, não foge à regra vigente nas várias regiões brasileiras.

Todos os agricultores ainda contratam mão-de-obra, mas não como no período anterior. A mão-de-obra familiar também é utilizada, sempre na mesma tendência de antes, muito reduzida em termos de quantidade de pessoas. Cerca de 70% dos agricultores mobilizam de um a dois membros da família no trabalho agrícola nos lotes e somente 11% disponibilizam de 3 a 5 pessoas da família. Via de regra, trata-se de um filho que não quis estudar ou de algum deles que decidiu, mesmo depois de realizar os estudos, continuar trabalhando com os pais; às vezes não é um membro da família nuclear ou conjugal, mas da família extensiva (ANTUNIASSI, 1998). As filhas e as mulheres (esposas) não costumam trabalhar no lote, a não ser as viúvas que assumem a produção em companhia de algum filho. Somente cerca de 20% dos agricultores não têm nenhum membro da família envolvido diretamente no trabalho agrícola.

Em relação à utilização da mão-de-obra familiar, o fator idade do proprietário deve ser também levado em conta. A faixa etária média dos agricultores de Mandacaru é de 45 a 60 anos de idade (46%). Acima de 60 anos, o índice é de 35%, ou seja, mais de 80% dos agricultores já não têm filhos menores ou dependentes da família. Isso significa dizer que seus filhos já constituíram suas próprias famílias e não residem mais com os pais, salvo algum agricultor que decidiu constituir uma nova família (um viúvo ou mesmo aqueles separados). A grande maioria tem um ou dois filhos(as) que moram em casa. Usualmente é um solteiro(a) e netos, principalmente dos(as) filhos(as) que se separaram ou resolveram ter filhos sem se casarem.

Vale a pena ressaltar, todavia que a maior parte dos agricultores “pioneiros” que ainda são proprietários dos lotes, lidam diretamente com o trabalho, mesmo aqueles acima de 60 anos, salvo alguém que esteja acometido de alguma enfermidade. Neste caso, a esposa e algum filho passam a ser os gestores do lote, trabalhando diretamente ou contratando mão-de-obra. A aposentadoria rural é um outro fator a ser considerado na avaliação da mão-de-obra familiar. Algumas famílias já têm a garantia de um a dois salários mínimos provenientes da aposentadoria, o que possibilita os agricultores recrutarem diaristas, independente da renda da agricultura.

Como se pode observar, a AF nos perímetros irrigados, tal como Wanderley (1998) e Ploeg (2006) se referiram em relação à empresa familiar, não se organiza na base da exploração do trabalho alheio. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. Isso não significa que deixe de contratar em algum momento do ciclo de produção, trabalhadores temporários e até mesmo disponham, em função do sistema de produção adotado, um ou mais trabalhadores permanentes, como demonstrado acima. Mas isso não descaracteriza de forma alguma a sua condição de agricultura familiar.

4.2.3 A recriação da parceria como alternativa de financiamento da produção

Com as dificuldades de liberação do crédito de investimento e de custeio, os produtores de Mandacaru tiveram que recorrer a uma outra forma de financiamento da produção, que remonta às ditas formas atrasadas de produção. Trata-se do sistema de “parceria” ou de “meia” (metade-metade). Essa forma de custeio da produção teve início em 1986, quando os agricultores de Mandacaru passaram a sentir mais de perto a crise da agricultura irrigada, enfrentando grandes dificuldades financeiras. Sem acesso ao crédito rural para o custeio das culturas e os investimentos necessários, eles buscaram outras alternativas de financiamento da produção, recriando na agricultura moderna o sistema de “parcerias”.

As opções de “parcerias” dependem das circunstâncias do momento. Uma modalidade bem comum diz respeito aos revendedores de produtos agrícolas (casas comerciais). Estes financiam todos os insumos e se necessário a mão-de-obra contratada. No final do ciclo da produção, descontadas todas as despesas, o líquido é dividido. Nesses custos não são considerados o trabalho do proprietário do lote e a renda da terra. Pode-se perceber nesta relação de trabalho, uma submissão total do agricultor ao capital. Nesse caso, o capital expressa a sua lógica, extração da mais-valia ou apropriação da força de trabalho não-paga da renda da terra. A “parceria” ou a “meia” é, em certa medida, um crédito privado repassado para o agricultor, mas na realidade não se apropria do fruto do seu trabalho.

Uma outra modalidade é a parceria firmada entre os próprios agricultores do perímetro. Esta envolve aqueles agricultores que, dispendo de algumas reservas, antecipam para o companheiro em dificuldades, sem recursos para custear o ciclo de uma cultura. Após a colheita e a venda da produção, o financiador recupera a soma líquida investida, depois os lucros da venda do produto bruto são divididos entre as partes (agricultor financiador e agricultor financiado). Mais uma vez, o agricultor se torna um trabalhador dependente do capital ou um trabalhador para o capital.

Essa modalidade de crédito é uma forma de empréstimo com uma taxa de juros compreendida entre 20 e 30%. Este sistema cria uma relação de dependência entre o financiador e o agricultor, porque a partir do momento em que este último perde uma colheita (o que freqüentemente acontece em um ano sobre três, em média), torna-se endividado e se vê obrigado a refazer a parceria para tentar reembolsar o dinheiro que devia ao fornecedor.

Outra alternativa é aquela estabelecida com alguém que se interessa pela agricultura, principalmente por culturas de renda, como a manga, e se apresenta a um agricultor que de certa forma não tem mais interesse em

dedicar-se inteiramente ao seu lote (já morando inclusive na cidade). Neste caso, o proprietário contribui com a terra e as culturas permanentes implantadas (a manga é a mais comum) e o “meeiro” participa com o trabalho e até mesmo a gestão do lote. O proprietário apresenta-se como um mero fiscalizador. No final do ciclo da cultura, os lucros são divididos meio a meio, após dedução da soma investida de cada um.

O arrendamento da terra costuma ser também utilizada. Aqui, o agricultor em dificuldades financeiras, não tendo a capacidade de aumentar a área plantada mesmo para se manter em sua atividade, arrenda parte da terra. Neste caso, o arrendatário tem autonomia na condução da cultura implantada, acordado antes com o proprietário o tipo da cultura e o período, sempre contados pelos ciclos da cultura. Em alguns casos, o arrendatário torna-se parceiro do proprietário em alguma outra cultura que este decidiu implantar (melão, cebola, melancia etc.), aproveitando a oportunidade do arrendatário, na propriedade. (Modelo de contrato de arrendamento no anexo 2).

Já nos primeiros cinco anos do projeto, a Codevasf avaliou que os “colonos” não estavam em condições de explorar integralmente a terra recebida. Os lotes acabaram divididos, pois os “colonos” ainda não detinham a posse da terra. Agora que os lotes são titulados, eles se utilizam dessas modalidades de uso da terra para continuar existindo. Mas as parcerias entre os agricultores transcendem os limites do perímetro.

Outro caso digno de registro, diz respeito às famílias cujas propriedades estão investindo em fruticultura a partir do financiamento oferecidos pelos filhos, que por sua vez dedicam-se a atividades não-agrícolas. Eles não dependem dos pais e isto constitui motivo de orgulho dos últimos. Os depoimentos revelam o prazer que o pai tem de estar cuidando do que é da família. O pai recebe as condições financeiras de tocar a produção, faz o que gosta e o que sabe fazer, como eles dizem, e ele mesmo faz a gestão do lote. No final do ciclo da cultura, descontados os gastos, o lucro é dividido meio a meio. Mas o trabalho do pai

não é computado.

Essas formas de uso da terra e de gestão do trabalho no campo, constatadas nos perímetros irrigados foram analisadas por Graziano da Silva (1989) como sendo uma recriação do sistema de parceria na agricultura irrigada. Segundo o autor, essa estratégia já tinha sido prevista por Carvalho (1988) em função das próprias exigências técnicas da irrigação. Carvalho (op. cit., p. 336) chamou a atenção para o fato de que “[seria] fundamental estar-se atento para a possibilidade de a irrigação – pública e privada – ensejar a recriação de formas atrasadas de produção como a parceria”. Isso está ocorrendo de fato não só em Mandacaru, mas também nos demais perímetros irrigados do Nordeste.

A existência de tais formas indica que os agricultores familiares estão enfrentando uma crise do modelo produtivista hegemônico. A baixa capacidade de investimento, pela não-disponibilidade de recursos, a especialização que exigem as culturas modernas e a especialização técnica são alguns dos fatores que explicam a presença do sistema de parceria na agricultura familiar.

Na análise desse sistema em Mandacaru, pode-se constatar que ele assume a condição de uma relação de trabalho “*em transição*”, conforme Graziano da Silva (1989). Para esse pesquisador a parceria pode ser vista,

como forma de transição ao estabelecimento do trabalho assalariado em escala geral e como uma forma flexível de remuneração de trabalho, adaptável a circunstâncias específicas de organização da produção, permitindo combinar, simultaneamente, atividades típicas de empregado e de empregador (op. cit, p. 87).

Num estudo realizado na década de 1989, Graziano da Silva (op. cit.) previu que a recriação da parceria nos perímetros irrigados deveria ser vista como uma fase transitória. Esperava-se que os próprios efeitos de encadeamento advindos dos projetos, em especial nas regiões onde os

investimentos públicos foram intensos, como é o caso do agropólo Juazeiro/Petrolina, contribuísssem para a modernização das forças produtivas. Isto tornaria a parceria dispensável. Todavia, neste estudo de caso verifica-se que ela evoluiu, vem se recriando e assumindo novas configurações.

4.2.4 Panorama das principais culturas

A grande diversidade de produção existente em Mandacaru, atualmente, resulta de um processo de diferenciação num contexto econômico e institucional particularmente instável. Mandacaru caracteriza-se ainda por um equilíbrio de superfícies plantadas por culturas anuais e culturas perenes, como pode ser observado nos quadros (6 e 7). Essa situação não é igual nos demais perímetros do Município, onde a fruticultura já ultrapassa 70% da área plantada.

QUADRO 6 – Demonstrativo da exploração produtiva e econômica dos agricultores familiares no perímetro Mandacaru, em 2005.

Cultura	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Preço médio (R\$/kg)	Valor da Produção (R\$)	Área em formação (ha)	Área total (ha)
Perenes/semi	147,83	1.545,98			859.376,00	51,70	203,73
Manga	87,60	851,9	9,7	0,58	495.805,00	36,40	125,70
Coco	10,00	61,0	6,1	0,32	19.236,00	-	10,00
Maracujá	20,20	215,9	10,7	0,71	152.438,00	6,30	26,50
Banana	11,93	91,6	7,7	1,22	111.525,00	4,40	16,33
Mamão	4,40	200,9	45,7	0,19	39.042,00	2,60	7,00
Acerola	4,00	110,0	27,5	0,55	60.205,00	-	4,00
Caju	-	-	-	-	-	0,50	0,50

Goiaba	12,50	121,3	9,7	0,31	38.180,00	4,00	16,50
Pinha	1,20	3,5	2,9	0,90	3.150,00	-	1,20
Cultura	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Preço médio (R\$/kg)	Valor da Produção (R\$)	Área em formação (ha)	Área total (ha)
Anuais	202,50	2.674,47			1.133.225,00	44,70	247,20
Feijão	38,90	52,2	1,3	1,51	78.990,00	4,00	42,90
Melão	101,70	1.596,1	15,7	0,38	610.692,00	33,70	135,40
Cebola	57,60	910,2	15,8	0,42	382.738,00	7,00	64,60
Pepino	0,30	6,0	20,0	0,10	600,00	-	0,30
TOTAL	350,33	4.220,45	-	-	1.992.601,00	96,40	445,03

Fonte: Plantec/Codevasf, 2006.

Os valores do quadro (6) são referentes à renda do Perímetro Mandacaru em 2005, quando a arrecadação foi de **R\$ 1.992.601,00**, o que representa um aumento de 22% em relação aos últimos cinco anos, apesar da redução de 15% da área cultivada.

Quadro 7: Demonstrativo da exploração produtiva e econômica dos agricultores familiares do perímetro Mandacaru, em 2006.

Cultura	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Preço médio (R\$/kg)	Valor da produção (R\$)	Área em formação (ha)	Área total (ha)
Perenes/semi	110,76	2.115,10			811.097,20	64,90	175,66
Manga	80,60	1.395,00	17,31	0,37	511.527,20	35,20	115,80
Coco	7,20	122,00	16,94	0,21	25.620,00	-	7,20
Maracujá	4,80	67,00	13,96	0,76	50.920,00	1,50	6,30

Banana	2,70	60,00	22,22	0,82	49.035,00	27,70	30,40
Goiaba	3,50	52,50	15,00	0,64	33.375,00	-	3,50
Pinha	1,60	24,00	15,00	0,50	12.000,00	-	1,60
Caju	0,30	0,60	2,00	0,50	300,00	-	0,30
Acerola	4,00	150,00	37,50	0,40	60.000,00	0,50	4,50
Mamão	6,06	244,00	40,26	0,28	68.320,00		6,06
Cultura	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Preço médio (R\$/kg)	Valor da Produção (R\$)	Área em formação (ha)	Área total (ha)
Anuais	295,13	4.586,50			1.732.200,00	13,80	308,93
Pimentão	2,00	30,00	15,00	0,40	12.000,00	-	2,00
Milho	1,50	3,00	2,00	0,40	1.200,00	-	1,50
Sorgo	1,50	2,00	1,33	0,30	600,00	-	1,50
Melancia	4,00	60,00	15,00	0,22	13.200,00	-	4,00
Feijão	20,50	26,50	1,29	1,36	36.050,00	-	20,50
Pepino	0,38	16,00	42,11	0,35	5.600,00	-	0,38
Melão	177,55	2.929,00	16,50	0,35	1.025.150,00	4,90	182,45
Cebola	87,70	1.520,00	17,33	0,42	638.400,00	8,90	96,60
Total	405,89	6.701,60			2.543.297,20	78,70	484,59

Fonte: Plantec/Codevasf, 2006. Adaptado pela autora.

Os valores expressos no quadro (7) são referentes à renda do Perímetro Mandacaru em 2006, quando a arrecadação foi de R\$ **2.543.297,20**, representando um aumento de 28% em relação ao ano de 2005, quadro (6), embora considerasse que o aumento foi de apenas 16% da área cultivada, durante o mesmo período.

Em relação às culturas perenes e semiperenes, comparando-se as duas tabelas, verifica-se que há uma redução das áreas plantadas de coco e goiaba (a goiaba, de 16 ha em 2005, baixou para 3,5 em 2006; o coco, de 10 ha em 2005, baixou para 7,5 em 2006). Essa redução ocorre desde o final da década de 1990. Os agricultores abandonaram ou até erradicaram as parcelas de coqueiros e goiabeiras por duas razões essenciais. Por um lado, devido ao desmoronamento dos preços causados pelo aumento da oferta e pela massificação de crédito bancário para estas duas culturas, em 1994, como é o caso do coco. Por outro lado, devido à infestação de doenças, como o nematóide, nas goiabeiras. Por exemplo, o coco que os agricultores chegaram a comercializar a R\$ 0,80/kg, nos anos 1990, em 2005 estava sendo comercializado no Mercado do Produtor, em Juazeiro, por apenas R\$ 0,12/kg. Quanto à goiaba, mais de 50 ha foram erradicados nos perímetros; em compensação, a banana e o maracujá representam duas culturas que têm se expandido significativamente em termos de área plantada nos últimos cinco anos.

A manga, coqueluche dos anos 1990, estimulada pela liberação do crédito bancário para seu cultivo, em 1994, também sofre uma redução importante nas áreas plantadas. A banana, o maracujá, a acerola e o mamão são culturas que hoje estão apresentando bons resultados para os agricultores familiares. São culturas semiperenes representantes da alternativa de substituição à manga. Necessitam de menos investimentos e permitem uma entrada de renda mais rápida (a manga entra em produção apenas com quatro anos). No agropólo Juazeiro/Petrolina, a superfície cultivada com maracujá passou de 48 ha em 1990 à 281 ha em 2003, correspondente a um aumento da produção no período de 8,80 toneladas para 1.178 toneladas.

As culturas perenes e semiperenes consomem menos água que as culturas anuais, pois para uma mesma quantidade produzida, a necessidade hídrica é inferior. As culturas anuais são, de fato, mais consumidoras de água. Isso explica igualmente que para 1m³ de água consumido, a massa produzida é mais elevada. Em termos econômicos, as culturas anuais e as culturas perenes

representam estratégias muito diferentes, mas complementares nos sistemas de gestão dos recursos.

Quanto às culturas anuais, as principais são o melão e a cebola, cuja produção é destinada ao mercado local e nacional (centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente). Embora não apareça na tabela, o quiabo também é um legume cultivado em Mandacaru. Essa diversificação de culturas permite aos agricultores auferirem uma renda semanal, caracterizando assim uma das especificidades da agricultura familiar. O feijão serve, sobretudo, para melhorar a condição dos solos (adubação orgânica). A diversificação tem sido uma das muitas estratégias que os agricultores de Mandacaru vêm implementando para o enfrentamento da crise. A figura (11) é representativa da diversificação praticada atualmente pelos agricultores em Mandacaru. A acerola e o maracujá eram colhidos para comercialização durante a visita ao lote.



Figura 11: Frutas semi-perenes cultivadas no perímetro Mandacaru.

Fonte: Fotos do arquivo da autora

Os gráficos (1 e 2) facilitam uma visualização mais nítida da evolução da produção desde o ano 2000. As curvas apresentadas nesses gráficos sugerem uma retomada ao desenvolvimento do Perímetro, conforme avaliação dos técnicos da ATER (PLANTEC/CODEVASF, 2006) e nossas observações *in loco*.

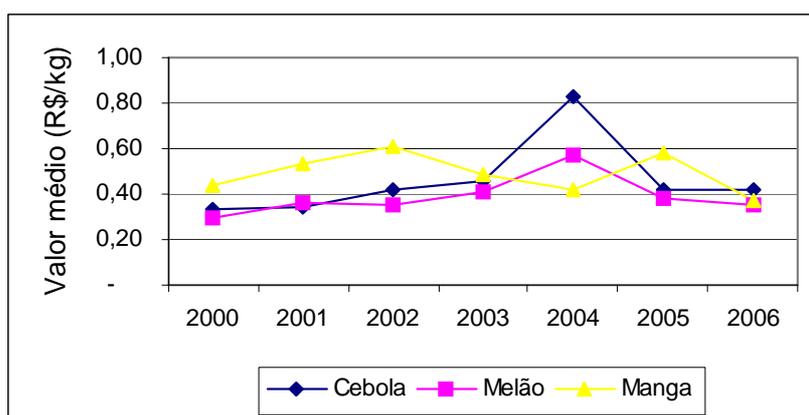


GRÁFICO 1: Evolução da área colhida no perímetro Mandacaru (2000-2006)

Fonte: Plantec/Codevasf, 2006

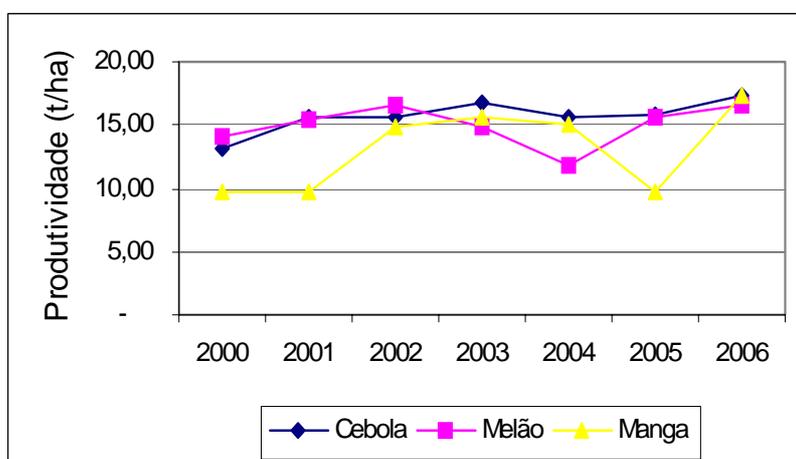


GRÁFICO 2: Evolução da produtividade das principais culturas no Mandacaru (2000-2006)

Fonte: Plantec/Codevasf, 2006

Para ser encontrado o rendimento médio anual por produtor, os técnicos dividiram a renda anual do Perímetro, encontrando uma renda média de R\$ **38.534,81** por produtor. Na distribuição dessa renda por cultura, destacam-se as culturas do melão, da cebola e da manga, que juntas representam 85% do faturamento bruto do Perímetro, conforme gráfico (3). Em área cultivada, esse

percentual é de 86%, de acordo com o gráfico 4 (PLANTEC/CODEVASF, 2006).

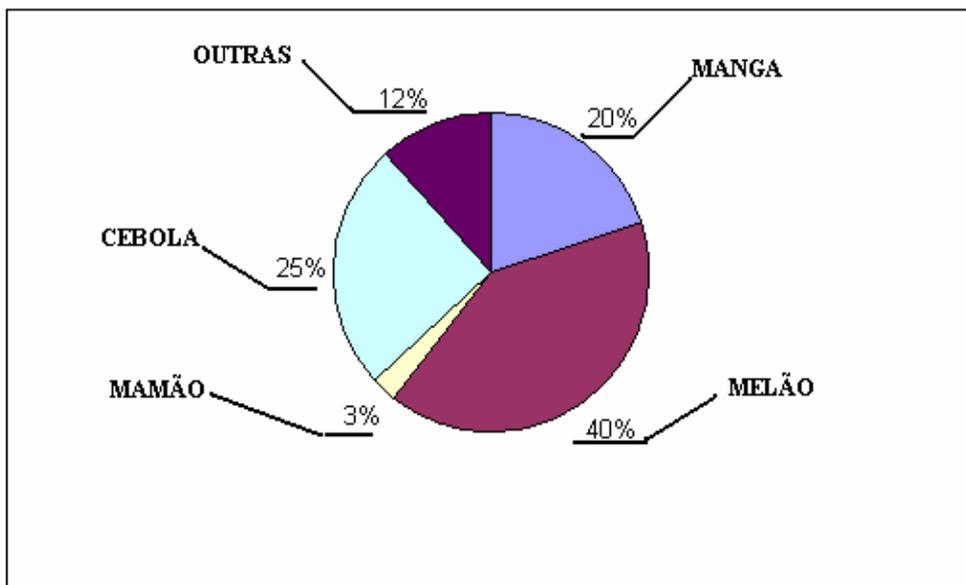


GRÁFICO 3: Distribuição da renda por culturas no Perímetro Mandacaru (2006)

Fonte: Adaptado da Plantec/Codevasf, 2006

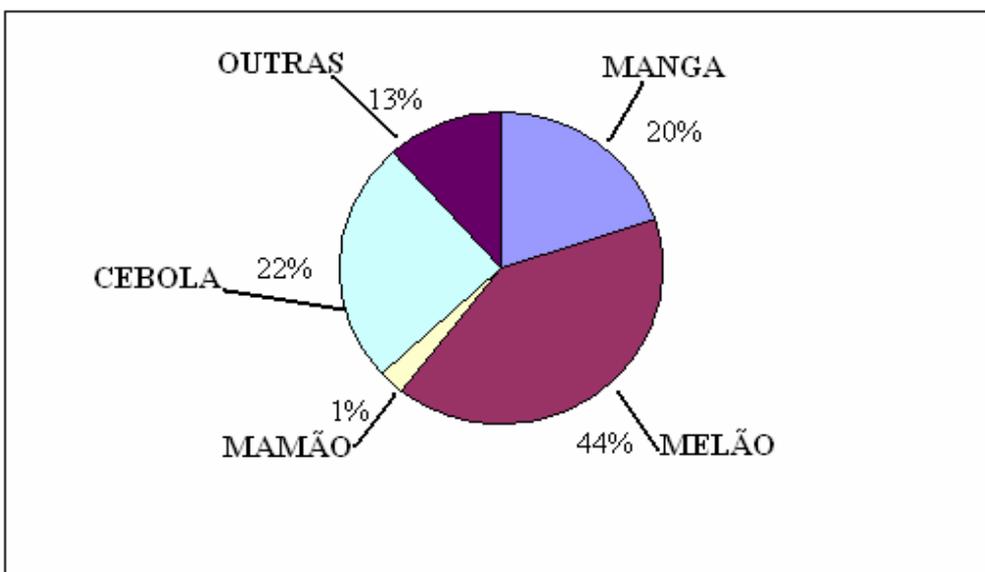


GRÁFICO 4: Situação da área cultivada no Perímetro Mandacaru (2006)

Fonte: Adaptado da Plantec/Codevasf, 2006

Ao analisar a evolução da produtividade das culturas, percebe-se uma melhoria destes índices, porém nos preços médios de venda dos principais

produtos, verifica-se uma leve diminuição, principalmente da manga, que em 2006 sofreu uma variação negativa de 36% devido à concentração de oferta do produto no segundo semestre de 2006, conforme demonstram os gráficos (5 e 6).

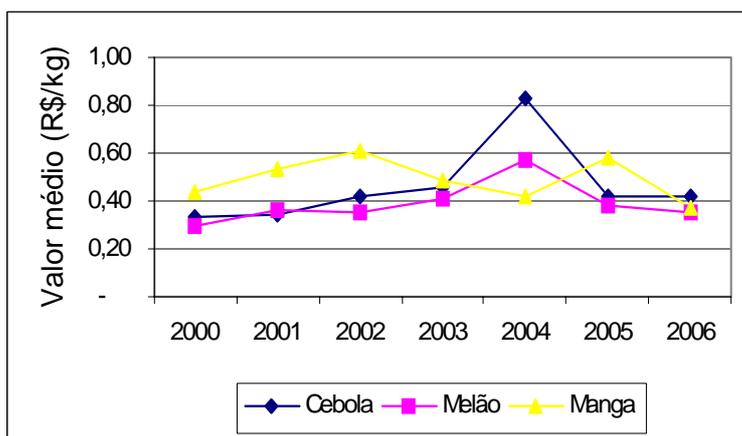


GRÁFICO 5: Evolução dos preços médios dos produtos agrícolas no Perímetro Mandacaru (2000-2006)

Fonte: Plantec/Codevasf, 2006

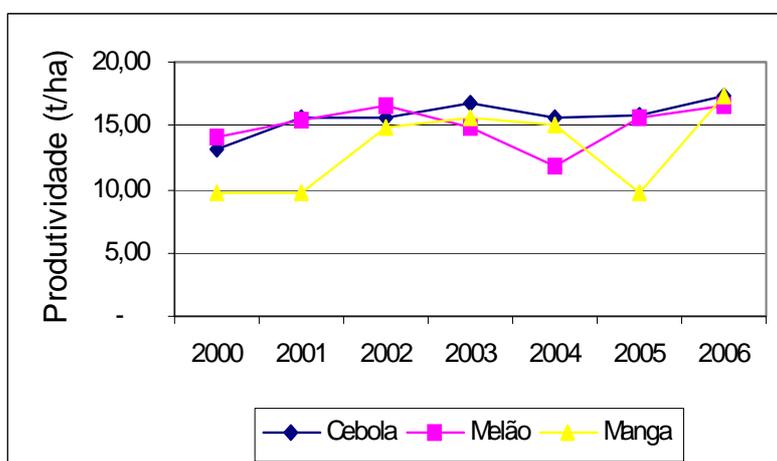


GRÁFICO 6: Evolução da produtividade das principais culturas no Perímetro Mandacaru (2000-2006)

Fonte: Plantec/Codevasf, 2006

A banana-maçã tem-se destacado pelos seus resultados econômicos e agrônômicos. Ela desponta como já salientado anteriormente, como uma alternativa de cultivo para os agricultores familiares. As áreas em formação já são bastante significativas no perímetro, como indica o gráfico (7).

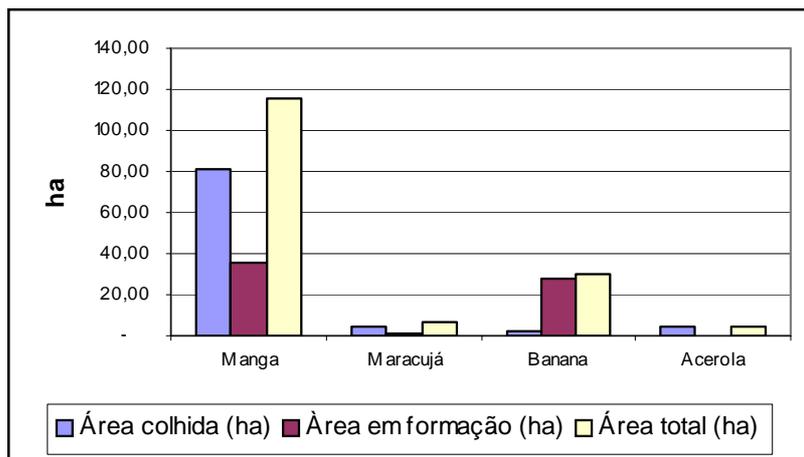


GRÁFICO 7: Comparação entre área cultivada e área em formação das principais culturas perenes no Mandacaru, em 2006

Fonte: Plantec/Codevasf, 2006

Na atualidade, destaca-se que a visualização dessas alternativas de cultivo exprime um ganho significativo de aprendizagem social. Após vários anos submetidos à adoção de inovações tecnológicas com base exclusivamente nas orientações dos técnicos, hoje já se processa uma “maturação e reflexão em torno das recomendações”, como sublinha Brandenburg (1999) os agricultores constroem suas estratégias ou seus arranjos socioprodutivos atentos às condições favoráveis do mercado, às oportunidades de contratos seguros de garantia de venda da produção, por exemplo acerola, junto a uma firma japonesa de exportação. Os técnicos procuram também estabelecer um atendimento aos agricultores, criando um espaço favorável de intercâmbio de informações para a adoção das inovações tecnológicas.

4.2.5. Os Circuitos de comercialização

Hoje, os agricultores de Mandacaru não se beneficiam mais da estrutura de comercialização de sua produção, assumida pela Cooperativa. À medida que a produção muitas vezes é de baixa qualidade (relativamente ao padrão exigencial para exportação), ela se restringe aos mercados local e nacional, mediante uma rede de “atravessadores” que se deslocam até os lotes para negociar a compra. A falta de informação dos preços praticados nos mercados

reduz o seu poder de negociação, mas, apesar de bem informados eles não conquistaram o poder de barganha. O processo de comercialização é feito de forma individualizada, e alguns agricultores arriscam a venda de seus produtos em outros circuitos, por exemplo, a manga "PIF" (Programa de Produção Integrada da Fruticultura)⁵⁷.

O PIF permite ao produtor reduzir em até 50% os custos em fatores de produção. Dessa forma, eles asseguram as vendas e conseguem obter ao mesmo tempo melhores preços no mercado (preço médio: R\$ 1,40 /kg, contra R\$ 0,80 sem o PIF). Essa prática, no caso da cultura da manga, responde às exigências dos mercados europeu, americano e japonês. A figura (16) apresenta o circuito da comercialização do perímetro.

⁵⁷ O PIF é um programa enquadrado pelo Emprapa e a Valexport para a manga e a uva produzidas no Nordeste. O agricultor paga R\$ 28,00/mês e se compromete a seguir um caderno de orientações, visando reduzir a utilização de produtos fitossanitários e certos cuidados preventivos sistemáticos.

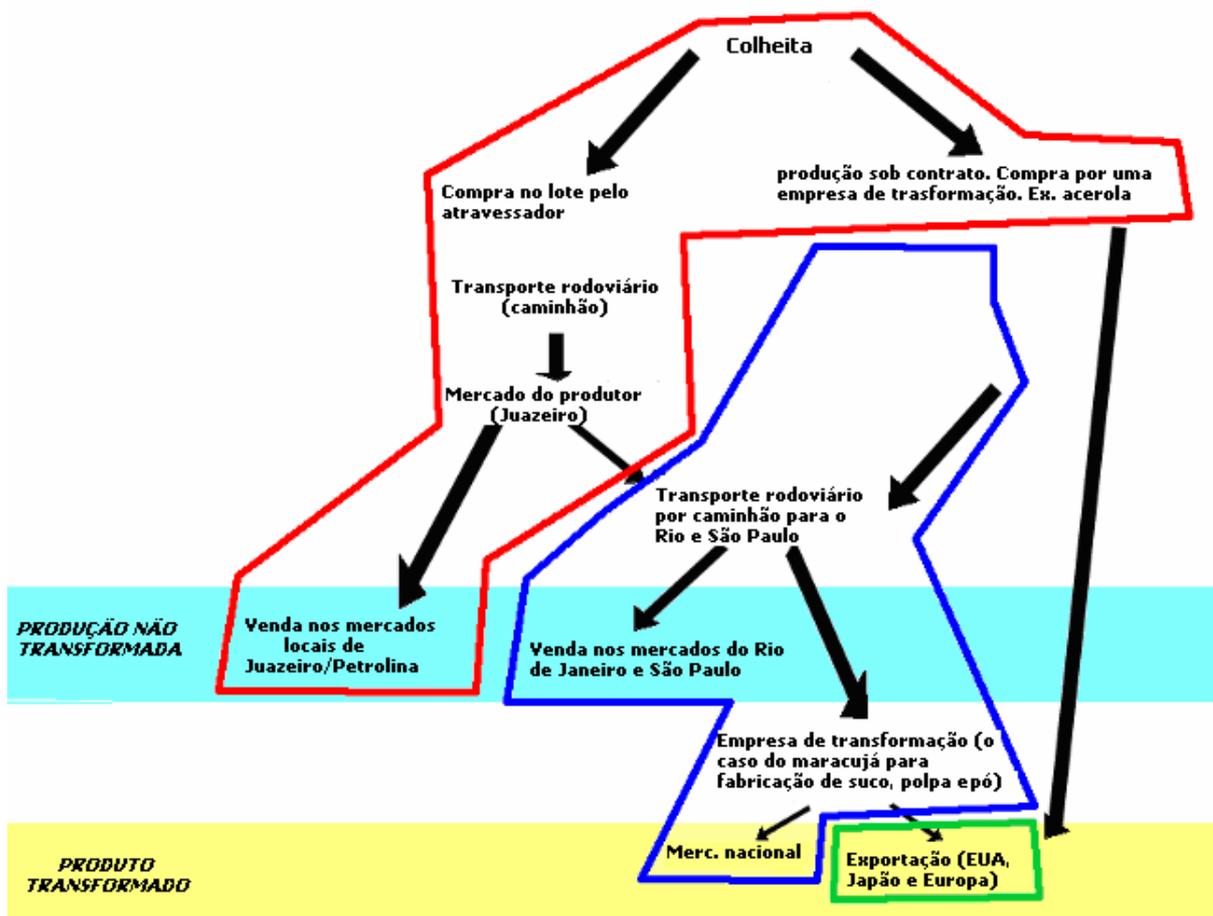


FIGURA 12: Circuito de comercialização das frutas, verduras e legumes produzidas no perímetro Mandacaru.

Fonte: Criada por Barral e le Jeune (2005)

Verifica-se a existência de uma razão econômica embutida nas práticas dos agricultores de Mandacaru. Isto não constitui uma novidade, embora várias práticas típicas da agricultura camponesa sejam evidenciadas nesse perímetro. Os agricultores são frequentemente surpreendidos com os “calotes” processados no circuito de comercialização. Às vezes, eles perdem “carradas” de cebola, melão, manga etc., ao confiarem na palavra do comprador, num processo que se assemelha - às dinâmicas de mercados operadas em princípios de solidariedade e confiança mútua. Aproveitando-se disso, o caminhoneiro compra a produção, mas desaparece com o dinheiro e com o produto (quando não deixa ao vendedor apenas um cheque sem fundos).

A análise da história do perímetro irrigado Mandacaru, desde a sua criação, destaca fortes recomposições técnicas, econômicas e sociais. Nesses mais de trinta anos de existência, foram criadas e recriadas novas dinâmicas territoriais. Por meio da análise das diferentes evidências recolhidas, pôde-se identificar uma grande diversidade de sistemas de produção modelizados em uma tipologia das explorações agrícolas a ser mostrada na sessão subsequente.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE UNIDADES FAMILIARES DO PERÍMETRO MANDACARU

4.3.1 Processo de diferenciação das unidades produtivas em Mandacaru

O objetivo dessa caracterização foi verificar o processo de diferenciação socioeconômica entre os agricultores do perímetro Mandacaru, demonstrar também que em um espaço aparentemente homogêneo, as estratégias de produção e sobrevivência dos agricultores familiares são diferenciadas. A caracterização das unidades familiares de produção de Mandacaru foi feita com base em um levantamento socioeconômico realizado em 2000⁵⁸ com 100% das famílias do perímetro, além de entrevistas realizadas em 2005⁵⁹ com 61% dos agricultores.

Pelos critérios utilizados, verificou-se que as unidades podem ser agrupadas em dois conjuntos. O primeiro integra os agricultores dedicados exclusivamente à agricultura (tipos 1, 2, 3 e 4) e o segundo, é aquele que integra os agricultores que combinam a agricultura e a pecuária (tipos 5, 6 e 7).

A cada categoria foram associados os investimentos realizados nas unidades produtivas, ou seja, ausência de investimentos (tipos 1 e 5), investimentos médios (tipos 2, 6) e altos (tipos 3 e 7).

⁵⁸ Este levantamento foi coordenado pela autora, quando de uma prestação de serviço à Codevasf. O trabalho contou com a participação da população, inclusive sendo uma estratégia de trabalho para a criação do Distrito de Irrigação. Foram capacitados membros da comunidade para coleta de dados, com base em um roteiro pré-elaborado. Esse momento foi bastante rico, pois além de ter atingido 100% das famílias, houve uma aproximação destas pessoas com sua própria realidade. A restituição dos dados na comunidade também contou com a participação efetiva das entrevistadoras (professoras, esposas e filhas dos agricultores).

⁵⁹ As entrevistas realizadas em 2005 contaram com a participação efetiva de duas estagiárias francesas do Institut National Agronomique de Paris – INA P-G (Marion BARRAL e Sophie Le JEUNE), no quadro de intercâmbio entre o CIRAD e a Embrapa sob a orientação de Jean Philippe Tonneau (co-orientador desta tese).

Reproduziu-se neste caso a tipologia proposta pelo estudo do INCRA/FAO (2000), que distingue agricultores familiares: *capitalizados*, em processo de *capitalização*, em processo de *descapitalização* e *descapitalizados*. Além da descrição, foi apresentado um balanço da renda mensal auferida. Os tipos de unidades identificados em Mandacaru estão apresentados no quadro síntese abaixo (quadro 8).

QUADRO 8: Síntese da tipologia das unidades familiares identificadas em Mandacaru

TIPO	Superfície	Nível de equipamentos	Mão-de-obra	Origem financiamentos	Produção	Renda bruta R\$
Tipo 1 A	6 a 8 hectares irrigáveis	Mula (1)+ implementos a tração animal (3)+ pulverizador costal (2) + bicicleta (1) + Trator e implementos mecanizados (alugado)	Diaristas: 300 Hd/ha cultivado/ano	Parceria	Culturas anuais	300,00
Tipo 1 B	10 hectares irrigáveis	Mula (1)+ implementos a tração animal (3)+ pulverizador costal (4) + moto (1) + Trator e implementos mecanizados (alugado)	Diaristas: 300 Hd/ha cultivado/ano	Recursos próprios	Culturas anuais	2.856,00
Tipo 2	5 a 30 hectares irrigáveis cultivados	Mula (1 a 4)+ implementos a tração animal (3 a 10)+ pulverizador costal (2 a 6) + moto (1)+ moto ou um veículo (1) + eventualmente trator e implementos mecanizados aluga para terceiros	Diaristas: 200 Hd/ha cultivado/ano	Recursos próprios + parceria + crédito rural em 1994	Culturas anuais + fruticultura (Maximo 3 espécies de frutas)	1.970,00
Tipo 3 A	5 a 8 hectares irrigáveis dos quais 3 à 5 ha efetivamente cultivados	Mula (1)+ implementos a tração animal + Trator e implementos mecanizados (alugado) + bicicleta (1)	Diaristas: 135 Hd/ha cultivado/ano	Recursos próprios (atividade extra-agrícola possível) + crédito rural em 1994	Fruticultura	811,00
Tipo 3 B	5 a 8 hectares irrigáveis e cultivados	Mula (1)+ implementos a tração animal + Trator e implementos mecanizados (alugado) + moto (1)	Diaristas: 135 Hd/ha cultivado/ano 1 trabalhador permanente se o proprietário está ausente	Recursos próprios + parceria + crédito rural em 1994	Fruticultura	1.855,00
Tipo 4 A	8 ha irrigáveis, 4 ha cultivados	Trator e implementos mecanizados (alugado) + bicicleta (1)	Diaristas: 130 Hd/ha cultivado/ano	Recursos próprios (atividade extra-agrícola possível) + crédito rural em	Manga em produção	909,00

1994						
TIPO	Superfície	Nível de equipamentos	Mão-de-obra	Origem financiamentos	Produção	Renda bruta R\$
Tipo 4 B	8 ha irrigáveis	Trator e implementos mecanizados (alugado) + bicicleta (1)	Diaristas: 130 Hd/ha cultivado/ano	Recursos próprios + parceria + crédito rural em 1994	Manga em produção	2.378,00
Tipo 5 A	8 ha irrigáveis	Mula (1)+ implementos a tração animal (3) + bicicleta (1)	Diaristas: 160 Hd/ha cultivado/ano	Recursos próprios	Culturas anuais + criação de ovinos	860,00
Tipo 5 B	6 ha irrigáveis + 3 ha na "área de sequeiro"	Mula (1)+ implementos a tração animal (3) + bicicleta (1)	Diaristas: 300 Hd/ha cultivado/ano	Recursos próprios + parceria	Culturas anuais + criação de ovinos	1.359,00
Tipo 6	7 a 17 ha irrigáveis e cultivados; 0 a 3 ha na "área de sequeiro"	Mula (1 a 3)+ implementos a tração animal (3 a 7)+ pulverizador costal (2 a 5) + moto ou veículo (1) + eventualmente trator e implementos mecanizados aluga para terceiros	Diaristas: 170 Hd/ha cultivado/ano Trabalhador Permanente (0 a 3)	Recursos próprios + crédito rural em 1994	Fruticultura + Culturas anuais + criação de ovinos ou caprinos	1.446,00
Tipo 7	10 ha irrigáveis e cultivados + 18 ha na "área de sequeiro"	Mula (1)+ implementos a tração animal (3)+ pulverizador costal (4) + moto ou veículo (1)+ Trator e implementos mecanizados (alugado)	Diaristas: 120 Hd/ha cultivado/ano Trabalhador Permanente	Recursos próprios	Manga (nem toda em produção) + rebanho bovino leiteiro	6.872,00

Constata-se a existência de um processo de diferenciação bastante acentuado entre as unidades familiares nesse Perímetro, não apenas pelos rendimentos, mas por outros fatores internos e externos aos grupos familiares. Particularmente, esse processo de diferenciação começou a se manifestar no início dos anos 1980, década em que alguns agricultores obtiveram rendas consideráveis, às quais lhes possibilitaram investir na transformação dos sistemas de produção.

4.3.2 Descrição das unidades identificadas e dos sistemas de produção

Unidades do tipo 1 A - de forma geral, numa extensão de 6 a 8 ha, são consideradas as mais fragilizadas, pois seus proprietários não têm condições de explorá-las integralmente. A renda média mensal é de apenas R\$ 300,00. Alguns proprietários alugam parte da terra para terceiros, por um ou mais plantio de culturas anuais, mas não possuem recursos para investir em fruticultura. Já haviam experimentado no passado o cultivo do coco e da goiaba, mas sem êxito, em consequência da queda do preço do (coco) e do aparecimento de doenças – na goiaba. No máximo dois cultivos são realizados a cada ano numa mesma parcela, e as principais culturas são a cebola, o melão, o feijão, o pepino e ocasionalmente a melancia.

O sistema de produção destas unidades não evoluiu muito desde o início dos anos 1980. Apenas o tomate foi suprimido da rotação nos anos 1990. Alguns agricultores retomaram a cultura da cebola e do melão, mas têm observado uma queda de produtividade. Ressaltam também que as pragas e doenças tornam-se mais resistentes aos produtos fitossanitários, fazendo com que as culturas, cada vez mais sensíveis, exijam uma utilização intensiva desses produtos. A não utilização de matéria orgânica nos lotes contribui para a redução da fertilidade dos solos e, por conseguinte, dos rendimentos auferidos.

As práticas dos agricultores sediados nessas unidades também não evoluíram nos últimos vinte anos. Eles empregam mão-de-obra temporária, principalmente diaristas (a cebola exige 195 homem/dia/ha/ano; o melão 105 homem/dia/ano), e não pareciam interessados em melhorar a produtividade do trabalho. Não dispo de capacidade de investimento desde 1996 (época em que a cooperativa começou a se desmoronar), os agricultores vêm se organizando para a compra coletiva de material e de insumos. A comunicação horizontal para a troca de experiências, típica dos primeiros anos, praticamente desapareceu. No preparo do solo, costumam alugar tratores.

A rotação de culturas (cebola branca/melão principalmente) é feita a cada um ou dois anos, de acordo com as oportunidades do mercado e a disponibilidade do capital. No caso da rotação melão/cebola roxa, o melão puxa o ciclo, sendo semeado no mês de janeiro para ser colhido em abril. Os riscos dessa cultura são elevados, devido às chuvas freqüentes neste período do ano, as quais provocam um aumento da pressão fitoparasitária sobre a cultura, já muito sensível à sua exposição. Além disso, se chove alguns dias antes da colheita, o fruto pode apodrecer sua base, perdendo as chances de comercialização rentável.

Apesar desses riscos, muitos agricultores preferem plantar o melão no início do ano, visando à comercialização no período mais favorável – em abril e maio. Depois de três semanas, após a colheita do melão, os agricultores continuam plantar a cebola roxa, colhida geralmente ao final do primeiro semestre, momento em que os preços tornam-se mais favoráveis. Alguns agricultores plantam pepino e/ou melancia com o objetivo de diversificar a produção. Essas culturas substituem a safra do melão, mas a superfície total plantada não excede a um hectare por ano.

O proprietário é quem faz a gestão do lote. A quantidade de mão-de-obra temporária empregada é importante (300 Hd/ha/ano), o que requer sua presença diária durante toda a jornada, para orientar a produção. Além de gestor, ele também executa as tarefas pertinentes àquele plantio. Suas práticas tradicionais influenciam sobremaneira o rendimento final da cultura. Assim, sua agenda de trabalho permanece sobrecarregada durante todo o ano. Isso lhe impede de exercer outras atividades não-agrícolas, tarefa assumida por outros membros da família, aliás pouco está presente no lote.

Nesse tipo de unidade, o agricultor vem recorrendo ao sistema de parceria há vários anos. Muitas vezes, quando “a cultura não dá...”, o agricultor contrai uma grande dívida com seu parceiro-financiador. Isto, acoplado às

perdas pontuais da colheita, agrava ainda mais a situação. Em certos casos, o agricultor não consegue resgatar sua dívida por vários anos, como no caso do crédito contratado em 1994 para a implantação das culturas do coco e da goiaba. Essa situação mantém o agricultor na dependência da parceria, dificultando a elaboração de um plano de safra para além de quatro meses - duração de um ciclo de uma cultura anual.

Neste tipo de unidade, o agricultor vem recorrendo ao sistema de parceria há vários anos. Muitas vezes, quando “a cultura não dá...”, o agricultor contrai uma grande dívida com seu parceiro-financiador. Isto, acoplado às perdas pontuais da colheita, agrava ainda mais a situação. Em certos casos, o agricultor não consegue resgatar sua dívida por muitos anos, como no caso do crédito contratado em 1994 para a implantação das culturas do coco e da goiaba. Esta situação mantém o agricultor na dependência da parceria, dificultando a elaboração de um plano de safra para além de quatro meses - duração de um ciclo de uma cultura anual.

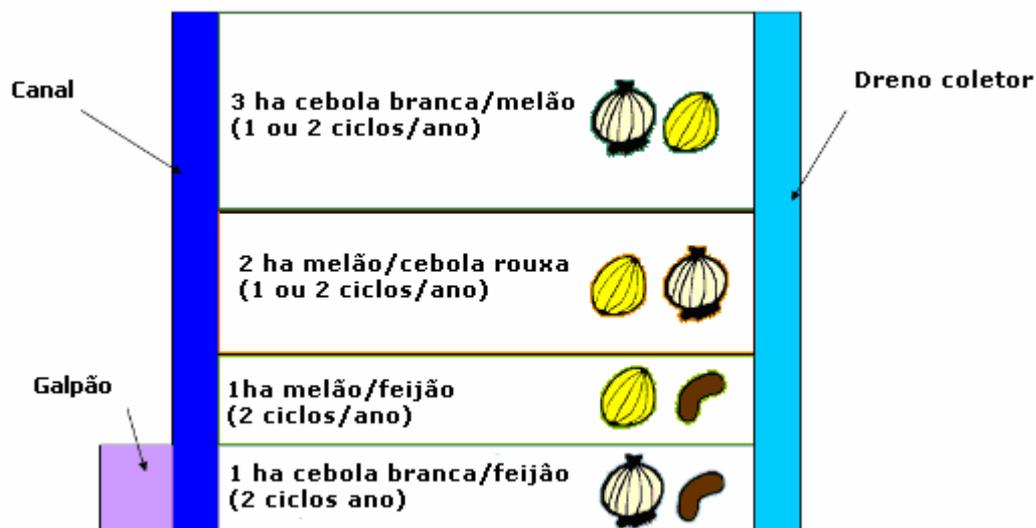


FIGURA 13: Unidade do tipo 1 A – Lote de 7 ha irrigáveis

Fonte: Desenhos construídos por Barral e le Jeune.

Unidades do tipo 1 B – aqui a superfície plantada oscila de 5,0 a 10 hectares. Existem pessoas externas ao perímetro, que arrendam parcelas de terras dos proprietários desse tipo de unidade. Eles assinam um contrato de locação (meio informal), e o preço varia em torno de R\$ 350,00/1 ha, correspondendo a duas safras/ha/ano. Assumem também as despesas com o fornecimento de água. Esta estratégia permite que o agricultor não se torne inadimplente em relação ao débito da água. Embora seja uma atividade ainda não regulamentada pela Codevasf, a parceria interessa ao Distrito porque assegura o pagamento mensal da “tarifa d’água”⁶⁰. A superfície alugada depende do capital disponível, mas não excede aos 10 ha, limite máximo para um agricultor explorar culturas anuais.

Nas mesmas condições que o proprietário, o locatário também não dispõe de tempo suficiente para exercer atividades não-agrícolas. Assim, seus recursos para custeio provêm das safras anteriores ou de parceiros, neste caso o próprio proprietário do lote. Aqui, os riscos são compartilhados. Se o resultado da produção não cobre a soma investida pelo associado, ele deve assumir a perda. Nesse tipo de unidade, o cultivo é mais intensivo a cada duas safras por ano. Os insumos intermediários são mais elevados porque os agricultores têm mais condições de investir de forma mais preventiva, limitando os riscos fitossanitários. O feijão e o pepino não fazem parte das culturas do locatário, e apenas a cebola e o melão entram na negociação.

⁶⁰ Tarifa d’água é uma expressão utilizada nos perímetros e regulamentada nas normas da Codevasf e dos Distritos de irrigação, referente à cobertura das operações com a água utilizada na irrigação.

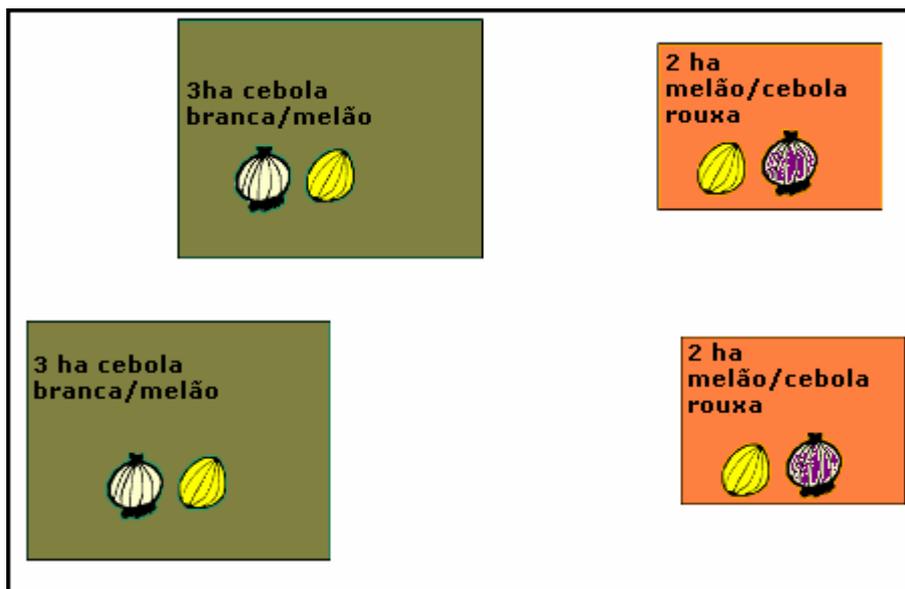


FIGURA 14: Unidade do tipo 1 B – 10 ha locados em 4 lotes diferentes

Fonte: Desenhos construídos por Barral e le Jeune

Unidades do tipo 2 - este é o tipo de exploração mais comum em Mandacaru. O agricultor cultiva uma área de 5,0 a 30 ha, correspondente a dois ou três lotes. Para tanto, o agricultor estende as suas áreas cultivando em outro lote comprado ou alugado, numa parcela situada na área de sequeiro cuja infraestrutura para a irrigação foi feita pelo próprio agricultor, ou em lotes sediados em perímetros vizinhos (Tourão ou Maniçoba). Esse tipo de exploração baseia-se nos benefícios concedidos em 1994 para investimento na fruticultura e nos investimentos na cultura do mamão e do maracujá oferecidos desde 2000.

As culturas anuais ocupam uma grande parte do calendário agrícola, o que limita o número de espécies cultivadas no lote e explica porque o número de espécies frutícolas é inferior a três. A rotação praticada é do tipo cebola/melão, com duas safras anualmente. Alguns agricultores plantam um hectare de feijão cada ano e o melão é plantado de maneira a ser colhido antes ou após a manga. Outros agricultores plantam culturas anuais intercalando com a manga durante os quatro anos que precedem à entrada dessa cultura em produção.

A presença de duas ou três espécies frutíferas facilita a obtenção de

renda escalonada ao longo do ano, permitindo ao agricultor restringir-se ao artifício da parceria, embora certas porções das culturas anuais continuem sendo feitas nessa modalidade. Os agricultores trabalham em tempo integral na exploração, assumindo, além disso, a sub-contratação de auxiliares. Mas isso não lhes permite assumir outras atividades fora da agricultura e menos ainda contratar um gerente. Os agricultores que possuem um lote fora do perímetro empregam pelo menos um trabalhador permanente, que geralmente mora no lote e assume, muitas vezes, o papel de “capataz”. Isso porque, as parcelas ficam distantes umas das outras, muitas vezes até em outro perímetro. Do sistema de “meia” participam dois segmentos de agricultores:

- a) Aqueles que cultivam culturas anuais em uma parte da área, porque não têm ainda os recursos necessários à prática da fruticultura. Sua intenção aponta todavia, nesse sentido, em busca de rendimentos regulares ao longo do ano e, dessa forma, liberando-se do sistema de parceria. Não plantam mais as culturas anuais, uma vez que uma cultura perene está instalada. Mas alguns deles tendem a assumir a monocultura, concentrado em seus lotes a cultura da manga, geralmente menos exigente em termos de mão-de-obra.

- b) Aqueles que escolhem deliberadamente continuar com as culturas anuais, arrendando as terras. As áreas cultiváveis são maiores e permitem o plantio em diversos períodos do ano, num espírito meramente especulativo.

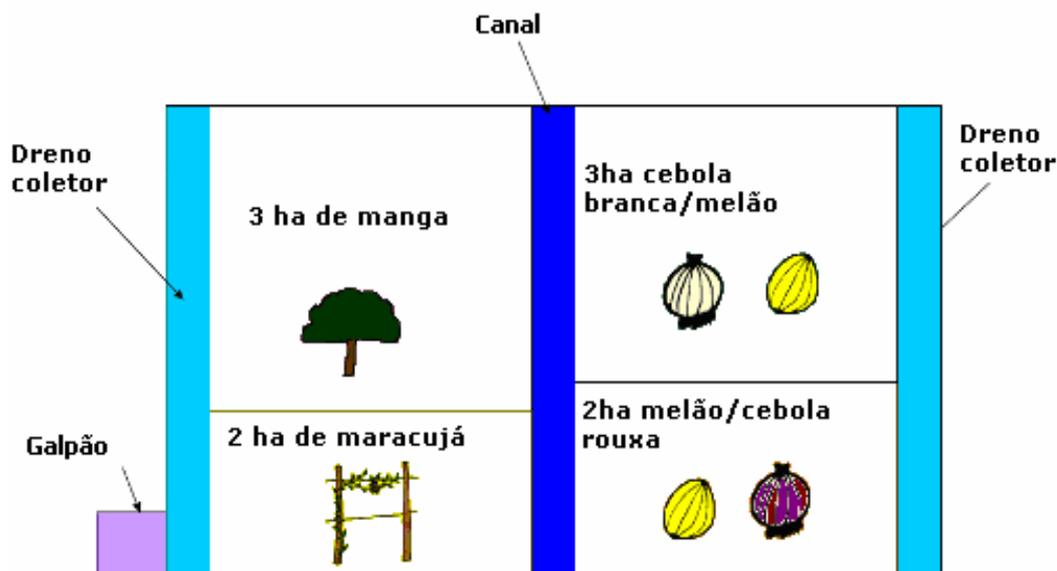


FIGURA 15: Unidade do tipo 2 – Lote de 10 ha irrigáveis

Fonte: Desenhos construídos por Barral e le Jeune

Unidades do tipo 3 – o sistema de produção baseia-se exclusivamente na fruticultura. O agricultor possui apenas um lote pequeno, de 5 a 8 ha. Observam-se dois tipos de exploração: no tipo 3 A, toda a área do lote foi plantada e a produção está em curso; e no tipo 3 B, uma parte do lote está ociosa ou foi arrendada por falta de recursos. Aqui, os três tipos de seguintes unidades foram constatadas:

- a) Unidades em vias de descapitalização em consequência dos problemas experimentados com as culturas da goiaba e do coco. Atualmente, os agricultores dedicam-se a uma atividade externa para levantar fundos e, assim, poderem reativar a produção. O lote está cultivado apenas em parte.
- b) Unidades em vias de capitalização, mas que recentemente interromperam as culturas anuais convertendo-as para a fruticultura.
- c) Unidades já capitalizadas, nas quais os agricultores adquiriram há pouco

tempo seus lotes e os converteram para a fruticultura, em virtude de uma boa safra e pelos rendimentos obtidos com a produção de manga.

Esse sistema de produção permite que o tempo de trabalho seja liberado para o exercício de uma atividade externa. Aqueles que plantaram coco e/ou goiaba mediante apoio creditício em 1994 puderam relançar suas atividades, após o fracasso dessas culturas, valendo-se para tanto do exercício de atividades não-agrícolas. A demanda de mão-de-obra é mais reduzida do que nos sistemas de produção apresentados anteriormente (entre 120 e 170 Homens-dias/ha/ano para a fruticultura e 300 homens-dia/ha/ano para as culturas anuais). Encontram-se entre esses agricultores aqueles que escolhem as culturas menos dispendiosas (mamão, banana), esperando conseguir os meios necessários à utilização integral dos lotes com a produção de manga. Outros optam pela diversificação das espécies frutícolas que permitem a obtenção de um rendimento regular ao longo de todo o ano.

Os agricultores vinculados a esta categoria não desejam mais plantar culturas anuais, considerando que os riscos são maiores e os investimentos excessivamente elevados. Pretendem reduzir a jornada de trabalho para se dedicarem a outras atividades. Costumam financiar a produção com seus próprios recursos. Às vezes, exercem uma atividade externa que lhes permite um aumento da renda. Limitam seu trabalho à área cultivada, o que explica o fato de alguns lotes permanecerem subutilizados.

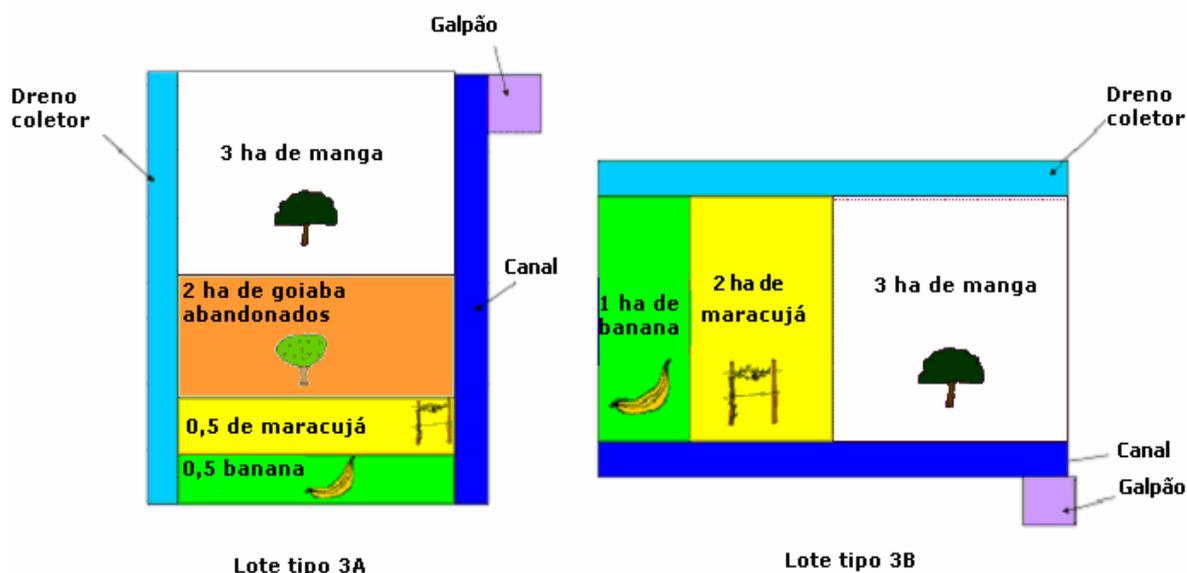


FIGURA 16: Unidade do tipo 3 – Lotes de 6 ha irrigáveis

Fonte: Desenhos construídos por Barral e le Jeune

Unidades do tipo 4 - nessa categoria distinguem-se aquelas cujo lote foi integralmente ocupado com a cultura da manga (4 A) e aquelas nas quais uma parte está ociosa ou foi arrendada (4 B).

Na unidade do tipo (4 A) apenas a cultura da manga é promovida. A superfície plantada gira em torno de 4 a 8 ha. Esse sistema de produção é mais simples: exige apenas uma colheita por ano (em setembro), a gestão dos recursos torna-se mais difícil, pois as entradas ocorrem uma vez por ano. A carga de trabalho é reduzida (130 horas-dia/ha). O agricultor pode, no entanto, exercer outra atividade, visando equacionar os problemas decorrentes de fluxo de caixa. Os agricultores mais ausentes no perímetro recorrem ao sistema de “meia” para se ocuparem dos lotes, ou arrendam a cultura de manga a outros agricultores, por uma ou mais de uma safra, para que os seus pomares sejam administrados sem investimentos adicionais e também para se eximirem do pagamento da “tarifa d’água” (tipo 4 B).

Alguns agricultores converteram seus lotes para a cultura da manga,

com base nos financiamentos obtidos em 1994 e nos recursos acumulados ao longo da década de 1980. Fortemente endividados, encontraram muitas dificuldades para reembolsar os investimentos. A produção de manga só tem início a partir do quarto ano após o plantio. Como alguns agricultores não intercalaram outras culturas neste período, tiveram que enfrentar problemas de caixa e, às vezes, foram também obrigados a vender seus lotes.

Vários agricultores associados a esta unidade preferem este sistema, cujo monitoramento é considerado mais fácil. Além disso, exige um menor esforço de trabalho. Para ser implantado, o sistema demanda investimentos substanciais, cujos retornos são imprevisíveis, pois correm os riscos de superprodução da manga nos próximos dez anos. Nesse caso, a reconversão para um outro tipo de exploração seria difícil, pressupondo a erradicação das mangueiras.

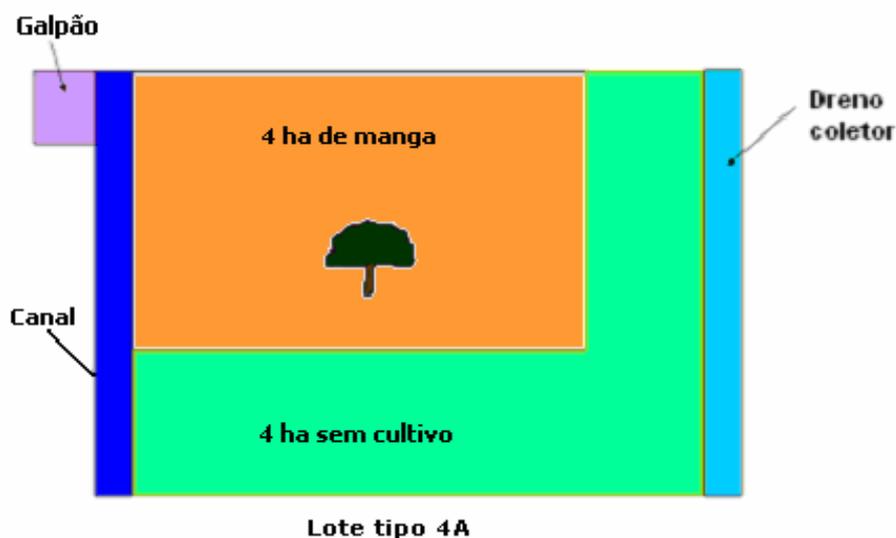


Figura 17: Unidade do tipo 4 A – Lotes de 8 ha irrigáveis

Fonte: Desenhos construídos por Barral e le Jeune

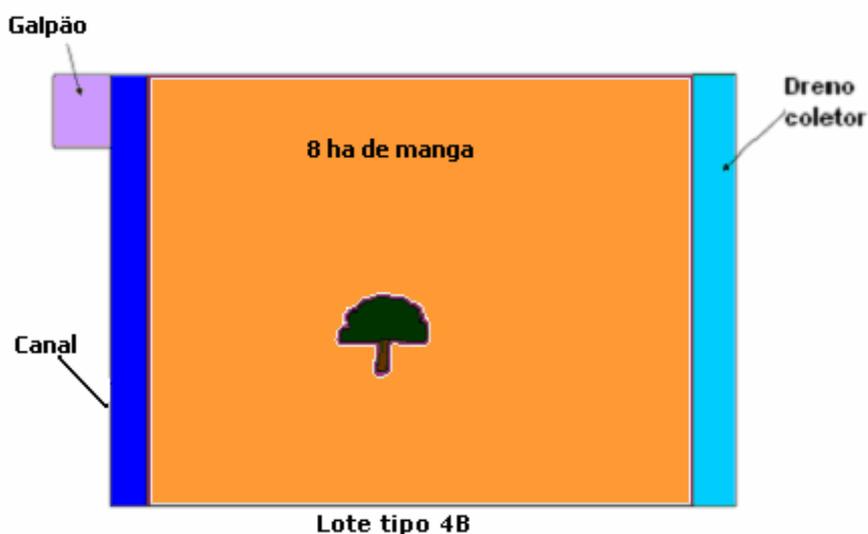


FIGURA 15: Unidade do tipo 4 B – Lotes de 8 ha irrigáveis

Fonte: Desenhos construídos por Barral e le Jeune

Unidades do tipo 5 A – combinam culturas anuais e ovinocultura, sem financiamentos externos. Observa-se nessa categoria os produtores carentes de recursos para investimentos em fruticultura e que evitam apelar para os bancos. As parcelas são mais extensas, favorecendo as pastagens. Os ovinos são utilizados também para o consumo familiar. Os rebanhos foram aumentados com reprodutores da raça Santa Inês (tradicional do Nordeste) nos anos 1990, quando começaram a sentir dificuldades financeiras. Os animais são colocados à noite no chiqueiro (uma espécie de estábulo) e o esterco é reaproveitado para adubação orgânica, em algumas partes do lote.

Os animais alimentam-se, sobretudo, dos restos das culturas anuais. O rebanho permite ao agricultor dispor de uma eficiente estratégia anti-risco, típica dos agricultores tradicionais familiares da zona de sequeiro (caatinga). Eles vendem a maior parte do rebanho na estação seca. Esta estratégia, não muito comum no perímetro, permite, sobretudo, recursos financeiros para o custeio da safra. Vale a pena ressaltar que a venda de um rebanho de 60 ovelhas, por exemplo, não é suficiente para o financiamento das culturas anuais. O valor bruto do rebanho de ovelhas não ultrapassa R\$ 7.000,00 (sete mil reais), quantia insuficiente para financiar um hectare de consorciamento cebola/melão

ao longo do ano. O produtor com 9 ha irrigáveis não consegue aumentar seu rebanho, a menos que disponha de terras na área de “sequeiro” do perímetro. Isso lhe obrigaria a empregar um trabalhador permanente para supervisionar o rebanho, que estaria fora do lote irrigado, ou cercar o lote a um custo de R\$ 4,00/metro de cerca (uma prática que vem se disseminando no perímetro nos últimos anos).

Nesse tipo de exploração, o agricultor opta por liberar-se dos financiamentos externos, limitando a área plantada e simplificando a condução das culturas. Em consequência, aumentam os riscos de contaminação fitossanitária. Os rendimentos e a qualidade da produção são, por conseguinte, menores que os das unidades do **tipo 1**. Os animais são vendidos no perímetro e na “vila de fora”, para o consumo dos habitantes. Os preços permanecem relativamente estáveis ao longo de todo o ano.

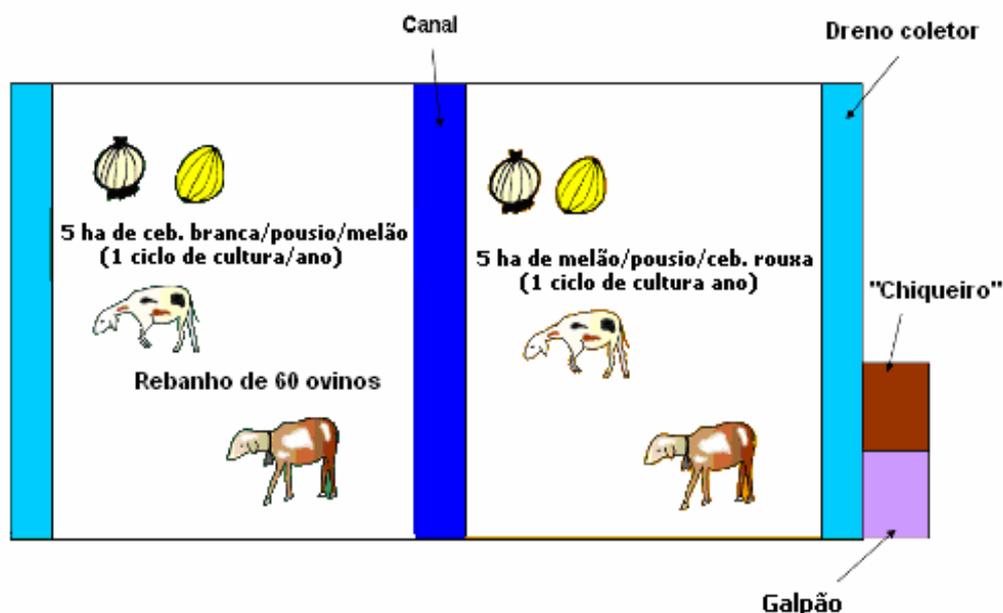


FIGURA 19: Unidade do tipo 5 A – Lote de 10 ha irrigáveis

Fonte: Desenhos construídos por Barral e le Jeune

Unidades do tipo 5 B – aqui os lotes são menores (6 ha, no máximo), mas dispõem de “área de sequeiro” adquirida quando a Codevasf fez a redistribuição da zona reservada às pastagens. Alguns agricultores beneficiaram-se do crédito agrícola em 1994, para o plantio de coco e da goiaba, que foram abandonadas ou erradicadas. Neste tipo de exploração, o produtor faz “parceria” para financiar as culturas anuais. A área plantada de culturas anuais é superior à do tipo 5 A. O agricultor encontra-se endividado com o banco e com os parceiros.

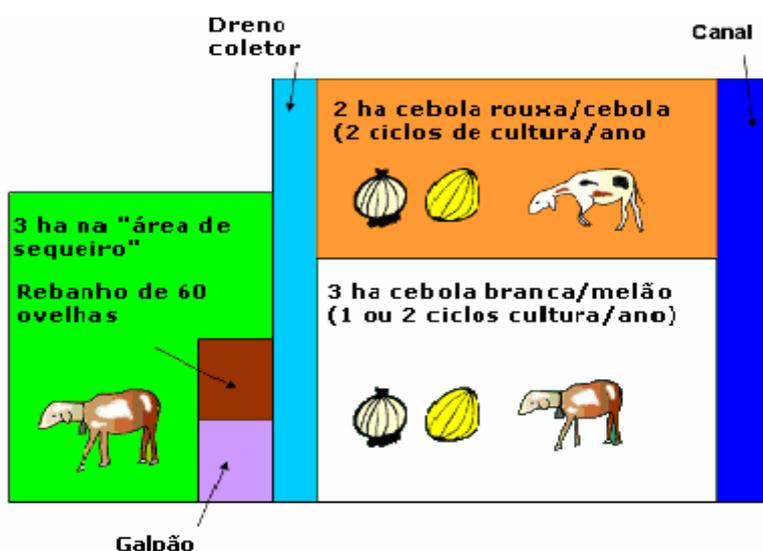


Figura 20: Unidade do tipo 5 B – 6 ha irrigáveis

Fonte: Desenhos elaborados por Barral e Le Jeune

Unidades do tipo 6 - nessas unidades, os agricultores associam culturas anuais, fruticultura e ovinocultura. A área cultivada é de 7 a 16 hectares (incluindo o sequeiro) e toda a superfície dos lotes é cultivada. Distinguem-se aqui duas categorias de agricultores:

- a) Os que chegaram no início do projeto - os “pioneiros” – dispoendo de alguns animais e que passaram a desenvolver a atividade de criação recentemente, devido à instabilidade da agricultura irrigada. Adquirem outra fonte de renda extra-agrícola além da agrícola, o que lhes permite aumentar o tamanho do rebanho e investir na fruticultura.

- b) E aqueles que chegaram recentemente à área em condições de investir na compra de um pequeno rebanho e também na produção de frutas em um lote mais extenso.

Esses agricultores não utilizam a “parceria”, exceto de maneira pontual, visto que dispõem de outra fonte de renda durante o ano sem se tornarem endividados. A renda obtida com a exploração é considerada elevada. Praticam a ovinocultura, com exceção de um produtor criador de caprinos. A caprinocultura, de fato, é mais adaptada às condições difíceis do semi-árido, mas nas áreas irrigadas corre o risco de prejudicar os cultivos. Os animais pastam nas parcelas de fruteiras, salvo no período da colheita. O esterco dos animais, retirado dos chiqueiros, é aproveitado como adubo.

Os agricultores ainda não estão em condições de manter um contingente ideal de animais, porque só recentemente começaram a praticar a criação no lote. Assim, as fêmeas que nascem não são vendidas. O esforço de trabalho exercido nessas unidades é significativo, exigindo o emprego de mão-de-obra temporária e permanente. O número de espécies cultivadas depende do número de trabalhadores permanentes disponíveis na unidade.

Embora dispondo de recursos para a condução da manga pelo PIF, os produtores não seguem este programa, porque ele proíbe a associação com o rebanho por aumentar os riscos parasitários na plantação. Em contrapartida, adotam o *monitoramento da mosca da fruta*, que é um programa de controle do grau parasitário da parcela e permite atender às exigências do mercado para a exportação. Por meio do *monitoramento*, os agricultores obtêm melhores preços (1,00 R\$/kg contra 0,80 R\$ da cultura convencional) e tornam-se menos sujeitos às oscilações do mercado. Uma renda adicional à agrícola lhes permitem compensar as perdas pontuais. A diversificação das atividades (criação e diversas espécies de frutas) limita fortemente os riscos e permite uma renda estável.

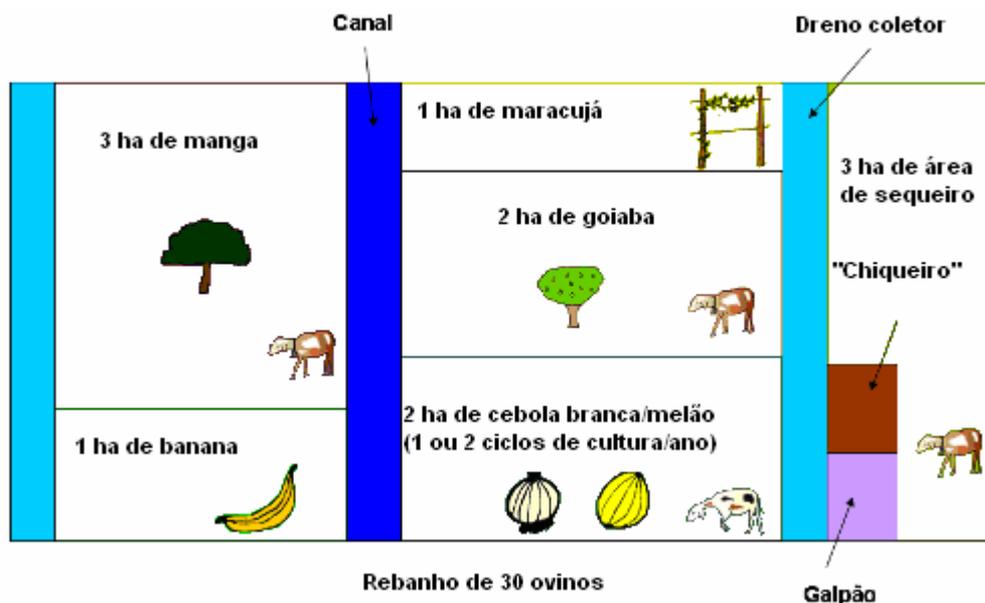


FIGURA 21. Lote do tipo 6 – culturas anuais e rebanho ovino

Fonte: Desenhos elaborados por Barral e le Jeune

Unidades do tipo 7 - este tipo de unidade associa a criação de bovino leiteiro à cultura da manga. Somente um agricultor, recentemente instalado no perímetro, utiliza este sistema, exigente em termos de investimentos destinados à compra da terra e do gado, além da construção de estábulos e de equipamentos e material de manejo. A maior parte do investimento é obtida com recursos próprios.

A atividade de criação permite gerar uma renda estável, mas exige um volume de trabalho considerável. As condições de trabalho dos empregados vinculados a este tipo de atividade, são melhores do que aquelas existentes nas unidades de exploração agrícola. Aqueles são contratados em tempo integral, pois além do manejo das culturas (manga) ocupam-se com a criação de vacas leiteiras, mobilizando em média quatro trabalhadores permanentes.

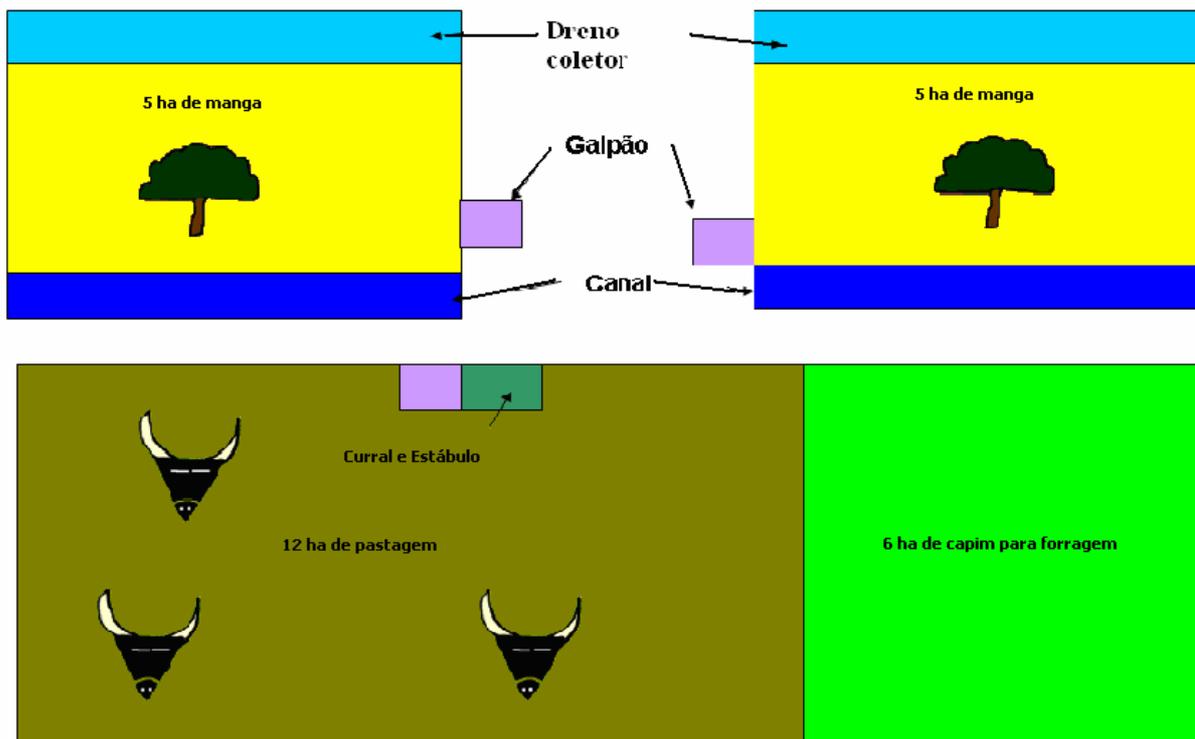


FIGURA 22: Modelo de exploração do tipo 7 (10 ha irrigáveis e 18 ha de área de sequeiro).

Fonte: Desenhos elaborados por Barral e Le Jeune

4.3.3 A Performance das unidades de produção

Uma análise de rentabilidade feita por Barral e le Jeune (2005) permitiu resgatar alguns elementos sobre a pertinência das estratégias das unidades produtivas em Mandacaru. A análise baseia-se numa avaliação da rentabilidade do investimento (taxa de rentabilidade interna) e da remuneração do trabalho familiar (cálculo do custo de oportunidade do trabalho do agricultor). A idéia foi de medir o interesse dos agricultores em continuarem investindo na sua unidade de produção, bem como a justificativa de outras oportunidades de ocupação não-agrícolas.

Se o produtor vender o seu lote, a poupança decorrente (a uma taxa média de 20%/ano) possibilita-lhe explorar uma atividade não-agrícola, na base de um salário mínimo ou mais (avaliado em torno de quinhentos reais). Se a

renda da unidade for superior, pode-se dizer que a unidade é rentável. Mas certamente o cálculo não permite avaliar a complexidade em torno da decisão do agricultor continuar ou não nesta condição - "colono-irrigante".

Algumas conclusões podem ser extraídas dessa análise:

- a) As unidades de produção estão em processo de *transição*. É evidente que o capital investido no sistema de produção, na forma e não nas mesmas condições, se compara às explorações de tipo capitalista. O que é natural, pois eles estão inseridos numa dinâmica cuja lógica é capitalista. Essa dinâmica joga um papel muito importante nas escolhas e estratégias dos agricultores familiares. Os agricultores de Mandacaru empregam nos ciclos de produção uma quantidade razoável de mão-de-obra diária. Praticamente toda produção é comercializada. Embora empregando mão-de-obra assalariada, o proprietário é, de fato, o responsável direto pelas tomadas de decisões. Na maioria dos casos, ele trabalha diretamente na unidade produtiva. A maior parte da renda familiar provém do trabalho dos próprios agricultores, mas a rentabilidade do capital investido exerce uma influência significativa nas suas estratégias.
- b) Os trabalhadores rurais empregados nas unidades de produção recebem em torno de R\$ 20,00 por dia (os diaristas) e os permanentes, um salário mínimo. Pode-se dizer que o sistema, na sua globalidade, depende, de certa maneira, da exploração dos trabalhadores temporários. Os cálculos mostram que um lote de 2,7 ha de área cultivada permite garantir um salário mínimo ao proprietário.
- c) Os resultados econômicos mostram que a renda está diretamente ligada à capacidade de exploração do conjunto das terras. Em

algumas unidades, os agricultores não chegam a utilizar toda a superfície do lote, por falta de recursos financeiros (tipo 3 A). Em outras, toda a área é cultivada. Existem unidades nas quais os agricultores aumentam a área plantada utilizando-se da parceria no perímetro ou em outro perímetro, ou mesmo adquirindo terras fora do mesmo. Esses também se utilizam da área de “sequeiro”, já que têm condições de implementar a infra-estrutura necessária para a irrigação. O sistema de parceria agrava a situação, em função das limitações de orçamento pelas dificuldades de encontrar financiamento na hora certa e no volume necessário.

- d) Todas as unidades que têm um nível de capitalização alto (tipo 2, 3B, 4B, 6 e 7) são rentáveis. A fruticultura associada à pecuária é a melhor solução, mas necessita de áreas mais extensas.
- e) Apesar destas limitações, todos os agricultores estão interessados em manter seus lotes, pois reconhecem as dificuldades que cercam o exercício de atividades não-agrícolas no mercado. Convém sublinhar que todas as unidades permitem ao agricultor obter um rendimento mensal superior a um salário mínimo (atualmente fixado em trezentos e oitenta reais). Isso relativiza, de certa maneira, a crise. Esta renda é incerta, em função das fortes variações de preços às quais as culturas estão sujeitas no decorrer do ano, ligado aos riscos de perda de colheita devido às questões climáticas (seca, ventos, chuvas e enchentes).

O caso da unidade do tipo **5 A** é interessante. A estratégia é de negar os investimentos e de preservar sua autonomia. Trata-se do sistema que mais se aproxima das práticas tradicionais, permitindo a obtenção de uma remuneração igual a duas vezes o salário mínimo.

A estratégia empregada aqui é digna de registro porque o problema de endividamento progressivo é muito sério atualmente. A maioria dos agricultores têm problemas de acesso ao capital. Alguns ainda não pagaram os empréstimos assumidos em 1994 para manejo de fruticultura. Isso deixou os agricultores fragilizados e desestimulados de continuarem mantendo essa atividade.

Outros dependem da parceria para financiar suas culturas, mas gostariam mesmo de investir na fruticultura ou na pecuária, o que se torna inviável por falta de condições financeiras. É importante perceber que hoje apenas as pessoas externas ao perímetro têm condições de investir de forma intensiva em seus lotes. Em particular, seria necessário investir no sistema de irrigação para transformar o atual - considerado defasado, ineficiente - por outro mais moderno e menos exigente em mão-de-obra e água.

Será que todos esses arranjos voltados para a manutenção da agricultura familiar contribuem para a construção de um modelo de agricultura ecológica e socialmente sustentável? Por exemplo, agroecológica? É possível afirmar que este tipo de “desenvolvimento” da agricultura é algo “natural”, impulsionado pelas “leis” da economia? Nesta visão é também “natural” a existência de um setor “atrasado”, que será eliminado paulatinamente pelo “progresso” - como vimos no caso aqui analisado?

De fato, esse processo é impulsionado pela necessidade de reduzir custos e exige um investimento cada vez maior em novas tecnologias e uma especialização crescente. Os que não conseguem acompanhar esta corrida têm que “cair fora”. Em geral, se vêem obrigados a vender a propriedade - como está acontecendo nos perímetros irrigados - e buscar o sustento em outras atividades. Isto significa dizer que devem deixar o campo, instalando-se na cidade ou mesmo nas áreas rurais e assumindo empregos urbanos.

No entanto, as oportunidades de emprego assalariado na agricultura

também diminuem, já que a corrida aos investimentos, no padrão técnico da modernização agrícola, geralmente tem como resultado o incremento da produtividade do trabalho (principalmente via a mecanização), tendo como consequência uma diminuição do número de empregos oferecidos.

A conclusão a que se chega pode ser considerada relevante, na medida em que os agricultores sediados em Mandacaru conseguem de certa forma subsistir com base em suas atividades. Mas, além da unidade do tipo 7, eles não detêm a capacidade de investir, o que é essencial numa situação de evolução rápida das condições mercadológicas. Há necessidade de implementar novas variedades, novas espécies, mudar o sistema de irrigação etc. para que eles permaneçam com suas unidades produtivas e viabilizem seus sistemas de produção em condições favoráveis.

De fato, a agricultura familiar não tem, na ausência de uma política pública de apoio, a capacidade de se adaptar a esse novo “padrão tecnológico”, pelos altos investimentos impostos pelo jogo do mercado.

Em relação às nossas hipóteses de trabalho, parece que a capacidade de adaptação dos agricultores familiares é real. De fato, existem pessoas mais ou menos hábeis, mais ou menos capazes de aproveitar as oportunidades. A assistência técnica pode ser mais ou menos qualificada.

Mas, finalmente, a classe dos agricultores familiares não se adaptou e não se tornou uma classe de “produtores rurais”, como previa a política de “modernização da agricultura”. Isso não está relacionado à incompetência dos agricultores, mas às condições de “competitividade” perfeita com as empresas rurais. Os agricultores familiares não estão em condições de garantir as adaptações necessárias.

De fato, a questão diz respeito ao desenho do projeto de modernização

no qual eles foram “enxertados”. Mas será que não é possível pensar em um novo projeto societal, que possa delinear novas oportunidades para a AF? Se aceitar esse projeto onde o econômico continua sendo sobrevalorizado, estará aceitando o princípio de uma produção de quantidade a baixo custo, típica do modelo *agrobusiness*, criador de empregos induzidos. Neste caso, as empresas rurais são as unidades mais adequadas, já que em algumas situações particulares a agricultura familiar possa encontrar o seu lugar e se tornar eficiente:

- porque alguns agricultores conseguiram capitalizar-se, devido a ajuda do Estado (tipo 7). Mas será que ainda se pode falar de agricultura familiar? A importância da renda ligada ao capital é superior à renda gerada pelo trabalho familiar, e a exploração do trabalho do diarista não é muito diferente. Já se pode estar diante de uma agricultura do tipo patronal; ou
- porque a agricultura familiar inserida no território vai desenvolver uma produção de qualidade, para atender a uma demanda de consumidores de alto poder aquisitivo.

Dessa forma, concorda-se também com as externalidades negativas (ambiental e social). Voltamos para o ponto inicial do processo de dinamização do desenvolvimento da região, fundado nas diretrizes das políticas setoriais, de valorização econômica desvinculada do social e/ou do ambiental.

Ao recusar este cenário deve-se propor (ou ter) uma concepção diferente: um modelo de agricultura familiar agroecológica, multifuncional, pluriativa numa perspectiva revolucionária do desenvolvimento territorial sustentável, puxado, em outras palavras, pelos princípios do ecodesenvolvimento visto como uma estratégia de planejamento, de processos que estão em vigor, cujas críticas sintetizam seus principais pilares.

Enfim, mesmo que a AF tenha se adaptado de forma flexível ao novo padrão de produção do SMSF, tornando-se um elemento fundamental da modernização agrícola, da dinâmica de desenvolvimento instalada no território, é necessário e urgente resgatar a dívida social constituída historicamente com essa categoria de agricultores.

Neste sentido, é mister a consolidação de políticas públicas de fortalecimento e valorização da AF em seu padrão simultaneamente cultural, social e econômico, pela sua importância na produção agrícola para a segurança alimentar. Mas, acima de tudo, porque a AF é portadora de um conhecimento empírico acumulado, podendo ser um co-ator essencial dessas políticas públicas para encarar um novo padrão produtivo, capaz de assegurar uma agricultura com bases sustentáveis. Isso se torna possível por meio da constituição de uma grande rede (por exemplo, de agricultores agroecológicos, de produção orgânica), apoiados pelas políticas públicas, pois são mais de quatro milhões de unidades familiares de produção espalhadas por todo território nacional. O Nordeste representa cerca de 52% deste volume.

CAPÍTULO 5 - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS DINÂMICAS DO AGROPÓLO JUAZEIRO/PETROLINA

Demonstrou-se nos capítulos precedentes que a apropriação da região do SMSF pelo Estado, na década de 1960, para a implantação dos grandes projetos de irrigação e construção de um “território específico”, se deu pela força da lei. Como se sabe, o Estatuto da Terra criado em 1964 prevê a desapropriação dos imóveis rurais com base no interesse social. Este capítulo descreve a ocorrência desse processo no agropólo Juazeiro/Petrolina, ressaltando o papel desempenhado pelas instituições governamentais e a trajetória da AF.

Inicialmente, relata-se o processo de desapropriação das terras para instalação dos perímetros. Destaca-se que a ação da Codevasf, aqui foi substancialmente diferente da de outras regiões de agricultura irrigada na Bacia do São Francisco. Isso porque, ela desenhou os perímetros com lotes para instalação conjunta de “colonos” – agricultores familiares - e de empresários/empresas (pequenos, médios e grandes) que convivem no mesmo espaço, configurando um quadro plural em relação ao tamanho das unidades produtivas e ao processo de diferenciação social e econômica.

Na segunda parte, concentra-se o foco na elucidação do processo de aquisição dos lotes e da questão identitária dos colonos assentados. Estes, no novo território, formaram novas territorialidades. Na construção desse novo tecido social ocorreu um processo de mudança de valores, de hábitos e de atitudes, que influenciou decisivamente as estratégias voltadas à produção e reprodução social, como demonstrou o estudo de Mandacaru. Emerge então um outro tipo de agricultor familiar.

Na terceira parte, procura-se mostrar a evolução dos sistemas de produção nos perímetros irrigados (1970-2005), descrevendo como se deu o

processo de inclusão da AF, desde a seleção dos atores até o ato de concessão dos lotes. Mostrou-se que esse processo acabou gerando sérias desigualdades sociais. Procurou-se também evidenciar como a agricultura familiar desempenhou um papel fundamental, na constituição e na consolidação do agropólo Juazeiro/Petrolina. Apesar disso, foi constatado que ela teve dificuldades de se consolidar no território em pauta. A representação dessas dificuldades traduz-se na crise que ela vem enfrentando no momento.

Na quarta parte, aborda-se a questão das organizações sociais dos agricultores familiares que, criadas de cima para baixo, não conseguiram acompanhar as exigências do mercado. Hoje elas enfrentam uma crise que reflete uma estratégia inadequada da ação estatal nos perímetros, principalmente em relação à dependência criada pelo paternalismo que marcou sua ação. No momento atual, começam a surgir novas organizações dos agricultores familiares. Apesar de estarem sendo apoiadas pela Codevasf, elas sinalizam a abertura de uma nova fase de tomada de consciência dos agricultores familiares sobre a importância da auto-organização local, no remanejamento da dinâmica produtiva no agropólo.

Na última parte, evidenciam-se as contradições das políticas de desenvolvimento da região do SMSF, especialmente em relação à inclusão/exclusão da AF. De fato, o ator privilegiado da modernização do território foi a agricultura empresarial. Predominam ali os grandes empresários os quais a cada dia, criam novas redes interconectadas com os mercados globais. Em contraste, mesmo tendo contribuído significativamente com um volume de produtos diversificados, a AF até hoje não conseguiu se impor como eixo dinamizador da socioeconomia local.

5.1 A DESAPROPRIAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DO “TERRITÓRIO IRRIGADO”

5.1.1 O ordenamento do agropólo Juazeiro/Petrolina para implantação dos perímetros

No geral, as terras desapropriadas para implantação dos perímetros eram terras devolutas, ou latifúndios considerados improdutivos, dos quais os antigos moradores se consideravam proprietários. Nessas áreas de *livre acesso* (FENNY *at. al.*, 2001) costumava-se utilizar pequenas faixas cercadas para plantios de “subsistência” ou de autoconsumo e para pastagens comumente sem título de propriedade. A figura (23) localiza geograficamente o agropólo Juazeiro/Petrolina, ressaltando os municípios onde a pesquisa foi realizada (sede do pólo).

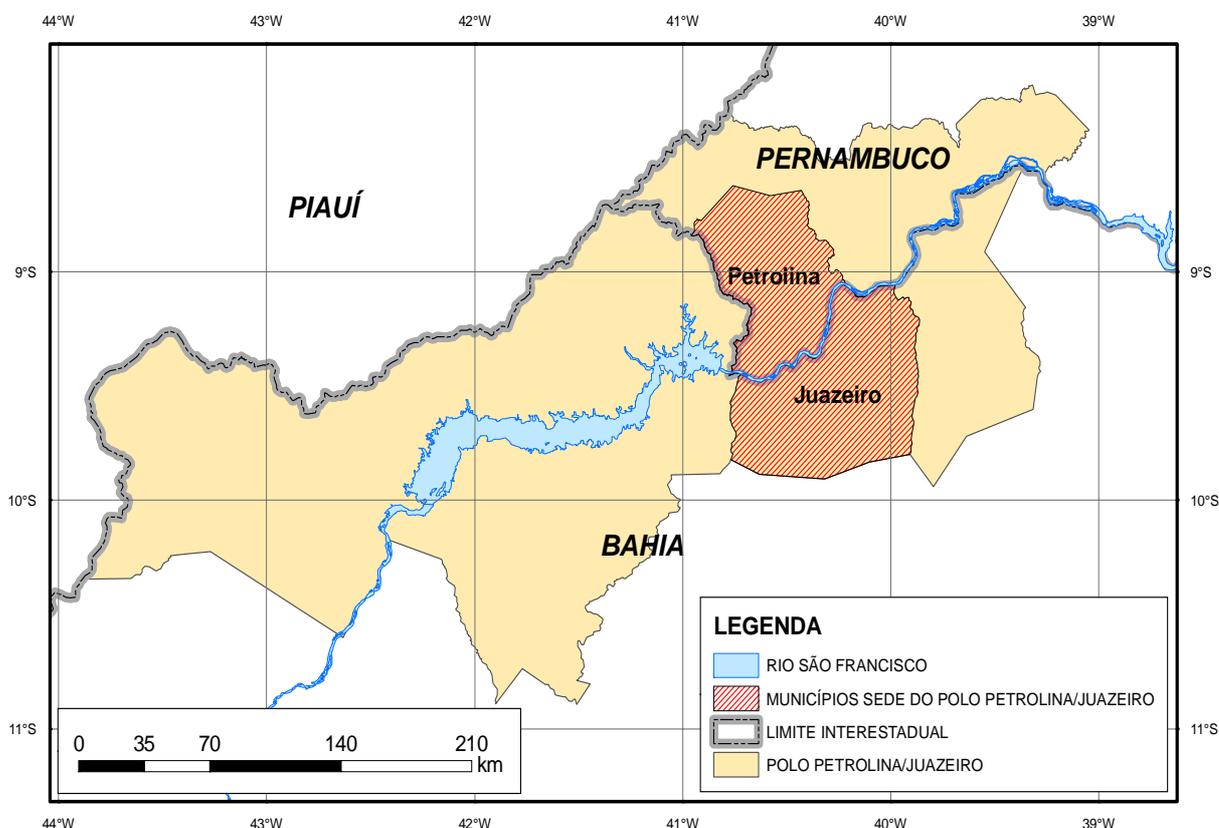


FIGURA 23: Localização Geográfica do Pólo Petrolina/Juazeiro

Fonte: IBGE, 2000 em Silva Neto, 2006.

Entrevistando uma senhora de 88 anos de idade, indicada como ex-proprietária de uma das áreas onde foi implantado um dos perímetros irrigados, por mais que a incentivasse a comentar sobre o tamanho de sua terra, ela não falou, desviava o assunto. Duas suposições: a primeira poderia ser porque as terras não eram legalizadas (então não lhes pertencia); a segunda traduzia o constrangimento de ter que entregar as terras ao Estado e não ter a possibilidade de receber a terra beneficiada (lotes irrigados). As informações obtidas no decorrer do trabalho de campo apontaram para o desinteresse dessas famílias, no primeiro momento, de se instalarem nos perímetros. Alguns conflitos em torno dessas desapropriações foram registrados, principalmente envolvendo antigos ocupantes, pelas indenizações irrisórias que lhes eram pagas pela desapropriação.

Assim nasceram os dois “Projetos-pilotos”, como unidades experimentais, o Bebedouro a 35 km de Petrolina-PE, em 1968 e o Mandacaru, a 12 km de Juazeiro-BA, em 1970.

O ordenamento do agropólo Juazeiro/Petrolina para implantação do território da agricultura irrigada, feito pela Codevasf, foi substancialmente diferente daqueles verificados em outras regiões de agricultura irrigada na Bacia do São Francisco (DE NYS, 2004). Primeiro, porque ela desenhou os perímetros com lotes para instalação conjunta de “colonos” – agricultores familiares - e de empresários/empresas (pequenos, médios e grandes) que convivem no mesmo espaço, configurando um quadro plural no que se refere ao tamanho das unidades produtivas e seu processo de diferenciação social e econômica (LIMA; MIRANDA, 2001) e dos próprios interesses dos atores locais. Para Graziano da Silva (1989), existia um forte processo de interação (espacial) entre as duas esferas: pública e privada. Apesar da existência de inúmeras evidências que confirmam essa hipótese, tal interação espacial não se traduziu, todavia, num padrão de interação social entre atores. Esses, considerados capazes de oportunizar um sistema de gestão participativa ou compartilhada (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004) entendido como um dos princípios norteadores de uma dinâmica de desenvolvimento territorial

sustentável.

Nesse território, as áreas destinadas à implementação de grandes projetos de irrigação concentram-se em dois tipos de “subespaços”: no âmbito dos perímetros irrigados que a Codevasf implantou a partir do final dos anos 1960, e em grandes estabelecimentos privados que atuam fora desses perímetros (BLOCH, 1996, p. 28). Nesse contexto, os agentes privados acabaram se beneficiando da infraestrutura territorial do Estado.

De 1970, época em que corresponde ao início de operação dos perímetros irrigados, até a primeira década do novo milênio, o SMSF passou por uma série de transformações, principalmente no padrão produtivo possibilitado pela tecnologia de irrigação, com impactos diretos na economia do Semi-árido nordestino (ARAÚJO, 1987). As transformações são naturais, pois o território não permanece idêntico no decorrer do tempo (DUBRESSON; JAGLIN, 2005). Elas são atribuídas ao dinamismo de processos internos e influenciadas por dinâmicas externas. Por exemplo, por um sistema de relações econômicas e sociais que contribuem para a constituição do *capital relacional* ou *capital social* e um sistema de governança local, que reúne uma coletividade, um conjunto de atores presentes no território (CAMAGNI, 2002, p. 554).

No caso em análise, este fenômeno aconteceu, mas não com base numa dinâmica interativa envolvendo todos os atores relevantes. Mais uma vez foram as firmas e empresários que se articularam criando estruturas que lhes deram força para enfrentar a competitividade em escala global.

Esta é a região onde estão localizados os perímetros irrigados do agropólo Juazeiro/Petrolina, tanto os que estão em operação como os que estão sendo implantados: Bebedouro, Nilo Coelho, Maria Tereza, Pontal, no lado de Pernambuco, e Mandacaru, Tourão, Maniçoba, Curaçá e Salitre, no lado da Bahia, conforme demonstrado na figura (24).

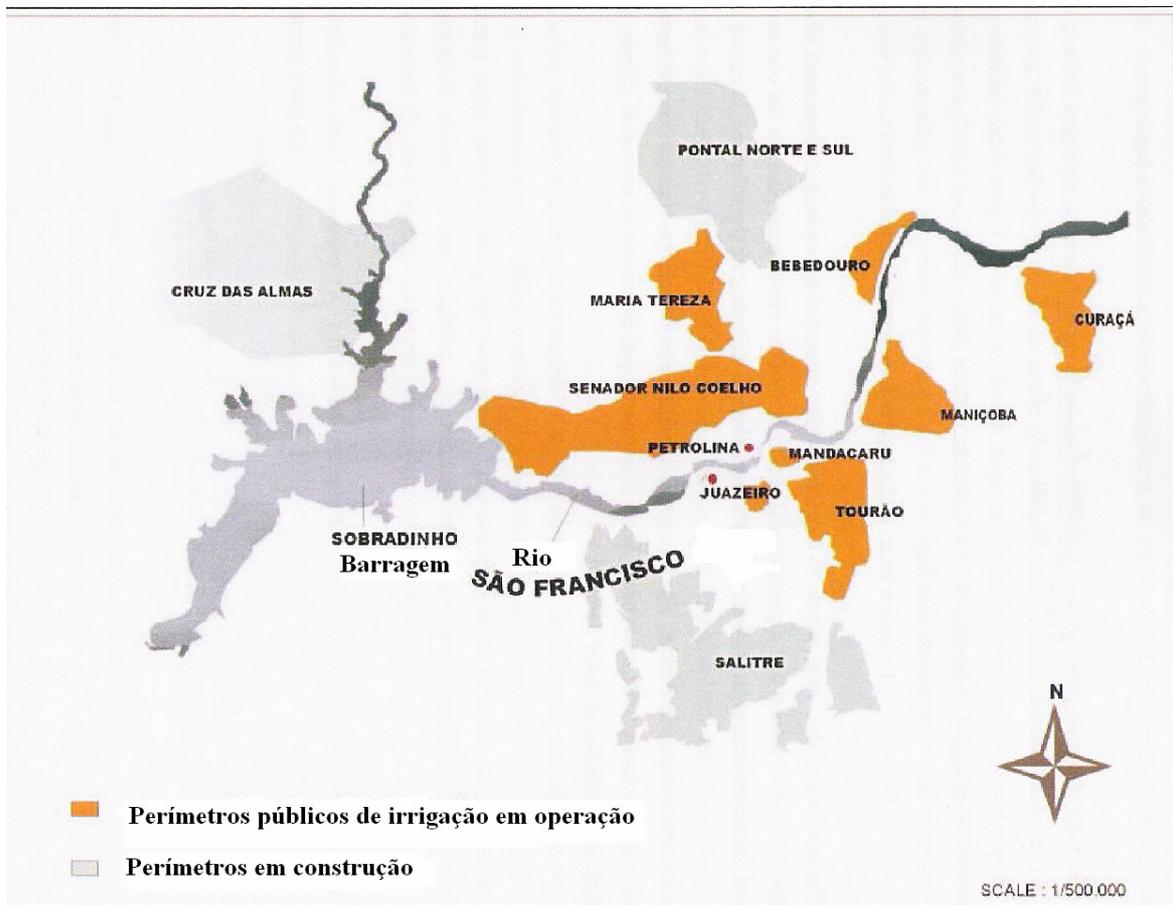


FIGURA 24: Localização dos perímetros públicos de irrigação no Agropólo Petrolina/Juazeiro

Fonte: Adaptada de De Nys (2004)

5.1.2 O processo de aquisição dos lotes e de (des)construção identitária

Nos projetos implantados pela Codevasf, denominados perímetros públicos de irrigação, existem áreas destinadas a colonos (agricultores familiares) e áreas destinadas a empresas e empresários, conforme as características apresentadas na tabela (5). As empresas instaladas nestas áreas não devem ser superiores a 20% do perímetro irrigado, de acordo com o artigo 14, da Lei de Irrigação (Lei 6.662) e os seus proprietários devem agir conforme as normas e os regulamentos estabelecidos pelas entidades administrativas. São os Distritos de Irrigação - entidades com personalidade

jurídica - existentes na maioria dos perímetros que colocam em prática essas normas e regulamentos.

A seleção dos irrigantes para ocupação dos lotes empresariais (pessoa física ou jurídica) se realiza por processo licitatório. O preço mínimo estabelecido refere-se ao valor da terra, com ponto de água e energia elétrica, ficando a realização das obras de infra-estrutura de uso individual por conta do adquirente. O prazo é de até dez anos para pagamento, incluindo dois anos de carência e juros de 6% ao ano, atualizado monetariamente pelo INPC (CODEVASF, 2001).

Tabela 5: Características dos perímetros públicos de irrigação de Juazeiro/Petrolina.

Projeto/ Perímetro	Data	Área				Capacidade de vazão por (m ³)
		Total (ha)	Irrigável			
			Total (ha)	Colonos (%)	Empresas (%)	
Em operação						
Mandacaru	1973	894	420	87.6	12.4	0.72
Bebedouro	1968	9.001	2.418	61.8	38.2	3.7
Tourão	1978	11.240	10.688	1.8	98.2	19.89
Maniçoba	1981	12.375	4.350	44.6	55.4	6.43
Curaçá	1982	15.412	4.350	45.1	54.9	7.19
Nilo Coelho	1984	41.167	15.255	60.8	39.2	23.2
Maria Tereza	1997	12.786	4.738	62.5	37.5	5.4
Em construção						
Pontal Norte		Em estudo	3.175	Em estudo	Em estudo	3.8
Pontal Sul		10,595	3.344	51.2	48.8	4.0
Salitre		67,400	23.840	20.0	80.0	41.95
Total		180,870	72.452	35.6	64.4	116.28

Fonte: Adaptado de De Nys (2004).

A seleção dos “colonos” (agricultores familiares) era regida por legislação específica e obedecia a três etapas: a) a de pré-qualificação; b) a de convocação; c) e a de treinamento. Eles dispunham de um prazo de até 22 anos para ressarcir o financiamento obtido, além de quatro anos de carência. No

preço estabelecido estavam embutidos, além do valor da terra, toda a infraestrutura proporcionada pela Codevasf (desmatamento, nivelamento, correção do solo, drenagem e equipamentos), diferentemente dos lotes empresariais (CODEVASF, 2001)⁶¹.

As áreas dedicadas aos colonos foram chamadas de áreas de “pequenos agricultores” ou de lotes familiares. O lote familiar, pela Lei 6.662 (Lei da Irrigação) era definido como um imóvel rural com área delimitada que, direta e pessoalmente, é explorado pelo agricultor e sua família, absorvendo a força de trabalho disponível para garantir a subsistência e o progresso social e econômico. Corresponhia à área de produção capaz de assegurar a promoção econômica e social do irrigante e sua família e constituir propriedade resolúvel e indivisível. As famílias poderiam, em alguns casos, recorrer, à ajuda de terceiros, ou seja, contratar mão-de-obra temporária. Essas características visavam garantir a presença de agricultores familiares. No sentido atribuído ao termo por Wanderley (2001) seria aquele lote onde a propriedade e o trabalho se combinam e a família assume o trabalho no tempo e no espaço. Este tipo de unidade apresenta uma grande diversidade de formas.

A grande maioria dos “colonos” selecionados para os perímetros do agropólo Juazeiro/Petrolina eram agricultores pobres (pequenos proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários ou deslocados de barragens), vindos dos estados nordestinos, principalmente de municípios próximos ao pólo (majoritariamente do Estado de Pernambuco), conforme os entrevistados disseram: “*passando por uma peneira fina*”. A área dos lotes familiares varia de 6,0 a 10,0 hectares, numa média de 7,0 ha por família. As áreas entre 12,0 e 18,0 ha configuravam uma pequena empresa; entre 18,0 e 60,0 ha, uma média empresa; e acima de 60,0 ha uma empresa de grande porte. Além dessas empresas instaladas nos perímetros irrigados, existem outras grandes empresas

⁶¹ Com a mudança da Norma de Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação – NOR nº 501, a partir de 2002 o processo seletivo para ocupação de lotes familiares passou a ser também mediante licitação pública e em conformidade com os demais procedimentos vigentes na Codevasf.

instaladas no agropólo, mas fora das áreas dos perímetros públicos. No entanto, todas se beneficiaram dos investimentos públicos (BLOCH, 1996).

Nos modelos experimentais, como o de Mandacaru, em Juazeiro-BA, existiam lotes familiares de até 15,0 ha para atender as necessidades de famílias mais numerosas. Após uma avaliação da Codevasf, foi observado que metade da área dos lotes mais extensos permanecia ociosa. Isso levou a Codevasf, a optar por sua divisão A partir daí, o módulo agrícola familiar em áreas irrigadas, na região, ficou restrito a 10 hectares no máximo.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) considerava as áreas destinadas aos agricultores familiares como área de colonização. Deriva, portanto, a formação da identidade de “colono”. Pouco a pouco, esses novos atores reterritorializados foram se inserindo na dinâmica emergente do novo território, desconstruindo suas identidades originais (camponeses) e construindo novas identidades (colonos, irrigantes etc.). Conforme Cavalcanti (1999, p. 127), as novas identidades são apenas um dos sintomas das mudanças que atingem as dinâmicas regiões de fruticultura irrigada, vinculadas aos mercados globais e caracterizadas pelas interações estabelecidas e as trajetórias dos atores envolvidos.

Em uma escala temporal (1970-2005), os irrigantes receberam diferentes denominações: *colonos*, *pequenos produtores*, *colonos-irrigantes*, *pequenos empresários*, *empreendedores rurais*, e mais recentemente, para se encaixarem nas linhas do Pronaf, estão sendo identificados como *agricultores familiares*. Os órgãos de assistência técnica, de pesquisa e os agentes financeiros se empenharam para desconstruir sua identidade original em nome da modernidade. Como “colonos” – identidade mais duradoura - eles se diferenciavam ou se diferenciam em relação aos demais agricultores familiares da “periferia” (fora do circuito dos perímetros), tanto dos da beira do rio, “beiradeiros”, como dos da caatinga, “catingueiros”, ou “camponeses do sertão” (CARON; SABOURIN, 2001) - contrapondo-se “modos de ser e de viver”

(D'INCÃO, 1992, p. 25). Embora existindo fortes traços culturais do seu modo particular tradicional ou de “campesinidade” (WOORTMANN, 1999), não resta dúvida, que houve uma aculturação muito forte desses agricultores, desencadeando-se um processo de “descampesinização”.

Ploeg (2006) reforça a idéia de que é preciso valorizar a “campesinidade”, daquela que fala Woortmann (1999) utilizando-se, para tal, do conceito de “recampesinização”. O autor reporta-se a essa categoria de agricultores afirmando que, de forma alguma, a agricultura camponesa pode ser vista como intrinsecamente atrasada, um obstáculo para o desenvolvimento e a mudança; ao contrário, apresenta-se como um excelente ponto de partida para um novo ciclo de desenvolvimento, promovido em bases sustentáveis.

Reconhece-se que uma das marcas do campesinato, diz respeito à sua relação histórica de uso ecologicamente prudente dos recursos naturais. Nesse sentido, a apropriação dos recursos é utilizada visando *“a produção de bens com um valor de uso histórico e culturalmente dado, mediante o consumo de uma quantidade determinada de energia e materiais e um emprego de um saber e instrumentos de produção adequados”* (GONZÁLES DE MOLINA; SEVILLA DE GUZMÁN, 2000, p. 243). Dessa forma, esse modo de apropriação da base de recursos naturais, passa pela afirmação da identidade camponesa.

Embora o SMSF sempre tenha sido um *“território dominado”*, as transformações recentes lhe deram uma nova configuração, especialmente quanto à AF, inserida no novo *“território transformado”*. Ao serem deslocados de seus espaços, onde já haviam estabelecido a sua identidade e sua territorialidade, os agricultores instalados nos perímetros públicos de irrigação foram “desapropriados” ou sofreram um processo de “desconstrução” de suas identidades. Mas ao mesmo tempo em que foram deslocados, suas identidades foram “reconstruídas” por meio de outros modos de representar e viver o mundo rural.

No novo território, onde houve a formação dessas novas territorialidades, os arranjos sociais são mais frouxos, mais elásticos. Aqui, os espaços coletivos vão ficando vazios, abrindo-se um fosso entre o passado e o presente, ou melhor, entre o antes e o depois, ou ainda, o velho e o novo. Os espaços, hoje vazios, eram antes preenchidos com as rodadas de conversas através das “redes de interconhecimento” - parentesco, compadrio e amizades (MENDRAS; JOLLIVET, 1971), em que os saberes, as preocupações e os projetos de vida eram compartilhados, podem ser reportados ao tipo de “solidariedade mecânica” de que trata Durkheim (2004) à qual, os indivíduos partilham de uma “consciência coletiva comum”.

Na tecelagem do novo tecido social, ocorreu um processo de mudança de valores, de hábitos e de atitudes. Novas “sociabilidades” (MARTINS, 2000) foram se formando no novo território, e a partir delas nasceu um outro tipo de agricultor familiar. Todavia, esse novo tipo de agricultor familiar não abandonou por completo suas características passadas, que marcam, sobremaneira, o jeito de ser do mundo rural (MOTA, 2002). De fato, ocorreu um processo de rupturas de relações sociocomunitárias e uma evolução da individualização.

Reforçando essa idéia de rupturas dos padrões tradicionais de coesão social e de criação de novas “sociabilidades” nos espaços reterritorializados, um *colono pioneiro* do perímetro Mandacaru, assim se reporta:

*Antes, nós tínhamos diálogo, nós sentávamos em qualquer canto, contava nossas histórias, contava sobre nossas roças, como cada um estava, todo mundo tinha aquele diálogo e hoje se acabou. O **dinheiro** foi o principal motivo; quando se começou a ganhar dinheiro, a gente foi se **recolhendo**. Esses laços já eram fortes [referindo-se, antes de vir para o projeto] e no treinamento nós reconstruímos novos laços, o treinamento foi muito forte nisso [referindo-se aos 90 dias de treinamento antes de assumir o lote], mas agora acabou (**Entrevista realizada em setembro de 2005**).*

Em sua abordagem, ele demonstra que os espaços vão se modificando à medida que vão se processando mudanças individuais e coletivas, traduzindo-

se em “desconstrução” e “reconstrução” de identidades. Nesse processo, as “redes de interconhecimento” vão se desintegrando e novos valores vão sendo assimilados. Tem-se, em seu discurso, uma resposta para uma indagação do professor Milton Santos (2006, p.13), em uma aula inaugural referindo-se aos “dois pólos da vida contemporânea: o **dinheiro**, que tudo busca desmanchar, e o **território**, que mostra que há coisas que não se pode desmanchar”.

A fala do “colono” é reveladora de que o dinheiro não é o fator determinante do bem-estar social; na realidade, trata-se de um “*recolhimento*” das pessoas, de ruptura dos laços sociais, profundamente enraizados no universo camponês. Neste universo, o sentido da “apropriação de valor”, dinheiro (PLOEG, 2006) difere da forma de apropriação de valor dos outros modos de produção. A polarização entre o território e o dinheiro fica explicitada por meio da fala do agricultor ou pela “sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2000), por meio do conhecimento empírico, do saber popular, adquirido no *chão* vivido do “território construído”. Esse conhecimento, essa cultura deveriam ser valorizados e levados em consideração nas políticas de desenvolvimento territorial, sobretudo porque constituem uma das várias dimensões dos processos de adaptação.

5.2 EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NOS PERÍMETROS IRRIGADOS (1970-2005)

5.2.1 A AF nos perímetros irrigados e a evolução dos sistemas de produção

O processo de implantação da AF nos perímetros irrigados, desde a seleção ao momento de concessão dos lotes, não deixou de ser excludente⁶² pela forma como o projeto foi concebido. O depoimento de um agente público é ilustrativo da contradição do modelo de projeto pensado para os agricultores familiares:

Os perímetros públicos irrigados foram concebidos dentro de um modelo internacional que existia, ora espanhol, ora mexicano, ora americano, que modulou essas áreas para um modelo que foi feito no mundo todo para o pequeno produtor, para médio e para grande. Acontece que o que caracteriza essa estrutura é que, no nosso caso, aqui, a gente sempre focou o assentamento dos produtores no início da irrigação, com uma forte conotação social, principalmente os pequenos produtores. E agora está se avaliando que aquilo era um negócio. Claro que o governo tem uma responsabilidade social em relação àquele investimento que foi implantado, mas hoje a agricultura irrigada já é vista como um segmento econômico. Não estou dizendo que é concentrador de renda, pode confundir isso; pode continuar com o pequeno produtor, mas numa base seletiva melhor avaliada, não caracterizar aquilo como uma reforma agrária pura e simples numa área de sequeiro. Se for voltado para o pequeno, tem que haver um novo procedimento de qualificação, de preparação para um negócio agrícola (H.S.B. 54 anos, 20 anos na empresa, engenheiro civil, entrevistado em agosto de 2005).

Depreende-se desse discurso que o projeto foi executado com um viés de homogeneização, das especificidades da agricultura empresarial e da agricultura familiar. Não houve uma preocupação com a diversidade e a

⁶² Exclusão social é objeto de estudo da sociologia, segundo Boneti (2003,) é recente e surge como interesse desta ciência, pela problemática criada pelo avanço das relações capitalistas. É também um conceito considerado polissêmico, a depender da visão e do enfoque analítico de quem o utiliza. O entendimento de exclusão neste trabalho sintetiza o que Boneti (op. cit., p.72) concluiu, ao buscar as raízes fundamentais que explicam realmente a exclusão social, como sendo aquela que “se manifesta num mesmo processo, começando pela exclusão social da esfera produtiva até chegar à cidadania”.

especificidade da agricultura familiar. Isso demonstra que a política de desenvolvimento implementada na região não tinha a intenção de conceber a AF como um ator importante nas dinâmicas de desenvolvimento territorial. De fato, os anos de 1990 foram marcados, no agropólo Juazeiro/Petrolina, por uma recomposição da agricultura nas áreas irrigadas. Assistiu-se assim a uma dinâmica de especialização regional na fruticultura irrigada, com diferentes impactos sobre as agriculturas familiares. Ao mesmo tempo, elevou-se o percentual da ocupação das terras pelas empresas, principalmente nos projetos mais recentes. E finalmente, a Codevasf tem tido dificuldade de executar sua missão social em um contexto de economia liberalizada (DE NYS, 2004).

No momento da implantação dos perímetros irrigados, o sistema de produção tradicional local foi totalmente desestruturado e substituído por um novo sistema concebido pela Codevasf e imposto aos agricultores. A importância do crescimento da autonomia financeira dos perímetros de irrigação mudou sensivelmente o caráter dos sistemas agrícolas no agropólo Juazeiro/Petrolina. Vale ressaltar também que as políticas públicas implementadas pelo Estado no Brasil têm sua retórica neoclássica baseada na premissa de substituição dos fatores de produção ditos “tradicionais” pelos “modernos” (BONETI, 2003).

Este dinamismo foi parcialmente induzido pela Codevasf, inicialmente pela promoção das culturas anuais, e em seguida pela orientação para a diversificação por meio da introdução das fruteiras perenes, de maior valor agregado. Segundo De Nys (2004), esta mudança teve um impacto na evolução da demanda de água, com o risco da discrepância entre a concepção do projeto inicial e a evolução da demanda atual de água dos agricultores. Conforme Lima e Miranda (2001), este sistema produtivo comporta diferenciações importantes, principalmente aquelas relacionadas à produção de frutas destinadas à exportação (manga e uva, em especial), foco dos empreendimentos empresariais, e a produção voltada para o mercado interno, que corresponde à realidade dos agricultores familiares.

Nos primeiros anos de produção nos perímetros, a ênfase recaiu na promoção das culturas anuais. Quase todos os perímetros públicos de irrigação foram desenhados, pressupondo-se que os agricultores familiares iriam cultivar culturas de ciclo curto (milho, feijão, cebola, algodão e melancia). Pensava-se, então, que as culturas deveriam atender às demandas locais/regionais, assemelhando-se às culturas tradicionalmente cultivadas na região; e a outras que foram sendo gradualmente introduzidas (melão, tomate e alface). Essas culturas permitiriam que os agricultores obtivessem as primeiras colheitas e receitas em poucos meses, garantindo ao mesmo tempo a geração de renda durante todo o ano (DE NYS, 2004).

As culturas eram também consideradas menos intensivas em capital e absorvedoras em mão-de-obra. O quadro (9) apresenta os dados de produção nos dez primeiros anos da irrigação, referentes aos municípios do agropólo Juazeiro/Petrolina (Curaçá, Juazeiro, Sobradinho e Casa Nova, na Bahia e Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó e Orocó, em Pernambuco) que conformam uma área de 34.000km² (figura 25), atualmente denominada de Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

QUADRO 9: Área colhida, em hectares, das principais culturas cultivadas nos municípios do pólo Petrolina/Juazeiro.

CULTURAS/ANO	ÁREA COLHIDA (ha)		
	1975	1980	1985
Arroz		1.877	5.673
Cana	506	104	6.317
Cebola	2.057	6.288	4.370
Feijão	19.453	28.391	33.185
Milho	17.244	23.932	30.324
Mandioca	6.737	3.505	6.481
Tomate	516	1.245	7.251
Uva	-	57	398
Manga	-	8	49
Banana	116	52	329
Coco	86	93	86

Fonte: IBGE / Censos Agropecuários 1975, 1980 e 1985, apud Silva (2001).



FIGURA 25: Municípios que compõem o agropólo Juazeiro/Petrolina

Fonte: BNB

De acordo com os dados, a ampliação das áreas irrigadas nos anos 1980, repercutiu positivamente na expansão das culturas cultivadas naquela região, com exceção da cebola que, no período 1980-85, teve sua área

reduzida. No período 1975-85, observa-se que apenas a cultura da mandioca teve a sua área reduzida em 3,8% e todas as demais culturas tiveram suas áreas ampliadas. A cana-de-açúcar teve um crescimento de área da ordem de 1.148 % no período 1975-85, em função da instalação da Agrovale, que passou a produzir quase toda a matéria-prima que ela demandava. Atualmente, esta agroindústria já explora mais de 16.000 ha. Em relação ao tomate, nesse mesmo período, a área de cultivo foi ampliada em 1.305 %, devido à demanda das agroindústrias de processamento instaladas nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Essas agroindústrias, por meio de contrato direto com os pequenos produtores, ou com suas cooperativas, asseguravam o fornecimento da matéria-prima (SILVA, 2001). A primeira crise da AF eclodiu com a transferência dessas agroindústrias e com a retirada dos subsídios governamentais à fixação dos produtores no agropólo.

A agricultura familiar teve um papel fundamental na constituição e consolidação deste “território específico” - o agropólo Juazeiro/Petrolina. Apesar disso, ela não conseguiu se consolidar no território. A representação dessas dificuldades traduz-se na crise que a AF vem enfrentando no momento. Concretiza-se nesse território o que autores como Benko e Lipietz (1994) trataram como regiões ganhadoras e perdedoras, e Santos e Silveira (2001) como espaços opacos e luminosos e as regiões do mandar e do fazer, para falar de “territórios centrais e periféricos” (RAMBO; PUHL, 2005). Neste caso, o “território central” seria aquele que ganha o “espaço luminoso”, que manda - aquele construído ou possuído pelas empresas -, e o “território periférico”, aquele que perde o espaço “opaco” - vivido pela agricultura familiar. De modo geral, o último está subordinado ao primeiro.

Tal processo de subordinação contribuiu para manter a AF numa posição marginalizada relativamente aos atores sociais dos “espaços luminosos”. Isso parece comprovar a inconsistência das políticas públicas na geração do tipo de apoio necessário à sua consolidação, como setor de geração de empregos e segurança alimentar. A AF teve que se inserir no jogo da concorrência, de forma bastante inferiorizada, sem o capital físico, humano e

social adequados para entrar nesse jogo, como bem traduz essa situação um “ex-colono” (como ele se auto-identifica) bem sucedido, mas seu lote já era do tipo empresarial - 30 ha.

O governo faz uma área de irrigação e distribui pra os pequenos e acha que já fez o seu papel, mas se percebe que não é o suficiente, porque o pessoal não tem o preparo, não só para produzir, mas para comercializar seus produtos, transformar em receita. Lotes de 5 a 6 hectares não é viável para produzir fruticultura perene, só é viável para exportação se formar grupos, mas tem que ter um padrão, controle de tudo, dos produtos que são utilizados e ter uma empresa-mãe que faça esse serviço, esse papel de orientação, ninguém vai fazer sem ganhar nada, entendeu! O pequeno tem que ter uma habilidade muito boa pra se sair bem. Precisa ter muita vontade e também ter preparo, capacitação, pra buscar alternativas de sobrevivência, talvez cultivos diferentes, isso depende da habilidade de cada um, não existe uma linha, uma receita pronta (Paulo Suemi, grande empresário entrevistado em agosto de 2005).

Este empresário acentua tanto a subordinação da AF ao capital, como a inadequação do modelo de agricultura aos quais foram submetidos os agricultores familiares. Como um grande empresário, com sua produção quase que exclusivamente voltada para a exportação, ele traça o cenário da AF dessa perspectiva, admitindo que os produtos dos agricultores têm que se transformar em receitas, portanto, em *commodities*. Reside aqui, uma das diferenças essenciais entre o modo de produção camponesa e o modo empresarial, nas formas por meio das quais, a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenados (PLOEG, 2006). Para integrar a agricultura familiar, numa dinâmica de desenvolvimento territorial, tem que descaracterizá-la das suas características originais? Não existiria ou existem outras alternativas viáveis?

Avaliando as unidades produtivas dos “colonos”, pelo uso da mão-de-obra familiar, poder-se-ia dizer, à primeira vista, que elas não seriam familiares, pois a grande maioria não conta com a força de trabalho direto da família (esposa e filhos). Estes assumem outras atividades fora da unidade produtiva, muitas vezes extra-agrícolas, evidenciando assim que as famílias agricultoras orientam suas atividades por meio de uma organização interna peculiar ao

grupo doméstico, como estratégia de produção e reprodução social (CHAYANOV, 1974). A “pluriatividade” (SCHNEIDER, 2003) é uma dessas estratégias, designando diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas. Especificamente nos perímetros, o uso da mão-de-obra familiar sempre mereceu um olhar diferenciado, pois a própria estrutura organizacional dos perímetros públicos, criou barreiras para a inclusão das mulheres e dos filhos dos colonos nas discussões do processo produtivo, como resume o seguinte depoimento:

Uma coisa que eu sempre achei errado e até hoje eu acho ruim foi a mulher não poder participar da reunião dos homens e nem os homens da reunião das mulheres. Isso já vinha determinado de lá. Uma vez eu convidei dona Berenice pra participar de uma reunião e fui repreendido pelo técnico, você não sabe que mulher não pode participar de reunião dos homens! Eu quem estava coordenando, então eu disse fui eu, porque se o marido morrer quem vai tomar conta do lote? Quem quebrou este tabu aqui foi a doutora Paula. Quando foi pra receber as escrituras dos lotes, a mulher de Zé Abílio apareceu e ela perguntou: seu Julio amanhã vocês vão receber as escrituras, as mulheres podem ir junto? Eu disse, rapaz não vai porque não quer, a minha mesmo não vai porque não quer, eu chamo e ela fica com medo, então ela disse: “se Irene for eu vou”, ai foram, ela, Irene e Alzira, só três. Eles não queriam que as mulheres tomassem conhecimento de nada, do que tinha no escritório, na cooperativa, aí doutora Paula foi quebrando isso. Assim também foi com os filhos, quando um técnico chegava na reunião que via um filho de colono, reclamava, vocês não sabem que filho de colono não pode participar das reuniões dos pais! (J.B., colono pioneiro, 70 anos, entrevistado em setembro de 2005).

Esse ponto de vista revela que o fato da família não ter se envolvido mais intensamente com o sistema produtivo, não significa que a unidade tenha se transformado em unidades “patronais” ou empresariais. Aqui seria importante levarmos em conta a existência de uma complexa trama de relações de poder e de papéis sociais, externos e internos ao grupo familiar.

A partir da constatação de como a família era vista pelos agentes públicos nos perímetros, comprovam-se algumas das hipóteses levantadas por Wanderley (1998, p. 44-46): a) “os fatores externos, socialmente dados, introduzem uma rigidez no interior da própria organização da produção que

resulta na imposição de comportamentos sociais e econômicos à família”; b) “a unidade de produção é familiar, porém a família atualmente é diferente daquela estrutura que a caracterizava tradicionalmente”. Portanto, um conjunto independente de condicionantes internos e externos ao grupo familiar, parece ter gerado um novo padrão de organização social, no contexto das transformações recentes no mundo rural.

A evolução dos sistemas de produção da AF nesse período é marcada por altos e baixos. Isso reflete a insustentabilidade do modelo de produção ao qual ela foi submetida. Mesmo se especializando nas culturas de exportação, ela não consegue se estabilizar e passa por crises sucessivas (principalmente relacionadas ao escoamento da produção). Boa parte das novas culturas sofrem a concorrência implacável da agricultura empresarial e começam a enfrentar dificuldades no escoamento da produção. Este cenário de concorrência reflete o que Leroy (2002, p. 115) observou em relação às políticas públicas:

Somente uma parcela reduzida de agricultores torna-se beneficiária da modernização da agricultura [...], pelo custo dos insumos, das sementes, das matrizes e da mecanização, uma vez que as políticas públicas não capturam essas ‘vantagens’, em prol dos interesses coletivos e sim privados.

Esta situação é real no estágio atual dos perímetros irrigados do agropólo Juazeiro/Petrolina. A evolução dos cultivos irrigados é indiscutível, mas ainda existe uma defasagem considerável em termos de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas, que favoreçam a concretização de práticas produtivas na perspectiva de uma agricultura social, econômica e ecologicamente sustentável.

O mesmo fenômeno pode ser constatado no que diz respeito às opções tecnológicas. Para atingir os objetivos de eficiência, eficácia e competitividade, necessários a uma produção voltada para o suprimento de mercados nos níveis local, regional, nacional e internacional, que tornou a região um pólo de produção, transformação, comercialização e serviços, um novo modelo se

impôs: a agricultura “modernizada” e alheia aos custos ecológicos e sociais das dinâmicas produtivas.

Em uma região semi-árida, sem sombra de dúvidas, a irrigação constitui um pré-requisito de viabilidade de uma dinâmica de desenvolvimento territorial. Todavia, trata-se de uma tecnologia que não está isenta de “efeitos perversos”, sendo um deles o processo de exclusão social, pois a água se torna um meio de produção, cujo acesso é freqüentemente dos detentores do capital. Outrossim, os sistemas de irrigação estão associados à proliferação de favelas, à violência urbana provocada pela pressão demográfica, à corrida descontrolada rumo a “Nova Califórnia” brasileira, em busca de empregos duradouros. As cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) tornaram-se assim o berço desta nova realidade rural-urbana no Semi-árido. Não seria esse o resultado palpável de uma dinâmica de “crescimento perverso” (FURTADO, 1974), ou de “mau-desenvolvimento” (SACHS, 1986; ENGEL, 1990)?

5.2.2 Diversificação e heterogeneidade das unidades produtivas

O processo de diversificação no agropólo Juazeiro/Petrolina, efetivou-se a partir da incorporação e/ou mudança dos sistemas de cultivos, das culturas anuais para as culturas perenes de alto valor agregado. Desde o início dos anos 1980, constatou-se um importante crescimento da evolução da demanda de produtos agrícolas, associado ao conceito de qualidade, transformando substancialmente a cadeia de produção agro-alimentar (MARINOZZI, 2000). Segundo De Nys (2004), esta evolução no agropólo Juazeiro/Petrolina é caracterizada pela introdução de novas culturas irrigadas de alto valor, a exemplo da uva e da manga. Estas foram as primeiras culturas a serem plantadas nos empreendimentos privados dos perímetros públicos. Conseqüentemente, elas foram gerando um processo de diferenciação interna entre as unidades produtivas, sejam elas familiares ou empresariais.

Muitos agricultores familiares tentaram a diversificação, mas como são culturas que exigem grandes investimentos, de difícil acesso aos agricultores familiares, eles foram experimentando outras culturas frutícolas como a banana, a goiaba, o coco para atender às demandas do mercado interno. Resultou daí, uma rápida ampliação das áreas de culturas perenes, desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (DE NYS, 2004). A tabela (6) apresenta os dados sobre as principais culturas perenes no SMSF, tanto nos perímetros quanto fora deles.

TABELA 6: Área plantada e produção das principais fruteiras no SMSF

Frutas	Área (ha)			Área (ton)		
	Perímetro	Outras	Total	Perímetro	Outras	Total
Manga	13.256	10.000	23.256	224.000	179.200	403.200
Uva	4.363	7.000	11.363	51.560	147.292	198.852
Banana	6.079	2.000	8.079	100.994	30.298	131.292
Goiaba	3.788	1.894	5.682	77.660	38.830	116.490
Melancia	1.219	1.200	2.419	15.518	15.518	31.036
Melão	263	1.000	1.263	3.338	13.352	16.690
Acerola	948	900	1848	5.258	25.258	30.516
Maracujá	627	750	1377	3.216	3.859	7.075
Limão	101	150	251	793	1.189	1.982
Pinha	91	45	136	1.207	603	1.810
Tomate	77	308	385	910	3.640	4.550
Outras	137	548	685	1.083	4.332	5.415
Total			56.744			948.908

Fonte: Dados levantados na pesquisa de campo (Valexport e Codevasf em 2005)

Ponderando que a área total irrigada no Submédio São Francisco está estimada em 115.000 hectares, sendo 16.000 ha ocupados com a produção de

cana-de-açúcar, e observando-se a área implantada com fruteiras, menos da metade da área se destina às culturas anuais. Isso demonstra a existência de uma tendência à produção exclusivamente voltada para o atendimento de demandas externas ou do setor agroindustrial, tais como a da cana-de-açúcar. Esta vem evoluindo bastante, principalmente no bojo dos incentivos concedidos atualmente à produção de etanol. Os dados da tabela (7) demonstram a evolução em área plantada de manga e uva, culturas consideradas hegemônicas.

TABELA 7: Evolução da área plantada com a cultura da manga (2000 a 2005)

Culturas	Área em (ha)	
	Censo 2000/01	Censo 2004/05
Manga	13.497	23.256
Uva	4.481	11.363
Banana	8.889	8.079

Fonte: Dados levantados na pesquisa de campo na Valexport e Codevasf em 2005

A tabela acima evidencia que o aumento da área plantada com a cultura da manga, em menos de cinco anos, foi 42% e a de uva foi de 69%. Os dados confirmam o predomínio das duas culturas na região. Já a banana sofreu uma redução de 10% de sua área plantada, mas ainda representa a terceira cultura desenvolvida na região, principalmente pelos agricultores familiares como pode ser visualizado no gráfico (8) com a representação espacial das principais fruteiras cultivadas no SMSF.

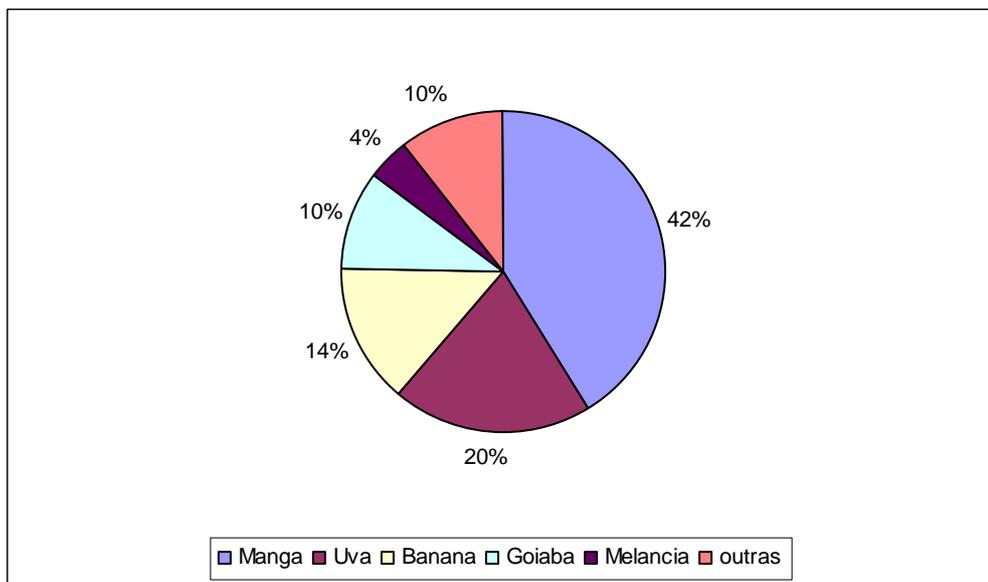


GRÁFICO 8: Representação espacial da fruticultura no SMSF

Fonte: Dados levantados na pesquisa de campo na Valexport e Codevasf em 2005.

Definitivamente, a manga se sobressai como a fruteira de maior expressão na região com (42% da área plantada), seguida da uva (20%). Enquanto a uva é uma cultura característica das médias e grandes propriedades, a manga vem sendo aperfeiçoada pelos agricultores familiares, desde 1994, apesar dos vários problemas a serem ainda enfrentados. Um dos mais sérios diz respeito à gestão da comercialização. Hoje em dia, vários lotes já estão com suas áreas praticamente ocupadas com a cultura da manga. Diante da superprodução os preços estão em queda e em certas ocasiões a demanda é praticamente nula, configurando-se numa *crise da manga*:

Eu diria que quando a economia está em crise, os pequenos agricultores sofrem as conseqüências, conseqüência da economia, tudo é difícil, financiamento é difícil, vender produto é difícil, tudo se torna difícil. Nós conseguimos [grandes empresários] sair fora dessa macroeconomia e conseguimos vender nosso fruto no exterior, então nós não dependemos da economia local, do país, na nossa agricultura. É isso que fez nosso negócio crescer diferenciado dos demais. Os pequenos produtores não conseguiram esta união, esta tecnologia. Então eu penso que uma solução, que é bastante séria, é muito difícil, é uma associação ou até mesmo uma cooperativa, um negócio, comandado como uma empresa. Eu penso que teria que se

associar a um grupo de exportadores para que possa permitir que aqueles frutos possam atingir o mercado externo. Esse será o caminho mais rápido para conseguir sair fora daquela economia doméstica, para buscar um resultado mais favorável. Hoje eu penso que todo projeto de irrigação para colono deveria ser estudado com este perfil. Uma empresa mãe que é conhecedora da tecnologia, conhecedora do mercado, onde iria produzir e vender, como empresa âncora (Paulo Suemi, entrevistado em agosto de 2005).

Os “pequenos agricultores”, referência feita pelo empresário, estão se conscientizando de que para entrar realmente no mercado concorrente é preciso estabelecer parcerias. Com base nessa nova visão, eles estão procurando se rearticular. Mas permanece a pergunta-chave, relacionada à pertinência do modelo de exploração agrícola para produção de *commodities* nessa área.

Os agricultores familiares estão buscando a diversificação produtiva por meio do incremento de várias culturas. Por um lado, para diminuir os riscos da flutuação dos preços e das oscilações climáticas; e, por outro, para obter receitas mais regulares ao longo do ano. Para isso, eles adotam algumas estratégias diferenciadas, reinventando os sistemas produtivos – a exemplo do consorciamento de culturas anuais ou semi-perenes entre as fruteiras perenes. Essa diversificação consorciada tornou as unidades familiares mais heterogêneas em termos de demandas de água. Apesar da diferenciação social gerada, a especialização é geralmente complicada e todo o incentivo da Codevasf, pelos serviços de ATER, para a incorporação de novas culturas, ocorreu prematuramente durante a ausência de investimentos em capacitação técnica para a fruticultura produtivista. Enfim, os agricultores familiares têm dificuldades de acesso aos fatores de produção essenciais para se inserirem no cenário da produção moderna, como crédito, tecnologias complexas e mercados.

Já que infelizmente, até a década de 1990, o Estado não havia destinado medidas para a dinamização deste setor produtivo da economia brasileira. Tal cenário modificou-se com a criação do Ppronaf, em 1994, porém, a implementação dessa política na região ainda não foi capaz de fazer frente à

contenção das desigualdades socioeconômicas, e à promoção e ampliação do acesso aos dispositivos de crédito, entendidos como motor do crescimento econômico (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005). Ao contrário, o sistema de crédito ali implantado tem aumentado os riscos a que se submetem os agricultores familiares.

Os arranjos produtivos desenhados para os agricultores familiares, neste território, caracterizavam-se pelo investimento transformador dos sistemas de produção, pela especialização (abandono da pecuária), uso de insumos e intensidade de capital. Essas transformações foram induzidas pelo Estado por meio de vários dispositivos de enquadramento: crédito, tecnologias modernas e extensão rural. Os resultados concretos dessas práticas são o aumento das desigualdades e a subordinação dos agricultores a uma dinâmica de “mau desenvolvimento” regional.

A forte intervenção da Codevasf não deixou de representar um avanço digno de registro, principalmente pelo fato de ter facilitação à concessão de crédito, às cooperativas criadas para a viabilização da produção e para a comercialização. As cooperativas exerceram um papel significativo nos primeiros anos de operacionalização do sistema social produtivo nos perímetros. Atualmente, o endividamento coletivo torna os agricultores inadimplentes e impossibilitados de se beneficiarem dos financiamentos adequados à realidade deles, com juros menores, como é o caso dos investimentos e custeios do Pronaf. Felizmente, as soluções para a saída da crise, principalmente em relação à comercialização, começam a ser planejadas.

5.2.3 (In)viabilidade de um modelo de produção subordinado ao capital

Na área dos perímetros irrigados, os agricultores familiares encontram-se bastante vulneráveis em relação ao modelo de produção que lhes foi

imposto. A pergunta que fica é: que agricultura é esta? De fato, os perímetros irrigados convivem, por um lado, com um acentuado processo de tecnificação voltado para a especialização (monocultura); por outro, constata-se o abandono dos cultivos baseados na diversificação (base da agricultura familiar), em uma tendência à “descampesinização”. Desse modo, os agricultores familiares se inserem no jogo das relações de produção norteadas pelo modelo da “modernização conservadora”.

Os riscos e as crises sucessivas encontram-se na ordem do dia. Crises sociopolíticas com a retirada dos investimentos públicos, nos anos noventa e crise agrícola com a erradicação de vários hectares de goiaba por doenças (nematóide), em 2001. Além disso, crise econômica a partir de 2001, com a baixa nos preços do coco, levando muitos agricultores a abandonarem este cultivo. Mais uma crise econômica, iniciada em 2003 quando o preço da manga despencou de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por quilo para R\$ 0,20 (vinte centavos), mantendo-se uma flutuação constante na atualidade. Estes obstáculos constituem sintomas de uma crise maior, que caracteriza a dinâmica do sistema produtivo. Tudo isso coloca em risco a viabilidade do modelo de agricultura irrigada adotado no SMSF.

Os atuais circuitos de comercialização são sofisticados e também muito complexos e vulneráveis. Os agricultores familiares têm tido muitas dificuldades em acessar as redes que interligam os mercados consumidores, ficando na dependência dos intermediários que ditam os preços de acordo com a oferta (variedade e volume) dos produtos. Embora exista o “Mercado do Produtor” (Ceasa de Juazeiro)⁶³, criado pelo governo da Bahia para atender à demanda de comercialização dos produtos da agricultura irrigada, os agricultores familiares não promovem a venda direta dos seus produtos nesse grande mercado hortifrutigranjeiro. A medida do possível, eles vendem a safra aos atravessadores que a depender da oferta do dia, determinam os preços. O

⁶³ O Mercado do produtor de Juazeiro movimenta mais de 300 milhões de reais por ano com os produtos hortifrutigranjeiros.

“Mercado do Produtor” é o maior centro de comercialização do Norte e Nordeste e se transformou em um macro-ator da intermediação dos hortifrutigranjeiros, tanto da produção local quanto de outros estados nordestinos e mesmo os do Sul e Sudeste do País.

Persistem atualmente vários impasses: os agricultores familiares vão continuar inseridos na dinâmica produtiva do Vale? Em que condições e circunstâncias? As soluções convencionais - mais crédito e perdão das dívidas assumidas - não são suficientes, sobretudo num cenário de carência crônica de recursos financeiros. Ao que tudo indica a busca de alternativas para a crise, dependerá de uma compreensão mais profunda da complexidade envolvida nas dinâmicas em curso.

Na análise dos relatórios específicos produzidos pela Codevasf (1999) constam que diversos fatores contribuíram para a fragilidade, ou mesmo para o fracasso de certos projetos públicos existentes no vale do São Francisco. As causas estão sendo atribuídas à baixa eficiência dos projetos, às dificuldades de acesso ao crédito, à ineficácia do sistema de comercialização (sobretudo ao baixo nível dos preços mínimos), à baixa eficiência do sistema de assistência técnica e de irrigação, de drenagem; à precariedade na manutenção das estruturas hidráulicas e à falta de maquinário agrícola apropriado.

Como se pode observar, no entendimento das causas do fracasso compõem, sobretudo, as referências aos problemas operacionais. Permanece em segundo plano o questionamento do próprio projeto modernizador, que desestrutura o modo de vida dos agricultores familiares por meio de um modelo de agricultura que vem agravando e ameaçando suas condições de vida, ou seja, de produção e reprodução social.

5.3 AS MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

5.3.1 O papel do Estado e a modelagem das organizações dos agricultores

Em perímetros irrigados, a dinâmica produtiva depende de alguns requisitos básicos, como o manejo da água e o acesso às informações e ao mercado. A existência desses elementos pressupõe, por sua vez, capacidade de auto-organização local e de coordenação das ações coletivas (SABOURIN; MARINOZZI, 2001). Essa coordenação foi assegurada originalmente pela Codevasf, por meio de uma organização centralizada e assistencialista, antes de ser transferida, no final dos anos 1980, para os usuários dos recursos hídricos, por intermédio de suas organizações (cooperativas, associações ou distritos). Ao fazer o ordenamento do território para implantar os perímetros irrigados, o Estado e a Codevasf se tornaram vetores privilegiados da dinâmica de desenvolvimento do SMSF.

A criação das Cooperativas Agrícolas Mistas, nos perímetros, foi feita na perspectiva de que a organização dos produtores aumentaria o poder de decisão e influenciaria na elaboração de seus projetos. Tudo isso ancorado a uma política pública adequada à realidade dessa categoria de agricultores.

Por visar o funcionamento dos projetos, as modalidades de organização dos agricultores eram definidas pelos próprios técnicos e incluídas nos estudos e planos de obras de infra-estrutura física e social. A criação das cooperativas esteve sempre articulada às teias de relações das políticas públicas de intervenção na agricultura brasileira e das forças sociais que lhes serviam de suporte.

Para Martins e Zats (1990, p. 101-102):

Ao estruturar cada perímetro sobre os moldes administrativos de cooperativa, o Estado, por um lado, configurava uma imagem de modernidade em suas obras de intervenção na agricultura, aliando ao sistema de produção irrigada, uma forma de poder de princípios autônomo, de inspiração democrática, assegurada pelo modelo cooperativo; e, por outro lado, garantia o controle sobre o desenvolvimento da sociedade agrária, calcado na dependência de maciços investimentos nos projetos, nos privilégios e articulações das relações eminentemente paternalistas.

Numa relação de causa e efeito, constata-se que embora existam várias organizações sociais nos perímetros de irrigação, elas não têm conseguido ampliar os arranjos sociais que lhes permitiriam avançar, no sentido de uma convenção ou de um sistema de gestão compartilhada. Por exemplo, as cooperativas estão quase todas falidas ou inoperantes. No decorrer do processo, elas perderam gradualmente sua credibilidade junto à população. Após o afastamento do Estado, que era quem efetivamente as mantinha, o fracasso dessas cooperativas tornou-se evidente. No decorrer do tempo, elas foram perdendo seu poder de mediação nas arenas de negociação dos agricultores.

Em relação aos arranjos institucionais, um aspecto preponderante diz respeito à falta de engajamento dos atores na busca de um padrão de gestão compartilhada dos perímetros. Em primeiro lugar, a Codevasf não delegou totalmente aos usuários a responsabilidade da gestão; além disso, os usuários não querem assumir a responsabilidade da gestão por perceberem a impossibilidade. Eles não têm condições (financeira, técnica e gerencial) de assumirem a manutenção de uma infra-estrutura complexa; e finalmente, os usuários estão mais preocupados com a sobreexploração do recurso à medida que dela depende a sobrevivência, para uns e a acumulação, para outros.

Em conseqüência desse modelo de interação vertical, que excluiu os usuários do poder de decisão coletiva, verifica-se a fragilidade das organizações e o desengajamento dos produtores na construção de arranjos sociais e institucionais para a valorização do “patrimônio comum”, dos

habitantes da área.

Verifica-se que existe um consenso no pressuposto de que as dificuldades enfrentadas atualmente pelas organizações de agricultores familiares (colonos), estão relacionadas, sobretudo às características da ação estatal e de suas instituições, principalmente a Codevasf. O paternalismo, o clientelismo e as ingerências políticas têm condicionado um padrão de comportamento dependente nos produtores. Geralmente, as decisões já chegam prontas ao nível local, sem possibilidades de negociação. A autonomia permanece, dessa forma, no nível da retórica.

Em síntese, a crise enfrentada pelas organizações dos produtores (cooperativas, associações, distritos), evidencia uma estratégia inadequada de atuação do setor público nos perímetros irrigados, que tende a desconsiderar a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos nas dinâmicas produtivas.

As organizações criadas de cima para baixo parecem não ter acompanhado as transformações operadas num contexto de globalização assimétrica. Os problemas ligados aos problemas de comercialização constituem um exemplo. Segundo Berkes (2005), tanto uma gestão centrada exclusivamente no nível local quanto àquela centrada nos níveis mais altos do sistema político deveriam ser evitados. “Ao contrário, torna-se necessário delinear e apoiar instituições de gestão que operam em mais de uma condição, valorizando as interações que permeiam as diversas escalas, a partir do plano local” (op. cit., p. 293). O que estaria em foco seria a necessidade de evolução no sentido da criação de conexões institucionais *transescalares*, ou seja, redes de instituições conectadas tanto horizontalmente (por meio do espaço) quanto verticalmente (pelos níveis de organização).

Nas organizações muito centralizadas, a coordenação se caracteriza pela falta de regras comuns explicitadas, entre os atores envolvidos e pela

diversidade de regras específicas existentes entre estes e os intermediários, como foi observado no estudo feito por Sabourin e Marinozzi (2001). Segundo esses pesquisadores, a diversidade e o compartilhamento das informações, permitiam aos comerciantes reduzir o poder de negociação dos agricultores familiares e, de certa maneira, impedir uma real ação coletiva.

Por implicação, não é surpreendente constatar a fraca capacidade de adaptação, em particular as evoluções do mercado, sobretudo, em relação aos empresários. Eles se adaptaram rapidamente à nova organização nos perímetros irrigados, criando paralelamente novas cooperativas ou associações (como a Valexport), para exercerem funções geralmente não coordenadas pelos distritos, a exemplo da comercialização, do marketing, da pesquisa, da produção e da circulação das informações (SABOURIN; MARINOZZI, 2001). No caso das cadeias de uva e manga, são as empresas que determinam as regras e estruturam a comercialização (padronização da qualidade, integração vertical, fixação dos preços, etc.), com o objetivo de excluir os concorrentes potenciais.

Durante muito tempo, não se formou entre os agricultores familiares uma atitude diante dos grandes problemas que enfrentavam, demonstrando acomodação ou resignação. O processo de auto-organização tornou-se muito frágil, com tendência crescente ao enfraquecimento das organizações (associações, cooperativas e distritos).

Atualmente, começam a surgir novas organizações nos perímetros irrigados, sinalizando uma nova fase de entendimento da importância de uma “inovação territorial coletiva”, da montagem de arranjos sociais para melhor se colocarem na dinâmica territorial de desenvolvimento, em mercados cada vez mais globalizados.

Uma dessas organizações foi a Cooperativa Mista de Fruticultores de Maniçoba (Comfruman), criada em 2000, por um grupo de agricultores

dissidentes da Cooperativa Mista Agrícola do Perímetro Irrigado de Maniçoba (CAMPIMA). Inconformados com a má gestão da cooperativa, criaram uma organização alternativa numa época em que começava a florescer a produção das primeiras fruteiras. Funcionou muito bem nos primeiros anos, em termos de uma organização autônoma, criada “de baixo pra cima” (*bottom-up*) por uma demanda explícita dos agricultores, ao contrário das cooperativas “tradicionais” (criadas pela Codevasf). Com a crise da goiaba, do coco e da manga, praticamente culturas dos pequenos agricultores, a Comfruman também entrou em crise e acabou sendo extinta. Segundo Mendonça (2006), o principal problema do fechamento da Comfruman foi uma comercialização efetuada na forma de consignação (250 ton. de manga), causando grandes prejuízos para os melhores produtores dessa Cooperativa. Silva (2001) traduz esses efeitos como

A artificialidade com que foram criadas essas cooperativas e associações [que] impediu a emergência de organizações cujas determinações e controles fossem dos próprios irrigantes, ou seja, fruto da participação ativa destes e movida pelo interesse coletivo dos seus associados. Na prática, o processo emancipatório nunca eximiu a responsabilidade do poder público da gestão dos projetos, nem significou a constituição de organizações sólidas que pudessem representar os interesses dos agricultores irrigantes, política ou profissionalmente. Até porque a participação dessas organizações em outras instâncias, em níveis de representação de interesses mais amplo (estadual ou nacional), era praticamente nula (op. cit., p. 125).

Outra experiência relevante está consubstanciada nos casos da Associação dos Pequenos Produtores de Manga Brasil de Maniçoba (APMB), no perímetro Maniçoba e da Associação dos Fruticultores do Perímetro Curaçá (Afrupec) no perímetro Curaçá. Criadas em 2004, ambas estão apresentando resultados significativos, sobretudo na comercialização da manga e coco. Os efeitos positivos dessas inovações sociais podem ser verificados nos dados econômicos disponíveis e na coesão social dos produtores envolvidos. Eles já começam a estabelecer parcerias com outras associações, como é o caso da Afrupec com a Amacoco⁶⁴, na qual o produtor associado passou a ter uma nova

⁶⁴ A Amacoco (Água de Coco da Amazônia Ltda) é uma grande agroindústria quase que exclusiva no Brasil de envasamento de água de coco. Atualmente, 10% da produção da

oportunidade de comercializar sua produção.

Esses agricultores participam também do programa de qualidade no fornecimento de água de coco, com o objetivo de fidelizar a parceria. Nesse programa, o agricultor poderá dispor de preços diferenciados de acordo com a evolução do seu potencial de suprimento e da melhoria da qualidade dos seus produtos (PLANTEC/CODEVASF, 2006). Já é possível perceber uma certa estabilidade com relação aos preços praticados no Mercado do Produtor (Ceasa de Juazeiro-BA) e os da Amacoco, como pode ser observado no gráfico (9).

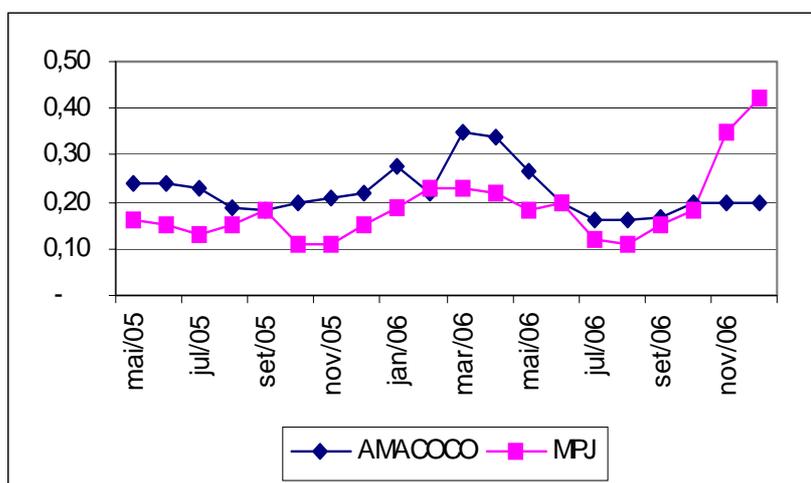


GRÁFICO 9: Comportamento dos preços da Amacoco e do Mercado do produtor em Juazeiro-BA (2005-2006)

FONTE: PLANTEC/Codevasf, 2006.

Outra parceria mantida pela Afrupec, diz respeito à comercialização da produção de manga de seus associados, por meio da Bolsa de Mercadoria de Pernambuco e de atacadistas da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), favorecendo assim a eliminação dos atravessadores no processo. Em 2006, foi escoado um volume superior a 110 toneladas do

empresa seguem para exportação, abastecendo principalmente os mercados da Europa e Estados Unidos. A Amacoco é dona das marcas Kero-Coco e Trop-Coco e também envasa o produto da Danone e de redes supermercadistas que utilizam marcas próprias, como Pão de Açúcar e Wal-Mart. A segunda fábrica da empresa no País foi instalada no agropólo Petrolina/Juazeiro, em 2002.

produto, confirmando um resultado ainda pouco expressivo. Porém essas parcerias estão sendo amadurecidas, conforme ressaltam os técnicos da ATER que prestam assistência técnica ao perímetro.

Outrossim, percebe-se que ainda existe um certo nível de acomodação por parte dos agricultores, no sentido de seu envolvimento em ações coletivas, convocadas pelos técnicos da ATER para discutir assuntos pertinentes ao processo de produção e comercialização. Em 2006, dos 230 convidados para participar de diferentes grupos de interesse (uva, mamão, acerola, limão, organização e planejamento das ações da Afrupec), compareceram apenas 109, o que equivale a uma média de participação de 47%.

Já a APMB, fundada em 2004, passou recentemente por uma reestruturação visando melhorar o serviço fornecido aos seus cinquenta e oito associados. Com o apoio recebido pela equipe da ATER. Esta associação desenvolve atividades importantes e demonstrando alguns ganhos na comercialização das frutas do quadro de sócios - basicamente manga, maracujá e coco. O nível de participação dos agricultores nas atividades dos grupos de interesse, convocados pela ATER, ultrapassa em 30% aquele verificado no perímetro Curaçá (ou seja, 77%). Em algumas atividades, o índice de participação chega ser de até 100%, a exemplo do grupo interessado na cultura do maracujá.

Os encontros vão além de uma simples troca de informações gerais, envolvendo demonstrações práticas e repasse de técnicas de nutrição, polinização, condução e comercialização das culturas. A intenção é aprimorar o máximo possível os sistemas de produção que estão sendo implementados pelos próprios agricultores.

Como foi salientado anteriormente, talvez esteja sendo processada uma mudança significativa de mentalidade dos agricultores e dos técnicos em

relação a essas organizações. Novos conceitos vêm sendo apropriados, a exemplo de “modelo de gestão compartilhada”, buscando enfrentar com mais eficiência as questões de organização da produção e da comercialização dos produtos. Dessa forma, os esforços e as ações desenvolvidas pela equipe da ATER são direcionados para fortalecer as ações voltadas neste sentido, concentrando-se nos produtores que estão buscando se organizar. No caso específico deste perímetro, a Associação dos Produtores Manga Brasil mereceu atenção especial, com o objetivo de fortalecer e preparar o grupo no âmbito comercial e organizacional. O gráfico (10) apresenta a evolução do volume comercializado pela associação manga Brasil.



Gráfico 10: Evolução da comercialização da Associação Manga Brasil (2005 e 2006)

FONTE: Plantec/Codevasf, 2006.

Do ponto de vista da comercialização, segundo os técnicos da ATER de Maniçoba, até 2005, a associação realizou apenas uma experiência restrita de exportação exitosa. A prática de comercialização permanecia centralizada nos atravessadores. Contando com o apoio da ATER, o grupo foi inserido no mercado e já consegue hoje em dia escoar de forma autônoma a produção – mesmo face às dificuldades de consolidação dessa nova dinâmica. Todos os esforços estão sendo concentrados na busca de uma melhor articulação dos

produtores e consumidores, visando diminuir ao máximo o número de atravessadores no processo de comercialização.

Um dos fatores que tem contribuído para esse novo processo de organização social dos agricultores tem sido, segundo as informações coletadas em campo, as participações em feiras, rodadas de negócio e missões comerciais. Em 2006 eles participaram de três rodadas de negócios e três missões apoiados pela Codevasf e pelo SEBRAE.

Como expressão dessa nova lógica de organização destaca-se o caso do Comércio Justo Solidário (FAIR TRADE)⁶⁵, que tende a se tornar uma alternativa promissora daqui em diante. O *Fair Trade* oferece aos agricultores familiares uma garantia de preços mínimos, isto é, uma relação comercial estável (PLANTEC/CODEVASF, 2006). O processo encontra-se ainda em fase de elaboração, pois a associação precisa dispor de certificação em comércio solidário. Está prevista a assinatura de um contrato para exportar a safra de agosto a novembro de 2007, período considerado mais difícil para o produtor comercializar a safra, devido ao fato do volume ofertado ser maior e os preços mais baixos. A Associação Manga Brasil recebeu recentemente a visita de um representante da maior empresa de comércio justo da Holanda – a AGRO FAIR.

Se essas estratégias se consolidarem, gerando um “efeito cascata” em todos os perímetros, a AF poderá ingressar numa nova fase, confirmando o pressuposto de que “os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam” (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 38) os diferentes atores sociais neles inseridos.

⁶⁵ Fair Trade - Comércio Justo é uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável através de melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados. Tem como objetivo principal estabelecer contato direto entre o produtor e o comprador e tirá-los da dependência de atravessadores e das instabilidades do mercado global.

Percebemos também, na trajetória das organizações civis dos agricultores uma característica comum: além do atrelamento aos organismos públicos estatais, a centralidade do poder. Via de regra, as relações de dominação são mantidas em torno de um pequeno grupo, muitas vezes de amigos íntimos ou de parentes. Em todas as organizações, tanto as cooperativas quanto as associações, um mesmo grupo tende a se apropriar dos cargos de comando. Neste sentido, a gestão dos Distritos é um tanto diferenciada. Existe um gerente contratado e um conselho administrativo formado pelos usuários da infraestrutura coletiva dos perímetros. Em muitos casos, ainda é a Codevasf que indica ou seleciona esses gerentes.

QUADRO 10: Cooperativas, associações e distritos dos perímetros irrigados do agropólo Juazeiro/Petrolina.

COOPERATIVAS / ASSOCIAÇÕES / DISTRITOS	ANO DE FUNDAÇÃO
Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro (CAMPIB)	1968
Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Mandacaru (CAMPIM)	1973
Associação dos Colonos do Perímetro Irrigado de Maniçoba (ACOPIM)	1984
Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Maniçoba (CAMPIMA)	1986
Cooperativa Agrícola Mista do Perímetro Irrigado de Curaçá (CAMPIC)	1987
Associação dos Colonos do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho	1987
Associação dos Usuários do Perímetro Tourão	1988
Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho	1989
Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Maniçoba - DIM	1989
Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Curaçá – DIC	1990
União dos Produtores do Perímetro Curaçá – UPROPIC	1990
Distrito de Irrigação do Perímetro Mandacaru – DIMAND	2000
Cooperativa Mista de Fruticultores de Maniçoba (Comfruman)	2000
Associação dos Pequenos Produtores de Manga Brasil do Perímetro Irrigado Maniçoba – APMB	2004
Associação dos Fruticultores do Perímetro Curaçá – AFRUPEC	2004

Fonte: Silva (2001). Atualizado na pesquisa de campo em 2006 pela autora.

5.4 A POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO AGROPÓLO JUAZEIRO/JUAZEIRO

Na verdade, o projeto governamental de desenvolver a agricultura irrigada no semi-árido teve efeitos significativos, principalmente porque em sua concepção original estava orientado para a consolidação de um modelo de produção baseado na pequena produção familiar como alternativa aos problemas sociais dessa região. Isso fez com que a presença direta do Estado no processo de assentamento das famílias nos perímetros fosse permanente e forte (CAVALCANTI, 1999).

Entretanto, mesmo que os esforços do Estado possam ser sempre considerados como importantes, uma hipótese cada vez mais presente é de que o projeto “modernizador” não era adaptado à realidade dos agricultores familiares. Para Cavalcanti (1999) as políticas de ajuste e os processos de reestruturação produtiva implementados na região expressam a subordinação e dependência dos agricultores às novas condições e demandas do mercado. Assim, os agricultores familiares foram pressionados a integrarem-se aos circuitos agroalimentares mundiais. Nesses circuitos, eles experimentam internamente crescentes desigualdades sociais.

As estratégias utilizadas pelas empresas mais dinâmicas, e a contínua subordinação das unidades familiares nessa dinâmica tem evidenciado a crise da agricultura familiar nos perímetros, numa evidência clara de um processo de exclusão dos “irrigantes pioneiros” (os colonos), atores históricos da agricultura moderna irrigada nesta região que vão pouco a pouco sendo substituídos por outros. Neste sentido, Cavalcanti (1999) diz que foram gerados processos de substituição de atores e reconversão produtiva, orientados para uma resposta mais competitiva e eficaz do setor frutícola às demandas dos mercados por uma multiplicação de estratégias, o que de fato está ocorrendo.

A agricultura familiar foi reconfigurada nos perímetros irrigados, mas as políticas públicas não foram capazes de garantir-lhe padrões de vida satisfatórios e

sustentáveis no contexto de uma crescente integração das economias local e regional com o mercado global.

Do ponto de vista macro ninguém pode negar que houve uma grande evolução, a região saiu do sistema de produção - pecuária extensiva de caprino/bovino e agricultura dependente de chuva - para um sistema de produção que é tida como referência nacional e no mundo – agricultura irrigada. Hoje se tem empresas que se estabeleceram na região e que a transformaram. Teve uma grande agregação de área irrigada. Do ponto de vista agrícola que era limitado às culturas pluviais, agora se produz o ano todo. A fruticultura irrigada com a produção de manga e de uva colocou a região no contexto global, transformando-a em uma das regiões agrícolas mais dinâmica do País, mas isso não significa dizer que os agricultores familiares estão em uma situação confortável (C.A.F.S, pesquisador entrevistado em setembro de 2005).

Vê-se, então, que o projeto de desenvolvimento implementado no agropólo passou a ser referência nacional e internacionalmente, transformando a região em um dos maiores centros exportador de frutas. Mas do ponto de vista social “a gente tem que analisar essas vantagens”, sublinha o pesquisador. Isso porque a riqueza gerada não se distribuiu na região.

Esta região e a área irrigada tinham uma grande função que era estabilizar-se e oferecer produtos alimentícios, cereais, principalmente feijão, a preço compatível com a renda da população. Mas, os incentivos estão sendo feitos para instalação de Peackinghouses, de vinícolas, de grandes empresas de exportação. Não tenho nada contra, mas eu acho que tem que ser balanceado, a gente não pode esquecer que é aqui no Nordeste onde se tem o maior número de pobres e infelizmente esta infra-estrutura de irrigação, de crédito barato, só tem aprofundado os desequilíbrios sociais e ambientais e o processo de exclusão social (idem).

A avaliação desse pesquisador ratifica que o estilo de desenvolvimento implementado no agropólo Juazeiro/Petrolina, via a apropriação dos recursos hídricos para a geração de energia e desenvolvimento da fruticultura irrigada, não valorizou as três dimensões básicas do conceito de sustentabilidade. O estilo de desenvolvimento que foi empregado na região reflete o tipo da política setorial utilizada. Em relação aos agricultores familiares, esses não foram considerados em suas diferenças, mas foram atirados na arena dos diferentes tipos de agricultores sediados nos perímetros, conseqüentemente com

estratégias socioeconômicas e tecnológicas de produção e/ou reprodução social particulares.

Em relação à **sustentabilidade econômica**, os lotes agrícolas familiares representam um patrimônio e possuem, de fato, um valor econômico excepcional, pois estão situados numa região onde a tradicional recorrência das secas tem dificultado a dinamização econômica do Semi-árido. No entanto, as limitações financeiras deixam os agricultores que possuem terras agricultáveis, durante todo o ano, impedidos de viabilizar suas unidades produtivas. Um bom número deles encontra-se atualmente dependentes de financiamentos externos (“parcerias”) para cultivar as suas próprias terras irrigáveis, arriscando a viabilidade econômica das unidades a médio prazo. De fato, as unidades de produção não conseguem hoje garantir a reprodução do capital e a remuneração do trabalho. A intensificação do uso da terra é também um dado a ser aqui considerado. A perda da fertilidade dos solos é uma evidência palpável de uma agricultura produtivista, cujo modelo ameaça a viabilidade econômica dos lotes familiares.

Esse problema ameaça também a **sustentabilidade ecológica** dos perímetros. Os “colonos” foram capacitados para serem agricultores “modernos” no início dos anos 1970 – em plena política de modernização da agricultura baseada na “Revolução Verde”. Este anti-modelo perdura até hoje, apoiado no uso intensivo e irresponsável de agroquímicos. As práticas de cultivo têm provocado a artificialização indiscriminada do meio, respondendo pelo agravamento de pragas e doenças resistentes aos defensivos agrícolas industrializados. Nota-se que a ação antrópica constante no meio ambiente, tem causado um desequilíbrio no agroecossistema, comprometendo sua resiliência. Por outro lado, a utilização sistemática de adubos químicos, a ausência da utilização de adubação orgânica e o consumo excessivo de água degradam às vezes de forma irreversível os ecossistemas – a exemplo da salinização dos solos.

A conseqüência é ameaça à **sustentabilidade social** dos perímetros. Uma das dúvidas mais inquietantes diz respeito à reprodução social do sistema. Do reduzido número de agricultores que “passaram na peneira”, para serem irrigantes mais de 50% deles já não são os proprietários originais, ou seja, já repassaram seus lotes para terceiros. Isto significa que a terra vista como um patrimônio familiar vem perdendo sentido. Relacionando esse dado com a função social da implantação dos perímetros, que tinha como objetivo evitar o êxodo rural, diminuir os índices de pobreza e promover a segurança alimentar, verifica-se o peso das contradições geradas. A terra tão sonhada por muitos trabalhadores *sem terra* sai das mãos de um agricultor familiar, por inviabilidade econômica causada por um sistema altamente dependente de capital externo, e passa para as mãos daqueles que detêm maior poder de compra e de investimento. Um cenário possível a médio prazo indica que uma nova geração de irrigantes, não mais “colonos” ou agricultores familiares, deverá se tornar proprietária dos lotes.

Esses novos proprietários, dispendo de capital suficiente para a reestruturação dos lotes (com infra-estrutura adequada, como sistema de irrigação mais moderno e suficiente) talvez os tornem economicamente viável, todavia não será “terra de trabalho”, mas “terra de negócio”.

Enfim, os perímetros irrigados implantados no SMSF permitiram a constituição de um dinâmico pólo de desenvolvimento - o agropólo Juazeiro/Petrolina – mas os agricultores familiares neles inseridos, a cada dia, ficam à margem desse dinamismo. Suas unidades produtivas tornam-se vulneráveis, muitas delas insustentáveis, levando os agricultores a repassarem seus lotes, suas terras por falta de condições financeiras para torná-las economicamente viável.

Os resultados socioeconômicos no território são animadores, mas a distribuição da riqueza gerada não atinge a população residente no território, visto que permanece concentrada nas mãos de uma pequena minoria. Tal

situação reforça a impressão de que o agropólo representa um exemplo de um *mau desenvolvimento* (SACHS, 2006) ou de *crescimento econômico perverso* (FURTADO, 2004) com exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar as transformações verificadas no Submédio São Francisco (SMSF) nos últimos trinta e cinco anos, e o papel exercido pela agricultura familiar (AF) nas dinâmicas de desenvolvimento ocorridas no agropólo Juazeiro/Petrolina. Procurou-se: (1) entender os mecanismos que levaram ao fracasso da grande maioria das unidades familiares de produção, mesmo sendo a AF um elemento importante na trajetória de desenvolvimento do pólo; (2) e apresentar subsídios para reorientação das políticas públicas de revitalização e valorização da AF, na perspectiva do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.

Mais especificamente, a intenção foi de efetivar: a) uma síntese da literatura sobre a ligação entre AF familiar e desenvolvimento territorial sustentável, focalizando o papel da AF e suas especificidades como ator privilegiado do desenvolvimento territorial sustentável; b) uma caracterização da trajetória do desenvolvimento do Submédio São Francisco nos últimos trinta e cinco anos, avaliando os impactos socioeconômicos e ambientais desta trajetória; c) uma análise de um perímetro específico (Mandacaru) para caracterizar a diversidade e especificidades dos sistemas produtivos, investigando as interrelações entre os diferentes atores envolvidos, em particular nas suas articulações entre os diferentes níveis de atuação; e finalmente; d) uma avaliação dos impactos da política de desenvolvimento sobre a AF. É exatamente esta avaliação que compõe o conteúdo destas considerações finais, aqui apresentadas.

Além de retomar todos os elementos de descrição e análise que compõem o escopo do trabalho, apresentam-se dois cenários para os perímetros irrigados, e algumas recomendações para a abertura de espaços de manobra, tendo em vista o fortalecimento da AF da área pesquisada do ponto de vista do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Apresentamos também algumas pistas de novas pesquisas.

A “experiência” dos perímetros públicos de irrigação do Submédio São Francisco na região Semi-árida do Nordeste do Brasil, avaliada como uma trajetória de desenvolvimento é ilustrativa da evolução da agricultura familiar no desenvolvimento do mundo rural brasileiro. Mostra que nasce da vontade do Estado de enfrentar a situação de crise da agricultura brasileira. A Codevasf ao agir num escopo das determinações das políticas setoriais da época, exerceu um papel importante na configuração da nova dinâmica territorial do SMSF. Sua missão era resolver, na região, três questões recorrentes do mundo rural brasileiro: a questão agrária, a questão agrícola e a questão do investimento na melhoria das condições de vida.

As características da formação histórica do Nordeste do Brasil (concentração da terra nas mãos de uma elite; produção voltada principalmente para o exterior) fizeram com que:

- grande parte da população nunca tivesse acesso nem à terra e nem ao trabalho;
- as necessidades internas (até a produção de alimentos) fossem desprezadas;
- os investimentos na agricultura fossem limitados (a mão-de-obra e a terra se tornaram fatores de produção baratos e não incitadores de investimento em implementos e insumos); e
- os investimentos para responder às necessidades sociais (infra-estrutura, educação, e saúde etc.) fossem extremamente limitados, devido à concentração da renda nas mãos de uma elite consumidora de bens importados.

Nos perímetros irrigados sob a jurisdição da Codevasf, com restrições, esses obstáculos foram preservados. Para isso houve uma política agrícola de apoio (investimento, crédito rural, assistência técnica e extensão rural) e, de certa forma, uma política social (habitação, educação, saúde etc.) para sustentação do “projeto modernizador” para o território. Característico do estilo de desenvolvimento da época (regime político militar) ocorreu aqui um programa

de colonização (assentamento de famílias camponesas nos lotes agrícolas), na ausência de uma política de reforma agrária.

Apesar desses esforços, pode-se constatar hoje em dia que o quadro não mudou muito, mesmo se durante uma década (1975-1985) os resultados dessa estratégia de desenvolvimento tivessem sido considerados satisfatórios para os colonos assentados nos perímetros - década considerada “anos dourados” (o tempo do carro novo, da casa melhorada, de bens imóveis na cidade e no campo, de dinheiro na poupança etc.). É a partir deste cenário que até hoje muitos se reportam a este tipo de projeto como um sucesso e à agricultura familiar, inserida nessa dinâmica territorial de desenvolvimento, como bem sucedida, consolidada.

Uma das principais questões orientadoras da pesquisa era saber se o tamanho do esforço de adaptação dos agricultores familiares à dinâmica territorial de desenvolvimento favoreceu a consolidação dessa categoria social no agropólo Juazeiro/Petrolina. Nosso pressuposto era de que, *a incapacidade das políticas públicas de consolidar a agricultura familiar nas dinâmicas de desenvolvimento do SMSF, está ligada a uma dificuldade de considerar este segmento como prioritário porque:* (i) historicamente, ele foi um setor “negado” pelos arquitetos do processo de desenvolvimento econômico do Nordeste; (ii) embora a AF tenha tido alguns avanços nos perímetros irrigados, o próprio Estado, com sua política de “modernização conservadora”, não conseguiu transformar o padrão predominantemente “tradicional” - valorização do modelo de desenvolvimento; (iii) os esforços reais para a promoção da agricultura familiar foram aniquilados num ambiente desfavorável.

Constata-se que alguns agricultores familiares no agropólo Juazeiro/Petrolina obtiveram êxito, foram bem sucedidos, adaptando-se sem grandes dificuldades às inovações tecnológicas implementadas nos perímetros irrigados. É importante salientar a capacidade de adaptação desses agricultores nos perímetros. Eles passaram de sistemas extensivos de produção, baseados na pecuária, para sistemas intensivos estritamente agrícolas. É verdade que o peso da ação estatal foi importante. Nota-se como o processo de formação (no início da instalação e depois pelo acompanhamento no cotidiano) acabou sendo decisivo, mas que podemos avaliar também como um fator de fracasso, em relação ao processo de autonomia, hoje todos são dependentes do capital financeiro para poder produzir.

De fato, a formação inicial permaneceu baseada na transmissão de conhecimentos e dos saberes técnicos e não na construção de saberes compartilhados, considerando os interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção dos agricultores selecionados. O investimento intensivo foi nas tecnologias “tecnicistas” e muito pouco, ou quase nada, nas tecnologias sociais capazes de consolidar uma institucionalidade territorial forte para permitir a consolidação da categoria dos agricultores familiares no território.

O êxito ou sucesso aparente da AF como resultado do “pacote tecnológico” foi tão evidente, que o Estado decidiu emancipar os perímetros e se afastar de sua gestão. É claro que, com esta decisão, o custo do apoio e o problema do financiamento pesaram muito. Pouco importa, pois desde então, a crise se instalou no setor da agricultura familiar. Ao tentar se afastar da gestão dos perímetros, o Estado julgava que já havia cumprido sua missão, ou seja, transformado os agricultores familiares em “produtores modernos”, subordinado ao capital, capaz de gerir uma estrutura social e física complexa. Estava criado um novo “ator social” emancipado, numa dinâmica norteada apenas pela racionalidade econômica (LEFF, 2006) típica do modelo desenvolvimentista adotado e implementado nesse território. Optou-se ali pela produção de *commodities*. Consolidou-se, dessa maneira, o agropólo Juazeiro/Petrolina.

Todavia, a crise constatada na agricultura familiar no agropólo (nos perímetros irrigados) foi concomitante, e pode estar relacionada ao vazio deixado pelo Estado e à elasticidade da iniciativa privada que, a partir dos anos 1980, investiu pesado na fruticultura e na agroindústria (principalmente na vitivinicultura), fortalecida pelos investimentos proporcionados pelo Estado. Iniciativa privada e competitividade tornam-se, portanto, “megatendências” (MÜLLER, 2002) do agropólo Juazeiro/Petrolina, abrindo-se um campo de forças que vem cada vez mais excluindo a AF.

A análise das trajetórias dos perímetros irrigados evidenciou algumas situações que merecem ser registradas. Primeiramente, constata-se que houve um processo de evolução. Ficou mais difícil ganhar dinheiro para garantir a reprodução social e econômica da família e da unidade de produção. Tenta-se esclarecer o porquê disso e verifica-se o seguinte:

- Inicialmente, o mercado tornou-se realmente competitivo com o surgimento de novos perímetros irrigados em outras regiões, e as crises sucessivas das culturas evidenciam esse fenômeno de competitividade. A trajetória de Mandacaru como um perímetro “piloto”, uma ilustração nesta tese dos demais perímetros do SMSF, é uma trajetória de sucessão de ciclos (do arroz/sorgo; da cebola/melão/tomate; da fruticultura, em especial da manga). E, cada vez mais, os ciclos necessitavam/necessitam de investimentos, de adaptação, de aprendizagem do indivíduo porque não houve um processo de “aprendizagem coletiva” (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004; PECQUEUR, 2005), base de uma dinâmica territorial de desenvolvimento.
- Além disso, o mercado se modificou. Nos primeiros anos, o mercado chegava aos produtores nos lotes, no agropólo do SMSF. Hoje, é preciso conquistar o mercado no Sul do País, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão etc. e controlar os circuitos de comercialização. De uma maneira ou de outra, os produtos irrigados são a fonte principal de renda do território, ou melhor, traduzem a sua “especificidade”.
- Outro condicionante decisivo refere-se aos custos de produção, devido ao uso intensivo do capital natural. Nos primeiros anos foram aumentando: infertilidade dos solos, gestão das doenças e de parasitas. Tudo isso proporcionou um custo elevado, sobretudo, porque várias vezes as soluções técnicas propostas (na luta contra as pragas) não foram adequadas. O uso de “venenos” representou um escândalo do ponto de vista técnico e também econômico. Existiam outras soluções possíveis, mas a lógica era simplesmente a da racionalidade econômica, típica do modelo produtivista. As que se apresentam na atualidade são ainda mais seletivas, têm um custo e uma série de restrições que beneficiam os grandes empresários. Mais uma vez, as empresas e os empresários são os beneficiários - como é o caso do Programa Integrado da Fruta (PIF). Somente quem pode pagar é quem participa. Em Mandacaru, dos 52 agricultores familiares apenas nove aderiram ao Programa.

- Os padrões de qualidade são cada vez mais impostos aos agricultores, principalmente pelos mercados globais, de demanda mais exigente. As normas (ambientais, sociais, étnicas e éticas, de justiça social etc.) dos mercados mais exigentes, de poder aquisitivo mais elevado, passaram a exigir mais qualidade na produção, e mais responsabilidade ambiental. Isso se traduz em elevação da tecnicidade e dos custos de produção e na montagem de arranjos socioculturais fundamentais. Um bom técnico de indução floral da manga ainda é raro. O seu custo é elevado, mas numa dinâmica de desenvolvimento territorial, ele se torna um fator de concorrência espacial (mão-de-obra especializada), constituindo-se assim em “ativo específico” (PECQUEUR, 2005). As grandes empresas conseguem mobilizar essas competências, enquanto os agricultores familiares têm restrições. Mas, uma produção com base no respeito às liberdades individuais, à justiça social e à natureza, ganha selo nos mercados solidários. Esta pode ser a via áurea para o desenvolvimento da AF do território.
- Finalmente, de maneira clássica, a pesquisa de maior competitividade e rentabilidade econômica levou à concentração das terras (para montar a economia de escala) e, de maneira geral, dos meios de produção. Por exemplo, o investimento necessário para implementação de um hectare de manga é cada vez mais alto. Os juros bancários, até certo ponto, inviabilizam o crédito para este fim. Só os grandes grupos dispõem, hoje em dia, de financiamentos a baixo custo, necessários para garantir a rentabilidade da cultura. Quando se analisam as evoluções das agriculturas familiares na Europa, pode-se perceber que o processo de modernização incorreu numa diminuição drástica do número de unidades de produção. Isso porque todo processo de modernização exige o desaparecimento de várias unidades. Mas, este processo vem sendo revisto mesmo nesses países de economia avançada. Por que não rever esse modelo de agricultura hegemônico, transmutada de outros mundos até os perímetros do Nordeste?

Será que para “sobreviver” é preciso ser competitivo? Por que a agricultura familiar não conseguiu, nos perímetros irrigados, ser competitiva

como as agriculturas familiares européias e norte-americanas? O modelo da agricultura familiar nos perímetros foi inspirado nesses países, ou melhor, no desenvolvimento do Hemisfério Norte. Por que aqui não deu certo? No período de atuação intensiva da Codevasf nos perímetros, esta competitividade era largamente atenuada pelos investimentos concedidos pelo Estado. Verificada a situação de crise da AF nos perímetros irrigados, mais uma vez fica evidente que o “projeto modernizador” estatal favoreceu a agricultura empresarial e deixou vulnerável a AF.

Aqui, aborda-se o segundo problema, do tipo de apoio concedido pelo Estado. Em relação às atividades de acompanhamento dos agricultores, a Codevasf não os preparou para assumirem os desafios e as incertezas que, de maneira permanente, aparecem na gestão complexa de um perímetro irrigado, de um sistema agrícola também complexo - desafio das pragas, desafio da comercialização, desafio da gestão etc. Realmente, a autonomia do agricultor permaneceu limitada. Os técnicos decidiam sobre as culturas e sobre a liberação dos insumos e dos recursos alocados pela cooperativa. Eles detinham o controle das decisões dessa dinâmica produtiva. Além da discutível qualidade dos técnicos, acredita-se que alguns agricultores apresentavam-se em condições de desenvolver reais competências, definidas como a capacidade de **se adaptar a essas novas situações ou a uma agricultura modernizada com base em um “pacote tecnológico”**.

Outros problemas estão relacionados às práticas assistencialistas mantidas pela Codevasf e pelos técnicos. Visão utilitarista dos dirigentes, nomeados pelas elites políticas e obrigados a pôr em prática o “velho contrato de um voto contra um favor”. Mas também a visão de técnicos, verdadeiros missionários, engajados, até demais, na luta contra a pobreza e por uma agricultura moderna, considerando-a como a grande alternativa para a redenção do Nordeste Semi-árido. Era bonito demais, tudo justificava a “ajuda”, era a “dádiva entre os modernos” (MARTINS, 2003) numa visão por demais restrita do pagamento da dívida social para os camponeses do Nordeste, do “Sertão”.

Pouco a pouco, os maus hábitos se instalaram. Até que ponto existia um “projeto” dos agricultores? Ou esses eram somente “instrumentos”, alguns “privilegiados” de um projeto ideal de “modernização”, concebidos pelos

engenheiros das estatais (Sudene, Suvale, Codevasf) e consultores internacionais (Banco Mundial, FAO)?

Apresentava-se como um “Projeto ideal”, mas havia tantas falhas técnicas ou pelos menos escolhas que mereciam ser discutidas. Listam-se algumas: os sistemas de irrigação sem drenagem, a concepção dos núcleos habitacionais, a especialização, o tamanho dos lotes onde não havia sido prevista a instalação dos jovens. Um projeto ideal muito mais próximo de um modelo de classe média “patronal”, ancorada na cidade e no campo, vivendo na cidade e trabalhando no campo. Modelo possível pela figura do capataz, do morador, mas muito distante de uma valorização das peculiaridades, das especificidades, dos traços culturais de um agricultor familiar. E a principal característica é a capacidade de se auto-explorar, como dizia Chayanov (1974).

Além das falhas na execução do projeto, pode-se atribuir inadequação do “projeto de modernização” à realidade e às vantagens da mão-de-obra e da sua capacidade de “auto-exploração” para manter a competitividade. Torna-se pertinente, portanto, demonstrar como o problema da mão-de-obra foi tratado nos perímetros irrigados.

À medida que os sistemas de produção foram evoluindo, a família deixou de ser considerada a principal mão-de-obra possível de ser empregada. As culturas irrigadas, principalmente aquelas voltadas para atender às demandas do mercado, são absorvedoras de mão-de-obra, pois nem sempre a mão-de-obra familiar consegue fazer frente à intensidade desse trabalho. Assim, é preciso recrutar mão-de-obra fora da unidade familiar nos picos de ciclos produtivos (melão e cebola, principalmente). Isso não se apresenta como uma novidade no setor da AF. Mas o que caracteriza a especificidade, como verificado no perímetro Mandacaru, é o fato de que a contratação deixou de ser ocasional para ser permanente. Ela deixou de ser feita com critérios na quantidade de trabalho superior aos membros da família com capacidade de desempenhar as atividades produtivas. A família construiu uma outra imagem da divisão social do trabalho no grupo familiar. No entanto, isso não foi algo que ocorreu aleatoriamente.

No pacote tecnológico “oferecido” para os agricultores, nos termos da política de modernização dos sistemas agrícolas, já vinham incluídos os

recursos disponíveis à contratação de mão-de-obra. À proporção que as culturas eram rentáveis, pois havia mais demanda que oferta, os agricultores tiveram oportunidades de auferirem bons resultados econômicos. Isso favoreceu a melhoria da qualidade de vida. Passaram a investir na educação dos filhos e nas condições de moradia, concretizando-se no sonho construído de proporcionar *melhores condições de vida à família*. O fato dos perímetros estarem situados próximos dos núcleos urbanos, também facilitou a instalação dos filhos na cidade para estudar, vindo passar os fins de semana nos perímetros, em outra condição - a do lazer em coerência com o modelo da classe média “rurbana”.

Cabe aqui uma referência ao significado do *novo rural*, que não deve se restringir ao agrícola, nem tampouco à ruralidade e às relações sociais ligadas somente as atividades agropecuárias (VEIGA, 2004; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2004). A liberdade de ir e vir do urbano ao rural passou a fazer parte do mundo camponês, numa interação dos serviços que um presta ao outro. Agora, não é mais o “matuto” que vai a cidade e se deslumbra com ela; o “cidadino” chega ao campo e se apaixona por ele. Os filhos que estudam ou moram na cidade tecem também esta rede de relações campo-cidade. Esse processo não deve ser analisado como uma migração do campo para a cidade, com a perspectiva de assumir o rural como *continuum* urbano, e sim como uma relação de complementaridade, cada um conservando as suas peculiaridades.

Não obstante, a negação do trabalho familiar nas unidades produtivas não descaracteriza a busca da viabilidade de um projeto de agricultura familiar. A comparação não é razão para tal, pois tanto na Europa como na América do Norte, apesar das evoluções, a agricultura familiar baseou-se no trabalho familiar e nos investimentos em implementos.

Trata-se da questão da identidade da agricultura familiar assumida como o cerne dessa tese. Se a questão do trabalho aparece determinante, em relação mesmo às evoluções do sistema familiar envolvido no sistema capitalista, pode-se também discutir outros pontos que condicionaram o surgimento dessa identidade.

O exemplo de recrutamento da mão-de-obra externa mostra que os agricultores foram sendo aos poucos influenciados pela lógica do modelo de

produção capitalista, dissociando-se, muitas vezes dos elementos intrínsecos ao “modo de produção camponês”. Porém, a mesma análise pode ser feita para os territórios que se tornaram principalmente “terras de negócio”. A intensificação do trabalho sobre a terra tem como finalidade primordial: pagar a água ao distrito e a amortização da infra-estrutura hídrica à Codevasf. Para tanto, ela tem que ser viabilizada economicamente, com culturas rentáveis. Esse processo escamoteia, ou tira do agricultor, o sentido atribuído à terra, como uma unidade econômica e social, de onde ele consegue extrair os meios de sobrevivência e onde também ele estabelece as relações sociais internas e externas à unidade. De fato, a terra passa a ser uma mercadoria que pode ser negociada a qualquer momento, mediante a venda, contratos de parcerias, arrendamentos etc.

Verifica-se que o projeto de transformar a agricultura familiar em agricultura empresarial foi equivocado. Ocorreu, na realidade, um forte processo de “descampesinização” (PLOEG, 2006). O problema da reconstrução da identidade foi assumido como central. A dificuldade é medir exatamente o que aconteceu.

Pode-se, de certa forma, qualificar de capitalistas as estratégias de adaptação e inovação da AF a esse modelo capitalista de produção. Mas, tais julgamentos não contemplam as subjetividades e intersubjetividades que estão por trás da objetividade do trabalho dos agricultores familiares. Os traços de sua campesinidade jamais são negados; ao contrário, eles se evidenciam em suas práticas produtivas e relações sociais. Observar uma mula, arrastando um arado, empurrado pelo agricultor em uma vasta superfície da cultura do melão, exprime seus traços de um agricultor familiar ou típico “camponês”.

Esses traços estão presentes de forma mais ou menos intensa em diferentes tipos de agricultores familiares. **Trabalho, terra e família**, que formam as três categorias nucleantes do discurso camponês, são parte de um mesmo processo. Enquanto **patrimônio familiar**, a terra é mais que um objeto de trabalho, ela é “o espaço da família” (WOORTMANN, 1990, p. 43). Considerada como um patrimônio familiar, ela deve ser cultivada com reservas, pensando-se no futuro da família. Embora circunstancial e aparentemente as práticas de cuidar da terra nos perímetros irrigados não reflitam uma preocupação pela sua instituição como um patrimônio familiar, ela não perdeu esse sentido. Tanto que os agricultores entrevistados, mesmo enfrentando as

crises e vivendo as incertezas dos sistemas agrícolas são unânimes em afirmar que querem continuar com o lote, ou seja, com a terra. Nas condições de um “condomínio de sistema irrigado”, ela deve permitir retornos econômicos imediatos, para pagar os custos com a administração e manutenção do perímetro irrigado.

As categorias nucleantes da agricultura familiar - terra, trabalho e família - nos perímetros irrigados, não possuem o mesmo significado, ou melhor, o mesmo peso que têm outros tipos de agricultura familiar, especialmente ao imaginar um tipo ideal de agricultor familiar “puro”.

Mas a força, a sua condição de existência, a capacidade de adaptação, a valorização de sua campesinidade vão depender de processos de negociação sobre as evoluções, passo a passo, pensado, a cada momento, num ato de reflexão consciente, se é necessário ou não, modificar estes aspectos dos sistemas de produção em curso nos perímetros. Talvez resida aqui, a explicação da condição de fragilidade das agriculturas familiares em todo mundo. Como atualmente na Europa, onde as perdas da autonomia, da capacidade de construir o futuro talvez expliquem o cenário de crise. Lá não houve aceitação ou imposição de um modelo externo, como aqui.

Essas conclusões ultrapassam o caso dos perímetros irrigados do Nordeste. Durante o estágio doutorado na França, houve a oportunidade de observar e analisar *in locus* a situação dos perímetros irrigados da Planície de Gharb, Marrocos (BARROS, 2006). A análise da situação marroquina nos permitiu alargar as reflexões concernentes ao desenvolvimento agrícola e o impacto das políticas públicas na consolidação de uma agricultura familiar.

Na Planície de Gharb também, a ação do Estado por meio de uma instituição estatal, semelhante à Codevasf - *l'Office Régional de Mise en Valeur Agricole* (ORMVAG) criou a infra-estrutura hidroagrícola e foi o principal vetor da dinâmica de desenvolvimento em curso na região. Já são 114.000 ha irrigáveis e mais 40.000 estão em implementação.

Como no agropólo Juazeiro/Petrolina, em Gharb também os efeitos dessa política modificou, significativamente, a base socioeconômica local, graças à intensificação dos sistemas produtivos. Os efeitos atingiram não

somente às zonas irrigadas, mas também à zona costeira - Gharb fica localizada próximo ao oceano atlântico (vide apêndice A, figura 1).

Em Gharb, a agência regional de desenvolvimento (ORMVAG) assegurou por muito tempo o conjunto das atividades de acompanhamento dos agricultores. O Estado, também, se desengajou e encontrou enormes dificuldades para prosseguir sua ação. A agência se encontrou de fato, sem condições humanas e financeiras para desenvolver o trabalho, tendo que montar novos arranjos para sua atuação, impostos pelas exigências da democracia participativa do desenvolvimento sustentável e dos ajustamentos financeiros.

Mais uma vez, a agricultura familiar não foi valorizada em seu potencial. Não teve um projeto específico para ela. As grandes firmas empresariais externas e os empresários do agronegócio se instalaram na região e se apropriaram do mercado. O projeto de modernização da região foi aplicado para todos, independentemente das diferenças de situações, por exemplo, a dos agricultores familiares na sua diversidade. Um processo de “seleção natural” em um espaço de concorrência e de competitividade desigual se instalou.

Lá também, o desenvolvimento territorial aparece como uma via potencial, mesmo que, como aqui, o processo de auto-organização dos agricultores seja fraco, com uma tendência cada vez mais ao desmoronamento das organizações sociais (associações, cooperativas), todas criadas com forte ajuda do Estado, prevendo seu desengajamento futuro. Como no agropólo Juazeiro/Petrolina, lá também, os empresários, as organizações do Terceiro Setor, o Estado e os agricultores familiares não estabeleceram uma institucionalidade forte para montar os arranjos socioprodutivos para uma gestão mais eficaz dos perímetros. O resultado foi a explosão de uma série de problemas em relação à gestão coletiva, que se traduzem na depreciação das infra-estruturas hidráulicas e nos problemas de mercado.

As semelhanças das duas formas de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural com base na modernização da agricultura foram tão próximas que, até mesmo o futuro, para as duas realidades analisadas se entrecruza com ressalvas às particularidades, principalmente étnicas, políticas e religiosas dos dois países (Brasil e Marrocos).

Transcorrida esta passagem analítica e avaliativa das políticas públicas de desenvolvimento da região do Submédio São Francisco, com uma breve inclusão da análise do caso marquinho, dois cenários são apontados para a problemática da agricultura familiar nos perímetros irrigados.

Um primeiro cenário refere-se à possibilidade a curto prazo das unidades familiares de produção perderem totalmente o sentido de sua função social, no âmbito do projeto no qual elas foram concebidas: geração de emprego e renda, diminuição da fome e miséria, distribuição de justiça social para uma categoria tradicionalmente marginalizada e esquecida – a agricultura familiar. Demagogia ou não, inadequado, como se comprovou, o projeto foi real, aconteceu. Mas, na situação em que as unidades familiares se encontram, elas tendem a se incorporarem às unidades empresariais já existentes nos perímetros.

Isto pode ocorrer por duas vias. Uma, aliás, já começou: é a acelerada venda dos lotes a novos empresários “rurbanos”, que estão transformando-os em unidades exclusivamente econômicas. Por esta via, os agricultores perdem a tão sonhada terra - e tão duramente alcançada -, tendo para isso sofrido um processo de ruptura da sua “condição camponesa”. A outra via exige o resgate de uma questão antiga, inclusive, vivida por eles mesmos nos perímetros, de serem trabalhadores do capital, por meio dos contratos de produção (por exemplo, tomate para a agroindústria, no passado). Agora, pode ser mais séria, caso persista a situação de crise e/ou incertezas em relação aos sistemas de produção familiar. Trata-se de grandes empresas, nacionais e transnacionais, que, mais uma vez, aproveitando-se dos incentivos governamentais, se instalam na região transformando os sistemas agrícolas diversificados em sistemas de monoculturas.

Neste caso, os agricultores familiares perderiam definitivamente a frágil autonomia que ainda lhes resta. Passariam a cultivar, por exemplo, cana-de-açúcar para grandes empresas, como por exemplo, a Agrovale, como aconteceu no início da instalação do projeto. Os perímetros se transformariam em verdes canaviais, existindo, por trás deles, a fome e a miséria e o desaparecimento da agricultura familiar.

O outro cenário seria aquele em que os perímetros se transformariam

em “espaços” de operacionalização de fato, do desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, teria que haver uma conversão do atual sistema de produção, incorporado ao pacote da “Revolução Verde”, para um sistema que se aproxime das práticas agroecológicas. Neste sentido, os agricultores familiares seriam qualificados não para competirem com as unidades empresariais, mas para se tornarem diferenciados. Os produtos poderiam até ser os mesmos, porém mais diversificados, não obedecendo aos mesmos princípios de produção. Talvez se aplique aqui o que Pecqueur (2006) denomina de formação de uma “cesta de bens” (produtos específicos do território + serviços especializados + mais interações sociais + mais aprendizagem coletivas compartilhadas), o que traduz a construção de um “território específico” ou território de identidade.

O codesenvolvimento apresenta-se como uma estratégia viável, pois os princípios da sustentabilidade econômica, social e ecológica são compatíveis com a cultura, com a tradição da agricultura familiar e com o enfoque do desenvolvimento territorial sustentável - opção que foi assumida recentemente pelo Governo brasileiro. Assim, os perímetros irrigados seriam um *locus* adequado para as políticas públicas experimentarem uma alternativa de desenvolvimento para o conjunto da região Semi-árida do Brasil, fora dos tradicionais discursos sobre a seca. Aproveitar-se-ia os recursos já existentes (infra-estrutura hídrica, água, terra, mão-de-obra familiar), transformando-os em *ativos específicos* desse território.

A visibilidade seria local, nacional e internacional, pois é isso que conta na concorrência em uma economia globalizada, principalmente no momento em que tanto se discute sobre os estilos de desenvolvimento impostos aos países pobres - por exemplo, o Brasil (e Marrocos) - que aparecem com um índice de desenvolvimento humano muito aquém do desejável. Neste sentido, a política de irrigação passaria de uma ação setorial para uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com inclusão social, eficiência econômica e valorização e proteção do patrimônio natural, em especial do “Velho Chico” - um patrimônio do povo brasileiro.

Essa discussão não pode deixar de referendar as teorias e as práticas do desenvolvimento dos territórios rurais. Ela tem como pano de fundo atualmente o

“reordenamento” territorial, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Ao assumir o enfoque do DTS, o MDA/SDT assume também o redirecionamento das políticas públicas de desenvolvimento rural. Esta nova visão deixa claro que o Governo assumiu que as políticas públicas de desenvolvimento rural têm sido “imperfeitas”, pois é preciso dar uma guinada para o reordenamento dos territórios rurais, de onde se espera intensificar o protagonismo dos atores locais envolvidos nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento (MDA/2005).

Finalizando, cabe mencionar que não foi possível dar conta de uma problemática tão ampla que envolve a dinâmica de desenvolvimento do agropólo Juazeiro/Petrolina, mesmo tendo feito um recorte de análise, centrando o foco em um dos atores sociais dessa dinâmica – a agricultura familiar. Neste sentido, uma investigação instiga outra e em seu bojo novos temas emergem e que vale a pena transformar-se em novas pesquisas. Entre esses temas ressaltamos dois: *um estudo dos contrastes e semelhanças das agriculturas familiares inseridas nos diferentes perímetros do agropólo, focando principalmente sobre as organizações sociais (associações, cooperativas e os distritos); e um estudo que aponte os contrastes e semelhanças das agriculturas do mundo.* Um que despertou interesse foi: *Qual ou quais agricultura(s) familiar(es) está/estão inserida(as) nas dinâmicas de desenvolvimento, em áreas irrigadas, por exemplo, de Marrocos (Planície de Gharb) e Brasil (Nordeste).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.

_____. Agriculturas familiares, Brasil. In.: Bonnal, P. e Hocde, H. (eds) **Las agriculturas familiares de cara a un mundo en cambio**. Memoria del taller. San José, Costa Rica. CIRAD, Cirad-tera nº 19/02, 1999.

_____. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. (eds). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002. p. 113-128.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

_____.; PIKETTY, M-G. Politique de crédit du programme d'appui à l'agriculture familiale (Pronaf): résultats et limites de l'expérience brésilienne dans les années 1990. In: **Cahiers Agricoles** vol. 14, nº 1, janvier-février. France, 2005. p. 25-29.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**. São Paulo: USP/FIPE, v.4, n. 2, 2000. p. 379-397. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000_capital_social.pdf . acesso em 5 de março de 2006.

ALIER, Joan M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. Da FURB, 1998.

ALMEIDA, J. Significados sociais, desafios e potencialidades da agroecologia. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 239-247.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de ciências Sociais**. V. 1, n.1, jun. 1986. p. 66-82.

ALMEIDA, R.A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALTIERI, M. A. Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas. Petrópolis: Vozes, 2004.

ANDION, C. **Atuação das ongs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina**: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

ANDRADE, M. C. de. **Nordeste**: alternativas da agricultura. Campinas, SP: Papirus,

1988.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Editora HUCITEC-IPESPE, 1995

_____.; ANDRADE, S.M.C. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geosocial**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: FJN, Editora Massangana, 2003.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTONIASSI, M. H. R. Os núcleos de reforma agrária como espaço de integração social: o caso da família Pereira. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 171-195.

AQUINO, A. C. de. **Ilha do Massangana: dimensões de um modo de vida de um povo**. 2004. Dissertação (Mestrado em sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

ARAÚJO, J. L. P.; **Caracterização socioeconômica dos parceiros do projeto de irrigação de bebedouro (Petrolina - Pernambuco)**. 1987. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

ARCHETTI, E.; STOLEN, K. **Explotación familiar y acumulación de capital em el campo argentino**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1975.

BARRAL, M.; le JEUNE, S. Diagnostique agraire du perimetre Mandacaru. Mémoire de fin d'études. Spécialisation Développement Agricole. Paris: INA P-G/CIRAD, 2005.

BARROS, E. da R. **Pequenos produtores frente a novas condições de (re) produção no Vale do Salitre (Bahia)**. 1992. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

BARROS, E. da R.; TONNEAU, J-P.; OLIVEIRA, M. V. C. **Água como mercadoria globalizada: alguns elementos para discussão sobre gestão de perímetros irrigados**. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002, Porto Alegre-RS. CD-Rom VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural "Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina" UFRGS, 2002.

_____.; TONNEAU, J. P. **Perímetros de irrigação no Submédio São Francisco: análise de um caso na Bahia, sob o enfoque da teoria de recursos comum**. Texto apresentado no II Encontro da ANPPAS. Unicamp de 25 a 30 de maio, 2004

_____. _____. **Transformations occurred in family agriculture in a region affected by dam: a case study in the Submédio Sao Francisco, in the Northeast of**

Brazil. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional da IRSA, Trondheim, Noruega de 25 a 30 de julho, 2004a.

_____. **Rapport du stage au Maroc**. Montpellier, Fr: CIRAD, agosto de 2006.

_____.;TONNEAU, J-P. Configurações da agricultura familiar em áreas irrigadas: um olhar sobre o perímetro Mandacaru no agropólo Juazeiro-Petrolina. In: TONNEAU, J-P.; SABOURIN, E. (Org). **Agricultura familiar: Integração entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BARTHOLO, R. S.; BURSZTYN, M. Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Ciência, Ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez; Brasília DF: UNESCO, 2001. p. 159-188.

BAUDRILLARD, J. **La société de consommation**. Paris, France: FOLIO/ESSAIS, n. 35, 2005.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. In: **Nova Economia**, Belo Horizonte, 14 (3). 35-70, setembro-dezembro de 2004. Disponível também: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) – 27 a 30 de Julho de 2003 – Juiz de Fora – MG.

_____. LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras – distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Oiras: Celta, 1994. p. 33-49

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. In: **GEOSUL**, Florianópolis, v. 16, n. 32, jul./dez. 2001. p. 31-50.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERKES, F. Conexões institucionais transescalares. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. (Orgs.). **Gestão integrada e participativa dos recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 293-332.

BESSIÈRE, J. **Valorisation du patrimoine gastronomique et dynamiques de développement territorial** : Le Haute Plateau de l'Aubrac, le pays de roquefort et Périgord Noir. Paris –France : L'Harmattan. 2001. Colection "Logiques sociales".

BLOCH, D. **As frutas amargas do velho chico**: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra: Oxfam, 1996.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BONETI, L. W. **O silêncio da águas**: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. 2ª ed. Ijuí: E. Unijuí, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das

Letras, 1995.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, Ongs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984. Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 2.178, de 17 de março de 1997. Altera o Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984, que regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.

BRUNET, R. "Préface". In: RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: LITEC: V-X, 1980.

BRUSCO, S. Confiance, capital social et développemet local: le modele italien. In: **OCDE**. Réseaux d'entreprises et développement local: Paris: OCDE, 2^a ed. 1999. p. 127-131.

BUAINAIN, A.M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. 1^a ed. Brasília: IICA, 2006. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 5.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**: metodologia de planejamento. 3^a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**. Vozes, 1984.

CAMAGNI, R. Competitivité territoriale, milieux locaux et apprentissage collectif: une contre-réflexion critique. **Revue d'Économie Régionale et Urbaine**, 4, 2002. p. 553-578.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. **O novo rural brasileiro: renda das famílias rurais**, v. 5/Editores técnicos, Clayton Campanhola e José Graziano da Silva. Brasília, DF: Informação tecnológica, 2004.

CAMPENHOUDT, L. V.; CHAUMONT, J-M.; FRASSEN, A. **La méthode d'analyse em groupe**: applcations aux phénomènes socaux. Paris: DUNOD, 2005.

CARDOSO, J. H.; FLEXOR, G. e MALUF, R. P.)Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.) **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 60-73.

CARDOSO, R. de O. "Olhar, ouvir, escrever". In: **Trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

_____.; MALUF, R. S. (orgs.) **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARON, P. e SABOURIN, E. Origine et evolution de l'agriculture familiale dans le Nordeste semi-aride. In. Caron, P. e Sabourin, E. (coord.). **Paysans du sertão: mutações des agricultures familiares dans le Nordeste du Brésil**. Cirad-Embrapa.2001. p. 17-29

CARRIÈRE, J-P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 23-47

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, J. O. **A economia política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – vol. 2: O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, E. G. Alguns elementos teóricos do novo paradigma do desenvolvimento com sustentabilidade. In: CAVALCANTE, E. G. (Org.); COSTA, F. B.; LIRA, F. J. **Desenvolvimento regional e sustentável: algumas experiências no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edições Catavento, 1999.

CAVALCANTI, J.S.B. Globalização e processos sociais localizados na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Ed.). **Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças sócioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p.123-170

CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural**. Florianópolis, 2002.

CBHSF – Comitê da Bacia hidrográfica do São Francisco. **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**– PBHSF (2004-2013) – Resumo Executivo. Brasília-DF: ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2004.

CHAYANOV A. V. **La organización de la unidad campesina**. Buenos Aires : Nova Vison, 1974.

CHESF. www.chesf.gov.br/riosaofrancisco . Acessado em maio 20 de 2005

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários em América Latina: de la etapa prehispanica a la modernization conservadora**. México, DF. Fondo de Cultura Econômica, 1994.

CHOHIN-KUPER, A. et al. Role-playing game development in irrigation management: a social learning approach. In: PARRET, S.; FAROLFI, S.; HASSAN, R. **Water governance for sustainable development: approches and lessons from develping and transitional countries**. London. Sterling, VA, 2006. p. 259-274.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Baixo Médio São Francisco**. Salvador, 2002.

CODEVASF. **Inventário de Projetos**. 3ª Edição Revista e Atualizada. Brasília-DF. 1999. Documento.

CODEVASF. **Almanaque Vale do São Francisco**. Brasília-DF, 2001.

CODEVASF. **Projetos de irrigação no vale do São Francisco: fonte de desenvolvimento sustentável do Nordeste**. Brasília-DF: MI/CODEVASF/U.S. Department of the Interior-Bureau of Reclamation, 2001.

CODEVASF. <http://extranet.sr6.codevasf.gov.br> , acessado em 15 de junho de 2004.

CODEVASF. **Relatório de Gestão – 2002**. Brasília-DF, 2003.

CODEVASF. Cadastro Nacional dos Usuários de Recursos Hídricos - Bacia do Rio São Francisco 2005. Juazeiro-BA, 3ª SR, 2005.

CODEVASF. **Palestra** proferida por Flávio Cabral sobre a ação da Codevasf, 3ª SR, no CEFET, Petrolina-PE, 2005a.

CODEVASF/PLANTEC. **Relatório Anual de ATER**. Juazeiro-BA, 2006.

CODEVASF. www.codevasf.gov.br Acesso em 20 de maio de 2007.

COLLETIS, G. PECQUEUR, B. **Révélation des ressources spécifiques et coordenação situées**, 4^e journée de la proximité, IED-GREQUAM-LEST, Marseille, 2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Baixo Médio São Francisco**. Salvador, 2002.

CORREIA, R. C.; ARAÚJO, J. L.; CAVALCANTI, E. B. **A fruticultura como vetor de desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)**. In: CONGRESSO BRASILEIROS DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38. 2000, Brasília, DF. Anais...: Brasília, DF: SOBER, 2000. CD-ROM

DAMATTA, R. **Relativizando. Uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University, 1957.

DE NYS, E. **Interaction between water supply and demand in two collective irrigation schemes in North-east Brazil:** From analysis of management processes to modelling and decision support. Tese. 2004 (Dissertations de Agricultura) – Katholieke Universiteit Leuven, Faculty of Agricultural and Applied Biological Sciences, Bélgica-França, 2004.

DE NYS, E. et al. Une demarche de conseil pour améliorer la gestion stratégique des périmètres irrigués collectifs du Nordeste (Brésil). **Cahier D'etudes Et de Recherches Francophones Agricultures**, França, v. 14, n. 1, p. 138-143, 2005.

DIEGUES, A. C. **Imagem das águas.** São Paulo: Hucitec, 2000.

D'INCAO, M. A. Modos de ser e viver: a sociabilidade urbana. In: **Tempo Social**, vol. 4, nº (1-2). São Paulo, 1992, p. 95-109.

DOURADO, A. et al. **Perímetros públicos de irrigação: propostas para o modelo de transferência da gestão.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Pública). Brasília: CODEVASF/IICA; São Paulo: FUNDACE, 2006.

DUBRESSON, A.; JAGLINS, S. La gouvernance urbaine em Afrique subsaharienne. Pour une géographie de la régulation. **Historiens et Géographes**. (no. Spécial Regards sur l'Afrique, Conférence régionale de l'UGI, Durban, août, 2002), p. 67-75.

DUCHAUFFOUR, P. **Précis de pédologie.** Masson, Paris, 1970.

DUQUE, G. **Casa Nova:** intervenções do poder e estratégias camponesas. Tese. 1980. (Doutorado em Étude Interdisciplinaire du Changement Social). École des Hautes Études em Sciences Sociales, EHESS, França.

DUQUE, G.; CIRNE, M. N. R. Pobreza rural no Nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar: outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 131-146.

DUQUE, J. **O Nordeste e as lavouras xerófilas.** 1ª ed. Fortaleza, BNB, 1964

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ENGEL, J. R. The ethics of sustainable development. Introduction. In: _____; ENGEL, J. G. **Ethics of environment and development:** Global challenge, international response. Tucson, Arizona: The University Of Arizona Press, 1990.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília, 1995.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar : o Brasil redescoberto.** Brasília, DF : Projeto UTF/BRA 036, 2000.

FAVERO, L. A. Evolução e perspectivas das exportações brasileiras de manga : mercado europeu, In: FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 1., 2005, Petrolina. **Programação e resumos...** Petrolina: SOBER , 2005. 1 CD-ROM.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns vinte e dois anos depois. In: **Espaços e recursos naturais de uso comum**, DIEGUES A. C.; MOREIRA A. de C. C (Orgs.). São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. p.17-42,

FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local : un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los `90s. In : **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul : v. 9, n. 1, jan./abr. 2004.

FIGUEIREDO, J. R. **Modos de ver a produção do Brasil.** São Paulo: Educ; Campinas, SP.: Editora Autores Associados, 2004.

FLEXOR, G. e GAVIRIA, M. A terra, a natureza e as regras: A multifuncionalidade da agricultura em Paraty. In.: CARNEIRO, M. J. E; MALUF, R. S. (orgs.) **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 74-103.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é-** Recife, [IJNPSO], 1961. (Reeditado, posteriormente, pela Ed. Massangana, em 1982, sob o mesmo título.)

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: ED. Nacional, 1980.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3ª ed. revisada pelo o autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In.: Ferreira, A. D. D. e Brandenburg, A. **Para pensar: outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 51-70.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GINER, S; GUZMÁN, E. Sevilla. The demise of peasant: some ideological in roads

into social theory . **Sociologia Ruralis**, v. 20, n. 102, p. 13-27, 1980.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. (Orgs.). 3ª ed. Editora Cortez, 2002.

GOMES DA SILVA, A. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil. In: CAVALCANTI, J. S. B. (org.) **Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 307-339.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

GASTAL, M. L. **Mudança tecnológica, modernização da agricultura ou desenvolvimento rural?** Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1997 (EMBRAPA-CPAC, Documentos, 66).

GODBOUT, J. T.; CAILLÉ, A. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Perspectivas sociambientales de la história del movimiento campesino andaluz**. Em: González de Molina, M. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. (org). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. (Coord.) **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: UNICAMP-Instituto de Economia/PRONI, 1989.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP: Unicamp/IE, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1999a. (Coleção Pesquisa, 1). Disponível também em: **Nova Economia**, maio, vol. 7, No 1. Belo Horizonte, Brasil, 1997. p. 43-81.

_____. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social ? In: Jalcione Almeida e Zander Navarro (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 106-127.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____; DEL GROSSI, M.E. O novo rural brasileiro. In: **Oficina de atualização**

temática, 2000, Londrina. Ornas ocupações rurais não-agrícolas: anais. Londrina: IAPAR, 2000, p. 165-174.

_____; HOFFMANN, R. (coord). **Projeto Rubarno.** Campinas: Núcleo de Economia Agrícola, Unicamp, 2001.

GRIFFON, M. **Développement durable. Ensemble?:** Lês enquêtes de Marie-Odile Monchicourt. France: Platypus PRESS, CIRAD, 2003.

GUANZIROLLI, C.H. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste.** Recife, Massangana, 1989.

GUZMÁN, Eduardo, S. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: Jalcione Almeida e Zander Navarro (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, 2ª ed. p. 19-32.

HAESBAERT, R. Gaúchos e baianos no “novo Nordeste”: entre a globalização e a economia e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORREIA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização dos território** 2ª ed Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. p. 367-413.

HAESBAERT, R. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. (et. al). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de julho de 2005. Estimativa da população brasileira por municípios (Juazeiro-BA/Petrolina-PE)

IBGE. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2007. Estimativa da população brasileira por municípios (Juazeiro-BA/Petrolina-PE)

JOLIVET, M. (org) **Pour une agriculture diversifiée: arguments, questions, recherches.** Paris: Éditions L' Harmattan, 1988

_____. O lugar dos camponeses na estrutura de classe; algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. **Raizes**, Campina Grande. UFPB, n.1. jul/dez, 1982.

JOLLIVET, M.: PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P. F.: WEBER, J. **Gestão dos recursos naturais renováveis**

e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-112.

_____. **Pour une science sociale a travers des champs: paysannerie, ruralité, capitalisme** (France XXe siècle). AP editions, Paris, 2001.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Portugal: Proposta, 1980.

KHATAUNIAN, C. A. **A reconstrução da agricultura.** Botucatu: Agroecologia, 2001.

LAMARCHE, H. (coord.) **Agricultura familiar I: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto.** 5ª ed. São Paulo: Alfa – Omega, 1975.

LÊNIN, I. U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Coleção os Economistas).

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a representação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEROY, J-P. Insustentabilidade da agricultura e insegurança alimentar. In: BORN, R.H. **Diálogos entre as esferas global e local:** contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 115-124.

LÉVÊQUE, C.; SCIAMA, Y. **Développement durable: Avenirs incertains.** Paris, DUNOD, 2005.

LIMA, J.P.R. & MIRANDA, E. A.de A. Fruticultura irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação tecnológica, competitividade e sustentabilidade. IN.: **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, v. 32, n. Especial, novembro, 2001. p. 611-632,

LINS, W. **O médio São Francisco:** uma sociedade de pastores e guerreiros. 3ª ed. definitiva. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pro Memória, 1983.

LOSCH, B. et al. **Politiques publiques et agriculture:** Une mise en perspectives des cas mexicain, camerounais et indonésien. Montpellier: CIRAD. 1997.

MARINOZZI, G. **Stratégies collectives et dispositifs de commercialisation:** l'essor de la fruticulture irriguée à Juazeiro-Petrolina (Nordeste du Brésil). Thèse. 2000 (Doutorado em Espace, sociétés rurales et logiques économiques) – Institut National Polytechnique, Toulouse, 2000.

MARSDEN, T. et al. **Constructing the Countryside.** London: UCL Press, 1993.

_____.; MURDOCH, J. The spacialization of politics: local and national actor-space in invironmental conflict. **Royal Geographical Society.** 1995. p. 358-380.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, L.C. e ZATZ, I. G. **Estudo sobre a participação do sistema cooperativo em projetos de irrigação no Nordeste**: levantamento bibliográfico. Volume I. Brasília: MARA/DENACOOOP, 1990.

MARTINS, P.H. **A dádiva entre os modernos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MASSARDIER, G. **Politiques et action publique**. Paris: Arnaud Colin, 2003.

MATAIS, A. <http://www.uol.com.br/> . Folha On-line, em Brasília, acesso em 28.11.2006.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**: concepção, abrangência e limites observados. Texto apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Belém (PA), março de 2001.

MAUSS, M. Essai sur le don. In: **Sociology et anthropologie**. Paris: PUF, 1980.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MENDRAS, H. et JOLLIVET, M.; **Les collectivités rurales française**. Vol. 1. Paris: Colin, 1971.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**, Paris: Librairie Armand Colin, 1970.

_____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MINISTÉRIO da Integração Regional - MI. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido-PDSA** (versão preliminar para discussão). Documento de Base 1. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria do Desenvolvimento Territorial- SDT. Desenvolvimento territorial sustentável de territórios rurais. In: BOTELHO FILHO, F. (Org.). **Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate**. Brasília: UNB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5. 17, 2005.

MORAES, D. e VILELA, S. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade. In.: Carneiro, M. J. e Maluf, R. S. (orgs.) **Para além da produção**: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 104-122

MORIN, E. e KEREN, A. **Terra Pátria**. Porto Alegre, Sulinas, 1995.

MULLER, Geraldo. Desenvolvimento sustentável. Notas para a elaboração de um esquema de referência. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. 4ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.

121-142.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Paris. 5.ed. Presses Universitaires de France. 2003.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar: Reflexão a partir de novas perspectivas. In: VIEIRA, P.F. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis, APED, 2002. p. 25-56.

MOTA, D. M. Rua – vitrine dos desempregados: trabalhadores temporários na fruticultura irrigada nordestina. In: **Raízes**, Campina Grande, vo. 21, nº 01, jan./jun. 2002. p. 53-61.

MOZOYER, M. Relatório de síntese. In: **Colóquio dinâmica dos sistemas agrários**. Paris: INRA, 1987.

MOUCO, C. A. P; MOUCO, M. A. do C. **Avaliação da produção e renda dos produtores no Perímetro de Irrigação Mandacar**. Juazeiro, BA, Codevasf 6ª SR. 2004. Texto.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura. O papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 171-168.

NOVO, M. El análisis de los problemas ambientales: modelos y metodología. In: _____.; LARA, R. (coord.). **El análisis interdisciplinar de la problemática ambiental**. Madrid: Fundación Universidad-Empresa, 1997. p. 21-59.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OHMAE, K. **De l'État-nation aux État-régions**. Paris: Dunod, 1996.

OTTMANN, G. **Agroecología y sociología histórica desde Latinoamérica**: elementos para el análisis y potenciación del movimiento agroecológico: el caso de la provincia argentina de Santa Fé. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2005.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas**: reflexões sobre a questão agrária. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. Série CPDA Debates

PARENTE, S. **Biodiesel e desenvolvimento regional**. Palestra proferida no ciclo de palestras “Bionergia – inserção da Codevasf na matriz energética do País – Programa Nacional do Biodiesel “. Brasília, julho de 2006.

PARRET, S. “Introduction”: New paradigms, policies and governance in the water sector. In: _____.; FAROLFI, S.; HASSAN, R. **Water governance for sustainable development**: approaches and lessons from developing and transitional countries. London. Sterling, VA, 2006..

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PECQUEUR, B. Qualite et developpement territorial (II) L'hypothese du panier de biens. **Symposium sur le développement regional**, INRA-DADP. Montpellier 11, 12 et 13 janvier 2000.

PECQUEUR, B. Le développement territorial: Une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In: ANTHEAUME, B.; GIRAUT, F. (eds) **Le territoire est mort: Vive les territoires!** Paris: IRD Éditions, 2005. p. 295-316.

_____. A guinada territorial da economia global. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 81-103.

PÉREZ-VITORIA, S. **Les paysans sont de reour**. France: ACTES SUD, 2005.

PESSANHA, L. D. R. **Segurança alimentar como princípio orientador de políticas públicas**: implicações e conexões para o caso brasileiro. Tese. 1998 (Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 1998.

PESSOA, V. L. S. Desenvolvimento rural sustentável: desafios na questão ecológica, econômica e social da grande empresa rural no Brasil. IN.: Castro, I. E. de; Miranda, M; Egler, C. A. (orgs.) **Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000: 241-250.

PLOEG, J. D. Van del. O modo de produção camponês revisitado. In: Schneider, S. (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JUNIOR, C. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade Rural (1946). In: _____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRIGOGINE, I. **La fin des certitudes**. Paris: Éditions ODILE JACOB, 2001.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Atica, 1993.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org). **Desenvolvimento sustentável: necessidades e/ou possibilidade**. 4ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 161-190.

RAMBO, A. G.; PUHL, M.J. Dinâmicas de desenvolvimento territorial: densidade institucional e a inovação territorial cooperativa. In: **Raízes**. Campina Grande, v. 24, ns. 02 e 02, jan./dez. 2005, p. 92-102.

REIS, M. J. Memória, territorialidade e migração compulsória: a reação dos agricultores à instalação da hidrelétrica Itá. In: _____.; CATLLO, M. R.; CASTELLS, A. N. (edit.). **Disputas territoriales y conflictos interéticos em Brasil y Argentina**. Argentina: Ferreyra Editor, 2005.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLIM, A. N. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertaneja**. Salvador; CAR/INTERBA/UFBA, 1987.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966

SABOURIN, E; MARINOZZI, G. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no Nordeste brasileiro. In: **Política & Trabalho 17**: UFPB/PPGS, setembro/2001. p. 80-90 (busca eletrônica).

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. Conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (eds) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002. p. 21-37.

_____ et al. Estudo participativo de trajetórias de desenvolvimento local. Ficha n. 2. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (eds) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002. p. 326-335.

_____.; CARON, P.; TONNEAU, J-P. Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento local: reflexões a partir de experiências do Nordeste brasileiro. In: **Raízes**. Campina Grande, vol. 24, ns. 01 e 02, jan./dez. 2005. p. 92-102.

_____.; TONNEAU, J.-Ph. Etat des lieux des débats théoriques au Brésil sur le développement territorial durable em milieu rural. **43ème colloque de l'ASRDLF: "Dynamiques territoriales"**, session 007 du 11 juillet: Fondements théoriques et pratiques des stratégies locales dans les espaces ruraux brésiliens. Grenoble/Chambéry, France,

juillet, 2007.

SACHS, I. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris-França: Editions Economie et Humanisme – les Éditions Ouvrières, 1980.

_____. **Ecodesenvolvimento – Crescer sem destruir**. São Paulo, Ed. Vértice, 1986.

_____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.

_____. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. Pensamiento Iberoamericano 46, 1990. p. 235-256.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

_____. Le défi de l'Énvironnement. In: SALOMON, J-J.; SAGASTI, F.; SACHS-JEANET, C. (Coords). **La quête incertaine: science, technologie, développement**. Paris: Economica, 1994. p. 321-361.

_____. Brasil e os riscos da modernidade. In: **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 119, abril de 1996. p. 12-14.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. Editora Cortez, 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Prefácio. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. In: VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2ª ed, 2006.

SACK, R. **Human Territoriality. Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, E.V.S.B; SAMPAIO, Y. (Orgs.). **Ensaio sobre economia agrícola irrigada**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 2004.

SCOTT, J.S. Peasant moral economy as a subsistence ethic. IN: SHANIN, T. (edit). **Peasants & peasant societies: selected readings**. 2ª ed. Oxford, UK, 1987, p. 304-310.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo : Hucitec, 1996.

_____.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil – território e sociedade no século XXI**. 6ª ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. (et. al). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SANTOS, S. C. dos As hidrelétricas, os índios e o direito. In: **Hidrelétricas e populações locais**. REIS M. J.; BLOEMER N. M (orgs.), Florianópolis: Cidade Futura: ed. da UFSC: PPGAS/UFSC, 2001, p. 19-37.

SEM, Amartya, K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SHANIN, T. A Peasant household: Rússia at the turn of the century. In: _____.(ed.) **Peasants and peasant societies: selected readings**. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1987. p. 21-27.

SHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa**. – Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. Texto para debate 36.

SILVA, J.M. da; REZENDE, A.M.; SILVA, C.A.B. da. Condicionantes do desenvolvimento do Pólo Agroindustrial de Petrolina/Juazeiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n.1, p.48-64, jan./mar. 2000.

SILVA NETO, M. F. da. **Transferência de tecnologias agropecuárias: O papel da Embrapa Semi-Árido no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2006.

SILVA, P. C. G. da. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas**. Tese (Doutorado em socioeconomia). Instituto de Economia/UNICAMP, 2001.

SOUZA, G. H. F. de et al. Desempenho do distrito de irrigação Senador Nilo Coelho. **Revista brasileira de engenharia agrícola e ambiental**. Campina Grande, PB, v.5, n. 2, 2001. p. 204-209.

TONNEAU, J. P. **Modernization des espaces ruraux et paysannerie: le cas du Nordeste du Brésil**. Thèse de doctorat, université Paris X, Paris, France, 1994.

_____.(Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: Wanderley, M. N. B. (org.) **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004, p. 81-91.

_____; AQUINO, J.R. de; TEIXEIRA, O. A. Modernisation de l'agriculture familiale et exclusion. Le dilemme des politiques agricoles. In. **Cahiers Agricoles**, França, v.14, n. 01, 2005, p. 30-34.

_____.; VIEIRA, P. F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 311-334.

_____.; SABOURIN, E. (Org). **Agricultura familiar: Integração entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____.; CUNHA, L.H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no Semi-Árido. In: **Raízes**. Campina Grande, v. 24, ns. 02 e 02, jan./dez. 2005, p. 45-53.

UNGER, N. M. **Da foz a nascente**: o recado do rio. Campinas, SP.: Cortez, 2001.

VALEXPOR. www.valexport.com.br. Acessos em 10 de dezembro de 2004 e 20 de junho de 2007.

VASSALLO, M. A. **Investigacion em desarrollo agrario y el papel de los sistemas de producción**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 3. Anais. Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.em-brapa.br/itens/publ/sbs3/html>. □ Acesso em: 13 de maio 2007.

VAN GENNEP, A. **Les Rites de Passage**, Paris: Émile Nourry, 1909 (versão port.: Os Ritos de Passagem, Petrópolis: Ed. Vozes, 1978, p. 26).

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

_____. **Cidades imaginarias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: ConvênioFIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

_____. **Do global ao local**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

_____. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2ª ed, 2006.

VELTZ, P. **Mundialisation, villes et territoires**: l'économie d'archipel. Paris: PUF,

1996.

VIEIRA, P. F. Ciências sociais do ambiente no Brasil: subsídios para a definição de uma política de fomento. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Orgs.) **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade**. APED e UFPA, 1993. p. 17-43.

_____. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIEIRA, P. F. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____.; WEBER, J. Introdução geral: sociedades, natureza e desenvolvimento viável. Vieira, P. F. e Weber, J. (Org.) **Gestão dos Recursos Naturais Renováveis: novos desafios para a pesquisa ambiental**. Cortez Editora , 2002. p. 17-49.

_____. **Repensando a Educação para o ecodesenvolvimento**. Texto. Florianópolis, CFH/UFSC, 2003.

_____. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 249-309.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Paris: L'Harmattan, 1994. v. 2, p. 20-27.

_____. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Idéias**, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54, jul./dez. 1996.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In.: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000, 1 CD-ROM.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A (Orgs.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49. WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUPE , 2001. p. 21-55.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Sabourin, E. e Teixeira, O. A. (eds) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002. p. 39-52.

_____. Identidade social e espaço de vida. IN: _____ (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres –Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

_____, Entrevista com Maria de Nazareth Baudel Wanderley. GIPAF. Disponível em <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/entrevistas>, acessado em 10 de agosto de 2007.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) **Gestão dos Recursos Naturais Renováveis**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002. p. 115-146.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral". **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A

PLANÍCIE DE GHARB: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE MARROQUINA

CARACTERÍSTICAS GERAIS

A região da Planície de Gharb, onde está instalado o perímetro irrigado de Gharb, embora em seus aspectos físico-geográficos não se assemelhe à região do Submédio São Francisco, apresenta elementos relevantes e muitos deles parecidos com os da nossa região de estudo, no Brasil (Submédio São Francisco). Por exemplo, as semelhanças das trajetórias de desenvolvimento territorial, tendo como ator principal o Estado. É também uma região com elevado índice de pobreza, porém com potencial hídrico considerável, em comparação ao restante do país e a região semi-árida brasileira. A média pluviométrica é de 500 a 600 mm/ano, distribuídos regularmente. Além de contar com um grande rio perene, o *Sebou*, Gharb localiza-se próxima a uma zona costeira (Oceano Atlântico - figura 1). Este potencial hídrico permitiu a expansão da agricultura irrigada na região, tanto pública - pela infra-estrutura hidroagrícola instalada pelo Estado – como privada, por meio da captação de água dos rios e de águas subterrâneas por meio da perfuração de poços artesianos, facilitados pelo nível do lençol freático (a média de profundidade de um poço é de 3 metros). Apesar disso, o acesso a esses recursos naturais, incluindo a terra, é muito difícil para os agricultores pobres - os camponeses, a grande maioria.

Desde os primeiros anos da independência que a agricultura foi colocada no coração das políticas de desenvolvimento de Marrocos. Essa deveria assegurar a legitimidade do poder e as bases da economia. Segundo Jouve (2002), todos os planos de desenvolvimento econômico, a partir de 1957, deram prioridade à agricultura, considerando seu lugar determinante para a vida do país na qualidade de *provedora de alimento, empregadora de mão-de-obra, fornecedora de divisas e importante setor produtivo*. Por ser uma política bastante seletiva concentrou os meios em algumas regiões, alguns produtos e em alguns grupos sociais, como nos perímetros irrigados.

No quadro da “política marroquina de barragens”, a região irrigada de Gharb constitui, segundo Popp (1984) há muito tempo é uma das mais importantes. Isso porque um quarto da superfície de um milhão de hectares equipados para fins de irrigação se encontra nesta região. Pelas condições ecológicas, ela é uma das mais favorecidas de Marrocos:

- Gharb é a maior planície aluvial do país e compreende uma superfície em torno de 457.000 ha. A região é atravessada pelo rio Sebou “*l'Oued Sebou*” que se estende em uma dimensão de 458 km de comprimento e representa o principal curso de água da planície.
- As precipitações são abundantes, entre 500 e 600 mm, em média anual (Popp, 1984). Elas permitem realizar ao menos uma colheita de culturas pluvial por ano (ICRA, 2001).
- A declividade é fraca, (o que a torna apta a um alto grau de ordenamento hidroagrícola). As terras aluviais profundas do tipo *dhess* (solos pouco evoluídos com textura calcária de 5 a 15%, muito pouca matéria orgânica e uma taxa de argila muito elevada); e as do tipo *tirs* (vertisolos evoluídos com uma textura em calcário de 10 a 15%, de proporções elevadas em argila que se elevam em torno de 50%, e de matéria orgânica de 4 a 8%) constituem as condições favoráveis para a irrigação.

A planície de Gharb foi ocupada muito tardiamente. Durante bastante tempo por estar situada em zona de terras sujeitas às inundações quase anuais, fez da região uma zona um tanto inóspita. Esta é uma das razões de sua ocupação tardia pelos humanos, em comparação às outras regiões do país, de ocupação mais antiga e mais densa (ICRA, p. 2, 2001). Nessas, a população muito cedo se defrontou com recursos em água raros. Gharb, ao contrário, até o momento ainda não foi afetada pela raridade de água, segundo o diagnóstico do ICRA (2001). De fato, Gharb foi ocupada no início do século XX pelos fazendeiros coloniais. As figura 1 e 2 ilustram a região onde foi realizado o estágio. Nela houve a oportunidade de passar três semanas, em contato direto com os atores locais.

ZONA ORMVAG



FIGURA 1: Localização da Planície de Gharb

Região de estudo

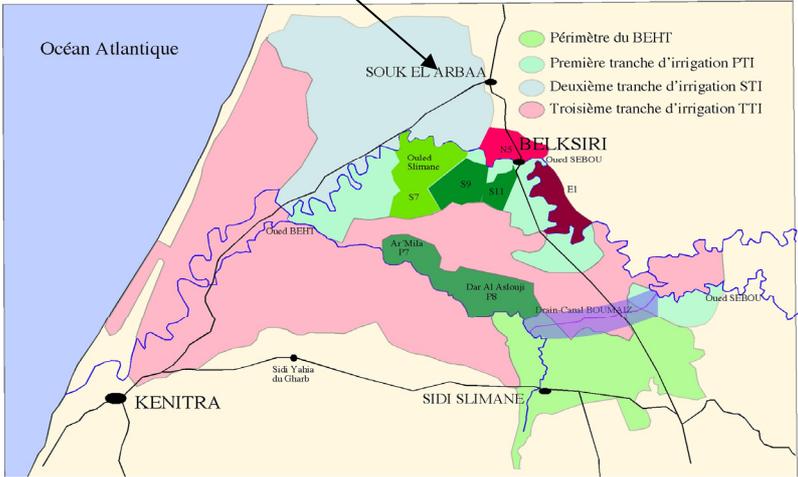


FIGURA 2: Localização da região de estudo na planície de Gharb

A OPÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Marrocos desde a sua independência elaborou políticas de desenvolvimento agrícola e rural destinadas a fazer da agricultura o pilar de seu desenvolvimento econômico. O Relatório Nacional do Reino de Marrocos para a Conferencia Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada no Brasil, em março de 2006 afirma que o País *se engajou em uma política audaciosa e ambiciosa de irrigação, na reapropriação de seu patrimônio fundiário e sua distribuição aos pequenos agricultores e trabalhadores sem terra; no programas de desenvolvimento das cadeias de produção e de implantação de um sistema de pesquisa, de ensino e de difusão de técnicas de produção; também programas de implantação de infraestrutura e de serviços sociais de base, notadamente no meio rural.*

A escolha a partir dos anos de 1970 em favor dos grandes “*aménagements*” hidroagrícolas concentrou as ações e os meios nos “grandes perímetros irrigados”, dando prioridade às culturas de exportação.

A situação atual de instabilidade na qual se encontram as unidades familiares de produção, em Marrocos se situa plenamente na problemática do desenvolvimento do mundo rural que é um dos principais desafios dos países em desenvolvimento.

As vias atuais do desenvolvimento desses países, por exemplo o Brasil e Marrocos estão provocando um intenso processo de exclusão social. A partir de suas inserções, principalmente no começo da década de 1990, no processo internacional da globalização da economia, uma seqüência de transformações modificou profundamente os cenários econômicos, social e mesmo político do mundo rural, como constatamos na Planície de Gharb.

Essas transformações não resultam de políticas de desenvolvimento concernentes a um novo pacto social ou estabelecidas por uma vontade clara do governo, porém são os resultados de fortes pressões do mercado internacional. Certa contradição aparece nesta constatação. De um lado, não parece restar aos Estados Nacionais senão o papel de estabelecer as condições macroeconômicas favoráveis à entrada de capitais e de investimentos estrangeiros e a reestruturação dos sistemas produtivos na busca da produtividade em níveis internacionais. Por outro lado, trata-se de implementar políticas de desenvolvimento sustentável (ver a Conferência de Johannesburg de 26 de agosto a de setembro de 2002), isto é, um desenvolvimento “que responda as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras de responder as suas” (Brundtland, 1988). Trata-se, então, de conciliar os objetivos do desenvolvimento e a preservação do meio.

A infraestrutura hidroagrícola na Planície de Gharb foi considerada um vetor principal da dinâmica de desenvolvimento em curso na região. Os efeitos da política praticada pelo Estado marroquino modificaram significativamente a base socioeconômica local, graças a intensificação dos sistemas produtivos. Os efeitos atingiram não somente as zonas “*aménagées*”, mas também a zona costeira.

A Zona tem uma superfície de 600 000 ha, dos quais 380 000 ha de SAU (Superfície Agrícola Útil). Ela é importante, tanto do ponto de vista dos recursos hídricos (5 Milhões de m³ de águas de superfície; 900 Milhões de m³ de águas subterrâneas) como do ponto de vista econômico.

Atualmente, a superfície ordenada (“*aménagée*”) pelo l’Office (ORMVAG) é de 114.000 ha. Os sistemas de irrigação apresentam-se divididos da maneira seguinte: Gravidade (70%) ; Aspersão (17%); Submersão (11%); Baixa pressão (2%). Há por outro lado 80.000 ha de Bombeamento Privado (20 000 ha de água do rio Oued e 60 000 ha de poços) e 16.000 ha de Irrigação Localizada. A infraestrutura hidroagrícola hoje se organiza em torno de 2.500 km de canais; 54 estações de bombeamento; 16.500 km de drenagem; 900 km de pistas.

Um projeto de ordenamento de mais 40.000 ha de um total de 100.000 ha potencialmente ordenável está em estudo. O objetivo do Office é de promover as culturas de primavera e verão para melhorar as taxas de intensificação. Para organizar sua ação, em torno das cadeias de excelência, l’Office definiu as zonas de produção prioritária:

- Frutas e legumes na zona costeira
- Arroz
- Produção animal (zona de Belksiri)
- Cítricos (Beht)
- Culturas açucareiras (polígono açucareiro: P7-P8)

Na apresentação dos eixos estratégicos de ação, o responsável do l’Office, em entrevista concedida, sublinhou que l’Office contribuiu para a evolução dos sistemas produtivos da região e hoje se depara com enormes entraves para continuar sua ação. A Instituição encontra-se, de fato, sem condições humanas e financeiras para desenvolver o trabalho, no quadro do desengajamento do Estado. É neste sentido que a parceria se torna de grande pertinência, não somente em termos de financiamentos, mas também de abertura para o diálogo com diferentes atores, ressalta o diretor. Um exemplo dado é “l’aménagement”, fruto hoje da implicação de todas as organizações e atores locais na discussão do programa. A tomada de decisão é coletiva, porém não é mais imposta de maneira hierárquica (*top-down*) como nos primeiros tempos. O discurso dos

responsáveis integra a idéia de uma ação transescalar entre os diferentes atores da dinâmica de um desenvolvimento territorial.

BREVE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍMETRO DE GHARB

Em um breve exame histórico da planície de Gharb e após visita à zona dos perímetros irrigados, foram identificados múltiplos fatores de mudanças no seio das unidades familiares de produção. Essas mudanças são tanto de natureza objetivas (aquisição e ou melhoramento de bens materiais), quanto subjetivas (desconstrução e reconstrução de identidades, mudanças de hábitos, comportamento e atitudes). Quando um agricultor ou uma agricultora diz *“hoje nossa casa é de tijolos, nós temos banheiros e privadas, temos uma geladeira, água potável, uma televisão”* etc. existe a manifestação objetiva das mudanças ocorridas na região e em sua vida. O projeto de ordenamento hidroagrícola e a irrigação implementados na planície de Gharb foram os principais fatores dessas mudanças.

Observa-se também que, o novo cenário na planície de Gharb com suas fortes recomposições técnicas, econômicas e sociais demonstra uma grande capacidade de adaptação dos agricultores familiares, embora diferentes estratégias e arranjos socioprodutivos sejam utilizados: reconversão dos sistemas de irrigação e instalação de bacias; perfuração de poços e instalação de motobombas; bombeamento de água dos canais e drenos do sistema de irrigação; associação de culturas de autoconsumo e de culturas de mercado, mesmo nas pequenas parcelas (menos de um hectare). Fica evidente a existência um grande esforço do setor produtivo familiar para se inserir na dinâmica de desenvolvimento local.

O número reduzido de caso analisados não permite uma generalização, mas esses casos são ilustrativos da grande diversidade das unidades familiares: estatuto fundiário, tipo de culturas, sistemas de irrigação, múltiplos usos de água são, portanto os fatores de diferenciação. Todos os atores estão interessados na dinâmica econômica da região seja pela integração às refinarias açucareiras (cana e beterraba), seja pelo vínculo com as cooperativas (de leite, arroz, reforma agrária) ou simplesmente, pelas escolhas de culturas comerciais.

Qual o futuro para os agricultores familiares na planície de Gharb? É a mesma questão colocada em relação aos perímetros da região do Submédio São Francisco, no Nordeste do Brasil. Os fenômenos em curso na planície de Gharb são iguais aos produzidos em nossa região de estudo, no Brasil. Há os “ganhadores” e os “perdedores” e a lei da concorrência. Pouco a pouco os agricultores se diferenciam uns dos outros, da

mesma forma as suas unidades produtivas. Nos primeiros anos (uma década) de existência dos perímetros, esta diferenciação praticamente não existia. Plantavam as mesmas culturas (aquelas recomendadas pela Codevasf ou pelo ORMVAG), vendiam em comum por meio da cooperativa e obtinham os resultados da produção mais ou menos iguais. Havia mais demanda pelos produtos que oferta e uma forte ajuda e apoio do Estado. Isso mudou radicalmente nos anos 1990 com o desengajamento do Estado e a expansão dos setores irrigados, principalmente pela iniciativa privada, tanto aqui como lá, numa forte intensificação dos sistemas produtivos.

Em Gharb, com a chegada das grandes sociedades externas; dos empresários do agronegócio, os agricultores familiares sofreram um grande impacto. Face a esse fenômeno, trata-se de pensar o futuro das unidades familiares de produção nos perímetros irrigados, tanto aqui como lá. A questão discutida agora é: Como os atores sociais, os agricultores familiares, que vivem a dinâmica de desenvolvimento desses territórios, em condições desfavoráveis vão assegurar sua reprodução social e econômica ou simplesmente sobreviver?¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ICRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. *Périmètre Irrigue du Gharb. Quelles actions de recherche et de développement pour une amélioration raisonnée du niveau d'intensification?* ICRA/IRRA du Gharb/ORMVAG. Série de documents de travail N° 99 – Maroc, 2001.

JOUVE, Anne-Marie. Cinquante ans d'agriculture marocaine, in *Du Maghreb au Proche - Orient, les défis de l'agriculture*, ouvrage collectif coordonné par Pierre Blanc, éditions L'Harmattan, Paris, 2002. p. 51-71.

POPP, H. *La question hydraulique : effets socio-géographiques de la politique des barrages au Maroc*. Rabat, Maroc, 1984. (tome 2).

ROYAUME DU MAROC. Ministère de l'Agriculture, du Développement Rural et des Pêches Maritimes. *Conférence Internationale sur la Réforme Agraire et le Développement Rural : Rapport National du Royaume du Maroc*. Porto Alegre, Brésil, 2006.

¹ Maiores detalhes e informações: consultar o relatório completo de estágio, 30 p. (BARROS, 2006).

APÊNDICE B

Roteiro de Sondagem

Sobre as Políticas Públicas:

- a) Principais políticas de desenvolvimento territorial (regional): objetivos, conteúdo, beneficiários (atores) e grau de participação;
- b) Principais impactos provocados nos sistemas produtivos e sistemas sociais

Sobre o Território: Análise temporal e espacial das mudanças

- a) Tipos de mudanças (o que e como era antes, o que mudou, quando)?
- b) Impactos (ecossistema natural e social). Principais transformações na paisagem e nas identidades socioculturais

Sobre o Ecossistema Cultivado

- a) Estrutura (dos cultivos e animais). Como era antes, como é hoje: tipos, volume, quantidade;
- b) Funcionamento (práticas, manejos, gestão...). Técnicas de cultivo...

Sobre o Sistema Social Produtivo

- a) Estrutura (atores e meios de produção; unidades de produção, mão-de-obra; modos de acesso a terra; superfície explorada)
- b) Funcionamento (as técnicas, os meios de produção; consumo, mercados, receitas e despesas)

Sobre a Dinâmica dos Sistemas Agrários

- a) Tipo de desenvolvimento gerado: geral, desigual, contraditório
- b) Emergência de novos sistemas
- c) Crise
- d) Evolução

Sobre as Organizações Sociais

Como vêm e se inserem nas organizações dos produtores (Distrito, Cooperativa, Associações)

Pontos fracos e fortes dessas organizações

Análise sobre o programa de emancipação dos perímetros irrigados sob administração da CODEVASF

Mudanças ocorridas na administração da infra-estrutura dos Perímetros Irrigados em relação à sistemática de cobrança da tarifa d'água a partir da criação do Distrito.

Avaliação das cooperativas (principais problemas que resultaram no fracasso).

Sobre as Histórias de Vidas das Famílias

De onde veio (como e por que)

Como era a vida antes

Como foram os primeiros anos

O que mudou

Período considerado bom, no perímetro (por que)

Acontecimentos marcantes na vida pessoal, familiar e da comunidade (perímetro)

Projetos que tinham antes de chegar (realização ou não, principais motivos).

QUADRO DOS PRINCIPAIS INDICADORES PARA MEDIR O IMPACTO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO NO TERRITÓRIO E NA AGRICULTURA FAMILIAR

INDICADORES				
	Econômico	Social	Ambiental	Resultados
Território	- renda per capita - desemprego - agroindústrias - produção - mercados - atores	- serviços - organização da sociedade civil - acesso aos bens de produção - IDH	- lixo - qualidade da água - cobertura vegetal - ecossistema	
Agricultura Familiar	- renda familiar - diversificação da produção - pluriatividade - investimentos produtivos	- mão-de-obra - bens móveis e imóveis - escolaridade - saúde - associativismo	- qualidades dos solos - práticas agroecológicas - pragas/doenças - manejo da água	

APÊNDICE C

MATRIZ DE ANÁLISE DAS UNIDADES PRODUTIVAS

Caracterização do Meio Físico das Unidades

- Forças e fraquezas do meio físico;
- Tipos de solo;
- Escolha das culturas pelo tipo de solo;
- estudo do clima e dos microclimas;
- Tipos de ordenamento do espaço: culturas, drenagem, irrigação, e condições de acesso à água; cerca viva;
- Impactos da atividade agrícola no meio ambiente: riscos, limitações regulamentares;
- Inventário das terras sem plantio: superfície, forma e disposição;
- Distância da unidade para casa
- Terras comuns, fundos de pastos, condições de uso;
- Aspectos jurídicos: modos de exploração e tipo de organização social.

Trabalho

- Mão-obra familiar e externa
- Aspectos jurídicos

Capital da Unidade Produtiva

- Mobilização de capital fixo: recursos bióticos (animais, culturas) ferramentas e implementos para o trabalho agrícola, material de beneficiamento e transporte, prédios da unidade (pecuária e estocagem), infraestruturas diversas (drenagem, irrigação, estradas), grau de especialização;
- Natureza desses recursos, estimativa de utilização, modo de acesso aos recursos, propriedade, co-propriedade, uso de bens coletivos;
- Eficiência do trabalho: tempo necessário, capacidade potencial e tamanho (largura) do trator, tipo de tratamento, colheita, máquinas motorizadas e tração;
- Aspectos jurídicos para os implementos: propriedade, co-propriedade, cooperativa, prestação de serviços (trabalho por empresa)....

Ambiente Socioeconômico do Sistema de Produção

- Compra de insumos e de equipamentos: principais fornecedores, seu estatuto (propriedade privada ou cooperativa), localização geográfica, influência sobre as escolhas técnicas do agricultor.
- Venda dos produtos agrícolas: principais compradores (estatuto, localização geográfica)
- Condições de venda: (modos de entrega, preços em função da qualidade, da quantidade, contratos, desde quando, em quais condições: itinerários técnicos,

qualidade, volume, regularidade?), conseqüências sobre a comercialização dos produtos;

- Grau de integração aos mercados/agronegócio
- Locação das terras, contratação da mão-de-obra, crédito rural;
- Apoio técnico ou econômico: técnicos, da parte de qual instituição, sob qual forma, qual freqüência e qual custo?

História da Unidade de Produção

- Aquisição dos meios de produção – transformação da combinação dos sistemas de cultura e pecuária.
- Entender a trajetória de evolução: instalação, equilíbrio, cessação da atividade? Se for o caso, sucessor ou não?
- Recursos herdados do proprietário, qual o capital inicial?
- Modificação do número de trabalhadores?
- Realização de investimentos em capital fixo ou descapitalização?
- Acesso aos novos insumos
- Extensão/redução da superfície
- Abandono/desenvolvimento de novas produções
- Transformação das práticas
- Evolução dos preços dos produtos agrícolas
- Políticas agrícolas e transformação do contexto institucional
- Condições de escoamento dos produtos agrícolas e de abastecimento
- Modalidade de acesso a terra, preço da terra
- Mercado de trabalho
- Acesso ao crédito

Padrão Tecnológico dos Sistemas de Produção

- Plano de Cultivo
 - Plano de cultivo anual
 - Rotação de culturas
- Escolhas das espécies, das variedades, seleção de culturas, modalidades de condução (tipo do manejo do solo, data de plantio, tratos culturais, de colheita)
- Causas das Dificuldades e Desafios.....
 - Natureza dos terrenos e reordenamento (irrigação, drenagem)
 - Parcela (tamanho, forma, vizinhança e distância entre as parcelas da unidade)
 - Modo de valorização e conseqüências
 - Regra de localização das culturas em função dos terrenos (usual, interditados, raros em cada terreno), regras de rotação/sucessão das culturas, freqüência de rotação das culturas, plantio precoce ou tardio, colheita precoce ou tardia.
- Das sucessões de culturas aos itinerários técnicos
 - Objetivos que se fixam ao agricultor em torno dos rendimentos e nível de uso de insumos
 - Causas de variação dos rendimentos nos cinco últimos anos
 - Itinerário técnico

- Combinação dos diferentes subsistemas produtivos

- Relações de complementaridade ou de concorrência
- Estratégias de uso dos recursos da exploração: calendário de mão-de-obra, de implementos, para identificar os períodos de forte demanda, de uso dos recursos, pontos de estrangulamento.....(picos de trabalho, déficit de mão-de-obra, déficit em matéria orgânica, déficit de capital de giro, equipamento deficitário, dificuldades de estocagem e de conservação dos produtos)
- Estratégias de uso dos recursos da exploração: a curto prazo, a médio prazo (escolha das culturas ou investimentos em insumos) longo prazo (investimento, reordenamento fundiário, desenvolvimento de um sistema de cultura)
- Identificação de atividades que podem ser feitas em diferentes momentos do tempo e aquelas que não podem
- Natureza das ferramentas: escolha de investimento mais eficiente?
- Seguro face aos riscos de rendimentos fracos, problemas climáticos, doenças, pragas, queda de preços.

APÊNDICE D

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

1. Cenas do Perímetro Mandacaru – Brasil



1. Canal terciário que passa no lote



2. Tipo de irrigação utilizado em Mandacaru



3. Cultura da cebola em Mandacaru



4. Cultura do melão em Mandacaru



5. Criação de ovelhas em Mandacaru



6. Cultura da goiaba abandonada



7. Colheita do Maracujá em Mandacaru



8. Solos degradados em Mandacaru



9. Crianças no lote em Mandacaru



10. Crianças e criatório em Mandacaru. O futuro?



11. Sr. Pedro Gaudêncio



12. Sr. Júlio Barros



Sra. Maria Francisca

Passado presente e futuro de Mandacaru.

2. Cenas do perímetro de Gharb - Marrocos



2. Amendoim irrigado por meio de poços artesanios (aspersão manual)



3. produtor da área de reforma agrária (plantio de tomate industrial)



3. Conjunto motobomba ambulante



4. Jovens Mulheres diaristas (3 dólares/dia)



5. Fim da colheita do morango



6. Família colhendo berinjela



7. Ensacamento do trigo na área de RA



8. Armazenamento de forragem



9. Entrega de cana-de-açúcar na usina



10. Fila para entregar a beterraba na usina



11. Cultivo de banana em estufa



12. Mãe e filho cultivando uma área de 0,65 ha

ANEXOS

ANEXO 1

Minuta de Convênio

Convênio que entre si fazem a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF** e o **DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE _____**, visando a administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum do Perímetro Irrigado de _____, localizado no município de _____, no Estado de _____.

A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, CODEVASF** empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional-MI, criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, alterada em parte pela Lei nº 9.954, de 06 de janeiro 2000, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, Ed. Deputado Manoel Novaes, em Brasília-DF, doravante denominada, simplesmente CODEVASF, representada, neste ato, pelo seu Presidente, _____, (nacionalidade, estado civil, profissão e residência), portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____ e por seu diretor da Área de Produção, _____ (nacionalidade, estado civil, profissão e residência), portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____ e de outro lado, o Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado _____, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº doravante denominado simplesmente **DISTRITO**, inscrito no CNPJ nº _____ neste ato representado pelo seu Gerente Executivo, Sr. _____, (nacionalidade, estado civil, profissão e residência), portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Convênio na forma regida pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93, no que couber, bem como nos Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria de Tesouro Nacional, e pelo Decreto nº 89.496/84, modificado pelo Decreto nº 2.178/97 que regulamenta a Lei nº 6.662/1979, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a execução pelo Distrito, de guarda, administração, controle, operação, manutenção e revitalização da infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado de _____, localizado no Município de _____ no Estado de _____.

Parágrafo Único – O presente convênio está sendo firmado em obediência ao disposto no art. 42, § 4º do Decreto 89.496/84, com a redação introduzida pelo Decreto nº 2.178/97.

2. Cláusula Segunda – DO PLANO DE TRABALHO

Para alcance do objetivo pactuado, os convenientes obrigam-se a apresentar e cumprir os Planos de Trabalho elaborados pelo DISTRITO e aprovados pela CODEVASF, que passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

2.1. Os Planos de Trabalho serão apresentados e aprovados pela Diretoria Executiva e passarão a integrar o presente convênio por meio dos competentes Termos Aditivos.

2.2. Faz parte integrante deste Convênio o 1º Plano de Trabalho.

2.3. O valor referente ao 1º Plano de Trabalho corresponde a execução de serviços de operação, manutenção e revitalização de infra estrutura de uso comum de irrigação é de R\$ _____.

3. Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na Cláusula Primeira, são obrigações dos partícipes:

3.1. São obrigações da CODEVASF

3.1.1. Analisar e aprovar a programação anual apresentada pelo DISTRITO e alocar os recursos orçamentários e financeiros de sua responsabilidade.

3.1.1.1. A transferência dos recursos financeiros de responsabilidade da CODEVASF será feita através de Planos de Trabalhos para as atividades previstas na programação anual e fica condicionada à disponibilidade de créditos orçamentários e financeiros e aprovação pela Diretoria Executiva.

3.1.1.2. Os Planos de Trabalhos serão apresentados pelo DISTRITO, e obedecerão as normas estabelecidas na IN nº 001/97, da Secretaria do Tesouro Nacional.

3.1.1.3. A Programação Anual e os Planos de Trabalho serão analisados pela 1ª Superintendência Regional e aprovados pela Diretoria Executiva da CODEVASF, ouvida a Área de Produção.

3.1.2. Elaborar, em conjunto com o DISTRITO, e executar programa de obras de complementação, melhoramento e da infra-estrutura de irrigação de uso comum e/ou obras de recuperação decorrentes de acidentes ou casos fortuitos.

3.1.2.1. A execução das obras decorrentes de acidentes ou casos fortuitos está condicionada a apresentação de Laudo Técnico elaborado pela CODEVASF, com acompanhamento de técnico do DISTRITO.

3.1.2.2. A execução das obrigações constantes no item 3.1.2. acima, de acordo com a conveniência da CODEVASF, poderá ser realizada pelo DISTRITO, obedecidos os procedimentos estabelecidos nos subitens 3.1.1.2 e 3.1.1.3.

3.1.2.3. Estão excluídas das obrigações da CODEVASF a execução de obras de recuperação decorrentes da falta ou deficiência de manutenção pelo DISTRITO.

3.1.3. Reconhecer a competência do DISTRITO, como representante legal dos associados, em assuntos relacionados com as competências delegadas no presente termo.

3.1.4. Prestar assessoramento técnico referente às atividades objeto deste termo.

3.1.5. Aprovar a indicação e promover eventuais exclusões de irrigantes apresentados pelo DISTRITO, obedecidos os critérios legais e diretrizes adotadas pela CODEVASF.

3.1.6. Repassar, mediante instrumento previsto na Cláusula Décima Sexta, todos os bens imóveis, móveis, ferramentas, peças de reposição e demais materiais existentes no perímetro, necessários ao fiel e exato cumprimento das obrigações ora delegadas, bens estes que serão previamente relacionados e identificados por Comissão mista instituída pela CODEVASF/DISTRITO.

3.1.7. Pagar ao Distrito a parcela K2 da tarifa d'água correspondente às áreas de sua propriedade.

3.1.8. Apoiar o DISTRITO no processo de seleção do Gerente Executivo e do pessoal responsável pelas atividades delegadas.

3.2. São obrigações do DISTRITO:

3.2.1. Apresentar à CODEVASF a Programação Anual de Trabalho contendo todas as atividades a serem desenvolvidas pelo DISTRITO durante o exercício, com os respectivos custos e fontes de recursos, até o mês de novembro do ano imediatamente anterior.

3.2.2. Apresentar Planos de Trabalhos para as atividades a serem desenvolvidas com recursos da CODEVASF, de acordo com o estabelecido na IN 001/97, da STN.

3.2.3 Executar os serviços e obras necessários à manutenção e perfeito funcionamento de toda a infra-estrutura da irrigação de uso comum do Perímetro.

3.2.4. Operar o sistema de irrigação adequadamente, distribuindo água aos usuários de acordo com as demandas programadas.

3.2.5. Fixar os valores do K2, que permitam o atendimento das obrigações assumidas por este instrumento nos termos da Lei nº 6662/79 e do Decreto Regulamentar nº 89.496/84 e Dec. 2178/97.

3.2.6. Proceder ao recebimento da tarifa d'água K2, adotando medidas administrativas e ou judiciais para cobrança das contas em atraso, informando à CODEVASF os resultados.

3.2.7. Propor à CODEVASF eventuais exclusões ou substituições de irrigantes, obedecidos os critérios legais e diretrizes adotadas pela CODEVASF.

3.2.8. Firmar contrato individual de fornecimento de água com os usuários do Perímetro, conforme modelo elaborado de comum acordo entre as partes convenientes.

3.2.9. Analisar, conjuntamente com a CODEVASF, o fornecimento de água a novos usuários ou a modificação do uso do lote, de acordo com a potencialidade do projeto.

3.2.10. Manter a vigilância e a segurança dos bens sob sua responsabilidade direta, bem como a fiscalização de todo o Perímetro, incluindo áreas destinadas a reserva legal, jazidas, áreas de sequeiro não ocupadas ao longo dos canais e estradas, informando a

CODEVASF, imediatamente sobre atos lesivos ao seu patrimônio e que induzam à ameaça de turbação ou esbulho.

3.2.11. Manter atualizado o cadastro de irrigantes do Perímetro, registrando as alterações informadas pela CODEVASF.

3.2.12. Manter ação permanente e efetiva na identificação dos lotes abandonados ou deficitariamente explorados, informando periodicamente à CODEVASF.

3.2.13. Fornecer mensalmente, à CODEVASF, os dados de acompanhamento de operação e manutenção, receitas da parcela K2 da tarifa d'água e despesas com administração, operação e manutenção, bem como, os relatórios físico-financeiros relativos à execução dos planos de trabalho vinculados a este convênio.

3.2.14. Adotar medidas necessárias à proteção do meio ambiente, envolvendo a preservação da fauna, flora, dos recursos hídricos, de solo e observando as normas relativas quanto ao controle de poluição ambiental e qualidade da água, notificando as autoridades competentes para a tomada das providências cabíveis.

3.2.15. Requerer à CODEVASF a formalização de atos imprescindíveis a confirmação de direito e questionamento aos irrigantes, e que sejam da sua competência confirmá-los, declará-los ou indeferi-los.

3.2.16. Mencionar, sempre com destaque, em qualquer divulgação que for feita sobre as atividades relacionadas com o perímetro, a colaboração da CODEVASF e manter nas entradas do perímetro e em destaque, placa indicativa com os dados relevantes onde constem o logotipo e o nome da CODEVASF.

3.2.17. Apoiar ações visando identificar alternativas de produção, de organização e de capacitação para os pequenos produtores.

3.2.18. Cumprir com os encargos trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributários, comerciais e demais resultantes da execução deste termo, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por seus empregados, declarando-se como único e exclusivo responsável pelas referidas ações, conforme disposto no art. 31 da Lei 8.212 de 27/7/91.

3.2.19. Executar outras ações delegadas pela CODEVASF voltadas para o apoio à produção, que não conflitem com os Estatutos do Distrito.

3.2.20. Submeter à apreciação da CODEVASF os currículos do pessoal selecionado para os cargos de Gerente Executivo e de responsáveis pelas atividades delegadas.

4.Cláusula Quarta - DO ACOMPANHAMENTO SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento, fiscalização e supervisão técnica e administrativa, relativas às atividades transferidas ficarão a cargo da Área de Produção da CODEVASF e da _____ Superintendência Regional, que, para tanto, terão acesso garantido às instalações e documentação do DISTRITO.

4.1. A fiscalização e supervisão técnica serão efetuadas a partir da Programação Anual e dos Planos de Trabalhos referidos nos itens 3.2.1 e 3.2.2.

4.1.1. O DISTRITO ao aplicar os recursos recebidos da CODEVASF, conforme previsto no item 3.1.1. observará as disposições do art. 2º da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, no tocante aos procedimentos licitatórios.

4.2. No caso de ser constatada deficiência na manutenção que possa comprometer a vida útil das infra-estruturas ou a segurança do Perímetro, o DISTRITO se compromete a executar os serviços necessários para sanar o problema em prazo fixado pela CODEVASF.

4.3. A fiscalização e auditoria da execução das atividades delegadas ao DISTRITO e de suas contas serão efetuadas pela CODEVASF cabendo ao DISTRITO manter registros contábeis atualizados e demonstrativos dos recursos recebidos e de sua aplicação.

5. Cláusula Quinta - DAS RESPONSABILIDADES

A CODEVASF não será responsável por quaisquer danos causados por imperícia no manuseio e operação dos equipamentos e instalações ou negligência por parte dos agentes ou empregados do DISTRITO ou ainda, por falhas na manutenção do sistema da irrigação de uso comum do Perímetro

5.1. Entende-se por quaisquer danos, aqueles que derivem direta ou indiretamente de erros de cálculo na estimativa das necessidades, deficiências e falhas no fornecimento de água e outras causas.

5.2. A CODEVASF não será responsável por quaisquer danos causados a terceiros pelo uso de suas instalações, equipamentos ou direito de uso ou propriedade por indivíduos que não sejam empregados do DISTRITO.

6. Cláusula Sexta - DO REPRESENTANTE

A CODEVASF designará um representante para acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução do presente termo, que, para tanto, deverá participar das reuniões do Conselho de Administração do DISTRITO, como membro efetivo, sem direito a voto, mas com direito a voz e veto nas seguintes matérias:

- a) assuntos de competência privativa da CODEVASF ou do Poder Público;
- b) assuntos que contrariem as disposições do presente acordo;
- c) desvios de finalidades de planos de trabalho;
- d) ações lesivas ao patrimônio sob a guarda do DISTRITO.

6.1. Os vetos apresentados pelo representante da CODEVASF deverão ser justificados e registrados na Ata da Reunião em que ocorrerem;

6.2. Contra os vetos exercidos pelo representante da CODEVASF caberá recurso à Diretoria Executiva da CODEVASF, devidamente justificado por exposição de motivos sendo que a decisão da CODEVASF será comunicada ao DISTRITO em até 60 (sessenta) dias após a oficialização do recurso;

6.2.1. As decisões vetadas não poderão ser implementadas até o julgamento do recurso;

6.2.2. Contra os vetos mantidos após o indeferimento dos recursos não caberá novo recurso;

6.3. O representante da CODEVASF acompanhará a execução dos Planos de Trabalho, bem como os relatórios das demais tarefas constantes deste termo.

7. Cláusula Sétima - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é de 05 (cinco) anos, contado da data de sua assinatura.

8. Cláusula Oitava – DO PESSOAL

O DISTRITO será responsável pelo pessoal que utilizar na execução do objeto do presente termo, o qual ser-lhe-á diretamente vinculado e subordinado, observando o disposto no item 3.2.18 deste termo, bem como responderá perante terceiros por todos os atos praticados em decorrência do presente instrumento.

9. Cláusula Nona - DA DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

A CODEVASF poderá disponibilizar, desde que solicitado pelo DISTRITO, técnicos que prestam serviços no Perímetro de Irrigação, para auxiliar nos procedimentos afetos ao objeto deste termo.

9.1. É vedada a cessão de funcionários da CODEVASF para exercer quaisquer cargos na estrutura organizacional do Distrito de Irrigação.

10. Cláusula Décima - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do 1º Plano de Trabalho integrante a este convênio correrão à conta do(s) Programa(s) de Trabalho _____, Categoria Econômica _____, sob gestão da _____ Superintendência Regional.

10.1. A liberação dos recursos pela CODEVASF ao DISTRITO será efetuada de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante do Plano de Trabalho e serão depositados no Banco do Brasil S/A, agência nº _____, na conta corrente vinculada nº _____ específica deste convênio, onde os recursos deverão ser mantidos

10.2. Os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade serão, obrigatoriamente, aplicados em:

I – Caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II – Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.

10.3. Em caso de utilização dos recursos em finalidades diversas da estabelecida neste instrumento, salvo as autorizadas em legislação específica, fica o DISTRITO obrigado a restituir os referidos recursos atualizados monetariamente, acrescidos de juros legais.

10.4. As receitas financeiras auferidas na formado subitem 10.3 serão, obrigatoriamente, computadas a crédito deste convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do convênio.

10.5. Os saques somente serão permitidos para pagamento de despesas prevista no Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro.

10.6. Para cada exercício deverá ser apresentado nos Termos Aditivos a ser formalizados posteriormente o número das notas de empenho para aquele ano correspondente.

11. Cláusula Décima Primeira – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O DISTRITO prestará contas de recursos recebidos da CODEVASF, em consonância com o a IN STN n° 01/97, a cada Plano de Trabalho específico, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do referido plano.

11.1. A não apresentação da prestação de contas dos Planos de Trabalhos impedirá a apreciação e aprovação dos Planos de Trabalhos subsequentes, sem prejuízo do disposto no item 11.6.

11.2. Caso haja repasse em 03 (três) ou mais parcelas, o DISTRITO apresentará a Prestação de Contas dos recursos em consonância com o art. 20, parágrafo 2º, da IN STN n° 01/97, o qual determina que quando a liberação dos recursos ocorrer desta forma, a terceira parcela ficará condicionada à apresentação de prestação de conta parcial referente à primeira parcela liberada, composta da documentação específica nos itens III a VIII do art. 28, e assim sucessivamente.

11.3. Após a aplicação da última parcela, deverá ser apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos, acompanhada de relatório de execução físico-financeira e, no que couber, dos elementos descritos no art. 28 da IN n° 1/97 – STN e outras legislações pertinentes.

11.4. Além dos documentos listados no “caput” desta cláusula, a prestação de contas deverá vir acompanhada de:

- a) cópia do despacho adjudicatório das licitações realizadas pelo DISTRITO, ou justificativa da dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, em caso de serviços realizados por terceiros;
- b) cópia dos contratos ou de outros instrumentos firmados com terceiros em decorrência deste convênio;
- c) extrato bancário da conta vinculada em que forem depositados os recursos.

11.5. Quando da conclusão do Plano de Trabalho, ou da denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à CODEVASF, atualizados monetariamente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

11.6. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo convencionado, a CODEVASF concederá o prazo máximo de 30 (trinta) para sua apresentação, ou devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, comunicando o fato ao órgão de controle interno de sua jurisdição ou equivalente.

11.7. Esgotado o prazo referido no item anterior e não cumpridas as exigências, ou ainda se existirem evidências de irregularidade de que resultem prejuízo para o erário, o ordenador da despesa registrará o fato no Cadastro de Convênio do SIAFI e adotará providências para instauração, de imediato, da Tomada de Conta Especial do DISTRITO e a remeterá ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta dias) de sua elaboração, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do art.153 e art.154 do Decreto nº 93.872, de 23.12.86.

12. Cláusula Décima Segunda – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A CODEVASF fará o acompanhamento da execução do Convênio, além do exame das despesas, avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos de que tratam as Prestações de Contas, a fim de verificar a correta aplicação dos recursos e a consecução dos objetivos.

12.1. A aplicação dos recursos deste convênio obedecerá fielmente ao Plano de Trabalho, onde consta a programação física e financeira para a execução dos seus objetivos.

12.2. O Plano de Trabalho somente poderá ser modificado mediante autorização expressa da CODEVASF, proposta pelo representante legal do DISTRITO.

13. Cláusula Décima Terceira – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O DISTRITO compromete-se a restituir à CODEVASF o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto desta avença;
- b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final; e
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio.

14. Cláusula Décima Quarta – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada à CODEVASF a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização das cláusulas deste convênio, bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do mesmo, na forma do disposto no art. 7º, V, da IN N° 001/97, da STN.

15. Cláusula Décima Quinta – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em razão deste convênio que remanescerem na data de sua extinção serão de propriedade da CODEVASF.

15.1. Cumprido o objeto deste convênio, a critério da Diretoria Executiva da CODEVASF, mediante análise da conveniência e interesse público, os bens remanescentes poderão ser doados ao DISTRITO, incorporando-se ao seu patrimônio, vinculada a sua utilização às atividades relacionadas com os objetivos previstos na Cláusula Primeira.

16. Cláusula Décima Sexta - DOS BENS E EQUIPAMENTOS

A CODEVASF poderá repassar para utilização e guarda do DISTRITO, veículos, máquinas, equipamentos e demais bens de sua propriedade, avaliada a oportunidade e conveniência da Administração Pública, devendo os mesmos ser relacionados e identificados por comissão mista instituída por CODEVASF/DISTRITO e objeto de um termo de responsabilidade específico vinculado a este instrumento, em um prazo de até 60 (sessenta) dias.

17. Cláusula Décima Sétima – DA DIVULGAÇÃO

Em nenhuma hipótese e em qualquer tempo será permitida a divulgação das ações e resultados advindos deste convênio, por alguma das partes, sem citar explicitamente a participação em igual destaque, das partes envolvidas, sob pena de denúncia/rescisão e/ou imediata retratação da infração cometida, observadas as prescrições do parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal.

17.1. Fica vedado aos partícipes utilizar nos empreendimentos resultantes deste convênio, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

18. Cláusula Décima Oitava – DA PUBLICAÇÃO

A CODEVASF publicará o presente instrumento no Diário Oficial da União, na forma e prazo estabelecidos no art. 17, da IN nº 01/97, da STN.

19. Cláusula Décima Nona – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo por qualquer das partes, desde que haja aviso prévio e escrito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou conveniência administrativa que o torne material ou formalmente impraticável ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

20. Cláusula Vigésima – DA MODIFICAÇÃO

Este Convênio poderá ser modificado por meio de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, exceto para alteração de objeto e prorrogação de prazo.

21. Cláusula Vigésima Primeira – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente termo para delegar competência ao DISTRITO para a guarda, administração, controle, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado de

Jaíba, localizado no Município de Jaíba, no Estado de Minas Gerais, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Brasília - DF,

Presidente da CODEVASF

Diretor da Área de Produção

Gerente Executivo do Distrito de Irrigação de

TESTEMUNHAS:

a) _____ b) _____
nome nome
CPF n° CPF n°

ANEXO 2

Termo de Delegação

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

TERMO DE DELEGAÇÃO que entre si fazem a **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF** e o Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de , objetivando a administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum do Perímetro Irrigado de, localizado no Município de, no Estado de

A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional - MI, criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, alterada em parte pela Lei nº 9.954, de 06 de janeiro 2000, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, Ed. Deputado Manoel Novaes, em Brasília-DF, doravante denominada, simplesmente CODEVASF, representada, neste ato, pelo seu Presidente, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, (estado civil e profissão), brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxx e por seu Diretor da Área de Produção, xxxxxxxxxxx, (estado civil e profissão), residente e domiciliado nesta capital, portador da cédula de identidade xxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxx e de outro lado, o **Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado xxxxxxx**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxx, doravante denominado simplesmente DELEGATÁRIO, neste ato representado pelo (Presidente do Conselho de Administração ou Gerente Executivo), Sr. xxxxxxxxxxx, brasileiro, (estado civil e profissão), portador da cédula de identidade xxxxxxxx do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente Termo na forma autorizada pelo Decreto nº 89.496/84 e de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da CODEVASF, expressada por meio da Resolução nº.....de de..... de....., constante às fls. nº do processo administrativo nº, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto delegar competência ao DELEGATÁRIO, para a administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado xxxxxxx, localizado no Município de xxxxxxx, no Estado de xxxxxxx

Parágrafo único - O presente termo está sendo firmado em obediência ao disposto no art. 42 do Decreto 89.496/84, com a redação introduzida pelo Decreto 2.178/97.

2. Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES

Para o alcance do objeto do presente termo ficam estabelecidas as seguintes obrigações:

2.1. São Obrigações da CODEVASF

2.1.1. Analisar e aprovar a programação anual apresentada pelo DELEGATÁRIO referente às atividades delegadas.

2.1.2. Alocar os recursos orçamentários referentes às atividades não delegadas e cuja competência esteja afeta ao poder público.

2.1.1.1. Na hipótese de a CODEVASF optar pela transferência dos recursos financeiros de sua responsabilidade para o DELEGATÁRIO, a mesma será efetivada por meio de convênios específicos para cada atividade ou grupo de atividades.

2.1.1.2. Os convênios específicos antes referidos serão precedidos de planos de trabalho apresentados pelo DELEGATÁRIO, e obedecerão, no todo, as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº 001/97, da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.1.1.3. A programação anual e os planos de trabalho serão analisados pela Superintendência Regional e aprovados pela Diretoria Executiva da CODEVASF, ouvida a Área de Produção.

2.1.2. Executar obras de recuperação e correção da infra-estrutura de irrigação de uso comum decorrentes de casos fortuitos.

2.1:2.1. A execução das obras está condicionada a apresentação de laudo técnico elaborado pela CODEVASF, com acompanhamento de técnico do DELEGATÁRIO.

2.1.2.2. A execução das obrigações constantes no item 2.1.2. acima, de acordo com a conveniência da CODEVASF, poderá ser realizada pelo DELEGATÁRIO, obedecidos os procedimentos estabelecidos nos subitens 2.1.1.2 e 2.1.1.3.

2.1.2.3. Estão excluídas das obrigações da CODEVASF as obras de recuperação decorrentes de manutenção não executada pelo DELEGATÁRIO.

2.1.3. Reconhecer a competência do DELEGATÁRIO, como representante legal dos associados, em assuntos relacionados com as competências delegadas no presente termo.

2.1.4. Aprovar a indicação e promover eventuais exclusões de irrigantes apresentados pelo DELEGATÁRIO, obedecidos os critérios legais e diretrizes adotadas pela CODEVASF.

2.1.5. Repassar, mediante instrumento previsto na Cláusula Sétima, todos os bens imóveis, móveis, ferramentas, peças de reposição e demais materiais existentes no perímetro, necessários ao fiel e exato cumprimento das obrigações ora delegadas, bens estes que serão previamente relacionados e identificados por comissão mista instituída pela CODEVASF/DELEGATÁRIO.

2.2. São obrigações do DELEGATÁRIO:

2.2.1. Administrar a infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro.

2.2.2. Operar o sistema de irrigação adequadamente, distribuindo água aos usuários de acordo com suas demandas.

2.2.3. Fixar novos valores do K2, que permitam cobrir os déficits que ocorram no atendimento às obrigações assumidas por este instrumento.

2.2.4. Propor a **CODEVASF** eventuais exclusões ou substituições de irrigantes, obedecidos os critérios legais e diretrizes adotadas pela CODEVASF.

2.2.5. Firmar contrato individual de fornecimento de água com os usuários do Perímetro, conforme modelo a ser elaborado de comum acordo entre as partes contratantes.

2.2.6. Propor à CODEVASF o fornecimento de água a novos usuários ou a modificação do uso do lote, de acordo com a potencialidade do projeto.

2.2.7. Proceder ao recebimento da tarifa d'água K2, adotando medidas administrativas e ou judiciais para cobrança das contas em atraso, informando à CODEVASF os resultados.

2.2.8. Apresentar as programações anuais de manutenção do Perímetro, para aprovação pela CODEVASF, até o mês de novembro do ano imediatamente anterior.

2.2.9. Manter a vigilância e a segurança dos bens sob sua responsabilidade direta, bem como a fiscalização de todo o Perímetro, incluindo áreas destinadas a reserva legal, jazidas, áreas de sequeiro não ocupadas ao longo dos canais e estradas, informando a CODEVASF, imediatamente sobre atos lesivos ao seu patrimônio e que induzam à ameaça de turbação ou esbulho.

2.2.10. Executar os serviços e obras necessários a preservação e perfeito funcionamento de toda a infra-estrutura da irrigação de uso comum do Perímetro.

2.2.11. Manter atualizado o cadastro de irrigantes do Perímetro, registrando as alterações informadas pela CODEVASF.

2.2.12. Manter ação permanente e efetiva na identificação dos lotes abandonados ou deficitariamente explorados, objetivando a exclusão dos irrigantes ou o fortalecimento do trabalho nos lotes.

2.2.13. Fornecer mensalmente, a CODEVASF, em formulário próprio, os dados de acompanhamento de operação e manutenção, receitas da parcela K2 da Tarifa d'água e despesas com administração, operação e manutenção.

2.2.14. Adotar medidas necessárias a proteção do meio ambiente, envolvendo a preservação da fauna, flora, dos recursos hídricos, de solo e observando as normas relativas quanto ao controle de poluição ambiental e qualidade da água, notificando as autoridades competentes para a tomada das providências cabíveis.

2.2.15. Requerer à CODEVASF a formalização de atos imprescindíveis a confirmação de direito e questionamento aos irrigantes, e que sejam da sua competência confirmá-los, declará-los, ou indeferí-los.

2.2.16. Manter nas entradas do projeto e em destaque, placa indicativa com os dados do projeto onde constem o logotipo e o nome da CODEVASF.

2.2.17. Cumprir com os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução deste termo, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por seus empregados, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, conforme disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 27 de julho de 1991.

2.2.18. Executar outras ações delegadas pela CODEVASF voltadas para o apoio à produção, que não conflitem com o estatuto do DELEGATÁRIO.

3. Cláusula Terceira - DA TARIFA D'ÁGUA.

As despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção das infra-estruturas de uso comum, será de responsabilidade do DELEGATÁRIO e serão cobertas com os recursos provenientes da arrecadação da parcela K2, da tarifa d'água, nos termos da Lei 6.662/79, do Decreto regulamentador nº 89.496/84 e Decreto nº 2.178/97.

4. Cláusula Quarta - DO ACOMPANHAMENTO FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO

O acompanhamento, a fiscalização e a supervisão técnica e administrativa, relativas às atividades transferidas ficarão a cargo da Área de Produção da CODEVASF e da Superintendência Regional, que, para tanto, terão acesso garantido às instalações e à documentação do DELEGATÁRIO.

4.1. A fiscalização e supervisão técnica serão efetuadas a partir das programações anuais.

4.2. No caso de se constatar deficiência na manutenção que possa comprometer a vida útil das infra-estruturas ou a segurança do Perímetro, o DELEGATÁRIO se compromete a executar os serviços necessários para sanar essa deficiência dentro de um prazo a ser fixado pela CODEVASF.

4.3. A fiscalização da execução das atividades delegadas ao DELEGATÁRIO será efetuada pela CODEVASF cabendo ao DELEGATÁRIO manter registros contábeis atualizados e fornecer dados técnicos e financeiros relativos às atividades de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum bem como aqueles referentes à produção e comercialização dos irrigantes do Perímetro.

5. Cláusula Quinta - DAS RESPONSABILIDADES

A CODEVASF não será responsável por quaisquer danos causados por imperícia no manuseio e operação dos equipamentos e instalações ou negligência por parte dos agentes

ou empregados do DELEGATÁRIO como ainda, por falhas na manutenção do sistema da irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado

Parágrafo 1º- Entende-se por quaisquer danos, aqueles que derivem direta ou indiretamente de erros de cálculo na estimativa das necessidades, deficiências e falhas no fornecimento de água e outras causas.

Parágrafo 2º - A CODEVASF não será responsável por quaisquer danos causados a terceiros pelo uso de suas instalações, equipamentos ou direito de uso ou propriedade por indivíduos que não sejam empregados do DELEGATÁRIO.

6. Cláusula Sexta - DO REPRESENTANTE TÉCNICO

A CODEVASF designará um representante técnico para acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução do presente termo.

7. Cláusula Sétima - DOS BENS E EQUIPAMENTOS

Os veículos, máquinas, equipamentos e demais bens de propriedade da CODEVASF, que a qualquer título sejam repassados à administração e guarda do DELEGATÁRIO serão relacionados e identificados por comissão mista instituída por CODEVASF/ DELEGATÁRIO e objeto de um termo de responsabilidade específico vinculado a este instrumento, em um prazo de até 60 (sessenta) dias.

8. Cláusula Oitava - DOS RECURSOS

Os recursos financeiros necessários ao cumprimento do objeto do presente termo serão provenientes da arrecadação da parcela do K2 da tarifa d'água, correspondente ao valor das despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum, nos termos da Cláusula Terceira deste instrumento, e dos recursos decorrentes da prestação de serviços aos irrigantes, pelo DELEGATÁRIO.

9. Cláusula Nona - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente instrumento é de 25 (vinte e cinco) anos, contados da data de sua assinatura.

10. Cláusula Dez - DA RESCISÃO/DENÚNCIA

O presente termo poderá ser declarado rescindido por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou conveniência administrativa que o torne material ou formalmente impraticável, ou denunciado por quaisquer das partes, desde que haja aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

11. Cláusula Onze - DO PESSOAL

O DELEGATÁRIO será responsável pelo pessoal que utilizar na execução do objeto do presente termo, o qual ser-lhe-á diretamente vinculado e subordinado, observando o

disposto no item 2.2.17 deste termo, bem como responderá perante terceiros por todos os atos praticados em decorrência do presente instrumento.

12. Cláusula Doze - DA DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

A CODEVASF poderá disponibilizar, desde que solicitados pelo DELEGATÁRIO, técnicos que prestam serviços no Perímetro de Irrigação, para auxiliarem nos procedimentos afetos ao objeto deste termo.

12.1. É vedada a cessão de funcionários da CODEVASF para exercer quaisquer cargos dentro da estrutura organizacional do DELEGATÁRIO.

13. Cláusula Treze - DA PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação deste termo no Diário Oficial da União, na forma e prazo estabelecidos na Lei 8.666/93.

14. Cláusula Quatorze - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF, para dirimir questões oriundas do presente termo que não puderem ser resolvidas administrativamente entre as partes.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente termo em três vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Brasília - DF,

Presidente da CODEVASF

Diretor da Área de Produção da CODEVASF

Representante do DELEGATÁRIO

TESTEMUNHAS:

a) _____
CPF nº.

b) _____
CPF nº.

ANEXO 3

CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL

LOCADOR- xxx, brasileiro, maior, viúvo, agricultor, residente no Perímetro Irrigado de Mandacaru – Vila Juca Viana S/N – Juazeiro (BA) – CPF xxxx e RG xxxxxx.

LOCATÁRIO – xxx, brasileiro, maior, solteiro, agricultor, residente no lote agrícola xxx – Perímetro Irrigado de Mandacaru – Juazeiro (BA) – CPF- xxxxx e RG- xxxxx.

O LOCADOR, acima qualificado, proprietário do lote agrícola nº X da área do Projeto de Irrigação de Mandacaru, medindo 9,5 ha, cede em arrendamento ao LOCATÁRIO, o referido imóvel, pelo prazo de 60 meses, a começar em 05/01/2003 e terminar em 05/01/2008, conforme cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA- O arrendamento tem valor fixado em 50% (Cinquenta por cento) do resultado líquido da venda da safra da cultura de Manga existente no referido lote, que deverá ser pago pelo LOCATÁRIO no final da safra de cada cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA- O LOCATÁRIO não poderá demolir obra existente ou desmontar a maquinaria sem prévia autorização escrita do LOCADOR e, da mesma maneira, a não fazer derrubada de mata virgem, desvio de cursos de água ou qualquer obra que altere a propriedade arrendada.

CLÁUSULA TERCEIRA- Toda e qualquer benfeitoria construída pelo LOCATÁRIO se incorporará à propriedade sem que isso lhe assegure qualquer reparação ou direito de retenção a esse título.

CLÁUSULA QUARTA- Compete ao LOCATÁRIO pagamento de quaisquer tributos e tarifas que recaiam sobre a propriedade, inclusive os desvios do Instituto de Colonização e Reforma Agrária ou órgão que o substitua, ao Instituto Nacional de Previdência Social, assim com quaisquer outras que venham a ser criadas pelos poderes públicos.

CLÁUSULA QUINTA- O outorgado não poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, o seu direito de locação sem licença escrita do LOCADOR, sendo-lhe lícito, entretanto, manter contratos de parceria, na forma da legislação específica.

CLÁUSULA SEXTA- O recebimento, pelo LOCADOR, de qualquer parcela devida, após seu vencimento, será entendida com mero gesto de condescendência, sem que isso importe qualquer direito ao LOCATÁRIO ou procedente, não induzindo novação objetiva ou subjetiva do pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA- O LOCATÁRIO entregará a propriedade ao LOCADOR no término do presente contrato, sendo-lhe assegurado, entretanto, o direito às colheitas que se verificam após o término, desde que o plantio de que derivem tenham sido feito no máximo até 30 dias antes dele.

CLÁUSULA OITAVA- O presente contrato é irrevogável para ambas as partes, incluindo os herdeiros e sucessores, no caso de falecimento de qualquer dos contratantes, obrigando-se estes ao total cumprimento das cláusulas ora pactuadas.

CLÁUSULA NONA- O LOCADOR, antes do recebimento do imóvel, findo o contrato, procederá a vistoria da propriedade por si ou preposto seu para verificar a sua conformidade com o presente, indicado ao LOCATÁRIO as ocorrências que devem ser reparadas ou respostas. Até a entrega do imóvel o LOCATÁRIO responde pelo aluguel de demais encargos fixados neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- Declaro(amos) que o(s) senhor(es) xxxx, pretendente(s) a financiamentos nesse Banco, tem a minha(nossa) irrestrita e irrevogável autorização para, em regime de arrendamento, explorar a atividade de cultivo da lavoura de manga, na área de 9,5 ha, no imóvel denominado lote X, da área do Projeto de Irrigação Mandacaru, situado no município de Juazeiro(BA), imóvel esse de que sou(mos) proprietário(s), conforme Escritura Pública de Compra e Venda, transcrita sob o nº xxxxx, livro R-2 10.598, em 15.01.1988. do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juazeiro(BA).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Autorizo(amos), também, o(s) aludido(s) senhor(es) a oferecer, em garantia de financiamentos a ele(s) concedidos por esse Banco, durante toda a sua vigência, a totalidade da produção a ser auferida por conta do(s) empreendimento(s) financiado(s) no referido imóvel, bem como os materiais agrários, benfeitorias e semoventes de sua propriedade ali localizados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Estou(amos)ciente(s) de que o penhor dos produtos dados em garantia em cada safra, previstos no item precedente, valerá por 3 (três) anos por penhor agrícola e 04 (quatro) anos para penhor pecuário, de conformidade com o artigo 1.439 do novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002). Findo referido prazo, o(s) arrendatário(s) obriga(m)-se a prorrogar, ou conforme o caso, reconstituir o penhor, ou ainda, oferecer, no vencimento do penhor, nova(s) garantia(s), em montante suficiente para cobertura do saldo devedor desta operação, sob pena de vencimento antecipado da totalidade da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Autorizo(amos) ainda referido(s) arrendatário(s) a destinar, prioritariamente, sob renúncia plena de todos os direitos sobre os bens, o produto oriundo da venda da produção financiada, e/ou de bens vinculados, à liquidação dos respectivos débitos contraídos, antes mesmo do pagamento dos 50% (Cinqüenta por cento), do resultado líquido da venda da safra a que farei jus a título de arrendamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Declaro(amos) ciente(s) do direito que assiste esse banco de fiscalizar os empreendimentos financiados a vistoriar, por conseguinte, os bens vinculados, localizados na mencionada propriedade, concordando que ditos bens ali permaneçam até a final liquidação das dívidas pertinentes, mantendo-se essa condição mesmo no caso de alienação do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- Comprometo-me a levar ao conhecimento desse Banco, previamente à consumação do fato, a notificação do arrendatário quanto à rescisão contratual, caso ocorrências encaminhem para adoção da providência antes do vencimento da presente autorização.

Validade desta autorização: 05/01/2008

xxxxxxxxxx.

Proprietário do lote xxx(PMD)

CPF: xxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxx

Arrendatário do lote xxx(PMD)

CPF- xxxxxxxxxxxx